



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 041 QUINTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Humberto Costa - Bloco (115,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (91,93,117) Líder do PT - 13 Humberto Costa (115,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,102) Anibal Diniz (25,103) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,93,117) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Wilder Moraes - Bloco (96,112,119) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (96,112,119)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (95,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 44ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE ABRIL DE 2014	8
1.1 – ABERTURA.....	10
1.2 – EXPEDIENTE.....	10
1.2.1 – Pareceres	
Nº 241/2014, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 17/2014.....	10
Nº 242/2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395/2013.....	12
1.2.2 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 115/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera o art. 93-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para estabelecer a obrigatoriedade de o Tribunal Superior Eleitoral promover propaganda destinada a incentivar a participação feminina na política	15
1.2.3 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 483/2014, informando a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Sr. Asdrúbal Mendes Bentes (PMDB/PA) em 26 de março último.....	16
1.2.4 – Comunicações	
Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de atualização das composições das subcomissões no âmbito daquela Comissão (Ofício nº 18/2014).....	16
Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 632/2013 (Ofício nº 176/2014). Designação do Deputado Vilson Covatti, como titular, para compor a referida Comissão.....	18
1.2.5 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 150/2013 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 152/2013) (Ofício nº 40/2014-CAS).	18
1.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Preocupação com a preservação ambiental do bioma Pantanal; e outro assunto.....	19
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro do transcurso de um ano da promulgação de Emenda Constitucional que estende aos trabalhadores domésticos os direitos trabalhistas aplicáveis aos trabalhadores urbanos e rurais; e outros assuntos.....	21
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa dos aposentados e pensionistas do fundo Aerus; e outros assuntos.....	24
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Críticas ao Governo do Estado de Roraima; e outro assunto.....	27
SENADOR HUMBERTO COSTA – Críticas ao Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, por suposta campanha eleitoral antecipada.	27
SENADOR CYRO MIRANDA, como Líder – Defesa da instalação da CPI da Petrobras; e outro assunto.	29
SENADOR LUIZ HENRIQUE – Considerações sobre aprovação, na CCJ, de projeto de lei que proíbe o financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas; e outro assunto.	31
1.2.7 – Apreciação de matérias	
Requerimento nº 284/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda. Aprovado , nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional <i>ad referendum</i> daquele Colegiado.	33
Requerimentos nºs 258 e 301/2014, de autoria da Senadora Lídice da Mata. Aprovados , nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional <i>ad referendum</i> daquele Colegiado.....	35
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Defesa da indústria cinematográfica brasileira.....	36

SENADOR CASILDO MALDANER – Destaque à necessidade de maiores e mais bem direcionados investimentos públicos na área da saúde.	38
SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Indignação pelo fechamento, pelo Governo Estadual, de UTI no Rio Grande do Norte; e outros assuntos.	40
SENADOR PAULO PAIM – Registro do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, em 2 do corrente.	41
SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Preocupação com os dados divulgados pelo Ipea acerca da percepção da população brasileira sobre a relação entre o comportamento feminino e a violência sexual; e outros assuntos.	44
SENADOR CÍCERO LUCENA – Críticas à política de desoneração tributária implementada pelo Governo Federal.	45
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Apelo à maior celeridade na apreciação de projeto que propõe novo marco regulatório para a mineração; e outros assuntos.	49
1.2.9 – Leitura de requerimento	
Nº 324/2014, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 4/2014.	52
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR MÁRIO COUTO – Defesa do impeachment da Presidente Dilma Rousseff em razão de, supostamente, concorrer para a fragilização dos Poderes da República.	54
1.2.11 – Leitura de requerimento	
Nº 325/2014, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 5 a 12 do corrente.	55
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Sobre a leitura de requerimento para instalação de CPMI da Petrobras a se realizar na sessão do Congresso Nacional em 15 do corrente.	58
1.3.2 – A Presidência responde às questões de ordem suscitadas anteriormente pela Senadora Gleisi Hoffmann e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e encaminha, de ofício, sua decisão contrária às questões de ordem suscitadas, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	59
1.3.3 – Pronunciamentos referentes às questões de ordem respondidas pela Presidência	
Senador Aloysio Nunes Ferreira	60
Senador Eduardo Braga	61
Senador Humberto Costa	61
Senador José Agripino	62
Senadora Gleisi Hoffmann	64
Senador Aécio Neves	66
Senadora Gleisi Hoffmann (art. 14º, inciso VIII)	67
Senador Humberto Costa (art. 14º, inciso VIII)	68
1.3.4 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador Alvaro Dias	68
1.3.5 – Pronunciamentos, referentes às questões de ordem respondidas pela Presidência (continuação)	
Senador Mário Couto	70
Senador Rodrigo Rollemberg	72
Senador Pedro Taques	73
Senador Eunício Oliveira	77
Senador Jorge Viana	78
Senador Jarbas Vasconcelos	80
Senadora Vanessa Grazziotin	84
1.3.6 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 325/2014, de autoria do Senador Anibal Diniz. Aprovado , nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional <i>ad referendum</i> daquele Colegiado	85
1.3.7 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	86
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Discursos	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Frustração com a decisão da Presidência do Senado acerca da “CPI da Petrobras”.	90
SENADOR SÉRGIO PETECÃO – Esclarecimento sobre a votação, na CCJ, da “PEC dos soldados da borracha”. .	92
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Apelo em favor da continuidade das operações de busca de aeronave bimotor desaparecida em 18 último.	93

SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com a destinação dos recursos advindos do pré-sal; e outro assunto.	93
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Indignação com a postura do Governo e de parlamentares que o apoiam em relação à “CPI da Petrobras” por considerar que desrespeita a Constituição brasileira e a democracia.	95
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Preocupação com o tratamento que está sendo dado pelo Parlamento ao instituto das Comissões Parlamentares de Inquérito; e outro assunto.	96
SENADOR IVO CASSOL – Cobrança de mais investimento na Zona Franca de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; e outro assunto.	98
SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Satisfação com a aprovação, na CCJ, da “PEC dos soldados da borracha”; e outros assuntos.	103
SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro do transcurso do Dia Mundial de Conscientização do Autismo; e outro assunto.	108

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 326/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 105/2014, solicitando que a sessão especial destinada a comemorar o centenário de nascimento de Ignácio Rangel e Rômulo Almeida seja realizada em 2 de junho próximo.	110
Nº 327/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Desembargador Aristóteles Lima Thury.	111
Nº 328/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes.	111
Nº 329/2014, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Ludovico de Almeida Neto.	111
Nº 330/2014, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Município de Marabá-PA	112
Nº 331/2014, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Tavares Silva.	112
Nº 332/2014, de autoria do Senador Jader Barbalho, solicitando informações ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.	113
Nº 333/2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde.	114
Nº 334/2014, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, solicitando informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.	115
Nº 335/2014, de autoria da Senadora Angela Portela, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.	117
Nº 336/2014, de autoria da Senadora Angela Portela, solicitando informações à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.	118
Nº 337/2014, de autoria da Senadora Angela Portela, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça.	118
Nº 338/2014, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 254/2005 e 64/2003.	119
Nº 339/2014, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando a oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 158/2004.	119
Nº 340/2014, de autoria do Senador Vicentinho Alves, solicitando desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2012, que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 25/2007, 49/2009, 102/2011, 40/2012 e 51 e 73/2013.	120

1.4.3 – Comunicações

Da Liderança do SDD na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 90/2014). <i>Designação do Deputado Henrique Oliveira, como titular, e o Deputado Benjamin Maranhão, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	121
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 307/2014). <i>Designação do Deputado Cláudio Puty, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	121
Da Liderança do PROS na Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 38/2014). <i>Designação do Deputado Givaldo Carimbão, como titular, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	122
Da Liderança do PP e PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofícios nºs 182, 279 e 278/2014). <i>Designação dos Deputados João Leão e Lucio Vieira Lima, como titulares, e o Deputado Hermes Parciannelo, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	122
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 641/2014 (Ofício nº 214/2014). <i>Designação do Deputado Eduardo Sciarra, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	123

Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 628/2013 (**Ofício nº 149/2014**). *Designação do Deputado Carlos Magno, como titular, para compor a referida Comissão*..... 124

1.4.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 60/2012 (**Ofício nº 69/2014-CCJ**). 124

1.4.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VITAL DO RÊGO – Reflexão sobre o transcurso hoje do Dia Mundial de Conscientização do Autismo. 124

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro da realização da primeira audiência pública pela Comissão Especial do Financiamento da Educação. 125

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 126

1.5 – ENCERRAMENTO..... 130

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 2.4.2014 130

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 131

Bancadas dos Partidos 132

Por ordem alfabética 133

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 134

5 – LIDERANÇAS 135

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 139

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 143

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 154

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 163

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 166

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 173

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 178

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 188

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 196

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 205

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 213

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 219

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 224

CSF – Comissão Senado do Futuro 228

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 229

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 230

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 231

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 231

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 231

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 232

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 234

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 236

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 238

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 240

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 242

Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 244

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 246

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 251

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 255

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	256
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	257
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	258
Comissões Mistas Especiais.....	259
11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	263
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	264
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	268

Ata da 44ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de abril de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, Anibal Diniz, Paulo Paim e Ivo Cassol

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 46 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

44ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 02/04/14 07:00 até 02/04/14 21:50

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X

PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 241, DE 2014

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 17, de 2014 (nº 36/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em escrutínio secreto, realizado em 2 de abril de 2014, apreciando relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2014, opina pela aprovação da indicação do Senhor Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, por 15 (quinze) votos favoráveis, 2 (dois) votos contrários e 1 (uma) abstenção.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2014.

feur
SENADOR FERNANDO COLLOR
 Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 02/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *Sen. Fernando Collor*

RELATOR: *Sen. Flexa Ribeiro*

Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Deicídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Adir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO	6. Lidice da Mata (PSB)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	2. VAGO
Eduardo Braga (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	6. Ivo Cassol (PP)
Ciro Nogueira (PP)	7. Francisco Dornelles (PP)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Ruben Figueiró (PSDB)
Wilder Moraes (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Gim (PTB)
Cidinho Santos (PR)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Eduardo Amorim (PSC)
Alfredo Nascimento (PR)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

A Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 17, de 2014 (Mensagem nº 36, de 2014, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal e no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Nos termos do citado dispositivo constitucional, é da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar.

A ANTAQ, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, é vinculada ao Ministério dos Transportes e foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Estabelece o art. 53 da referida Lei que os membros da Diretoria da ANTAQ devem ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialização dos cargos a serem exercidos, devendo ser nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional.

O Senhor Adalberto Tokarski nasceu na cidade de Barbosa Ferraz (PR), em 1960. É engenheiro civil, graduado pela Universidade Católica de Goiás no ano de 1986.

O indicado foi nomeado Gerente de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior da ANTAQ em 2006 e, desde agosto de 2011, ocupa o cargo de Superintendente de Navegação Interior da Agência. Nesse período, foi também do Presidente do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Vila do Conde, Belém, Santarém, Outeiro e Miramar, entre 2007 e 2008; e representa a ANTAQ no acordo da Hidrovia Uruguai-Brasil, desde 2009.

Além disso, seu currículo profissional registra que foi presidente da Agência de Desenvolvimento do Corredor Centro Norte, no período de outubro de 2005 a setembro de 2006; representante do setor hidroviário nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), nos anos de 2004 e 2005. Além dos cargos citados, foi diretor de obras da Administração Regional de Santa Maria (DF), em 1994; e Secretário de Obras da Prefeitura de Alto Taquari (MT), nos anos de 1987 e 1988.

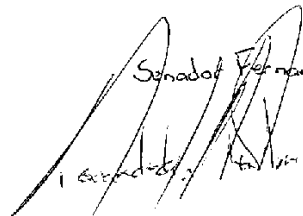
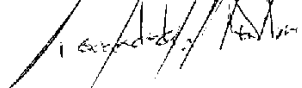
Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno “para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões”, e pelo Ato nº 1, de 2009 – CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013 – CI, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura”. Declarou formalmente não possuir parentes que exercem ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; não existirem ações judiciais nas quais figure na condição de réu ou de autor; e não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; juntou certidões com o objetivo de comprovar situação regular perante o fisco federal e do Distrito Federal. Consignou, também, ser sócio proprietário, desde março de 2004, da empresa Ageara Publicidade e Eventos, atualmente em processo de encerramento; ter sido presidente das seguintes entidades sem fins lucrativos: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Centro Norte (ADECON), entre outubro de 2005 e setembro de 2006; e Agência de Desenvolvimento dos Empreendedores do Tocantins Araguaia (APAMARA), entre março de 2004 e setembro de 2006.

Apresentou, ainda, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, por intermédio da qual, além das informações que constam do seu *curriculum vitae*, revela ter sido responsável pela elaboração de normas técnicas do setor de navegação interior e participado de comissão que elaborou norma para outorga dos terminais portuários de uso privativo de turismo e da elaboração do planejamento estratégico da Agência, tendo liderado o projeto Incentivo à Regularização.

Por fim, cabe mencionar que, segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém ou manteve nos últimos doze meses vínculos com empresa que explore atividades reguladas pela ANTAQ e portanto não se verificaram as situações de impedimento previstas no art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pela Senhora Presidente da República, do Senhor Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2014.


Senador Fernando Collor, Presidente

, Relator

PARECER Nº 242, DE 2014

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2013 (nº 919/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006.

Relator: Senador **Pedro Taques**

Relator "ad hoc": Senador **Jorge Viana**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 63, de 20 de fevereiro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do *Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas*, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 919, de 2013, decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Posteriormente, a matéria foi submetida à análise da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

No Senado Federal, onde foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 395, de 2013, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para o relator signatário em dezembro de 2013. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, tendo em vista a expansão da criminalidade, especialmente do crime organizado internacional, do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, de delitos conexos, bem como do terrorismo.

Segundo informa a Exposição de Motivos EMI nº 273 MRE/MJ, assinada pelo então Ministro Interino das Relações Exteriores, Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, o presente instrumento internacional foi negociado pelos ministérios responsáveis pela área em questão dos dois países, que contaram com o apoio das respectivas Chancelarias, e reconhece a importância da cooperação internacional no combate à expansão da criminalidade organizada, especialmente do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, de delitos conexos e do terrorismo. Mostra-se, também, em conformidade com outros instrumentos jurídicos internacionais, especialmente a *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional*.

Em seu Artigo 1º, o Acordo determina que as Partes Contratantes obrigam-se a desenvolver atividades de cooperação no campo do combate ao crime organizado internacional, descrevendo seus principais tipos, e outras modalidades delituosas. O Artigo 2º define os órgãos competentes das Partes Contratantes, no âmbito de suas competências legais, os quais contatar-se-ão diretamente ou por intermédio de seus representantes autorizados.

O Artigo 3º descreve os casos em que as Partes Contratantes promoverão a cooperação entre os respectivos órgãos competentes e o intercâmbio de informações, destacadamente para a busca de pessoas desaparecidas e a localização de pessoas suspeitas, processadas e/ou condenadas penalmente, incluindo-se a busca de instrumentos e produtos de crime, e o fornecimento de informações contidas em registros oficiais públicos.

O Artigo 4º trata da cooperação técnica e científica, bem como da capacitação de funcionários, o que será realizado por meio de treinamentos; do intercâmbio de experiências e informações relativas aos métodos de combate ao crime organizado; do intercâmbio de informações; e dos estudos sobre criminalística e criminologia.

Cada Parte Contratante obriga-se a proteger as informações de caráter sigiloso recebidas da outra Parte. As informações, materiais e recursos, técnicos recebidos por uma das Partes Contratantes, no âmbito da implementação do presente Acordo, não poderão ser transferidos a terceiros Estados ou pessoas sem o consentimento prévio da outra Parte (Artigo 5º).

O Artigo 6º estabelece regras para proteção dos dados pessoais fornecidos ao amparo do presente Acordo. O Artigo 7º ressalva que qualquer das Partes Contratantes poderá recusar-se a prestar, total ou parcialmente, as informações mencionadas no Artigo 3º do presente Acordo, ou sujeitar a transferência ao cumprimento de determinadas condições, se considerar que isto poderia afetar a soberania, a segurança ou outros interesses essenciais de seu Estado, ou contrariar seu ordenamento jurídico.

As despesas decorrentes da execução do Acordo serão custeadas pela Parte Contratante em cujo território se originarem, exceto se as Partes Contratantes decidirem diferentemente (Artigo 10).

O Artigo 11 assenta que qualquer controvérsia, referente ao Acordo, será solucionada por meio de negociações diretas entre os órgãos competentes das Partes Contratantes, mas caso não se chegue a um consenso, a controvérsia deverá ser solucionada por via diplomática.

As Partes Comunicarão, por via diplomática, o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a aprovação do Acordo. Sua entrada em vigor ocorrerá trinta dias após o recebimento da segunda comunicação relativa à aprovação interna do instrumento e terá vigência indeterminada. A denúncia poderá ser solicitada por qualquer uma das Partes Contratantes mediante notificação. O instrumento expirará noventa dias após a data do recebimento da denúncia (Artigo 13).

A Exposição de Motivos que acompanha a mensagem presidencial assinala, ainda, a importância do presente ato internacional, diante da expansão da criminalidade organizada, especialmente do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, de delitos conexos e do terrorismo.

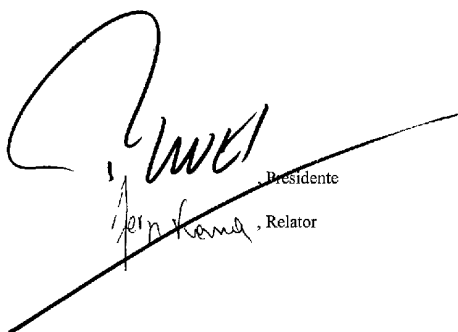
Assim, indiscutível a extrema importância de mecanismos de cooperação, tanto no âmbito bilateral quanto multilateral, para fazer frente às chamadas “novas ameaças”. Afinal, crime organizado e terrorismo devem ser preocupações constantes de governos por todo o mundo e apenas com a cooperação, o intercâmbio de informações e atuações conjuntas e coordenadas é que se conseguirá combater com eficácia, eficiência e efetividade esses males das últimas décadas.

Por essa razão, tendo em vista o atual contexto internacional, e estando em conformidade com outros instrumentos jurídicos internacionais, especialmente a *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional*, reitera-se a importância e conveniência do presente Instrumento de Cooperação.


III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2013.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2014.



Presidente
Relator

	SENADO FEDERAL
	SECRETARIA DE COMISSÕES
	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2013

ASSINAM O PARECER, _____, NA 11ª REUNIÃO, DE
01/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR: SENADOR JORGE VIANA "AD Hoc"

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Gleisi Hoffmann (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoira (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PDB, PR, PSC, PPL)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2014

Altera o art. 93-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para estabelecer a obrigatoriedade de o Tribunal Superior Eleitoral promover propaganda destinada a incentivar a participação feminina na política.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 93-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, deverá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora submetemos a esta Casa tem o objetivo de alterar o art. 93-A que a Lei nº 12.891, de 11 de dezembro de 2013, acrescentou à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que *estabelece normas para as eleições* (Lei das Eleições).

Com efeito, nos termos do referido dispositivo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política.

A remissão ao art. 93 diz respeito ao tempo de dez minutos diários.

O que estamos propondo é que o termo ‘poderá’ seja substituído por ‘deverá’, para transformar em obrigação o que a lei estabeleceu como uma possibilidade.

A experiência da luta das mulheres por direitos iguais, inclusive no que diz respeito ao processo político, demonstra que é preciso que sejam adotadas ações efetivamente afirmativas para que ocorram conquistas.

Recordamos que o aumento do número de mulheres candidatas nas eleições foi ampliado quando a lei tornou obrigatório um mínimo de trinta por cento e um máximo de setenta por cento de candidatos de cada sexo, desde que haja pretendentes (conforme § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 1997, com a redação dada pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009).

Assim, deixar apenas como uma possibilidade a importante propaganda institucional destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política não é o mais adequado.

Para que seja garantida a concretização dessa propaganda nos períodos eleitorais é preciso que ela se torne obrigatória. E é o que ora estamos propondo.

Em face do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições

.....
Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 483, de 2014**, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a declaração de renúncia a mandato de Deputado Federal.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 483/2014/SGM/P

Brasília, 27 de março de 2014

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Asdrúbal Mendes Bentes, nome parlamentar Asdrubal Bentes (PMDB/PA), em 26 de março de 2014, nos termos dos arts. 238, inciso II, e 239, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados nº 39, de 27 de março de 2014, exemplar em anexo.

Atenciosamente,


Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. Nº 18/2014-PRES/CDR

Brasília, 2 de abril de 2014

Assunto: Atualização de Composição de Subcomissão

Senhor Presidente,

Em face das alterações ocorridas na composição da Comissão Desenvolvimento Regional e Turismo no decorrer desta legislatura com a saída dos Senadores Cássio Cunha Lima, José Pimentel, Magno Malta, Vanessa Grazziotin e Lobão Filho, encaminho a Vossa Excelência, as composições atualizadas das Subcomissões para as devidas providências.

1 – Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Números de Membros: 5 titulares e 5 suplentes

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Wellington Dias (PT)	1 – VAGO
Lídice da Mata (PSB)	2 – VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1 – Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1 – Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	
Eduardo Amorim (PSC)	1 – VAGO

2 – Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as políticas referentes à Amazônia.**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****Números de Membros: 5 titulares e 5 suplentes**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO	1 – VAGO
VAGO	2 – VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1 – Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1 – Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	
VAGO	1 – Mozarildo Cavalcanti (PTB)

3 – Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do CODESUL**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****Números de Membros: NÃO INDICADO NO RDR 5/2011**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO	1 – VAGO
VAGO	2 – VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO	1 – VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1 – VAGO
Bloco União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	
VAGO	1 – VAGO

4 – Subcomissão Temporária para acompanhar avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****Números de Membros: 5 titulares e 5 suplentes**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Zeze Perrela (PDT)	1 – VAGO
Lídice da Mata (PSB)	2 – VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1 – VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1 – Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	
VAGO	1 – VAGO

Respeitosamente,


 Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 Presidente Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Vilson Covatti, em substituição ao Deputado Eduardo da Fonte, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 632, de 2013**, conforme o **Ofício nº 176, de 2014**, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 176/Lid. Bloco PP/PROS

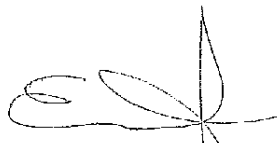
Brasília, 1º de abril de 2014

Assunto: Indicação de Parlamentar na Comissão Mista da MPV nº 632/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Vilson Covatti (PP/RS) como Titular na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MPV nº 632, de 2013, em substituição ao Deputado Eduardo da Fonte (PP/PE).

Respeitosamente,



Deputado **EDUARDO DA FONTE**
Líder do Bloco PP/PROS

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 40, de 2014**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013** (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013).

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 40/2014 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 2 de abril de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta § 5º e § 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores, e rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso, também de autoria do Senador Paulo Paim, que tramita em conjunto.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com referência ao **Ofício nº 40, de 2014**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Há oradores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Para solicitar a minha inscrição em período de comunicação inadiável e pedir a V. Exª, se possível, e ao primeiro orador inscrito, se eu poderia usar a tribuna primeiro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O primeiro orador inscrito, por permuta com o Senador Paulo Paim, é o Senador Ruben Figueiró.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu sou o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Cyro, por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu queria me inscrever pela Liderança da Minoria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Exª está inscrito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável, mas me coloque em terceiro lugar, porque vou ter que sair para um compromisso externo e, no retorno, usaria da comunicação inadiável.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Peço a minha inscrição no horário de lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Liderança, V. Exª está inscrito. Com a palavra, então, o Senador Ruben Figueiró, por permuta com o Senador Paulo Paim.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores aqui presentes, eu lamento profundamente não ceder a oportunidade à Senadora Vanessa Grazziotin, mas eu tenho um compromisso inadiável fora desta Casa. V. Exª me perdoe, Senadora.

Sr. Presidente, uma das principais preocupações que me trouxeram a esta Casa foi a de alertar a consciência nacional para uma realidade que se constitui em patrimônio da humanidade, tanto de valor ecológico quanto de outras preciosidades catalogadas pelo mundo, admirada por ser de imemorial beleza que a natureza nos legou.

Trata-se do Pantanal mato-grossense, do qual 2/3 situa-se em território sul-mato-grossense, aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados.

Desde as bandeiras paulistas e, antes delas, por exploradores espanhóis, há mais de 500 anos, o Pantanal vem luxuriando a visão do homem. Porém, foi a partir de meados do século XVII que este começou a palmilhar as campinas, vazar pelas vazantes e corixos da imensa planície que antes fora o chamado mar da Conduvana ou Xaraés e nela habitar. Isso, numa época primária.

Foram (entre aspas) “os papa-bananas”, de Nossa Senhora do Livramento, de Barão de Melgaço, de Paconé, no baixo Rio Cuiabá, os quais por este ou troteando a cavalo, em prodigiosa caminhada, enfrentando índios hostis, felinos, animais peçonhentos, pântanos, mosquitos, como aquele “grandão” conhecido como “cervo” – que um dia me picou por lá; é terrível a dor que ele causa – e uma temperatura calorenta só para valentes resistir, foram os capazes de lá se estabelecerem, desde então.

Dedicaram-se a pecuária bovina, única atividade econômica capaz de dar-lhes subsistência. Seus descendentes, a maioria deles, lá está honrando suas tradições seculares, a principal delas a de manter íntegra a natureza ímpar e exuberante do ecossistema.

Há, porém, ameaças. Nuvens negras toldam seu horizonte sem fim. Uns por ambição expansionista desenfreada a desrespeitar o bom senso; outros, na preocupação de restringir fronteiras do desenvolvimento sustentável exorbitando-se em suas idéias e ações. Essa competição constitui numa profunda preocupação para aqueles que tradicionalmente lá mourejam.

Na última segunda-feira, na capital sul-mato-grossense, Campo Grande, na augusta Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão do Meio Ambiente do Senado, sob a coordenação dos eminentes Senadores Delcídio do Amaral e Blairo Maggi e a presença do Senador Cidinho Santos, reuniu-se em audiência pública para apreciar a conveniência do Projeto de autoria do Senador mato-grossense de nº 750/11. Tal projeto trata, especificadamente, de um marco regulatório para uso e preservação da planície pantaneira, em toda sua extensão.

Aliás, o Estado de Mato Grosso já possui lei específica para seu território, desde quando governador o Senador Blairo Maggi. Acrescento que *ex vi* do que dispõe o novo Código Florestal, em seu artigo décimo, que trata das ações de uso restrito, o Mato Grosso do Sul, pelo seu órgão específico, o Imasul, está em fase de preparação de legislação idêntica.

Participaram também do encontro personalidades e entidades classistas como o Sindicato Rural de Corumbá, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, a Famasul, pantaneiros autênticos e ambientalistas. Foi um memorável encontro para definir o que pensa a sociedade sul-mato-grossense para a preservação do extraordinário bioma.

Não seria demais, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, dizer que o bioma Pantanal possui 11 amplos sistemas com características ecológicas marcantes: no Mato Grosso, os pantanais de Barão de Melgaço, de Poconé e de Cáceres; no Mato Grosso do Sul, os pantanais de Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque, Paraguai e Jacadigo.

Nada obstante não pertencer à Comissão do Meio Ambiente, ressalto que fui convidado para participar daquele encontro, mas compromissos aqui em Brasília me impediram. Mesmo assim, considero-me partícipe de sua nobre missão. Em razão, ouvi, pessoalmente, pantaneiros e técnicos sobre o bioma Pantanal, preocupados em colaborar para o melhor aperfeiçoamento do projeto do Senador Blairo Maggi e também contribuir para que o Governo do meu Estado estabeleça critérios, por meio de lei, que sejam um marco regulatório para o Pantanal, fundando em suas raízes tradicionais.

Ouvi muitos, como salientei. E trago, agora, para o conhecimento de V. Ex^{as} opiniões de pesquisadores da Embrapa altamente credenciados pelos estudos e experiências de campo que considerei esclarecedoras, em que pesem outras opiniões, às quais externo o meu respeito pelo também patriótico desejo. Delas, acolho o seguinte pensar: a maior preocupação é quanto aos critérios estabelecidos no projeto, relativamente à definição das Áreas de Preservação Permanente (APPs), além da criação de novas categorias para elas que poderão confrontar com o que dispõe o Código Florestal, como parece patente na leitura do art. 6º do projeto.

Muitos não consideram conveniente a realidade do sistema Pantanal, a permanência do *caput* do art. 7º, já que ele destrói o já instituído no art. 6º, devendo, no mínimo, ajustar-se ao espírito daquele. Também quanto ao seu inciso III, há que ficar explícita a vedação do plantio da cana no Pantanal, visando sua utilização apenas industrial, permitindo tão somente aquele destinado ao uso de subsistência tradicional do homem e dos animais.

E consideram rigoroso o inciso V, que veda o uso de agrotóxicos de forma genérica, também quanto ao plantio de transgênicos, sem que haja estudos alternativos prévios baseados em pesquisa científica. Temem aqueles pesquisadores que interpretações radicais do texto da lei originária do projeto do Senador Blairo possam gerar polêmicas com sérios prejuízos para a utilização do solo pantaneiro.

Demonstram também preocupação por uma rápida definição da lei estadual, para evitar os prejuízos que já ocorrem pela inexistência de instrumentos para registro das propriedades no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e reiteram o desejo, várias vezes manifestado, de participar na elaboração do texto básico, tanto no Imasul quanto no legislativo estadual.

Foi também uma manifestação generalizada, com destaque àqueles que se dedicam à pesca nos rios pantaneiros, a respeito de ser impraticável o dispositivo do projeto que proíbe por cinco anos a pesca, esportiva ou profissional, para permitir a recuperação da ictiofauna dos rios.

Como argumentou a Chefe da Embrapa Pantanal, o aumento por meio da preservação, ou melhor, da condenação da pesca por um período não resultará na ampliação da população de peixes, eis que outros fatores são mais determinantes.

Segundo a Dr^a Emiko Resende, a pesca não influencia no bioma se for feita em bases sustentáveis. Ela ainda explicou que a sua proibição no período de seca não trará benefícios e afirma, aspas: "O que faz o Pantanal ter peixe é o próprio ambiente. Acontece que, desde 1998, as cheias passaram a ser erráticas e menores, o que reduziu o estoque pesqueiro no Estado." Fecha aspas, explicou a Dr^a Emiko.

E, por fim, entendem que o objetivo do texto legal deve ser sempre o da preservação ambiental do bioma Pantanal como estímulo à presença do homem pantaneiro em seu habitat, já que sua vivência bicentenária na preservação do rico bioma tem permitido sua inviolabilidade em termos de suas imensas riquezas de solo, fauna e flora, ressaltando, também que o desastre decorrente do assoreamento do Rio Taquari é fruto do descaso do homem que lá não vive e não chora pelo Pantanal e seus ancestrais.

Excelências, quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Sindicato Rural de Bandeirante, nas pessoas de seu Presidente, João Nelson Lyrio, e do seu vice-presidente, Edson Domingos da Rocha, pela homenagem a mim concedida, no último domingo, tornando-me sócio honorário desta prestigiosa e importante entidade sindical dos produtores rurais do meu Estado.

Infelizmente, não pude me fazer presente ao evento, no qual fui representado pelo chefe de meu escritório de representação estadual, o jornalista Dante Filho.

Quero aqui expressar a minha grande alegria com essa homenagem, pois Bandeirante, Município próximo a Campo Grande, situado às margens da BR-163, vem aguardando, com grande expectativa, a duplicação dessa rodovia, um sonho acalentado há décadas e que poderá significar o crescimento expressivo do Município.

Bandeirante, Sr. Presidente, merece atenção de nossos governantes, não somente pelo fato de ser uma das entradas para o Pantanal sul-mato-grossense, como também pela qualidade de suas terras, pelo imenso potencial produtivo e pela localização estratégica.

Mesmo assim, o Município, com pouco mais de cinco mil eleitores, carece de estradas, pontes rurais de concreto e saneamento básico. Nesse sentido, coloco-me, desde já, à disposição da comunidade de Bandeirante para dar ressonância aos seus pleitos, lutando pelo maior desenvolvimento da região norte do meu Estado.

Aproveito também para saudar o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Cícero de Souza, que também foi homenageado na ocasião e que expressou de maneira sensível e inteligente opiniões que compartilhamos sobre o Estado e o País, depositando esperanças na construção de um mundo melhor para todos os brasileiros.

Sr. Presidente, esse é o texto da minha manifestação neste momento, ressaltando, mais uma vez, que o bioma Pantanal é uma das preciosidades que o Brasil tem e precisa preservar, ouvindo, sem dúvida alguma, aqueles que lá mourejam por mais de três séculos e que vêm sustentando a sua natureza, a sua biodiversidade, contra a sanha de alguns que não entendem o que é o Pantanal e que desejam desvirtuá-lo, principalmente perante a opinião pública.

Sr. Presidente, é o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Cumprimentando o Senador Ruben Figueiró, concedo a palavra, neste instante, para uma comunicação inadiável, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Antes, Sr. Presidente, de iniciar a abordagem do assunto que me traz à tribuna, quero fazer dois registros muito importantes. Ambos dizem respeito à reunião de hoje da Comissão do Constituição e Justiça, de que eu não faço parte como membro efetivo, tampouco como suplente, mas de que participei intensamente, no dia de hoje.

Duas matérias importantes foram votadas. Uma é um projeto de lei de minha autoria, o Projeto de Lei nº 60, de 2012, cujo Relator era o Senador Roberto Requião, que trata da proibição do financiamento, por parte de empresas, nas campanhas eleitorais. Ou seja, proíbe que pessoas jurídicas financiem e contribuam com campanhas eleitorais. Isso é muito importante porque, logo mais, dará início no Supremo Tribunal Federal (STF) a sessão que deverá concluir o julgamento sobre a inconstitucionalidade dessa matéria. E eu quero registrar que foi unânime ou quase unânime a aprovação. Qualquer Senador ou Senadora da Comissão poderia ter pedido vista da matéria, dado que era a primeira vez que o projeto figurava na pauta, mas nenhum Senador, nenhuma Senadora solicitou vista e o projeto foi votado e, portanto, está pronto para ser, da mesma forma, votado no plenário desta Casa.

O segundo registro diz respeito a outra votação também ocorrida na CCJ, que foi a aprovação da PEC nº 61, de 2013. Essa PEC, apresentada pelo Líder do Governo no Senado, a partir de uma negociação com as bancadas de vários partidos, mas, basicamente, as da Amazônia e que substituiu uma PEC de minha autoria, que eu havia apresentado ainda como Deputada, na Câmara, no ano de 2002. Originalmente, a PEC previa estender direitos iguais de pensão aos soldados da borracha os mesmos que têm os pracinhas que lutaram durante a Segunda Guerra Mundial. Estes, após a Segunda Guerra Mundial, foram equiparados à situação de segundo-tenente e até hoje recebem uma pensão equivalente ao soldo de segundo-tenente.

A minha PEC original visava à mesma coisa para os soldados da borracha, porque, Senador Mozarildo, a palavra já diz: são soldados. Foram alistados legalmente, formalmente pelo Governo Federal à época. Entretanto, houve uma negociação na Câmara, para que a proposta pudesse prosperar, no sentido de garantir a todos os pensionistas ou dependentes que recebam a pensão uma indenização de R\$25 mil. Entretanto, desvinculava dos dois salários mínimos a sua pensão.

O que se aprovou hoje na CCJ foi a garantia dessa indenização como forma de reconhecimento do Estado brasileiro a esses homens importantes na história de nosso País, e em um momento muito delicado da história do Brasil e do mundo, mas com uma emenda apresentada pelo Senador Inácio Arruda e pela Senadora Gleisi Hoffmann, que garante a manutenção do vínculo nos dois salários mínimos. São duas importantíssimas decisões tomadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente daquela Comissão, Senador Vital do Rêgo, pelo compromisso que tem tido em relação a matérias tão importantes, entretanto tão polêmicas, Sr. Presidente. Acho que o Parlamento é isso, tem que encarar todas as matérias que nos colocam à frente, sobretudo aquelas mais polêmicas.

Hoje, Sr. Presidente, dia 2 de abril. Dia 2 de abril é a exata data em que completamos um ano de promulgação de uma PEC, da Emenda Constitucional nº 72, originária da PEC nº 66, conhecida como a PEC das Domésticas, que era um projeto de emenda constitucional de autoria do Deputado Carlos Bezerra, entre tantos outros, a PEC apresentada em 2012, que é a PEC das Empregadas Domésticas.

Naquele momento, ou seja, há um ano exatamente, encerrava-se um capítulo de uma discriminação odiosa, dolorosa que o Estado brasileiro mantinha ainda em relação ao segmento de trabalhadores e trabalhadoras domésticas em nosso País.

A aprovação daquela emenda constitucional, sem dúvida alguma, foi um passo histórico e civilizatório importantíssimo dado pela sociedade brasileira. Em muitos pronunciamentos da época, chegaram a comentar, a falar ou a equiparar a uma segunda abolição. O fato é que os direitos trabalhistas contidos na Constituição, em muitos dos casos, excetuava a situação da empregada doméstica.

Então, há um ano, demos fim, pusemos fim a isso, igualando o direito de todos os trabalhadores, independentemente da sua função, do seu trabalho, do seu exercício, mas, infelizmente, um ano depois, a gente é obrigado ainda, Senadora Ana Amélia, a vir à tribuna e dizer que ainda carece, essa emenda constitucional, de regulamentação.

O Senado, por sua vez, cumpriu perfeitamente o seu papel, e vou falar aqui em meu pronunciamento, ainda no mês de julho, ou seja, em 2 de abril, a emenda constitucional foi promulgada e, no dia 11 de julho, nós concluímos, aqui neste plenário, a votação do projeto de lei que regulamentava os direitos das empregadas ou dos trabalhadores domésticos, Sr. Presidente. E foi remetido à Câmara dos Deputados no dia 7 do mesmo mês, ou seja, 7 de julho de 2013, e, até hoje, a Câmara dos Deputados ainda não votou a matéria, o que prejudica enormemente a situação de muitas trabalhadoras.

De acordo com o Relatório da Organização Internacional do Trabalho, um relatório feito a partir de levantamento realizado em 117 países, o Brasil é o País que detém a maior quantidade de trabalhadores e trabalhadoras domésticas...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ou seja, os dados são relativos a 2010 e mostram que, no Brasil, havia, naquele ano, 7,2 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 6,7 milhões de mulheres e 500 mil homens.

Depois do Brasil, para que tenham uma ideia – no *ranking* que não inclui a China, que é o país mais populoso do Planeta, mas que inclui a Índia –, vem a Índia, com 4,2 milhões de trabalhadores domésticos, bem abaixo dos 7,2 milhões do Brasil. Seguindo a Índia, vem a Indonésia, com 2,4 milhões de trabalhadores.

Segundo o relatório da OIT, 17% do total de mulheres trabalhadoras no Brasil são empregadas domésticas, o que faz com que o Brasil também lidere nesse percentual, seja um dos líderes no nosso continente, perdendo apenas para o Uruguai, que tem um percentual um pouco maior de ocupação nesse segmento por mulheres.

Apesar, Sr. Presidente, dessa grande quantidade de trabalhadoras domésticas em atividade no País, somente um terço delas possui carteira de trabalho assinada, segundo estudo da PNAD feito em 2011. Somente um terço, o que é muito pouco, Sr. Presidente. Isso faz com que a taxa de informalidade chegue a quase 70% – 30% formal e, portanto, 70% na informalidade. Essa taxa de informalidade é muito maior entre as mulheres do que entre os homens.

Esses números, que são draconianos, são muito parecidos no âmbito mundial. Os outros países também têm como marco, e por isso uma aprovação... Tive a felicidade de estar em Genebra nessa conferência da Organização Internacional do Trabalho que aprovou a regulamentação das trabalhadoras domésticas, ou seja, essa passou a ser uma orientação das Nações Unidas para todos os países. Depois disso, o Brasil foi um dos primeiros, repito, a estender aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas todos os direitos que têm os demais trabalhadores brasileiros.

Recentemente, Sr. Presidente, o Senado Federal desenvolveu uma pesquisa muito importante, através do DataSenado, em relação à situação das mulheres. Essa pesquisa foi feita pelo DataSenado, em parceria com a Procuradoria da Mulher, e, segundo essa recente pesquisa,...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... hoje, 84% dos entrevistados têm conhecimento da PEC das Domésticas, que estendeu todos os direitos, e aumentou para 85% o nível de aprovação dessa nova legislação, porque pesquisa feita anteriormente mostrava que somente 81% das pessoas concordavam com as novas regras, ou seja, com a extensão de todos os direitos trabalhistas aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas. Esse índice subiu.

E por que a preocupação? Porque essa é uma relação de trabalho especial. Geralmente, o empregador também é um trabalhador, Sr. Presidente, e daí há a necessidade de termos todo o cuidado para garantir a formalidade para esse segmento, garantir bons salários, todos os direitos, mas também a possibilidade, nem que seja com o Estado exigindo e cobrando menos tributos nessa relação de trabalho...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... mas é muito importante que se garanta isso *(Fora do microfone)*.

Sr. Presidente, como o meu tempo já se vai, quero pedir que V. Exª considere o meu pronunciamento feito na íntegra, é um longo pronunciamento, mas quero repetir aqui que aguardamos que, hoje, a Câmara dos Deputados possa votar.

A Relatora, salvo engano, é a Deputada Benedita da Silva. Há uma decisão de levar a matéria diretamente para o Plenário. Repito: nós aprovamos no dia 11 de julho a regulamentação com 52 votos a favor e nenhum contrário. O projeto foi encaminhado no dia 17 de julho do ano passado para a Câmara e tomou o nº 224, de 2013.

Espero, Senadora Ana Amélia, que, brevemente, nós possamos vir a esta tribuna comemorar o fato de a Câmara ter feito o que nós, no Senado, já fizemos, que é a regulamentação da PEC importantíssima das empregadas domésticas no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, há um ano o Congresso Nacional promulgava a Emenda Constitucional nº 72, oriunda da chamada PEC das Domésticas, a PEC nº 66, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Bezerra e outros deputados.

Encerrava-se, naquele momento, um capítulo da discriminação odiosa – que já durava décadas – contra trabalhadores e trabalhadoras domésticas do nosso País. A aprovação dessa Emenda Constitucional foi, sem dúvida, um passo histórico e civilizatório importantíssimo dado pela sociedade brasileira. A concessão aos trabalhadores domésticos dos mesmos direitos reservados aos demais trabalhadores é, no Brasil, medida necessária e urgente.

É que, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de dados estudados em 117 países, o Brasil tem a maior quantidade de trabalhadores domésticos em números absolutos. De acordo com os dados da OIT, o Brasil tinha, em 2010, ano da coleta dos dados, 7,2 milhões de empregados domésticos, dos quais 6,7 milhões eram mulheres. Depois do Brasil, aparecem no *ranking* da OIT a Índia, com 4,2 milhões de empregados domésticos, e a Indonésia, com 2,4 milhões. O estudo não traz dados sobre a China, país mais populoso do mundo.

Segundo o relatório, 17% das trabalhadoras brasileiras são domésticas. Na América Latina e no Caribe, apenas quatro países superam o Brasil no percentual da mão de obra feminina dedicada ao trabalho doméstico: Uruguai, com 18,5%; Argentina, com 18,3%; Costa Rica, com 17,3%; e Ilhas Cayman, com 17,3%.

Apesar da grande quantidade de trabalhadores domésticos em atividades no País, somente um terço deles possui carteira assinada, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), apurados no ano de 2011.

A taxa de informalidade entre esses empregados chega a 69%, e é ainda mais alta entre as mulheres, que são mais de 93,6% desse mercado. Para elas, a informalidade é de 70,7%, contra 53% entre os homens, número que mais uma vez desfavorece a mulher no mercado de trabalho.

Os números brasileiros não discrepam muito dos dados mundiais divulgados pela OIT. Dos 52,6 milhões de trabalhadores domésticos encontrados no mundo pela Organização Internacional do Trabalho, 83% são mulheres. Um terço delas estão excluídas da legislação laboral de seus respectivos países. Apesar disso, temos, sem dúvida, muito que comemorar neste primeiro aniversário da Emenda Constitucional nº 72. Pela Emenda Constitucional, esses trabalhadores e trabalhadoras ganharam o direito à jornada semanal de 44 horas; o pagamento de 50% sobre o valor das horas extras, limitadas a duas horas diárias; o adicional noturno; e a possibilidade de partição das férias em dois períodos de quinze dias, opcionalmente aos trinta dias corridos.

Outro fato positivo e de grande relevância foi o resultado da pesquisa recente encomendada por nós da Procuradoria da Mulher ao DataSenado. Segundo o estudo, 84% dos brasileiros têm conhecimento da promulgação da chamada PEC das Domésticas e que, dentre estes, aumentou para 85% o nível de aprovação da nova legislação. Em 2013, em pesquisa realizada imediatamente após a promulgação da emenda, a aprovação era de 81% – o índice atual é 4 pontos maior.

No total, 29% dos entrevistados afirmaram que tinham empregados domésticos à época da aprovação da PEC. Destes, 67% mantiveram seus empregados contratados após a PEC. Dos 33% que não mantiveram, 81% apontaram como causa o custo para manter um trabalhador doméstico, e 18% apontaram outros motivos. Isso confirma a tendência do Brasil de seguir o caminho dos países desenvolvidos, onde ter trabalhadores domésticos é mais raro e as famílias adotam estratégias alternativas, como o sistema de diaristas ou o compartilhamento de responsabilidades.

Se, à época de sua aprovação, o texto gerava dúvidas entre os empregadores e também entre os próprios empregados domésticos, agora os efeitos da PEC estão cada vez mais claros. De acordo com o DataSenado, dentre os entrevistados que conhecem a PEC, a maioria (62%) avalia positivamente os resultados da mudança na legislação, afirmando que se tornou mais fácil a vida do trabalhador doméstico. Para 23%, a vida do trabalhador doméstico permaneceu igual, enquanto 12% acham que ela piorou.

Ao olhar o recorte por renda, o DataSenado verificou que, para os grupos de pessoas sem renda e que ganham até 2 salários mínimos, respectivamente, 74% e 68% acham que a vida dos trabalhadores domésticos melhorou com a aprovação da PEC – valores bem acima da média dos outros grupos. A pesquisa de opinião pública do DataSenado tem abrangência nacional e contou com a participação de 809 pessoas, de 16 anos ou mais, espalhadas pelas 27 Unidades da Federação. Os dados foram coletados no período de 14 a 26 de fevereiro de 2014, por meio de entrevistas telefônicas. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Contudo, ainda falta regulamentar parte dos novos direitos conquistados pelos empregados domésticos: FGTS; salário-maternidade; auxílio-creche até os cinco anos do dependente; seguro contra acidente de trabalho; salário-família; e horário de almoço. Sem essa regulamentação, essas conquistas não podem ser usufruídas pelos trabalhadores domésticos.

No que dependeu do Senado, a matéria foi tratada com grande celeridade, no ano passado. Já no dia 11 de julho, com 52 votos a favor e nenhum contrário, esta Casa aprovou o PLS nº 224 em 17 de julho de 2013. Enviado à Câmara, onde recebeu o número nº 302, de 2013, infelizmente o projeto de lei complementar empacou.

Mesmo assim, esperamos que a Câmara dos Deputados vote logo o Projeto de Lei, senhor Presidente, devemos comemorar a conquista, representada pela aprovação da Emenda Constitucional nº 72, e seguir lutando em favor dessa categoria tão nobre de trabalhadores, que nos auxilia e nos serve no íntimo âmbito de nossos lares, participando ativamente de nossas vidas.

Eles são, justamente por isso, mais que merecedores desses direitos e benefícios que os equiparam aos demais trabalhadores brasileiros. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senadora Vanessa, V. Exª será atendida na forma do Regimento no pedido que faz.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, colega Senadora, Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje tivemos uma manhã, como, aliás, é comum aqui no Senado

Federal, de movimentação e com relação à agenda de votações de matérias muito importantes nas diversas Comissões das quais faço parte.

Eu tinha me comprometido, Senador Mozarildo, a comparecer ao meio-dia a uma vigília que, há 20 dias, acontece no Salão Verde do Câmara dos Deputados, com a colaboração da Liderança da Câmara, o seu Presidente, Henrique Eduardo Alves, e também, de alguma maneira, com o apoio do Presidente desta Casa, Renan Calheiros, para acolher cerca de trinta aposentados do Aerus, Varig e também Transbrasil, que estão lá, há mais de vinte dias, sob as mais difíceis condições, porque não têm banho, porque não têm condições de alimentação adequada. Estão sofrendo ali confinados – é um confinamento aparente –, aguardando há oito meses que o Governo cumpra a sua palavra, tão somente isso.

Vejam que, hoje, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a aposentadoria para os Soldados da Borracha. Trata-se de uma indenização mais a garantia de um salário equivalente ao dos Expedicionários, um direito aprovado nesta Casa.

O Governo acolheu isso. E por que não resolve uma questão que a própria Justiça, através do Supremo Tribunal Federal, já decidiu com ganho de causa?

Então, eu queria explicar a minha ausência naquele ato, em que eu tinha me comprometido de estar às 12 horas, porque eu já estava aqui no Senado, na CCJ, tratando de matérias muito importantes para os produtores de todo o Brasil em relação ao um projeto de lei que foi aprovado, felizmente.

Eu queria dizer que esses 20 dias não podem ser em vão. Eu diria que vocês estão aqui acompanhando isso com muita paciência. Mas essa paciência está se esgotando, e com justiça, porque nós só temos a tribuna para falar e cobrar.

Eu queria, em nome da Graziella Baggio, que é a líder desse movimento. O movimento era hoje, ao meio-dia, para pedir e agradecer aos Parlamentares que têm hipotecado solidariedade e estado ao lado desses aposentados do Fundo Aerus Varig, para insistir naquilo que é líquido e certo, um direito desses aposentados.

O Estado falhou redondamente. Um erro crucial que acabou violentando o direito desses aposentados, que pagaram e usaram o seu dinheiro acreditando no sistema da previdência complementar, que é muito importante, mas que não tiveram retorno daquilo que pagaram, caro Presidente, Senador Cyro Miranda.

Então, essa é uma situação de indignidade, de desrespeito com essas pessoas.

O Senador Paim, o Senador Alvaro Dias, o Deputado Rubens Bueno e tantos outros, com a acolhida do Presidente da Câmara, mas *ad aeternum* não pode ficar.

A radicalização de hoje, com o protesto realizado, e agradecendo o apoio que esta Casa e a Câmara têm dado a esses aposentados, é o sinal da exasperação, do limite em que estão essas pessoas. E é perfeitamente compreensível.

Recebi, ontem, de um dos líderes solidários desta causa, que está em Porto Alegre, o Sr. Zingano, que é também variguiano – assim é chamado o pessoal do Aerus/Varig – uma mensagem que recebeu da Maria Goreti Cavalcanti Heich, do Rio de Janeiro, também aposentada do Aerus. E ela diz: “amigos, acabo de receber o oficial de Justiça em casa: uma dívida condominial no valor superior a R\$20 mil, a ser paga em 15 dias, a partir da data de protocolamento desta notificação, sob pena da penhora da minha casa”.

As pessoas estão perdendo a casa, Senador Cyro Miranda. Estão perdendo o que têm de mais sagrado, que é o direito de morar e de viver decentemente. Então, é inaceitável que a palavra que foi empenhada pelo Governo não tenha sido cumprida, porque eles acreditaram de boa-fé que isso aconteceria. Não aconteceu. Não aconteceu, e não se aceita. Não há mais razão para nenhuma desculpa. A média de idade desses 30 variguianos que estão ali em vigília é de 75 anos, Senador. Já passaram a juventude, já passaram a idade de viver uma vida mais tranquila. Muitos já morreram sem ver resgatado esse direito.

O Senador Paim, como eu já me referi, o Senador Alvaro Dias e eu estávamos juntos na CCJ – V. Exª é testemunha disso –, o que me impediu de estar lá, como tantos outros, junto com eles. Mas eles sabem que, no que depender de nós, estaremos vigilantes, usando a tribuna, que é o nosso maior instrumento como Parlamentares que somos. Nunca vai faltar pelo menos a solidariedade. E vocês estão, digamos, de forma solidária, no grupo, de forma ainda corajosa, mas esgotando a tolerância e a paciência com a palavra não cumprida. Porque se você não cumprir a palavra com uma dívida que tem, você será executado, como está sendo executada a Maria Goreti Heich, lá do Rio de Janeiro, uma variguiana.

São essas coisas que nós não podemos aceitar. Por que pode atender algumas demandas de alguns setores e desse não pode, quando o Estado é falho e falhou?

Então, eu gostaria, ao justificar minha ausência neste momento, dizer que vão continuar tendo de nós todos aqui a solidariedade e o empenho para sensibilizar e o Governo cumpra aquilo que prometeu. Se não podia cumprir, se não podia atender, não podia ter prometido. Simples. Se não podia cumprir, não podia ter prometido. Eles acreditaram de boa-fé.

Dito isso, caro Presidente, queria dizer também a razão por que eu estava lá. É que a Comissão de Constituição e Justiça, num belíssimo relatório do competente Senador Luiz Henrique da Silveira, votamos hoje, por unanimidade – queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy porque ele acabou desistindo da iniciativa de pedir vistas –, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 57, do ano passado, de autoria do meu colega, porque é Parlamentar, Deputado Federal Alceu Moreira, do PMDB, retirando do Contran a determinação de obrigar emplacamento e licenciamento de tratores e máquinas agrícolas.

Ora, fico vendo assim, parece que a gente tem um monte de burocratas em Brasília, como todo o respeito que lhes tenho, que trabalham em uma sala com ar-condicionado e ignoram o que acontece no interior de Goiás, no interior de Roraima, no interior do Rio Grande do Sul e de outros Estados, porque imaginar que máquina agrícola cause dano ou acidente... Elas ficam circunscritas ao trânsito dentro das granjas, das pequenas e médias propriedades rurais, ou grandes, que sejam. Elas ficam circunscritas àquilo.

Se você olhar o índice de acidentes provocados por máquinas, no máximo, são acidentes de trabalho ocorridos dentro da operação, por algum fator, mas dizer que causam um problema no trânsito, aí vai obrigar o agricultor a pegar o seu tratorzinho, a sua máquina, tirar da propriedade – olha só, Senador Mozarildo – e levar para o centro da cidade, que já está comprometido com o trânsito, levar à sede do Detran para fazer a vistoria e o emplacamento. E sabe qual é o objetivo disso? Se fosse a segurança do agricultor, mas não, é o desejo de arrecadar mais. É uma espécie de fúria arrecadatória. A estimativa, pelo número de máquinas que temos no País, é de R\$57 bilhões de arrecadação.

Felizmente nós sepultamos hoje, com o relatório do Senador Luiz Henrique – tive a honra de ter sido a Relatora na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal –, e, em caráter terminativo, deliberamos sobre isso. O Senador Suplicy abriu mão das vistas, para poder fazer essa matéria. Foi uma grande vitória essa que nós tivemos hoje.

Antes de encerrar, caro Presidente, Cyro Miranda, eu queria dizer que, assim como aconteceu com a cidadã cubana, a blogueira Yoani Sánchez, que foi hostilizada quando veio ao Brasil – ela não entendeu porque imaginava encontrar um país com democracia e tolerância, e em alguns lugares nem pôde falar –, está acontecendo praticamente a mesma hostilidade com a deputada mais votada da Venezuela, cassada, uma jovem deputada. E eu, como mulher, acho que tenho a obrigação de falar sobre isso. Ela foi hostilizada, ao chegar ao aeroporto de Brasília, pelos mesmos grupos de intolerância, que não aceitam o contraditório, não respeitam. É só o seu lado, só temos que respeitar o lado deles.

Então, quero dizer que a Maria Corina Machado é muito bem-vinda. Ela vai chegar daqui a pouco para falar na nossa Comissão de Relações Exteriores, por uma iniciativa do Presidente Ricardo Ferraço, que faz muito bem, porque nós precisamos ouvir os dois lados desta situação crítica que vive a Venezuela. Não somos nós que vamos dizer o que a Venezuela tem que fazer. O que nós temos que fazer é discutir a situação da Venezuela, para entender esse problema e ver como nós brasileiros e o Parlamento podemos, da melhor maneira, ajudar.

Senador Mozarildo, que é de um Estado vizinho à Venezuela, um pedacinho de Roraima está ali muito próximo, mas eu penso que nós temos que olhar a situação da Venezuela, sob pena de sermos omissos e termos uma neutralidade imperdoável, do ponto de vista político e do ponto de vista democrático.

Ora, se somos um país democrático, se defendemos tanto esses princípios, o mais relevante deles é respeitar a opinião dos outros, é respeitar o contraditório. Então, eu estarei lá também para acolher a deputada cassada Maria Corina Machado, esperando que ela tenha a compreensão dos verdadeiros democratas na sua passagem pelo nosso País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pelos três pontos que V. Exª nos trouxe aqui, principalmente, do pessoal da Varig, da Transbrasil e da Vasp, desse sofrido pessoal, muitos dos quais não tiveram o prazer de ver realizado o seu sonho, que é uma promessa do Governo brasileiro que tem que ser cumprida.

Eu acho que esta Casa deve e pode fazer como V. Exª está fazendo. Em relação aos tratores, parece até que é uma piada. Eu vejo isso também no meu Estado. Vira e mexe, alguém quer fazer uma lei voltada para isso. Não há o menor sentido.

V. Exª também aborda a situação da Venezuela e da cidadã colombiana, que veio aqui e não deixam expor o seu lado. Ouvir o contraditório, como V. Exª falou, é nossa obrigação, para que possamos, depois, pesar as duas coisas. Agora, não, a validade aqui só tem um lado. Então, eu acho que foi muito bem pontuado. Parabéns.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do seu Partido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de entrar no mérito da minha fala hoje, quero assinar embaixo do que a Senadora Ana Amélia disse. Até porque aprovamos um requerimento de minha autoria, na Comissão de Relações Exteriores, para três membros dessa comissão irem à Venezuela visitar o Parlamento e procurar nos inteirar de tudo, principalmente no que tange à prisão, à extorsão dos brasileiros que vão, que sempre foram à Venezuela. Aliás, isso sempre existiu, só que agora chegou ao absurdo de as pessoas serem presas porque não dão propina, inclusive, para os próprios policiais.

Mas o assunto que me trouxe a esta tribuna, hoje, é justamente fazer uma análise. E quero começar lendo aqui uma frase de Rui Barbosa, que honra este Plenário com seu busto aqui presente, porque foi um grande Senador, e que, em certo momento da sua vida política, disse o seguinte: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem bom chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha até de ser honesto.”

Isso foi dito em 1914 e continua tão atual quanto naquela época. Se não vejamos: no meu Estado, o governador atual assumiu o governo, primeiramente, pelo falecimento do Governador Ottomar. Então, ele tirou três anos e foi para a reeleição. Nesses três anos, ele já fez horrores em termos de corrupção e de todo tipo de endividamento do Estado, construiu uma supermansão. Ele, quando assumiu o Governo, era um empresário fadido e, hoje, ele anuncia que, depois de amanhã, vai se desincompatibilizar do cargo, para concorrer ao Senado.

Nada de mais, se esse cidadão, que foi reeleito com uma farta documentação de corrupção eleitoral, de abuso de poder, cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, que tem vários processos – um deles passou, desde 2011 até agora, e depois, por julgarem o caso de um Deputado do Piauí, deram o mesmo tratamento a ele –, não tivesse ainda dois processos para serem julgados no TSE: um de iniciativa do Ministério Público Federal, portanto, não da parte interessada, e outro também versando sobre essa questão de corrupção, de abuso de poder, de utilização da Rádio Roraima, uma instituição do Governo, para fazer política até no dia da eleição.

O Ministério Público, naquela época, mandou a Polícia Federal parar a programação desse jornalista, que estava fazendo campanha no dia da eleição espalhando, inclusive, boatos de que seu adversário teria desistido da candidatura.

Na verdade, o que o nosso povo vê lá? O que ele mesmo diz para todo mundo: que só ganha eleição quem tem o poder e quem tem dinheiro na mão. E ele tem as duas coisas.

Espero que ainda haja tempo para o TSE julgar e, usando a lei, realmente punir esse cidadão que desonra a nossa terra, o nosso povo, que, portanto, como disse Rui Barbosa, ri das nossas instituições e, sobretudo, se vale, como dizem muito na imprensa, da afirmação de que quem tem banco, isto é, dinheiro, e banca, isto é, bons advogados, não é punido. Esse cidadão é um exemplo de uma pessoa que deveria ter sido cassada já, mas não foi. Cumpru o mandato e vai disputar eleição para o Senado.

Espero, realmente, que ele dispute, mas espero muito mais ainda que o TSE o casse antes disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passo a condução dos trabalhos a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes, ainda chamo, como orador inscrito, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, desde que o nosso Partido, o PT, chegou à Presidência da República, em 2003, o Brasil tem crescido de uma forma muito equilibrada em todos os Estados da Federação.

O Presidente Lula e a Presidenta Dilma buscaram uma estratégia inteligente para distribuir, de maneira mais justa, as nossas riquezas, os nossos investimentos, e fomentar um desenvolvimento em que uma região não fosse mais contemplada do que outras.

O diálogo político elevado e o espírito republicano de Lula e de Dilma levaram o Governo Federal a não observar posicionamentos ideológicos e bandeiras partidárias, estabelecendo um novo pacto em favor do País, distanciando da velha prática de favorecer apenas os aliados.

Nesse sentido, quero aqui ressaltar o imenso bem que essa forma responsável e ativa de fazer política fez a todos os Estados brasileiros, mas muito especialmente ao Estado de Pernambuco;

Sem dúvida alguma, os investimentos federais foram decisivos para dinamizar a economia pernambucana e levá-la a crescer mais do que a média do Nordeste e do Brasil, assim como melhorar a vida da nossa população.

Apenas para destacar alguns programas sociais, temos mais de um milhão de famílias beneficiadas em Pernambuco pelo programa Brasil sem Miséria.

No Programa Mais Médicos, o Governo da Presidenta Dilma está assegurando que, até o fim deste ano, nós tenhamos atendida a demanda de todos os 529 médicos que foram solicitados pelos Municípios do Estado. Fecharemos 2014 garantindo a dois milhões de pernambucanos o direito à atenção básica de saúde.

No que diz respeito aos investimentos federais diretos, existem lá quase três mil empreendimentos em execução somente pelo PAC 2.

Nos últimos anos, foram aplicados, pelo menos, R\$100 bilhões em Pernambuco nas áreas de transporte, energia, saneamento, mobilidade urbana, habitação e recursos hídricos. Enfim, há ações de toda natureza que têm recuperado a economia do Estado e oferecido melhor condição de vida aos pernambucanos.

Em rodovias, ferrovias e portos, são mais de R\$10 bilhões para recuperação, conclusão e ampliação da nossa capacidade de transporte. São obras fundamentais, como a Transnordestina e o Arco Metropolitano do Recife, que darão ao Estado um avanço inestimável em sua infraestrutura.

Outros R\$8,5 bilhões estão transformando a face do Sertão com a transposição do Rio São Francisco, cujos trabalhos estão em ritmo avançado e devem levar, ainda este ano, 100 quilômetros de água pelos dois eixos, o Leste e o Norte. É uma das maiores obras hídricas do mundo, que vai beneficiar 12 milhões de brasileiros.

Com o Minha Casa, Minha Vida, o Governo da Presidenta Dilma já destinou mais de R\$2 bilhões em financiamento de habitações, dando casa às famílias mais pobres de Pernambuco, retirando muitas delas de áreas de risco e resgatando outras de uma vida em moradias precárias.

Pois bem, em que pese essa relação política de alto nível conduzida pela Presidenta Dilma, não tem havido uma contrapartida justa, ultimamente, por parte do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que é pré-candidato à Presidência da República. Especificamente, nessa reta final, em que o Governador prepara-se para deixar o comando do Estado – o que deve acontecer na próxima sexta-feira.

Nessa corrida em favor da própria candidatura, o Governador deu início a uma maratona torta de inaugurações, muitas delas de obras ainda inacabadas, onde não têm tido lugar a delicadeza e a justiça.

São obras feitas com o dinheiro do povo brasileiro – inclusive do povo pernambucano –, repassado a Pernambuco pela União, que o Governador tem inaugurado como se fossem obras exclusivamente suas.

Não tem havido convite às autoridades federais ou acertos de agenda com autoridades federais ou com a bancada federal para a prestação de contas pública à população.

Antes de mais nada, esses eventos têm servido à promoção da candidatura do Governador e do seu candidato à sucessão estadual e servido também à campanha eleitoral antecipada de ambos.

Na melhor das avaliações, é de se classificar como injusta essa forma de conduzir o processo político.

Esconder a participação do Governo Federal, que tem investido mais de R\$100 bilhões em Pernambuco, é um ato que não faz justiça à história do Governador Eduardo Campos.

Hoje mesmo, a agenda do Governador dá conta de que ele estará esta tarde em Vicência, na Mata Norte do Estado, inaugurando a primeira etapa do sistema adutor do Siriji, onde a União investiu R\$30 milhões para beneficiar a população de sete Municípios da região. Mas não houve qualquer comunicação ou convite ao Governo Federal. Essa agenda não foi construída com o Ministério da Integração Nacional, responsável pelo financiamento da obra.

Igualmente – e essa é mais grave –, está anunciada para esta semana a inauguração do Museu Cais do Sertão, que custou cerca de R\$97 milhões, a maior parte recursos da União.

Foi um projeto nascido do carinho e do empenho do Presidente Lula para homenagear o grande artista pernambucano Luiz Gonzaga, e que teve os recursos garantidos pelo governo Lula e pelo governo da Presidenta Dilma.

Mas, também, nesse caso, a memória do Governador Eduardo Campos não foi capaz de lhe reavivar o humilde gesto de gratidão pelo apoio federal decisivo à execução dessa grandiosa obra cultural para Pernambuco. E olhe que o Presidente Lula, por mais de uma vez, transmitiu ao Governador, disse à imprensa, e a Presidenta Dilma também, que gostariam muito de estar presentes à inauguração do Museu Cais do Sertão, o museu Luiz Gonzaga. No entanto, sequer a Ministra da Cultura lá estará, porque não houve um entendimento, e o Governo Federal estará lá representado por um funcionário, com todo o respeito, de segundo escalão, quando, na verdade, deveria estar lá o Presidente Lula e deveria estar lá a Presidenta Dilma.

Nesse mesmo movimento, comenta-se que, amanhã, será inaugurado o Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru, que será essencial para a rede de saúde do Agreste do Estado. Somente em emendas parlamentares, eu, como Senador, tive a possibilidade de aplicar mais de R\$35 milhões para viabilizar o hospital. Porém, no âmbito do Governo Federal ou da nossa Bancada, não há informações...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... a inauguração distribuídas aos veículos de comunicação. No entanto, diz que haverá essa inauguração. Espero que o bom senso, assim, não leve o Governo de Pernambuco a fazê-lo.

Esses atos não engrandecem as relações políticas. A utilização da máquina pública para promoção eleitoral é uma prática que diminui o agente público e que não deve ser conservada na nossa democracia. Aliada a isso, a falta de reconhecimento de todos os atores envolvidos para a execução de um empreendimento, do ponto de vista administrativo, também não é um ato de justiça.

Aqui não estamos querendo tirar os méritos do Governo do Estado, mas não podemos aceitar que os méritos do Governo Federal não venham igualmente...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... Sr. Presidente.

Com o cidadão, a omissão de informações dessa natureza não contribui para o efetivo controle social.

De maneira que quero aqui registrar minha desaprovação, minha respeitosa desaprovação a essa forma de condução política e dizer da certeza que tenho de que o povo brasileiro, especialmente o povo pernambucano – um povo grato, um povo que sabe reconhecer, um povo que sabe do papel e da importância de Lula e de Dilma para que Pernambuco chegasse ao que é hoje –, não concorda com esse tipo de posicionamento e, especialmente, não é admirador da ingratidão.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Portanto, Sr. Presidente, espero que, ao menos, nessa inauguração que acontecerá amanhã, do Museu Cais do Sertão, museu do Luiz Gonzaga, S. Ex^a faça uma referência para dizer quanto de recursos do Governo Federal estão sendo aplicados naquela obra e dizer e agradecer ao Presidente Lula, à Presidenta Dilma e ao povo brasileiro por essa obra tão relevante para o nosso Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Cyro Miranda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Depois de ouvirmos o eminente Senador Humberto Costa, vamos passar agora a palavra, como Líder, ao eminente Senador Cyro Miranda, de Goiás. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente desta sessão, aniversariante neste dia, querido amigo, que representa o Estado de Santa Catarina, a quem nós aqui rendemos as nossas homenagens e os nossos parabéns. Que V. Ex^a tenha um caminho longo, bem pavimentado, e os quebra-molas que estão aí pela vida, como já passou por tantos, continue a passar por este. A V. Ex^a o nosso carinho e a nossa admiração.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Rádio, TV e Agência Senado, a CPI da Petrobras deve ser vista como uma questão de prioridade nacional, uma resposta do Congresso às justas cobranças da sociedade civil.

Os brasileiros, verdadeiros proprietários da Petrobras, querem saber como a empresa conseguiu fazer um negócio, em Pasadena, capaz de resultar em R\$3 bilhões de prejuízo. Entender como se deu a compra e a venda da refinaria não pode ser visto como uma manobra meramente eleitoral, uma tentativa de atingir a Presidente da República. Essa é uma maneira simplista de negar a importância da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI pode ser uma oportunidade única para que todo o processo se esclareça, inclusive o papel do relatório que teria orientado a Presidente, em cuja responsabilidade recai a palavra final para a assinatura de compra e venda de Pasadena.

A CPI sobre a Petrobras é, sem qualquer dúvida, mais uma oportunidade de o Congresso Nacional entrar em sintonia com o atual nível de participação política da sociedade brasileira.

Saber o porquê de apenas uma transação ter resultado em prejuízo tão vultoso é uma pergunta de todo brasileiro, do cidadão comum.

Se o Congresso abre mão de exercer o legítimo e devido direito de investigar possíveis desmandos na Petrobras, por qualquer razão que seja, passa um atestado extremamente negativo para a imagem deste Parlamento.

A CPI deve ser vista como mais uma oportunidade de estabelecer critérios de condução da coisa pública.

O que todos nós queremos é evitar prejuízos à Nação. O que todos queremos é evitar a dilapidação de um patrimônio construído ao longo de sessenta anos.

Como bem salienta o requerimento de criação da CPI, o objetivo não se restringe apenas à compra da refinaria, mas a diversas denúncias que têm colocado em risco a credibilidade e o valor da empresa no mercado.

Além de investigar a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, queremos apurar se houve, ou não, pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore para obtenção de contratos com a Petrobras.

Isso não pode passar em branco, Sr. Presidente, porque é um fato gravíssimo que se correlaciona a uma gestão questionável da Petrobras.

A CPI deseja apurar, também, a denúncia de que plataformas são lançadas ao mar sem equipamentos de segurança necessários e se há superfaturamento na construção de refinarias.

Como bem observou o Senador Alvaro Dias, o objetivo da CPI não é prejudicar uma empresa importante para o País. É salvá-la!

Se não forem tomadas providências enérgicas na condução da Petrobras, a empresa correrá sérios riscos de ser ainda mais dilapidada. Com a atividade e a promessa de torná-la uma empresa séria, só com essa promessa de torná-la séria e apurar os casos e os desmandos, a empresa já está tendo uma alta relevante na Bolsa de Valores.

Os valores envolvidos em todas essas transações estão longe de ser inexpressivos ou migalhas. São somas que mostram, por exemplo, que o valor da refinaria Abreu e Lima se multiplicou sem uma justificativa razoável.

Exatamente por isso não procede a tentativa do Governo, sob qualquer pretexto, de barrar a CPI, sobretudo se for fundamentado nos argumentos de requerimento apresentado ontem pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Se o Senado acatar uma manobra como essa da nobre Senadora, com certeza contribuirá para a má gestão das empresas públicas e para um prejuízo a ser pago pelas futuras gerações. Investigar a Petrobras é, antes de tudo, um imperativo cívico, um dever e um serviço à Nação.

Indagamos agora quem era o Presidente da República na época, responsável por tudo, é lógico. É evidente que ele vai dizer que nada sabia. Como sempre, nada sabia e se finge de morto. Hoje não se fala quem era o Presidente naquela época.

(Soa a campanha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, hoje eu gostaria também de me referir a um dos maiores desafios que se colocam diante do Brasil e de qualquer Presidente que venha a ocupar o Palácio do Planalto em 2015. Falo, Sr. Presidente, da qualidade da educação do Brasil.

O resultado do Programa Internacional de Avaliação de Alunos coloca o Brasil em 38º lugar num total de 44 países. O Pisa testou, pela primeira vez, a capacidade dos estudantes de 15 anos do mundo todo em resolver problemas de matemática aplicados à vida real.

Estamos praticamente no final da fila. Pior, o resultado mostrou que só 2% dos alunos brasileiros conseguiram resolver problemas de matemática mais complexos. Entre os estrangeiros este número chegou a 11%.

Para chegar ao resultado, a avaliação incluiu perguntas em que o aluno tinha de, hipoteticamente, manusear um aparelho de MP3 *Player* e ainda comprar bilhetes em uma estação de trem, em uma máquina.

O desempenho dos estudantes foi testado em matemática, ciências e leitura. Nas três disciplinas, o Brasil teve desempenho pífio. Entre 65 países, o Brasil ficou na colocação 58ª na avaliação de matemática, 55ª em leitura e 59ª em ciências.

Trata-se de um desempenho medíocre e injustificável, sobretudo quando se consideram as implicações de um resultado desses para o futuro das gerações de jovens brasileiros e para o Brasil.

Um país que oferece ensino público tão deficiente e incompatível com a realidade da sociedade do conhecimento tecnológico desconstrói o caminho para o desenvolvimento e pavimenta o retrocesso.

Não há como não chamar à responsabilidade o Governo do Partido dos Trabalhadores pelo atual quadro vexatório da educação brasileira. O PT já está há mais de 10 anos no poder, mas não foi capaz de construir nem sequer de lançar as bases de uma política pública séria e eficiente para transformar o ensino público no Brasil.

A educação revela-se como um dos mecanismos mais democráticos que uma nação pode oferecer a seu povo. É a educação que promove o pleno desenvolvimento intelectual do indivíduo, ao tempo em que o prepara para conquistar os espaços no mercado do trabalho e o afasta do descaminho da criminalidade e da violência.

Todas as vezes que se divulgam testes do Pisa, as autoridades do Governo apressam-se em falar de programas tímidos e incapazes de impulsionar o Brasil para o futuro. O PNE é um exemplo. Mudança total fizeram no nosso plano. Deixaram um plano pequeno, tacinho, tímido, apenas para alcançar índices que, na realidade, são destruídos com as pesquisas internacionais.

O Plano que deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 2011 ainda está na Câmara dos Deputados. Eu acho que interpretaram o Plano Decenal diferente. Acho que significa que esse Plano Decenal deve ficar por 10 anos em discussão no Congresso. É um absurdo, Sr. Presidente.

Estou terminando.

Na semana passada, o Ministério da Educação anunciou a criação, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, de estudo de pós-graduação para formar pesquisadores e professores que estudem os impactos das competências socioemocionais como otimismo, responsabilidade, determinação e curiosidade no aprendizado dos alunos. Convenhamos, Sr. Presidente, isso é muito bom, mas muito pouco quando se considera o tamanho e a dimensão do problema.

O futuro Presidente da República precisará enfrentar esse desafio do Brasil, porque a educação hoje é um dos maiores símbolos do atraso do País. Mostra que, assim como na economia, o gigante, se nada for feito, estará mais propenso a cair no berço esplêndido do eterno sonho ufanista do que a se levantar e dar os passos decisivos em direção ao desenvolvimento sustentável e duradouro.

Não podemos admitir que se faça da educação um mercantilismo. Não podemos fazer da educação uma *commodity*. A educação precisa ser uma questão de Estado, acima de qualquer ideologia política ou partidária, porque é o alicerce do futuro do Brasil.

Muito obrigado, Presidente, pelo tempo extra que me concedeu.

Durante o discurso do Sr. Cyro Miranda, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Após a palavra do Senador Cyro Miranda, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, como orador inscrito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre e nobre Senador Dr. Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã tivemos uma reunião muito importante da Comissão de Justiça e Cidadania.

Aprovamos um projeto de autoria do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul, do qual fui Relator, e do qual a Senadora Ana Amélia foi Relatora na Comissão de Agricultura e Política Rural, isentando as máquinas agrícolas dos ônus do emplacamento, dos ônus do IPVA, o que beneficia, Senador Casildo Maldaner, principalmente os agricultores familiares e os pequenos agricultores.

Mas, além disso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós aprovamos um projeto da autoria da Senadora amazonense, catarinense por nascimento, Vanessa Grazziotin, do qual foi Relator o ex-Governador do Paraná, Senador Roberto Requião.

O que dizia o projeto da Senadora Grazziotin e o que dizia o parecer do Senador Requião? Que nenhuma empresa privada poderá, a partir da entrada em vigor desse projeto de financiamento de campanha política...

É um passo muito grande na direção da reforma política. É uma sinalização importante para a decisão que está em curso no Egrégio Supremo Tribunal Federal, que aprecia iniciativa no mesmo sentido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a democracia que nós constituímos a partir da substituição do regime autoritário por um governo democrático, que teve José Sarney, em substituindo Tancredo Neves, como o seu primeiro Presidente, está ainda eivada de vícios no que diz respeito à eleição dos representantes do povo.

A democracia brasileira precisa ser aprimorada.

A reforma política, Senador Pedro Simon, que adentra a este cenário, é a reforma das reformas. É a mais importante. É a reforma fundamental para que nós possamos ter, efetivamente, a democracia no seu postulado jurídico institucional, para avançar para uma democracia social, que reduza as desigualdades tão gritantes que temos neste País.

Pois bem. Aprovamos o projeto de lei nos termos da emenda proposta pelo Senador Requião, proibindo o financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas.

Nada é mais pernicioso neste País do que o financiamento das eleições, que reduz a independência do financiado. O financiamento feito por grandes conglomerados exige a retribuição do governo durante o seu curso. O financiamento privado é a matriz dos casos de corrupção que estão sendo investigados neste País.

Tempos atrás, fiz um discurso desta tribuna perguntando: quem está nos bancos dos réus no Supremo Tribunal Federal? E eu respondia: quem está sentado no banco dos réus do Senado Federal é o sistema de financiamento das campanhas eleitorais.

Estou lendo um livro fantástico e que é uma verdadeira bíblia para compreendermos o que está por vir, para entendermos as próximas décadas, para vislumbrarmos, para diagnosticarmos o que vai acontecer na economia, na política e na estrutura social das próximas décadas. É um livro do Ex-vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore, que se chama *O Futuro*. Lá está escrito com todas as letras que a grande causa da paralisia do Congresso Nacional dos Estados Unidos, a grande causa do fato de o Congresso norte-americano ter perdido a noção de longo prazo, a grande causa da imersão dos parlamentares norte-americanos no curto prazo, como acontece aqui, tem dois ingredientes: primeiro, eleição a cada dois anos; segundo, financiamento privado dos candidatos aos cargos eletivos nos Estados Unidos.

Está lá, naquele livro, escrito com todas as letras, que uma das causas da perplexidade da política norte-americana é essa imersão, no curto prazo, em função de eleições a cada dois anos e da absoluta influência das quatrocentas famílias mais ricas dos Estados Unidos e do *lobby* que realizam no Parlamento norte-americano.

Aqui é pior. Lá o dinheiro flui de forma transparente. Todo mundo sabe quem financiou quem. Todo mundo sabe a quem serve aquele ou aquele Parlamentar. Aqui o dinheiro flui de forma escusa em boa parte das vezes. É o dinheiro do caixa dois. É o dinheiro daqueles que financiam para obter vantagens dos governos, porque é inconcebível que uma organização empresarial possa financiar um candidato com R\$20, R\$30, R\$40, R\$50 milhões sem ter a expectativa de obter de volta o seu retorno.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental que façamos, ontem, a reforma política no nosso País. É fundamental que estabeleçamos proibição de financiamento...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... privado e, em troca do financiamento privado, o financiamento público. É fundamental que estabeleçamos que todos os mandatos tenham duração de seis anos e que as eleições se realizem, coincidentemente, a cada seis anos. É fundamental que a campanha no rádio e na televisão seja feita ao vivo, como era no princípio. Como era no princípio!

Eu fui eleito Deputado Estadual e Deputado Federal, apresentando-me ao vivo na televisão. Hoje, não se sabe quanto custa uma eleição presidencial. Falam que a produção, o marketismo de uma campanha presidencial chega a custar R\$300 milhões. Falam que o marketismo e a produção de TV de uma eleição estadual custam R\$50, R\$100 milhões conforme o tamanho do Estado, podendo chegar até R\$150 milhões. De onde vem esse dinheiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? De onde vem esse dinheiro, essa montanha de dinheiro para financiar essa maquiagem eleitoral em que o candidato se apresenta para ler o texto que o marketeiro escreveu e que em seu apoio se estabelece toda uma estrutura spielberguiana de efeitos especiais, com computação gráfica e todos os efeitos que fazem da televisão brasileira um êxito em todo o mundo, ...

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... sob o aspecto técnico.

Já vou concedê-lo.

Eu não sei, Sr. Presidente, por que não fizemos ainda essa reforma política para estabelecer financiamento privado, proibição de coligações, que criou o mercado de legendas por tempo de TV? Por que não aprovamos o voto partidário em lista fechada...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... para vereador, deputado estadual e Deputado Federal? Por que ainda não estabelecemos mandato de seis anos...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... sem reeleição? Por que ainda não avançamos para o voto distrital e para o parlamentarismo?

Digamos que o voto distrital e o parlamentarismo ainda sejam o ideal a chegar na frente, mas por que não chegamos nessas reformas mínimas?

Hoje, Senador Casildo, durante as discussões na Comissão de Justiça, foi relatado, não me lembro por qual colega, que, em 1993, nós já aprovamos o financiamento público aqui no Senado e que teria sido em votação unânime – talvez o Senador Pedro Simon possa dar mais detalhes. E o que aconteceu? O projeto foi para a Câmara e não prosperou. 1993! Quer dizer, estamos a 21 anos de uma decisão que a Câmara Alta já tomou, e não prosperou.

Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sei que o Senador Pedro Simon está na frente, mas eu apenas quero endossar e lembrar uma façanha. V. Exª lembra que, na sua eleição para deputado estadual, a campanha, a televisão era ao vivo, era sem *teleprompter*, não havia essas questões.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não havia *teleprompter* naquela época.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não havia nada, eu lembro. E isso foi em 70.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O que o candidato tinha de ter era coisa para dizer. O que o candidato tinha de ter era programa. O que o candidato tinha de ter era convicção. O que o candidato tinha de ter era ideologia. O que o candidato tinha de dizer nenhum marqueteiro disse para ele; ele formou, na sua convicção de vida.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero elogiar porque isso aí, na verdade, é a realidade, é a transparência, é o que pensa a pessoa em si quando vai conversar com o eleitorado. Ele transmite aquilo que é. Não é fabricado, não são aquelas facetas todas montadas eletronicamente que vendem, muitas vezes, uma imagem do que na realidade não é. Isso não é comprado, não é pago, não é negociado, e eu acho essa tese extraordinária, Senador Luiz Henrique. V. Exª prega isso, não é de hoje, não é de hoje. Eu concordo com o ditado: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Então, essas conquistas que V. Exª elenca de um voto distrital, quem sabe um misto dessas não coligações, principalmente no primeiro turno, para fortalecer os partidos, porque aí teremos trinta legendas, teremos partidos mais fortes, quem quiser entra em campo. Então, são essas questões todas. Quero cumprimentá-lo. É fundamental, sem dúvida alguma. E V. Exª, que é um político extraordinário, igual a essa série de políticos da reforma política, de um mandato de uns seis anos, sem reeleição, para unificar melhor, é fundamental. Cumprimento-o, Senador Luiz Henrique, de coração.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Exª.

Hoje pela manhã, acho que foi o Senador Valdir Raupp, que disse que há candidatos a Governador que já negociaram com 20 legendas. Estabeleceu-se o mercado eleitoral dentro da seguinte lógica: pega assinatura, cria partido e espera eleição para vender o tempo de serviço, o tempo de tevê, por menor que seja. Para vender o tempo de tevê por menor que seja.

Não é possível que continuemos assim. Aliás, nós que fomos do grupo autêntico do MDB tivemos uma atitude muito radical, uma atitude não seletiva, uma atitude não inteligente. Tudo que é da chamada Revolução de 64 é ruim. E, aí, a revolução tinha estabelecido fidelidade partidária, é lógico. Nós rejeitamos a fidelidade partidária.

O regime de 64 tinha estabelecido, tinha ido ao radicalismo máximo de só permitir dois partidos: um para ser governo e outro para fazer de conta que era oposição. Nós abrimos a possibilidade de criação de novos partidos, ao invés de sairmos do radicalismo da Revolução de 64 ou do Golpe de 64 e verificamos que só cabiam neste País cinco ou seis partidos que representariam os cinco ou seis espectros ideológicos da Nação, nós, não, nós escancaramos as portas, nós reduzimos as possibilidades de normas para a criação de novos partidos.

E hoje está aí, esse mercado de legenda que é tão hediondo quanto o mercado de escravos combatido tão extraordinária e tão heroicamente por Castro Alves nas suas odes contra a escravatura.

Pois bem, Senador Casildo, nós hoje temos que, de uma vez por todas, resolver essa mancha da nossa democracia. Revogar financiamento privado, a não ser o financiamento do cidadão, limitado a dois, três, quatro ou, no máximo, cinco salários mínimos; estabelecer a propaganda na TV ao vivo; estabelecer o fim das coligações; estabelecer o voto partidário para Deputado estadual, Federal e vereador. São avanços mínimos que nós temos que fazer para que o povo volte a ter apreço pelos partidos, para que o povo possa acreditar coletivamente nos políticos e na vida pública, para que a democracia representativa volte a ter credibilidade neste País.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É necessário, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que façamos essas reformas.

De qualquer forma, eu quero exaltar o projeto da amazônida catarinense Vanessa Grazziotin, saudar o relatório do Senador Roberto Requião e dizer que a reunião de hoje pela manhã da Comissão de Justiça valeu por um tempo longo de mandato aqui no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, eu quero ler expediente que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O Senador Inácio Arruda apresentou o **Requerimento nº 284, de 2014**, por meio do qual solicita, nos termos art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 11 de abril, para integrar a delegação que representará o Se-

nado no VII Fórum Mundial Urbano, que terá lugar em Medellín, Colômbia. Comunica, também, nos termos do art. 39 do Regimento, que estará ausente do País no referido período

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, "ad-referendum" do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 284, de 2014.

É o seguinte o Despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao **Requerimento nº 284, de 2014**, do Senador Inácio Arruda que *requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, de 08 a 11 de abril de 2014, para representar o Senado Federal no VII Fórum Mundial Urbano, que ocorrerá no período de 05 a 11 de abril de 2014, em Medellín, Colômbia. Comunica nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 08 a 11 de abril de 2014.*

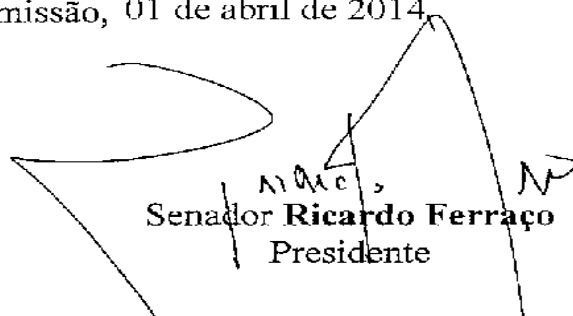
A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 27 de março de 2014, no período noturno, o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador **Inácio Arruda**.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, esta Presidência avoca a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado.

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do **Requerimento nº 284, de 2014**, do Senador **Inácio Arruda**.

Sala da Comissão, 01 de abril de 2014.


Senador **Ricardo Ferraz**
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não havendo objeção do Plenário, o requerimento será encaminhado segundo a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Senadora Lídice da Mata apresentou o **Requerimento nº 301, de 2014**, por meio do qual solicita que o período de licença constante do **Requerimento 258, de 2014**, para representar o Senado Federal no VII Fórum Mundial Urbano, que terá lugar em Medellín, Colômbia, seja modificado de 5 a 11 para 8 a 11 de abril.

Comunica, também, nos termos do art. 39, que estará ausente do País no período de 7 a 12 de abril.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores *ad referendum* do seu colegiado, pela aprovação de requerimentos.

É o seguinte o Despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao **Requerimento nº 258, de 2014**, da Senadora Lídice da Mata que *requer, nos termos dos art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação da Presidência do Senado Federal para participar da delegação que representará a Casa no VII Fórum Mundial Urbano, que terá lugar em Medellín, Colômbia, de 5 a 11 de abril de 2014. Comunica, ainda que estará ausente do País no período de 4 a 12 de abril de 2014.*

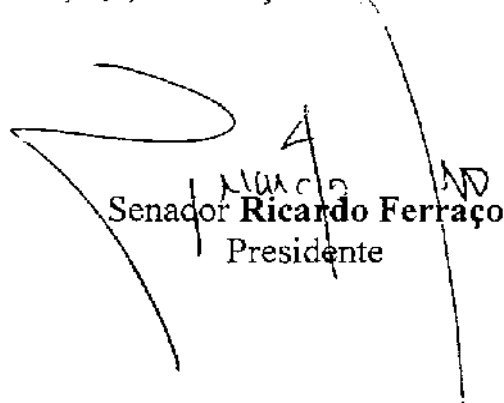
A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 25 de março de 2014, no período noturno, o Requerimento em epígrafe, de autoria da ilustre Senadora **Lídice da Mata**.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, tendo em vista que a Reunião marcada para o dia 27 de março de 2014 tem finalidade específica, ou seja, realização de Audiência Pública, este Presidente avoca a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do **Requerimento nº 258, de 2014**, da Senadora **Lídice da Mata**.

Sala da Comissão, 27 de março de 2014.



Senador **Ricardo Ferraço**
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não havendo nenhuma objeção do Plenário, está aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, agora, ao Senador Dornelles, para falar para uma comunicação inadiável.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em 1974 os Estados Unidos propuseram a imposição de um imposto de 35% sobre a importação de calçados do Brasil.

Responsável por preparar a defesa dos calçadistas brasileiros, tive um encontro, nos Estados Unidos, com o advogado Noel Hemmendinger. Disse-me ele que não tinha condições de avaliar a importância de um protesto que o Brasil poderia fazer junto a organismos internacionais, mas que, em termos operacionais, seria muito importante se o Brasil pudesse conseguir, para a causa dos seus calçadistas, alguma interferência do setor cinematográfico daquele país. Retornando ao Brasil, relatei o assunto ao Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen.

Foi preparada uma minuta de decreto-lei, aumentando o imposto brasileiro sobre os *royalties* de filmes estrangeiros para 35%. A minuta de decreto-lei foi mostrada ao Harry Stone, que representava o cinema americano no Brasil, com a afirmação de que, caso os Estados Unidos colocassem um imposto de 35% sobre calçados brasileiros, o imposto brasileiro sobre *royalties* seria fixado em 35%.

Meses depois, num sábado, estava eu na minha residência no Rio de Janeiro, quando atendi a um telefonema de uma pessoa falando espanhol, que se identificou como sendo Jack Valenti, então Presidente da Motion Pictures. Disse-me ele que chegava de um almoço com o Presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, e que o imposto sobre calçados brasileiros não seria de 35%, mas de 3,5%. Disse-me ele, ainda, que não tinha conseguido dar a notícia ao Ministro Simonsen, mas pedia que fosse dada por meu intermédio. Pedi ainda que o Ministro Simonsen mantivesse reserva sobre a decisão, visto que a comunicação oficial só seria dada ao governo brasileiro dentro de algumas semanas. Perguntou-me como ficaria o imposto sobre os *royalties* do cinema. Respondi que nesse caso ficaria sem mudança.

Realmente, dentro do prazo por ele mencionado, o Governo dos Estados Unidos anunciou que o imposto sobre calçados do Brasil seria de 3,5%.

Faço esse relato para mostrar a importância que o Governo dos Estados Unidos dá ao cinema, como importante instrumento de política industrial e também como importante instrumento de divulgação dos valores culturais do País.

A indústria de cinema no Brasil tem um enorme potencial de crescimento. Vem ela recebendo do Governo brasileiro um apoio, que poderia ser maior, mas que é considerado razoável.

O automóvel estrangeiro que entra no Brasil paga um imposto de 35%. Eliminado esse imposto, a indústria automobilística nacional viraria pó. Muitos setores industriais são protegidos por tarifas de importação. Não se pode nunca pensar em colocar o imposto de importação na área cultural. A proteção ao cinema nacional tem que ser feita por outros instrumentos, sendo a reserva de mercado um deles.

Recentemente, o ilustre Ministro Dias Toffoli acatou uma demanda que argui a inconstitucionalidade da cota estabelecida para a proteção do filme brasileiro. Estou certo de que o Ministro Toffoli, com a sua competência, vai examinar com carinho o assunto, que é de fundamental importância para a sobrevivência da indústria cinematográfica brasileira.

Espero que a Ancine, o Ministério da Cultura e a Advocacia-Geral da União acompanhem esse caso no Supremo Tribunal Federal.

Cacá Diegues, um dos mais ilustres cineastas do nosso País, a quem o cinema nacional muito deve, escreveu sobre a matéria o artigo “O Espelho Partido”, publicado no Jornal *O Globo* do dia 22 de março, que eu transcrevo junto com meu pronunciamento, e peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que seja transcrito nos *Anais do Senado*.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “O espelho partido”, *O Globo*, do dia 22 de março de 2014.

O ESPELHO PARTIDO

O Brasil não inventou a cota de tela, ela existe em quase todos os países do mundo

Na segunda metade dos anos 1970, quando Roberto Farias era o diretor-geral da Embrafilme, Jack Valenti, então presidente da Motion Pictures Association of America (MPAA), representante dos estúdios de Hollywood, veio ao Brasil para tentar evitar nova legislação que beneficiaria o cinema brasileiro, baseada sobretudo na reserva de mercado para filmes nacionais. O presidente Ernesto Geisel mandou-o conversar com os cineastas brasileiros, através da Embrafilme. Valenti voltou para casa de mãos vazias.

Naquela ocasião em que todos temiam as consequências da frustração das majors americanas, o velho Luiz Severiano Ribeiro, o maior exibidor de cinema no Brasil, declarou que não temia retaliação, pois a Embrafilme, com sua vasta e diversa produção de filmes, lhe permitia enfrentar pressões e imposições de quem quer que fosse.

Hoje, a cota de tela no Brasil é estabelecida pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), segundo os resultados do ano anterior, ouvindo o mercado e seus agentes, exibidores, distribuidores, produtores e realizadores. A cota para 2014 foi discutida e aclamada por todas essas áreas da economia do cinema, incluindo os responsáveis pelos filmes estrangeiros. Mas ela acaba de ser contestada por um grupo de exibidores do Rio Grande do Sul, que pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a considere inconstitucional (pelo visto, os inimigos do cinema brasileiro não são mais os americanos da MPAA). O relator do processo, ministro Dias Toffoli, aceitou a demanda que vai ser julgada em breve no STF.

Essa reserva de mercado para filmes nacionais existe desde o início dos anos 1930, quando o presidente Getúlio Vargas instituiu-a. Em 1951, em seu segundo governo, Vargas criou o “oito por um” — para cada oito filmes estrangeiros, a sala era obrigada a programar um brasileiro. Essa cota progrediu e se tornou um dos pilares de 80 anos de construção do cinema brasileiro. Nem mesmo durante a ditadura militar ela foi contestada, apesar de tantos filmes brutalmente censurados pelo regime. Com Roberto Farias à frente da Embrafilme, a cota alcançou seu ponto culminante na história de nosso cinema, passando a 140 dias por ano.

O Brasil não inventou a cota de tela, ela existe em quase todos os países do mundo. Os próprios Estados Unidos, no início do século XX, quando sua indústria cinematográfica ainda era incipiente, impediram legalmente a exibição de filmes europeus em seu território.

Na China, somente dez filmes americanos por ano podem entrar no país. Na Índia, no Egito, na Coreia do Sul e em outras nações, a cota é estabelecida a partir do número de cópias de filmes estrangeiros permitidas de circular. Em toda a União Europeia, existem cotas na televisão para filmes nacionais e europeus; e, nos cinemas, rigorosa taxação sobre o filme estrangeiro que reverte à produção nacional.

Incentivos fiscais e cotas de tela são, em todo lugar do mundo, os principais mecanismos de proteção da indústria local, inclusive nos Estados Unidos. A Organização Mundial de Comércio (OMC), criada para garantir,

entre outras coisas, tratamento equânime entre produtos nacionais e estrangeiros, reconhece que o audiovisual deve ser uma exceção às suas regras.

O audiovisual é o espelho de uma nação. Sem ele, seria como se vivêssemos numa casa sem espelho, onde não vemos nosso rosto, não sabemos nos reconhecer. O crescimento, a diversidade e o sucesso de público recente dos filmes brasileiros podem fazer até com que não precisemos mais de cotas. Mas sem elas, nosso público estaria condenado a ver apenas comédias, não haveria mais espaço para filmes inovadores. Numa democracia, temos que respeitar o gosto do público e, ao mesmo tempo, criar condições para a manifestação das minorias que desejam mudá-lo.

Além disso, a cota de tela tem também um valor simbólico, como se enfiássemos a bandeira no chão, afirmando que aquele território é nosso.

Recentemente, a Ancine conseguiu aprovar uma lei em que as televisões pagas são obrigadas a exibir umas poucas horas de produção nacional independente por semana. Essa lei está provocando a renovação da televisão, através de produtores culturais com ideias novas. Ela é um instrumento para a superação dos preconceitos recíprocos entre televisão e cinema. Tudo isso pode acabar se o STF atender os poucos exibidores gaúchos que ainda não entenderam o país e seu cinema, que desejam partir o espelho.

*Cacá Diegues é cineasta.
carlosdiegues@uol.com.br*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Dornelles, V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo, neste instante, a palavra ao Senador Casildo Maldaner, como orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, e caros colegas, antes de mais nada, quero fazer o registro de que se encontram na tribuna de honra alguns Defensores Públicos Federais, como o Dr. Gabriel e outros colegas, que vieram defender a causa da saúde das mulheres no Brasil.

Em algumas questões, o Ministério da Saúde tem uma interpretação que não parece estar de acordo com algo que foi decidido em relação ao atendimento às mulheres, principalmente no caso do tratamento contra o câncer. Hoje, a legislação obriga, após 60 dias da constatação da doença, a dar atendimento e assistência. E o Ministério da Saúde, segundo o Dr. Gabriel estava me explicando, só prevê o tratamento após o paciente ser inserido no sistema de saúde do Governo Federal, o que demora. Então, faço esse registro na presença deles aqui, na tribuna de honra.

Caros colegas, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, meu discurso não foge do tema: saúde demanda recursos e gestão eficiente.

Não há qualquer dúvida quando afirmamos que a saúde é a preocupação maior das pessoas, a prioridade que prevalece sobre todas as outras.

O Brasil é o único país do mundo, com mais de 200 milhões de habitantes, que oferece atendimento de saúde universal e gratuito, através do SUS (Sistema Único de Saúde), como prevê nossa Constituição. Inegavelmente, trata-se de um avanço social de relevância, que não deve sofrer retrocesso; pelo contrário, exige permanente aprimoramento.

Gerenciar um sistema de tamanha dimensão e garantir sua qualidade e eficiência são, inegavelmente, um desafio colossais, cujo sucesso ainda buscamos alcançar.

Tal constatação é comprovada na rua pelas pessoas que dependem exclusivamente do sistema para terem atendidas suas demandas; por aqueles que aguardam meses, anos, por uma consulta; pelos que esperam leitos em macas nos corredores de hospitais; pelos que ficam sem medicamentos; enfim, por todos aqueles que sentem na pele as muitas carências do sistema.

Um estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União lança luzes sobre os problemas enfrentados no SUS, servindo de ferramenta essencial no planejamento futuro para a busca de soluções. Trata-se do relatório sistêmico de fiscalização da saúde, com a compilação dos trabalhos mais relevantes na área realizados em 2013, concluído há poucos dias pelo TCU, nosso Tribunal de Contas da União.

No levantamento, o Tribunal avaliou o sistema de saúde brasileiro por meio de indicadores e constatou significativas desigualdades, tanto na comparação do modelo público com o privado, quanto dentro do próprio SUS, quando comparadas as regiões do País e as capitais com o interior.

No que se refere ao número de médicos no País, Sr. Presidente, registra-se efetivamente uma discrepância entre o interior e as capitais. A média de profissionais por mil habitantes nas capitais do País é de 4,56 profissionais, enquanto no interior esse indicador cai para 1,11, é de um para quatro, praticamente.

No que se refere ao tema da assistência hospitalar no SUS, o Tribunal realizou amplo diagnóstico em 116 hospitais públicos, que concentram aproximadamente 28 mil leitos (9% do total de leitos na rede pública), em todos os Estados da Federação.

Foram identificados problemas graves, complexos e recorrentes, relacionados à insuficiência de leitos; superlotação de emergências hospitalares; carência de profissionais de saúde; desigualdade na distribuição de médicos no País; falta de medicamentos e insumos hospitalares; ausência de equipamentos ou aparelhos obsoletos, não instalados ou sem manutenção; inadequada estrutura física; e insuficiência de recursos de tecnologia da informação. Então, é uma série de casos encontrados pelo Tribunal de Contas nesses hospitais públicos analisados no País.

O Tribunal verificou que 64% dos hospitais visitados apresentam taxa de ocupação da emergência maior do que a capacidade prevista, e em 19% essa situação ocorre com alguma frequência. Em apenas 6% não ocorre essa superlotação.

Ainda foi verificado que em 81% dos hospitais o principal problema é o déficit no quadro de profissionais. Vejam bem, a deficiência no quadro de profissionais é em torno de 81% dos hospitais públicos analisados pelo TCU no País. Em 63% dos hospitais, a constante falta ao trabalho de profissionais provoca impactos substanciais na prestação dos serviços. Em 81% há falta de profissionais e, em 63% dos mesmos hospitais, nós temos aí um problema que provoca impactos na prestação de serviços pela ausência dos profissionais. Há muitas faltas, não comparecem, não prestam o expediente conforme contrato realizado com a instituição ou conforme compromissos com isso.

Pode-se dizer que, essencialmente, as mazelas do SUS resolvem-se com a elevação dos gastos com saúde. Essa, contudo, é apenas uma das faces do problema. Não é só colocar o dinheiro não. Isso é apenas um problema. Falta de dinheiro é um dos casos.

Efetivamente, nossos gastos estão abaixo de países considerados de excelência em saúde. Não há dúvida. Existem diferentes formas de comparar os gastos de cada país com saúde. Duas das principais ou das mais importantes são os dispêndios saúde *per capita* e como proporção com o PIB.

Se utilizarmos o primeiro método, em 2011, o Brasil apresentava um baixo gasto em saúde quando comparado com os demais. Entre 41 países com dados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, nosso país havia realizado o sétimo menor gasto total com saúde *per capita*: aproximadamente R\$2,4 mil, frente aos R\$7,6 da maioria.

Já se empregarmos o segundo método, o Brasil apresentou um gasto total em saúde de 8,9% do seu Produto Interno Bruto. Em relação ao PIB é o 18º entre os 41 países acima citados. A média entre os membros da OCDE é de 9,3% dos respectivos PIBs.

Para entender essa conta, é preciso lembrar dos gastos com planos privados de saúde, opção utilizada por 25% dos brasileiros. Segundo o estudo do TCU, o país apresentava a terceira menor participação do Poder Público nos gastos totais em saúde, 46%, enquanto os gastos de particulares responderam por 54%.

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vejam bem, 25% dos brasileiros são atendidos pelo sistema privado de saúde e representam 54% dos gastos em saúde; o Poder Público gasta em torno de 46%. Na média desses 41 países citados, a participação pública é de 73%. No Brasil, ficamos em 46%.

Enfrentamos, ainda, uma distribuição desproporcional de competências e capacidades: o centralismo arrecadatário do Governo Federal, em contraponto à crescente responsabilidade de Estados e Municípios.

Ao analisar o gasto público das três esferas de Governo – é outro problema, meu caro Presidente Mozerildo Cavalcanti, V. Exª que é médico – constatou-se que na década de 2000 houve uma significativa redução da participação dos gastos federais no gasto público total em saúde. Em 2000, o Governo Federal foi responsável por 58% de todo o gasto público, enquanto em 2010 – 10 anos depois – sua participação foi de 45%. Portanto, de 58% que o Governo Federal gastava em saúde agora baixou para 45%. Paralelamente, os Estados aumentaram sua participação de 20% para 27%; e os Municípios, de 21% para 28%, em 10 anos.

Mas além da questão orçamentária, é preciso buscar uma profunda mudança de paradigma...

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... – vou encerrando, Sr. Presidente – que pode dar novo rumo ao atendimento de saúde pública no País. Um novo modelo de gestão, que traga otimização no uso dos recursos, dinamização dos processos e atendimentos, além de capacitação e ampliação de recursos humanos. É através da união destes dois fatores, elevação do gasto público com eficiência administrativa

– eficiência administrativa, repito –, que conseguiremos realizar o que dita nossa Carta Magna e garantir aos brasileiros saúde como direito de todos e dever do Estado.

São nossas reflexões, na tarde de hoje. Muito obrigado pela tolerância também, mas não pude deixar de expor essas preocupações aos colegas e ao Brasil do que passa em relação à nossa saúde no País, em todos os aspectos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento muito adequado. Sendo médico, realmente vejo que essa realidade que V. Ex^a mostrou é altamente verdadeira. E, ao mesmo tempo, quero aproveitar para desejar os parabéns pelo seu dia, o seu aniversário.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Paulo Davim, para falar pela Liderança.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, subo à tribuna desta Casa, na tarde de hoje, para registrar, e de uma forma muito indignada, uma página negra que se escreveu, ontem, na saúde pública do meu Estado, o Estado do Rio Grande do Norte.

Ontem, tivemos o desprazer de assistir a uma grande violência cometida quanto à terapia intensiva do meu Estado, pois o governo do Estado, através do seu secretário de saúde, fechou a mais antiga unidade de terapia intensiva pública do Estado do Rio Grande do Norte, a UTI do Hospital da Polícia Militar, que foi a primeira UTI pública inaugurada no Rio Grande do Norte, na década de 80, pelo então tenente militar e médico, o saudoso cardiologista Ovídio Fernandes, juntamente com um grupo de cardiologistas, como, por exemplo, o Dr. Josmar de Castro Alves, professor da universidade e cardiologista renomado, que também era tenente e médico da polícia, que viram a necessidade de inaugurar uma UTI pública.

Eles, pioneiramente, tiveram essa iniciativa e ofereceram ao Rio Grande do Norte essa unidade de terapia intensiva. Essa mesma unidade serviu de base de apoio para o Papa João Paulo II quando esteve em Natal. E, infelizmente, depois de uma longa história de existência, de muitos pacientes que lá foram salvos, pelas condições oferecidas e pela capacidade do corpo médico que atua na terapia intensiva do hospital da Polícia, o governo do Estado resolveu fechar a unidade de terapia intensiva e transferir todo o corpo clínico para outro hospital, com o argumento de que, ao invés de seis leitos, abrir-se-ão dez leitos.

Ora, na verdade, se fecham seis e se abrem dez, o saldo é apenas de quatro. Mas o agravante é que conseguimos, em 2012, recursos do Ministério da Saúde para o novo hospital da Polícia, que está lá inconcluso. Esse hospital da Polícia oferece uma UTI moderna com dez leitos, que vai seguramente atender, de forma muito mais humanizada, a clientela do SUS e os profissionais da Polícia Militar que, no sacrossanto exercício da defesa da sociedade, eventualmente possam sofrer algum tipo de acidente ou lesão e têm na retaguarda uma unidade de terapia intensiva para cuidar dos seus ferimentos e para defender a sua vida.

Está lá o hospital, o hospital que fui visitar ontem, Sr. Presidente. Saí deprimido pelo que vi. O que tinha sido concluído já está precisando de reforma; e a reforma que não foi concluída está precisando começar outra vez. A UTI, que foi prometida com dez leitos, está lá fechada.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pergunto: faltaram recursos? Não faltaram recursos, não faltaram recursos. O Ministério da Saúde encaminhou quase R\$9 milhões para reforma e conclusão do novo hospital da Polícia. Não se justifica fechar uma unidade de terapia intensiva, Sr. Presidente, histórica, a primeira unidade de terapia intensiva pública do Estado. Não se justifica fechar leitos. Precisamos é abrir mais leitos, fechar nunca.

Se estão precisando de médicos intensivistas, que se faça um concurso ou que se contrate através das cooperativas, mas só não podem cometer o crime de fechar a unidade de terapia intensiva e deixar a Polícia Militar do Estado sem nenhuma proteção para os seus policiais, para os seus praças, numa eventualidade de...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – ... um acidente *(Fora do microfone.)* na defesa da sociedade potiguar.

Então, acho isso um desrespeito, uma atrocidade, um crime que se comete na assistência à saúde do Estado do Rio Grande do Norte; um crime que se comete contra a gloriosa Polícia Militar do Estado, o glorioso

hospital da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte e, sobretudo, a clientela SUS, que é beneficiada por aquela unidade.

Hoje está lá o hospital que não tem mais condição de atender pacientes de média complexidade porque a sua unidade de terapia intensiva foi fechada para levar os profissionais para outro hospital. Eu acho que não é dessa forma que conseguiremos avançar na saúde pública do Estado.

Eu não poderia ficar calado, até por obrigação de ofício. Além de cardiologista, eu sou intensivista, trabalho em UTI, conheço de perto o trabalho, a labuta dos baluartes que, lá no Rio Grande do Norte, trabalham nas UTIs. É difícil. É muito difícil o desafio. As UTIs públicas atravessam dificuldades inimagináveis, sobretudo a UTI que acaba de ser fechada.

Eu acho que é inadmissível, é imperdoável a postura que o governo do Estado, através da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, cometeu contra o Hospital da Polícia e toda a clientela que se beneficia da assistência daquele hospital.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero externar meu posicionamento nessa polêmica de CPI de Petrobras, de metrô, dessas coisas todas. Eu quero dizer, claramente, que eu defendo a apuração de todas as denúncias que foram feitas através da imprensa.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu acho que só há uma forma de alguém ser perdoado ou ser isentado de alguns deslizes que possa ter cometido: é se apurando. E eu defendo a apuração irrestrita.

Que apuremos todas as irregularidades denunciadas pela imprensa do Brasil. É uma obrigação desta Casa. É uma obrigação republicana desta Casa. Eu aqui dou publicidade à minha posição: eu estou a favor da apuração de todas as denúncias feitas pela imprensa, tanto as da Petrobras como as do Metrô de São Paulo.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, tivemos, hoje pela manhã, uma bela audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, organizada pela Senadora Ana Rita, por mim, também pelo Senador Wellington Dias, tratando do Dia Mundial do Autismo.

Lá, Sr. Presidente, ficou muito claro, para todos os que participaram, que há uma discordância em lei que ajudei a formular e que entrou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por sugestão nossa, quando fui procurado pela líder do movimento (uma das líderes), Berenice Piana de Piana.

Lá, formulamos a lei que, enfim, foi aprovada; foi para a Câmara e foi aprovada; voltou com pequenas mudanças, e novamente a aprovamos. Foi para a sanção da Presidente da República, que a sancionou. Mas, agora, na regulamentação do art. 3º, letra “c”, há uma grande discordância dos familiares dos autistas em relação à redação dada.

Por isso, fiz um apelo para que o Conade e a Casa Civil recebam a Comissão do Orgulho Autista no sentido de se construir um entendimento sobre o tema. Por que falamos disso hoje, Sr. Presidente? Porque exatamente hoje é o Dia Mundial do Autismo. No Dia Mundial do Autismo, a cor que o simboliza é o azul. Por isso, estou também de camisa azul, de gravata azul. E, por isso, hoje à noite, esta Casa, por sugestão minha junto ao Presidente Renan, que a acatou, vai estar iluminada com luzes azuis.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. Esse tema é bastante significativo, até por que me envolvi, de uma forma muito prazerosa, eu diria, com esses familiares, afinal, o instrumento chamado de Lei nº 12.764, de 2012, que tem o nome de Lei Berenice Piana de Piana. Aqui da tribuna, quando a aprovamos, ela, como líder do movimento, eu disse: “Essa Lei deveria se chamar Berenice Piana de Piana.” E assim aconteceu, a Lei com o nome, e é uma realidade festejada em todo o Brasil hoje.

Sr. Presidente, lutamos muito, mas quero, também aqui, para aprovação dessa Lei, cumprimentar todos os Senadores, porque foi aqui que ela surgiu. Cumprimento ao Senador Renan Calheiros, que foi fundamental para acelerar o andamento do projeto aqui na Casa, num primeiro momento e quando voltou também da Câmara com algumas alterações.

O projeto teve uma trajetória que eu diria bonita e rápida, e hoje é a confirmação dos direitos a que fazem jus as pessoas abrangidas pelo espectro autista.

Desde 2008, o dia 2 de abril, Sr. Presidente, hoje, é comemorado como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Nesta data, monumentos, inúmeros monumentos, em todo o mundo, são iluminados de azul, a cor do autismo. E isso vamos repetir aqui no Congresso, mais uma vez.

Neste 2 de abril, em várias cidades brasileiras, a data está sendo festejada com a exibição de filmes em que pais dão seus depoimentos sobre a experiência do convívio com filhos autistas.

Acontecem seminários, simpósios, com o intuito de informar e aumentar o conhecimento sobre os transtornos desse espectro chamado autista. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, do quanto esse tema domina o cenário internacional, de cada 50 pessoas que nascem, uma nasce com espectro autista.

Sr. Presidente, aqui em Brasília, os funcionários do Tribunal de Justiça do DF e Territórios farão movimentos vestidos da cor azul, fortalecendo a data.

De acordo com um especialista, o autismo é uma síndrome que afeta o desenvolvimento em três importantes áreas: comunicação, socialização e comportamento. Ele foi inscrito, pela primeira vez, em 1943. No entanto, somente em 1993, foi incluído na Classificação Internacional de Doenças, a chamada CID-10, da Organização Mundial de Saúde, como um transtorno invasivo de desenvolvimento.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem no mínimo 70 milhões de pessoas com autismo. No Brasil, hoje, ultrapassam 2 milhões. Em crianças, a ocorrência de autismo é maior do que os casos de câncer, diabetes e aids juntos.

O dia 2 de abril faz com que nós nos lembremos dos autistas, faz com que lembremos que eles existem. Mas isso não é o bastante. Os autistas precisam de mais do que isso; precisam ser incluídos. E, afinal, por onde começa a inclusão? Começa, sem dúvida, pelo acesso à educação.

O Censo do IBGE aponta que, em 2010, 37% das crianças com deficiência intelectual, na idade escolar obrigatória por lei, de 5 a 14 anos, estavam fora da escola. Esse número está muito acima da média nacional para as pessoas com deficiência, que é de 4,2%.

A Professora Maria Teresa Mantoan, Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que o mais importante para uma criança com deficiência não é aprender o mesmo conteúdo que as outras, mas ter a possibilidade de aprender a colaborar, ter autonomia, governar a si própria, ter livre expressão de ideias e ver o esforço pelo que consegue criar ser recompensado e reconhecido.

Sr. Presidente, como dizia, requeri ao Presidente Renan, que atendeu de pronto, que o prédio do Senado Federal fosse iluminado de azul, hoje, a partir das 19h.

Para que essa merecida homenagem acontecesse, foi necessário o envolvimento de algumas áreas e funcionários aqui do Senado, aos quais – eles que são pequenos heróis anônimos – faço o meu agradecimento. Claro que agradeço ao Presidente Renan, mas também à Secretaria de Infraestrutura e Engenharia do Senado; à Diretoria-Geral Adjunta, em especial à Diretora Ilana Trombka; ao gabinete da Presidência do Senado; ao Serviço de Relações Públicas do Senado; à Secretaria-Geral, em especial à Dr^a Cláudia Lyra.

E por que faço esse esclarecimento aqui e agora? Sr. Presidente, eu havia me comprometido com as famílias e com as organizações de autistas que faria esse movimento, mas, como todo humano pode cometer erros,...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...não é que eu esqueci? Só na última semana é que me lembrei! Foi a partir dessa segunda-feira que movimentei, e, assim mesmo, o Senado providenciou o pronto atendimento.

Meu muito obrigado também aos funcionários que participaram diretamente desse processo: Ricardo, Lucyana Maria Araújo de Moraes Veja, Ricardo Paoliello Palet, Ana Cláudia Ceolin e Márcia Yamaguti Cherubini.

Quero, enfim, Sr. Presidente, convidar a todos os Senadores e Senadoras para que acompanhem esse momento – eu diria – mágico, pela energia, mas simples, em que o cenário desta Casa externamente vai se tornar azul a partir das 19h.

O espectro autista, Sr. Presidente, é uma realidade, e quanto mais ampliarmos a nossa consciência para a necessidade da inclusão dessas pessoas, mais facilmente ele será visto como realmente é: apenas uma diferença. Sempre, e de novo, incluir é um desafio, mas é também um caminho do qual não podemos nos afastar.

E eu repito muito uma frase de um poeta espanhol que diz: “O caminho, a gente só faz caminhando.”

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de falar da minha alegria de entregar hoje ao Sr. Nilton Salvador o prêmio “Orgulho Autista”. Essa justa premiação é em função de seus seis livros escritos sobre o assunto. Num desses livros, ele fala da trajetória da lei a partir do Senado, como se deu, como foi a participação e a construção.

Muito obrigado ao Nilton, que não omitiu fatos, falou somente a realidade.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Sr. Nilton é pai de um autista e, reconhecidamente, quem melhor escreve sobre o tema.

Por isso, numa pesquisa nacional, ele foi considerado o número um em matéria de texto sobre o autista e, por isso, recebeu a homenagem que eu tive a alegria de entregar a ele.

Sr. Presidente, hoje não é uma sessão de homenagem, mas, se V. Exª me permitir mais alguns minutinhos, dois minutos – sei que a Senadora Lídice não há de discordar –, eu quero ler uma carta que a gente recebeu na Comissão do pai de um autista, carta que ele escreveu ao seu filho autista. Ele escreve na carta:

*Meu filho,
Nasceste em um belo dia azul,
Dia de sol, de mar, de um lindo céu, azul!!!
A sua cidade natal é Natal,
Nasceste no mês da primavera,
Da independência e da liberdade,
Dois de setembro de 2004 é uma data marcante
Em nossas vidas, foi um fato emocionante.
No seu crescimento ao sabermos do seu transtorno, nos
Trouxesse [claro que tivemos] a preocupação,
Porém, jamais a decepção ou a frustração
Pelo contrário, [você, meu filho] nos trouxe a alegria, a compreensão e
O respeito aos nossos semelhantes especiais.
Nasceste em um momento significativa,
De fé, profético e brilhante, porque és Mathews,
Que significa “presente de Deus”.
A nossa luta em favor de sua causa
É constante e perseverante, sempre!!!
Desistir, jamais!!! Perder as esperanças, nunca!!!
Porque o mundo é azul, o mar é azul,
O espaço é azul e o teu símbolo [meu filho] é azul.
O aprendizado é divino,
(Soa a campanha.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) –

*O aprendizado é divino, e eu e tua mãe (Bruna Priscila), Aprendemos mais do que te ensinamos.
E esse aprendizado transformou-se na forma do amor,
Da sensibilidade, da beneficência, da benevolência,
Da superação e da essência da vida.
Acreditamos nos homens e mulheres de boa vontade,
A prova disso é sua lei, oriunda de uma grande batalha.
De mães e pais guerreiros azuis, assim como os seus,
De mulheres e homens dignos que nos representam no
Congresso Nacional e no Poder máximo [...] do [País].
A única grande decepção de nossas vidas e
[...] da maioria dos autistas e dos pais dos autistas de nosso País [é porque a lei não é ainda cumprida
na íntegra e nos preocupa] a sua regulamentação.
Não se faz suco de laranja, com limão.
Não se semeia amor com mentiras e não teremos uma nação livre, humana, igualitária, próspera, ama-
da, enquanto o art. 5º da nossa Constituição Federal não for respeitado.
Hoje, filho, é um dia especial pra você e também para mais de coirmãos autistas no Brasil e de outros mi-
lhões espalhados em todo o mundo. Hoje é dia de pedirmos mais conscientização, de alertamos o nosso
País e o mundo e que o jeito diferente de ser é normal ao convívio do dia a dia e que a sua inclusão social
é um direito adquirido e uma necessidade urgente, a qual precisa ser reparada o mais rápido possível.
Saiba sempre que você e todos os autistas do Brasil e do mundo terão sempre a nossa dedicação, a nossa
luta e o nosso amor eternamente.
Te amamos muito, Matheus.
Ronaldo Cruz, “seu pai” (É assim que ele me chama), Bruna Priscila, “sua mãe” (É assim que ele a chama),
seus irmãos Luccas e Thyago, suas avós, Euzamar e Graça, sua família e seus amigos.*

Obrigado a todos os presentes pela atenção, esperando que a Lei do Autista seja respeitada, porque um país onde suas leis não são respeitadas, onde "historicamente" são desvirtuadas do seu objetivo, jamais será um país de desenvolvimento, de austeridade e de respeito à própria democracia.

Aí, ele termina, e eu termino com esta frase: "Viva!!! 02 de abril – Dia Internacional da Conscientização do Autismo".

Ronaldo da Cruz, pai de um menino autista.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra neste instante, para uma comunicação de liderança, à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, uso o tempo do nosso Partido para fazer alguns breves registros. O primeiro, Sr. Presidente, é que se encontra em tramitação nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2013, que inclui o §10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esteve aqui comigo uma comitiva de agentes de trânsito, acompanhados do Dr. Wagnelson, diretor de comunicação do Sindicato dos Agentes de Trânsito do Estado da Bahia (Sindatran), que tem como presidente Valério Bomfim e Fábio Ricardo, como Vice-Presidente, que vieram buscar o nosso apoio a essa PEC e debater essa questão. E eu quero reafirmar aqui o que antes já pude fazer com eles, que é apoiar a PEC que está vindo para o Senado, que está aqui no Senado.

Mas, além disso, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer três registros importantes relacionados com a luta da mulher brasileira na atualidade.

O primeiro é a pesquisa que tomou conta da imprensa rapidamente na semana passada, uma pesquisa do Ipea, que revela que, apesar das conquistas realizadas e da aprovação da Lei Maria da Penha, da denúncia da violência contra a mulher, da absorção mais ou menos unânime na sociedade, da condenação dessa violência, os segmentos majoritários da população pesquisados – esperamos que apenas os pesquisados – têm uma atitude conivente com o estupro, considerando que, quando uma mulher está vestida com saia curta, roupa decotada, parte-se da presunção de que isso foi uma provocação e que o estupro foi provocado a partir daí.

Essa ideia é inaceitável, essa ideia traz à tona a raiz do machismo. O machismo como expressão da violência, como expressão da mulher e do corpo da mulher como propriedade de alguém, e é esse conceito que nós queremos denunciar e combater. Ninguém pode, o estupro é crime e todo aquele que o cometer deve ser condenado e punido. É crime o estupro contra a mulher, e a vítima não pode ser tornada ré. E nós queremos, portanto, chamar a atenção para o fato de que é preciso que a nossa luta continue, a nossa luta das mulheres, a nossa luta feminista, para modificar, transformar a consciência da sociedade brasileira, arrancando as amarras da sociedade que nos mantém, tendo como base principal do pensamento, da organização social o machismo.

Portanto, quero registrar essa campanha que se disseminou nas redes sociais, através da ação de uma jornalista que teve a iniciativa de divulgar e a partir daí também a forma como alguns se colocaram contra ela e a necessidade que ela sentiu de também denunciar isso.

Então, mais uma vez, o nosso repúdio ao estupro no Brasil e à violência contra a mulher.

Mas, também, Sr. Presidente, quero registrar que hoje, 2 de abril, completam-se dois anos de promulgação da Emenda Constitucional nº 72...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senadora Lídice, permita-me fazer o registro da presença aqui, em nosso plenário...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – ... do Embaixador da França no Brasil, Denis Pietton; do Presidente da Air France; do Senador Albéric de Montgolfier; do Senador Jean-Claude Lenoir e do Deputado Michel Herbillon.

Sejam muito bem-vindos. (*Palmas.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sejam muito bem-vindos ao Senado brasileiro.

Voltando, Sr. Presidente, como eu havia falado antes, faz hoje dois anos que foi promulgada nesta Casa a PEC nº 66, de 2012, conhecida como a PEC das Domésticas, que tive a honra de relatar na CCJ e para cuja aprovação o nosso mandato muito se empenhou.

Essa foi uma das grandes conquistas de 2013, beneficiando mais de sete milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos em todo o Brasil. Porém, a regulamentação de parte dos direitos ainda não foi votada e está em tramitação na Câmara dos Deputados. E eu queria apelar à compreensão das

Sr^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados para que nós pudéssemos avançar na aprovação.

Nós, no Parlamento, temos o dever de intermediar interesses e não podemos, em uma ação procrastinatória, em função da nossa própria posição, impedir a votação. A votação precisa caminhar, porque a permanência da não votação leva à não conquista do direito, à demora da aplicação do direito, um direito tão caro às trabalhadoras domésticas em nosso País.

Então, haverá depois da votação na Câmara, a matéria voltará para o Senado e nós poderemos aqui, eventualmente, modificar, se for o caso, mas os trabalhadores domésticos do Brasil precisam que a regulamentação dessa PEC seja uma realidade.

Finalmente, Sr. Presidente, quero agradecer ao Senado, agradecer ao Senador Humberto Costa, que foi relator dessa matéria na CCJ, e à Senadora Gleisi...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – ... que encaminhou pedido para a sua votação naquela comissão, ou aqui no plenário, o projeto de lei resultado da CPI do Tráfico de Pessoas, que tive a honra de relatar, de que tive a honra de ser a relatora. Portanto, elaboramos esse projeto de lei, que foi aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça. Há um ano, nós vínhamos lutando por sua aprovação aqui nesta Casa.

Eu creio que nós poderíamos considerar até, Sr. Presidente, que essa foi a primeira conquista realizada pela Campanha da Fraternidade, da CNBB. Sem dúvida nenhuma, o Senado se sensibilizou com a temática da Campanha da Fraternidade, que é justamente o tráfico de seres humanos, e senti a necessidade de apressar, finalmente, a votação desse importante projeto de lei que tipifica de nova forma o tráfico de pessoas, crime que já alcança larga escala no Brasil e no mundo, que nós aqui tantas vezes denunciemos. Essa CPI que foi competentemente presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin, que foi pensada pela ex-Senadora do Pará, pelo PSOL, passando por esta Casa algum tempo, Marinor, que teve a possibilidade de nos estimular nessa luta.

Eu quero, portanto, dedicar essa vitória também a Marinor, que teve essa iniciativa, mas dedicar também essa vitória a todas as mulheres...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – ... à Rede de Mulheres, que, no Brasil inteiro, ajudou a denunciar esse crime, às mulheres brasileiras, às mulheres no mundo inteiro. Oitenta e cinco por cento das vítimas do crime de tráfico de pessoas são mulheres, principalmente mulheres que são traficadas para fins de exploração sexual. O Brasil é exportador de mulheres para este crime, para esta modalidade de crime. Internamente no Brasil também a rota do tráfico de pessoas é muito intensa, do Norte, do Nordeste do Brasil para o Sudeste, principalmente de meninas, adolescentes, para serem traficadas com a finalidade de exploração sexual.

Portanto, o Senado Federal... Eu não tive a oportunidade de participar daquela votação na semana passada, por estar de licença de saúde, mas pude vibrar, acompanhando-a de casa e tendo a convicção, parabenizando o Senado, porque creio que se trata de uma das votações mais importantes que haveremos de realizar neste ano, dada a circunstância eleitoral que o ano de 2014 tem para o Parlamento do brasileiro.

A aprovação da nova lei que tipifica, que criminaliza o tráfico de pessoas, que cria mecanismos de prevenção ao tráfico e principalmente estímulos à proteção das vítimas foi um passo extremamente importante dado pelo Senado brasileiro, que esperamos seja acompanhado pela Câmara dos Deputados, no sentido de se avançar no Brasil a luta contra o tráfico de pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer a sua paciência e compreensão, pela necessidade que tínhamos de abordar essas três questões, que são três registros de importância para a nossa luta feminista e feminina no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Cícero Lucena, como orador inscrito.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para se atingir o destino qualquer caminho serve. Esse poderia ser o *slogan* da política econômica do Governo Federal desde 2003, uma mistura de voluntarismo, intervenção arbitrária, casuísmo, aumento da burocracia e favorecimento de empresários falastrões, de capacidade duvidosa.

A política econômica errática produz distorções, que têm afetado, de modo particularmente ruim, os Estados e os Municípios, corroendo, de maneira preocupante, o tecido do pacto federativo brasileiro.

O exemplo mais sintomático é a maneira atabalhoada e sem método pela qual tem se dado a desoneração de tributos, embora concordemos que há uma alta taxa de tributos cobrados do cidadão brasileiro.

Vejamos: a política de desoneração tributária ganhou força a partir de 2008 em razão da grave crise econômica que afetou Estados Unidos e Europa. Naquele momento, certos incentivos, por meio da retirada de tributos, poderiam manter a economia aquecida, evitando-se os efeitos mais deletérios da crise internacional. Seria, pois, evidentemente, uma medida temporária, até que a situação econômica se encontrasse em termos mais favoráveis. Todavia, o Governo Federal tomou gosto por esse estilo de fazer política, talvez porque não tivesse um estoque muito grande de ideias.

Assim, a partir de 2011, tais medidas de desoneração passaram a ter finalidades várias, nem sempre condizentes com os interesses do País; e, além disso, produzindo distorções cada vez maiores, cada vez mais afetando principalmente os Estados e Municípios mais pobres desta Federação.

Para se ter uma ideia do tamanho dessa política, entre janeiro de 2011 e julho de 2013, o governo adotou 161 medidas de desoneração tributária. Repito, Presidente Flexa Ribeiro: 161 medidas de desoneração tributária. Nesse seu desarranjo conceitual, o Governo Federal acredita que o incentivo ao consumo seria a chave para manter a economia aquecida. Assim, 41% das perdas de receita com a desoneração entre 2012 e 2014 decorrem de medidas que visam justamente incentivar o consumo.

No entanto, temos presenciado efeitos que estão longe de serem os desejados por qualquer autoridade econômica responsável: inflação, estagnação e degradação das contas públicas. Pior é perceber ainda que o Governo Federal tem deixado de lado o caminho correto, ou seja, não tem agido no sentido de elevar os investimentos e a competitividade da economia brasileira.

Esse tipo de isenção tem, na sua origem, uma perversidade que nem sempre fica muito clara. A lógica do sistema tributário é que a sociedade deve financiar as necessidades financeiras do governo, seja em nível federal, estadual ou municipal. No entanto, ao serem criadas isenções, estão distorcendo o sistema nas duas pontas.

Aquele contribuinte que não tem o poder de barganhar junto ao Executivo, no final das contas paga os impostos dos que ficaram isentos. Ademais, há uma competição dentro do próprio Estado. Se há menos dinheiro disponível, alguém vai ficar com menos recursos e, no caso, o fardo tem recaído sobre os Estados e Municípios, principalmente os mais pobres, entre eles os da Região Nordeste.

Pior ainda é perceber que o montante total de desoneração já é tão grande e tem aumentado significativamente. Além disso, o modo como esse processo tem sido levado adiante torna o sistema tributário cada vez mais injusto e perverso. De um lado, com o ônus de sustentar o Estado recaindo, cada vez mais, sobre os pobres, os empresários e os trabalhadores, de outro, Estados e Municípios perdem recursos e ficando cada vez mais dependentes do Governo Federal.

Como se não bastasse, a política de desoneração tributária afeta as contas públicas do País de um modo preocupante. O Governo Federal, desde 2007, tem aumentado acentuadamente os seus gastos, mas, graças à desoneração, tem tido um aumento bem menor nas suas receitas. O Ministério da Fazenda, em apresentação realizada em 12 de abril do ano passado, estimou que o impacto sobre a receita foi de R\$44 bilhões, em 2012, que seria de R\$70 bilhões, em 2013, e de R\$88 bilhões, em 2014. Ou seja, nesses três anos, seriam cerca de R\$200 bilhões em desoneração tributária.

Dos tributos partilhados com Estados e Municípios, os mais atingidos pela estratégia de desoneração foram o IPI e a Cide-combustível.

Com relação ao IPI, vale lembrar que a Constituição Federal determina, em seu art. 159, inciso I, que 23,5% da sua arrecadação se destina aos Municípios e 21,5%, aos Estados. O inciso II e o §3º deste mesmo artigo determinam que 10% do IPI são destinados aos Estados, conforme a participação na exportação de produtos industrializados, sendo que deste montante 25% são destinados aos Municípios, de tal forma que, nesta parte de exportação, 7,5% do IPI são dos Estados e 2,5%, dos Municípios.

No total, portanto, 29% do IPI são para os Estados e 26% são para os mais de cinco mil Municípios brasileiros, sendo que a União fica com 45% do total.

No caso do IPI, a perda da receita total é de R\$8,5 bilhões, em 2012; de R\$11,8 bilhões, em 2013; e a previsão para 2014 é de R\$7,1 bilhões.

Para os Estados, o ônus é o seguinte: R\$2,5 bilhões, em 2012; R\$3,4 bilhões, em 2013; e a previsão de R\$2,1 bilhões, em 2014. Para os Municípios, o ônus foi de R\$2,2 bilhões, em 2012; R\$3,1 bilhões, em 2013; e será de R1,8 bilhão, em 2014.

Em relação à Cide, eis o fardo a ser carregado: para os Estados, R\$2,5 bilhões, em 2012; R\$3,4 bilhões, em 2013; e R\$2,1 bilhões é a previsão para 2014. Para os Municípios, em relação à Cide, R\$2,2 bilhões, em 2012; R\$3,1 bilhões, em 2013; e a previsão é de R\$1,8 bilhão para 2014.

É bom lembrar que os recursos da Cide têm como destino o investimento na mobilidade urbana dos Municípios. E todo mundo sabe da necessidade e da importância não só desses recursos, mas de muitos mais para enfrentarmos esse problema.

Além do IPI e da Cide, há outras situações que afetam Estados e Municípios. É o caso do Simples Nacional, que agrega vários tributos federais e estaduais (ICMS) e municipais (ISS) em uma única alíquota incidente sobre o faturamento da empresa enquadrada. Estima-se que isso gere perda de R\$1 bilhão por ano para os Estados, e de R\$500 milhões por ano para os Municípios.

Citei aqui os dados estimados pelo Ministério da Fazenda. Vale a pena dar também uma olhada nas informações da Confederação Nacional dos Municípios, que tem dados desde 2009. Segundo a entidade, desde aquele ano, somente a desoneração do IPI provocou uma perda de R\$23,5 bilhões para os Estados e Municípios. Como bem disse o Presidente da entidade, Paulo Ziulkoski...

(Soa a campanha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB-PB) – ... foi dinheiro que deixou de ser investido na melhoria da infraestrutura, em serviço básico. Somente na saúde, cerca de R\$4 bilhões.

O especialista em contas públicas, Raul Velloso, também é veemente em condenar o modo com que o Governo Federal tem agido: “Não é possível que o Governo Federal não tenha percebido que a desoneração sem corte de gasto é insustentável e coloca em risco a solvência do País, pois afeta não apenas a União, mas também os Estados e Municípios”.

Ouçó o aparte do Senador Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco União e Força/PTB-PE) – Senador Cícero, eu queria me congratular com V. Ex^a, sobretudo com a linha do pronunciamento que faz nesta tarde, apontando um questionamento. E V. Ex^a usou uma expressão: “desarranjo conceitual” dessa política de desoneração. Evidentemente que a melhor política é sempre a que é mais horizontal. O Brasil optou por fazer desonerações pontuais que produzem muitas assimetrias no ambiente de operação das empresas, no ambiente econômico, além dos reflexos – que V. Ex^a bem lembra – na economia dos Municípios, sobretudo nas finanças municipais; onde se observa um impacto muito relevante. Mas eu queria chamar a atenção de V. Ex^a para um dado que também a Confederação Nacional dos Municípios aponta: o volume, Senador Cícero, e a dimensão que assumem hoje as desonerações na área de ICMS. O estudo da Confederação aponta que, em 2014, a projeção é de que as renúncias fiscais na área de ICMS alcancem...

(Soa a campanha.)

O Sr. Armando Monteiro (Bloco União e Força/PTB-PE) – ... R\$66 bilhões. Vou repetir o número: R\$66 bilhões! Veja V. Ex^a como isso também traz um reflexo muito importante na economia dos Municípios. Lembro que essas desonerações nem sempre correspondem a um processo de ampliação da capacidade instalada e da capacidade de produção das regiões menos desenvolvidas. Até bem pouco tempo, Senador Cícero, concediam renúncias fiscais a centrais importadoras, a comerciais importadoras, a centros de distribuição. Então, trata-se de algo que nós precisamos, aqui, discutir: a necessidade realmente de por um fim a essa guerra fiscal que foi desencadeada, que pode ter, em algum momento, servido a esse processo de desenvolvimento regional...

(Interrupção no som.)

O Sr. Armando Monteiro (Bloco União e Força/PTB-PE) – ... mas que, agora, já dá *(Fora do microfone.)* nitidamente sinais de esgotamento. E tudo isso vai refletir na capacidade de investimento dos Estados. As renúncias superam em mais de duas vezes os investimentos que os Estados realizam, no Brasil, com capacidade própria. Veja a que ponto chegamos! Então, eu queria só poder agregar ao pronunciamento de V. Ex^a, que é tão pertinente, tão oportuno, essa reflexão sobre a questão do ICMS e do volume de renúncias que já se registra nessas áreas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB-PB) – Eu agradeço o aparte do *(Fora do microfone.)* Senador Armando Monteiro...

(Soa a campanha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – ... que conhece profundamente a questão tributária do País, por todas as atribuições e funções que teve a oportunidade de exercer.

Quero apenas destacar – e S. Ex^a tem plena razão também com a preocupação que manifesta sobre essa guerra fiscal em torno do ICMS, – que muitos Estados tinham como opção comprar emprego renunciando ao ICMS, por falta de uma política nacional de desenvolvimento, de correção das distorções regionais. Muitos Estados, principalmente os mais pobres, é que entram com o sacrifício da renúncia ao ICMS, digamos assim, para comprar emprego, na perspectiva de gerar emprego e renda nos seus Estados ou nos seus Municípios.

E V. Ex^a lembrou muito bem: embora o ICMS seja um tributo estadual, 25% desse tributo é compartilhado com os Municípios...

(Soa a campanha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – ... daquele Estado. Daí a importância do aparte de V. Ex^a para o enriquecimento do meu pronunciamento.

Nessa política – se é que podemos chamar isso de política – há o grave efeito de minar o Pacto Federativo entre Estados e Municípios, tornando-os cada vez mais dependentes do Governo Federal. Cada vez mais, precisam ficar com o pires na mão implorando por recursos e por verbas. Não é isso que nós queremos para o Brasil, e esta Casa, que representa a Federação, tem a responsabilidade de chamar a si esse debate para que nós possamos diagnosticar o problema e enfrentá-lo.

Muito brevemente estaremos discutindo a prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus, a qual o Presidente muito bem representa. Isso tem que ser por demais debatido.

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Eu, particularmente, acho que a Zona Franca merece todo o nosso respeito, e também a prorrogação para respeitar investimentos que lá já foram feitos, mas não pode haver a exclusividade se uma região, como o Nordeste, continua precisando.

Além disso, Sr. Presidente, o Governo Federal aumenta o ciclo de dependência na medida em que o dinheiro deixa de ser enviado para os Estados e Municípios e é aplicado em programas como o Bolsa Família. Sou inteiramente a favor do programa; basta lembrar que ele nasceu como Bolsa Escola, como vale gás, como vale leite, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O que me incomoda é que o atual governo faz o programa de desoneração com o chapéu alheio, ou seja, com o montante de recursos igual ao que deixa de ser enviado para os Estados e Municípios.

Estou encerrando, Sr. Presidente, mas gostaria de fazer essa observação e pedir a atenção dos meus Pares.

(Soa a campanha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – De 2008 a 2012, a renúncia fiscal passou de R\$200 bilhões. Não quero questionar, até porque abri meu discurso dizendo que acho a carga tributária brasileira elevadíssima para o contribuinte. Quem paga não é a empresa, que bota a carga nos custos do produto que entrega e vende, mas esse é um ônus muito elevado para o contribuinte.

Pois bem, se calcularmos, como a reportagem da *Folha* o fez, cerca de R\$68 bilhões a R\$69 bilhões deixou de ir para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Sabe quanto o Bolsa Família investiu nesses quatro anos no Brasil, principalmente na Região Nordeste, onde há maior demanda, bem como na Região Norte? Investiu R\$80 bilhões! Repito: em quatro anos, o Bolsa Família gastou R\$80 bilhões, e a renúncia foi de R\$70 bilhões. Se deixar os R\$10 bilhões que não foram utilizados no Bolsa Família, empata. Ou seja, para o Nordeste, posso dizer que o Governo preferiu dar R\$70 bilhões ao Bolsa Família, para fazer política, e tirou R\$70 bilhões de repasse do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, principalmente no Nordeste. Isso não é justo com uma região que precisa de recursos para o desenvolvimento.

Se querem desenvolvimento, queremos que os prefeitos e governadores tenham dignidade, possam administrar seus recursos de maneira a atender as necessidades – eles sabem onde elas existem – e não tenham de depender da boa vontade burocrática de Brasília.

O fracasso da política econômica atual do Governo é evidente: inflação, estagnação econômica...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – V. Ex^a é generoso quanto ao tempo, com certeza. Eu lhe agradeço.

As contas públicas estão derretendo e destruindo as finanças dos Estados e dos Municípios. Enfim, o balanço é tenebroso. A única lição a tirar deste Governo é que foram anos perdidos, que em nada contribuíram para o desenvolvimento do nosso País e do nosso povo e muito menos para a geração de esperança em um futuro melhor para a nossa terra.

Meu muito obrigado.

Que Deus proteja todos!

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Cícero, cumprimento V. Exª. Fique certo de que, sempre que eu estiver na Presidência, serei tolerante, pelos temas que V. Exª traz.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje, eu me esforcei bastante para ver se tinha uma oportunidade de falar. Até que enfim, consegui. Pela Liderança do meu Partido, qual é a chance que tenho de falar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É grande, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Grande? Já é uma boa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como Líder, dois colegas Senadores estão inscritos. O Senador Flexa faria uma comunicação inadiável, mas vou convidá-lo a fazer uso da palavra em permuta com a Senadora Angela. Já fica vaga, inclusive, uma comunicação inadiável, se V. Exª quiser.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quer se inscrever?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – O que for primeiro, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Inscrevendo-se para fazer uma comunicação inadiável, o senhor será o próximo a falar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Exª tem meu grande respeito, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Flexa, como orador inscrito – neste caso, V. Exª tem um pouco mais de tempo do que se fizesse uma comunicação inadiável –, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, volto hoje à tribuna para retomar um assunto que está adormecido no Congresso Nacional, em especial na Câmara Federal. Refiro-me ao novo Código de Mineração. É um projeto da maior importância para o País e, em especial, para os Estados mineradores, como são o meu Estado do Pará, Minas Gerais, Bahia, Goiás e vários outros Estados da Federação brasileira.

No exercício do mandato de Senador, representando nosso Estado e defendendo seus interesses, envolveremo-nos em batalhas longas e árduas. Às vezes, parece que estamos tentando mover montanhas. Foi assim a luta pelo derrocamento do Pedral de Lourenço. Foram quatro anos de discursos, de reuniões e de ligações insistentes, mas, até que enfim, saiu o edital. Se Deus quiser, no próximo dia 8 de fevereiro, haverá a abertura das propostas, e teremos, então, a empresa vencedora para realizar as obras do derrocamento do Pedral de Lourenço.

Como eu disse, estou vindo à tribuna hoje para falar de outra luta que venho travando há anos e que diz respeito ao novo Código de Mineração.

São várias as iniciativas que já tomamos, mas que acabam encontrando um enorme obstáculo: a falta de vontade política do Executivo em trabalhar essa questão de suma importância para o desenvolvimento do País e de Estados mineradores, que são fundamentais para o saldo da balança comercial, através da exportação de nossas riquezas minerais.

Senador Armando Monteiro, somente no Pará, em 2013, a sua balança comercial teve um saldo da ordem de US\$14 bilhões. Isso se deu somente no Estado do Pará. Como o saldo do Brasil foi de US\$2,6 bilhões,

se não houvesse a contribuição do Pará, teríamos um déficit de quase US\$12 bilhões na balança comercial do nosso País.

Como eu disse, apesar de muito contribuírem há séculos com o Brasil, Estados mineradores como o Pará e Minas Gerais não receberam até hoje uma efetiva compensação pela exploração de nosso subsolo.

Há dois anos, apresentamos emendas à Medida Provisória nº 563, de 2012. A Medida Provisória estabeleceu mecanismo para combater manipulações de preço nas exportações que visem a reduzir o pagamento de Imposto de Renda pelas empresas. Nossa emenda estendia o mecanismo para o cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é o *royalty* da mineração, que sofre das mesmas manipulações. Aquilo que o Governo queria evitar no Imposto de Renda era a mesma coisa que, pela nossa emenda, queríamos evitar também na CFEM. O Congresso Nacional, Câmara e Senado, aprovou a medida, mas, infelizmente, a Presidente Dilma a vetou. Outras emendas que apresentamos à Medida Provisória também não prosperaram.

Outra iniciativa que tomamos, há três anos, foi a de apresentar um projeto de minha autoria, o PLS nº 01/2011, relatado pelo competente Senador Aécio Neves, que promove várias mudanças na legislação mineral para garantir uma compensação apropriada, para que as mineradoras paguem um valor justo, permitindo que a população tenha acesso a serviços públicos de maior qualidade, uma vez que a demanda social aumenta com a implantação de projetos minerais nos Municípios paraenses, mineiros, baianos, goianos e muitos outros.

O PLS nº 01/2011 foi uma resposta do Congresso Nacional à apatia do Governo Federal, que, desde 2008, falava que enviaria a esta Casa um novo marco regulatório. Aguardamos por três anos e, diante da completa falta de ação, apresentamos a proposta de alteração do mecanismo de cobrança da CFEM, à qual o Relator, Senador Aécio Neves, acrescentou elementos importantes, como o aumento da alíquota, que é uma das menores do mundo. A CFEM para o minério de ferro é hoje de 2%, percentual muito baixo se comparado aos *royalties* de 7,5% na Austrália, de 10% na Índia e de 16% no Chile, o que, é claro, não reduziu a competitividade desses países.

No PLS nº 01/2011, propomos que a cobrança da CFEM seja feita pela receita bruta das empresas mineradoras, não líquida, como ocorre hoje. E, através de emenda, incorporamos outra iniciativa importante: a cobrança de participação especial, a exemplo da prevista na exploração de petróleo e de gás natural.

Outra iniciativa no mesmo sentido foi o PLS nº 283, de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade, que aumenta a alíquota da CFEM sobre o ferro para 4% e do qual sou Relator.

Ressalto que, com o aumento da alíquota, com a participação especial e com as demais inovações que pretendemos na legislação mineral, queremos apenas garantir que os benefícios gerados pela mineração sejam compartilhados com os verdadeiros donos, os paraenses, os mineiros, os baianos e os goianos, os brasileiros em geral.

Foi com grande alegria, portanto, que recebemos, em 19 de junho de 2013, a notícia de que o Governo Federal entregou ao Congresso, em regime de urgência constitucional, o PL nº 5.807, de 2013, sua proposta do Novo Marco Regulatório da Mineração. No mesmo dia, vim à tribuna para comemorar, dizendo que antes tarde do que nunca, dizendo que o Governo, o Executivo tinha finalmente encaminhado o projeto do Novo Marco Regulatório da Mineração.

O projeto apresentado pela Presidente se tornou, para nós, a maior prioridade. Então, vamos trabalhar o projeto do Executivo, não mais aqueles projetos que estavam andando com dificuldade por falta de vontade política do Governo no Senado Federal. Mas, sim, vamos trabalhar a proposta encaminhada pelo Executivo, achando que, dessa forma, teremos a aceleração do processo de aprovação nas Comissões. Não haveria razão, então, de avançarmos com os outros projetos, já que a urgência constitucional, introduzida pela própria Presidente da República, apontava a vontade política, a determinação do Governo de finalmente resolver a questão. Doce ilusão. Passados nove meses, o PL nº 5.807/2013 não foi votado em nenhuma Comissão. O Relator, Deputado Leonardo Quintão, já elaborou oito minutas de parecer, mas não conseguiu conciliar posição com o Governo.

É importante considerar que o projeto encaminhado pelo Executivo aborda três aspectos distintos: revisão da CFEM, transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em agência e, por fim, reforma do Direito Mineral. Sabemos ainda que a maior dificuldade de acordo se relaciona diretamente à reforma do Direito Mineral.

Por isso, o que não entendo é por que não desmembrar o projeto em três, já que medidas não dependem uma da outra. Nós, Estados e Municípios, não podemos mais esperar. Essa espera priva-nos de uma compensação justa, e o atraso cria um vácuo que atrapalha o setor mineral brasileiro todo, comprometendo produção, prospecção e investimentos.

Então, queremos fazer, da tribuna do Senado Federal, um apelo aos Srs. Deputados, em especial ao Deputado Relator Leonardo Quintão, no sentido de que possamos retomar a discussão do projeto do Código de

Mineração. Se não houver um consenso para aprovar o projeto por inteiro, que o façamos por parte, dando andamento pelo menos àquilo em que houver consenso, que é o aumento da alíquota...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ...de 2% para 4% sobre a produção mineral e a base de cálculo não ser mais feita pelo valor líquido, mas, sim, pelo valor bruto de prospecção.

Então, é este o apelo que faço neste momento: que o assunto do Código de Mineração volte à pauta da Câmara dos Deputados, para que, em seguida, vindo o Código ao Senado Federal, possamos aprová-lo urgentemente, para que ele possa trazer efeitos benéficos para os Estados mineradores.

Por fim, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, encaminho à Mesa um requerimento: “Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado nos *Anais do Senado* voto de aplauso ao Município de Marabá, Pará, que completará, no dia 5 de abril de 2014, 101 anos de existência.”

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades: o Prefeito de Marabá, João Salame Neto; o Vice-Prefeito do Município, Luiz Carlos Pies; a Senadora Suplente e Primeira-Dama de Marabá, a jornalista Bia Cardoso; os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Marabá; o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim), Sr. Gilberto Leite.

O Município de Marabá é um Município polo da região sul e sudeste do Estado. É um Município que tem um potencial de crescimento fabuloso na verticalização dos minérios existentes no seu subsolo e está festejando, como todos nós paraenses, o lançamento do edital do derrocamento do Pedral de Lourenço.

Assim, nós teremos realizada a hidrovía Tocantins, no trecho Marabá/Belém, possibilitando sua navegação plena todos os dias do ano.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com isso, a instalação de um polo metal-mecânico em Marabá, a começar pela instalação da Alpa – Aços Laminados do Pará, pela Companhia Vale. Foi um compromisso do então Presidente Lula. Espero que a Presidente Dilma o resgate agora, com o derrocamento do Pedral do Lourenço, obrigando a Companhia Vale a cumprir o seu compromisso com o povo paraense e o povo de Marabá.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Espero que os dois assuntos, tanto a instalação da Alpa quanto a retomada do Código de Mineração na Câmara dos Deputados, ocorram muito em breve, para que nós possamos ter melhores condições de dar qualidade de vida para os paraenses, que têm esse direito por contribuírem muito para a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem V. Ex^a. Em seguida, vou chamar o Senador Mário Couto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontra-se sobre a mesa o PLC nº 04, de 2014. Trata-se de um projeto que facilita a emissão de visto de turistas por meio eletrônico, mesmo de países que não têm relações diplomáticas com o Brasil, de tal maneira a facilitar o trânsito de turistas no Brasil. Por se tratar de matéria de comum acordo, sugiro a V. Ex^a que possa colocá-lo em pauta para o apreciarmos na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem, Senador Anibal Diniz, não havendo objeção, farei a leitura do requerimento. Com entendimento, vamos apreciar o requerimento na Ordem do Dia.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria também de informar a V. Ex^a, aproveitando que logo em seguida vai entrar a Ordem do Dia, que nós tivemos, hoje, a aprovação da PEC nº 61, na Comissão de Constituição e Justiça, fruto de um entendimento também muito importante, pois a gente conseguiu melhorar a proposição que veio da Câmara e vamos garantir a indenização dos soldados da borracha, aqui no Senado, o que já vinha sendo proposto pela Câmara dos Deputados. E vamos melhorar, na medida em que conseguirmos assegurar a manutenção do vínculo de dois salários mínimos na aposentadoria do soldado da borracha.

Essa matéria vai ser registrada em breve junto à Mesa Diretora, e estamos solicitando também calendário especial para a sua tramitação, de forma que possamos aprová-la o mais depressa possível aqui, em plenário, e provavelmente, vamos promulgá-la sem precisar ir à Câmara, uma vez que há entendimento no objeto tratado, que foi a indenização. E, no que diz respeito a nossa emenda supressiva, ela é justamente para fazer valer aquilo que já está no art. 54 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

De tal maneira que conseguimos o entendimento que vai permitir, uma vez aprovada aqui, nas cinco sessões, sancioná-la sem voltar para a Câmara.

Então, era para avisar a V. Ex^a, e esse assunto será objeto de pronunciamento que faremos mais tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Leio o **Requerimento** de urgência sobre a mesa, **nº 34, de 2014**.

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2014

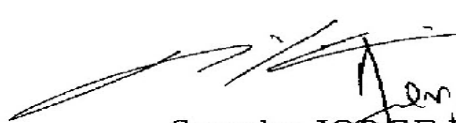

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2014, que estabelece procedimentos alternativos para a concessão de vistos de turista a estrangeiros e altera os arts. 9º, 10º e 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2014 (REQUERIMENTO Nº 34, DE 2014-CRE)

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2014, que “Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro e altera os arts. 9º, 10 e 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.”

Sala da Comissão, 1º de abril de 2014

 **LUÍZ HENRIQUE**

Senador JORGE VIANA

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO Nº _____ - CRE, DE 2014, NA 11^a REUNIÃO, DE
 01/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Gleisi Hoffmann (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Mineira (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PDB, PR, PSC, PPL)	
Mozart do Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magne Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Será votado na Ordem do Dia.

Convido para fazer uso da palavra, usando o espaço de comunicação inadiável, o Senador Mário Couto.

Só peço ao ilustre Senador, que trabalha sempre em colaboração, pelo menos quando estou presidindo, isso é fato, porque vamos começar a Ordem do Dia em seguida. Dou a palavra a V. Exª e peço que colabore, porque temos muitos temas para deliberar.

Com a palavra V. Exª, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – V. Exª é sempre muito carinhoso e bondoso com todos os Senadores.

Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Aloysio por ter me concedido este horário de Liderança para falar. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Exª nos representa magnificamente, meu caro companheiro.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio e da TV Senado, essa confusão toda, criada em torno da CPI da Petrobras, só tem uma fundamentação, Senador Mozarildo: ela envolve a Presidenta da República. Se essa CPI não envolvesse a Presidenta da República, não estaríamos neste impasse em que estamos hoje.

Vão usar de todas as formas, vão usar de tudo para que essa CPI demore ou não seja instalada.

É aquilo que eu sempre digo, Brasil, quase todas as tardes aqui: os Poderes da República estão fragilizados. A Dilma conseguiu fragilizar os Poderes; o Poder Legislativo e, agora, o Supremo Tribunal Federal. Todos sob a mão, a proteção e a ordem da Presidenta da República.

Ora vejam, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, no dia 9 de março – diz o advogado, agora mesmo, de um dos membros do Conselho, o Sr. Cerveró –, a Secretaria de Comunicação da Presidência justificou, por meio de nota, que a Presidenta Dilma votou pela compra da refinaria com base em informações incompletas. E o Cerveró diz que o Conselho recebeu documentação completa 15 dias antes da aprovação.

Está claro, evidente, cristalino que a Dilma cometeu um crime de improbidade administrativa.

Aqui, quero mandar um recado ao Presidente da Câmara. Primeiro, quero dizer ao Sr. Henrique Alves que eu não tenho nem um pouquinho de medo de V. Exª. Nenhum! Nenhum! Saiba V. Exª que há uma grande diferença entre mim e o senhor: eu trabalho para o povo brasileiro, e V. Exª trabalha para a Dilma. Essa é a grande diferença entre nós, Presidente da Câmara dos Deputados, que já está anunciando, sem ler, o meu pedido de *impeachment* à Presidenta, altamente fundamentado na Constituição brasileira, altamente fundamentado na Lei nº 1.079.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ele está dizendo que nós estamos fazendo graça. Graça? Por que V. Exª não trabalha para o povo? Vira as costas para o povo. Eu, não. Eu faço a minha obrigação constitucional de Senador da República. Eu trabalho pela minha Nação, pelo povo sofrido da minha Nação com este Governo.

Essa é a grande diferença, Sr. Presidente da Câmara, entre V. Exª e o Senador Mário Couto.

Ora, Brasil, vejam, neste momento, você que está assistindo à programação da TV Senado, vou lhe dar um conselho, um conselho de brasileiro que tem o coração verde-amarelo, de um brasileiro que dá o seu próprio sangue por esta Nação:

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – vá assistir à TV Senado agora, neste momento. Convide o seu vizinho para assistir à TV Senado neste momento, para ver o que vai acontecer neste Senado exatamente agora, o que vai acontecer com a CPI da Petrobras. Ligue a televisão, assista ao que vai acontecer. Depois, vá à sua cadeira da sala, fique pensando na situação da Pátria, fique pensando como se encontram os nossos Poderes. Poderes fragilizados são nação fragilizada. Só há uma coisa, uma única coisa que nos resta...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Fico triste a cada dia com a minha Pátria, ao ver que os dirigentes da minha Pátria são incompetentes. Notícias mais tristes a cada dia que passa.

Mais uma notícia triste eu trago ao povo brasileiro: balança comercial. O que é balança comercial, Brasil? É aquilo que se compra e que se vende. O Brasil comprou mais do que vendeu. A balança comercial

do Brasil tem o pior primeiro trimestre em 21 anos. Nos três primeiros meses do ano, houve um déficit de US\$6.07 bilhões.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Já vou descer.

Trata-se do pior resultado desde o início da série história de 1994.

Desço, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: oposição brasileira, não se curve neste momento patriótico. Meu querido Brasil, olhe o que vai acontecer agora; olhe o que vai acontecer agora com o resultado do pedido de CPI para investigar a Petrobras.

Sabem por que tudo isso? Porque envolve a Presidenta Dilma. E ela, sim, neste momento, deveria receber o *impeachment* da Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

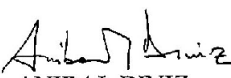
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2014

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, quando, por ocasião de designação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em anexo, participarei da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CNPDU), no período compreendido entre 5 a 12 de abril corrente, em Nova York.

Em cumprimento, ainda, ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do País no período compreendido entre 5 a 12 de abril de 2014.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014.


Senador ANÍBAL DINIZ
PT/AC

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2014

(de autoria da CDH)


proveniente do

REQUERIMENTO Nº DE 2014 – CDH

Senhor Presidente,,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa indica o Senador Aníbal Diniz para integrar a comitiva de Deputados e Senadores que comporá a delegação brasileira que participará da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU, que ocorrerá em Nova York entre 7 e 11 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2014.


Senadora Ana Rita
(PT - ES)
Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 02 de abril de 2014 (quarta-feira), logo após a 19ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, Senado Federal

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Ana Rila (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Aríbal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lidice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

Ofício nº 13/2013 – SSAE/SAE/PR

Brasília, 19 de março de 2014

Assunto: Relação das instituições brasileiras e respectivos representantes que comporão a delegação brasileira na 47ª Sessão da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd).

Prezado Senhor,

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento vem por meio deste encaminhar a lista das instituições brasileiras e respectivos representantes que comporão a delegação brasileira na 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento (CPD) das Nações Unidas, que ocorrerá em Nova York entre 7 e 11 de abril.

Nome	Instituição
Ministros de Estado do Governo Brasileiro	
Marcelo Côrtes Neri	SAE/PR
Eleonora Menicucci	SPM/PR
Membros CNPD – Governo Brasileiro	
Alexandre Peña Ghisleni	MRE
Albino Ernesto Poli Junior	(SEPP/PR)
Elisa Guaraná	(SNJ/SG/PR)
Sônia Malheiros Miguel	(SPM/PR)
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	(MS)
Ricardo Paes de Barros	(SAE/PR)
Fabrizio Prado	(SNJ/SG/PR)
Rosa Maria Marinho	(SPM/PR)
Celeste de Souza Rodrigues	(MS)
Membros CNPD – Sociedade Civil	
Richarlls Martins	(CNS)
Suzana Cavenaghi	(ABEP)
Jacqueline Pitanguy	(CNDM)
Marcelo Marcos Morales	(SBPC)
Sociedade Civil	
Alaerte Martins	(Rede de Mulheres Negras Paraná/RFS/AMNB)
Elza Campos	(União Brasileira de Mulheres)
Alessandra Nilo	(Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero)
Michel Chagas	(Instituto Cultural Steve Biko)
Thais Zimowe	(Aliança Latino-americana e Caribenha rumo a Cairo + 20)
Beatriz Galli	(IPAS)
Fernanda Benvenutti	(ANTRA)
Maria José Rosado	(Católicas pelo Direito de Decidir)
Sinara Gumieri	(Aliança global de jovens feministas RESURJ)
Guacira Cesar de Oliveira	(Articulação de Mulheres Brasileiras)
Parlamento Brasileiro	
Deputado Jean Wyllys	Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Cultura
Deputado Alexandre Roso	Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados – CSSF/CD

Deputada Nilda Gondim	Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados – CSSF/CD
Deputada Benedita da Silva	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN/CD
Deputado Dr. Rosinha	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN/CD
Senadora Vanessa Grazziotin	Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal – CAS/SF
Senador Aníbal Diniz	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH/SF
Rubens Gomes Carneiro Filho	Secretário-Executivo da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados – CSSF/CD

Cordialmente,



RICARDO PAES DE BARROS
Presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesas Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Antes, porém, quero comunicar aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que, hoje, no começo da tarde, deu entrada – aliás, como era esperado – um novo requerimento. Desta vez, pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista.

Informo a todos os Senadores e Senadoras que o requerimento será lido na sessão do Congresso Nacional, marcada para o dia 15 de abril. Como estabelece o Regimento, até a meia-noite do dia 15 poderão ser acrescentadas ou retiradas assinaturas, bem como também serão admitidos fatos novos referentes à investigação.

Depois da sessão de ontem, após várias questões de ordem, todas muito bem fundamentadas, ficou evidenciado, a menos que haja insinceridade nas palavras proferidas – o que, evidentemente, eu não acredito –, que segmentos políticos antagônicos no Senado Federal desejam profundas investigações sobre os temas levantados. Ambos os lados apontaram fatos determinados que, na perspectiva dos oradores, estão a merecer esta investigação política, ainda que estejam sendo apurados pelas instâncias competentes.

Creio que a prudência e a razão recomendam que investiguemos todos os fatos narrados; afinal, a impunidade, que pode brotar tanto da omissão, quanto da leniência, não deve se transformar, absolutamente, em cumplicidade, motivo pelo qual não vejo como evitarmos as investigações suscitadas.

Tal decisão, além de precedentes no Supremo Tribunal Federal, foi tomada após uma profunda reflexão sobre argumentos expressos neste plenário. Julguei este caso, respondi essas questões de ordem, ouvindo todos os lados, para não correr o risco de pretender fazer justiça no encaminhamento sendo injusto. Afinal, como todos sabem, não fui eleito Presidente de uma instituição centenária como o Senado Federal para fazer favores com as leis e o nosso Regimento Interno.

Fui escolhido para, em casos necessários, encaminhar sugestões de acordo com as leis. E vai longe o tempo em que dirigentes faziam ou interpretavam leis seguindo suas conveniências ou preferências, até porque, como se sabe, a razão é a primeira autoridade e a autoridade é a última razão.

A base de qualquer sociedade igualitária é a verdade, é a justiça. Para atingirmos ambos os valores em sua plenitude, devemos buscar a verdade para aplicar a justiça, quando for o caso, até porque a ordem e o bem-estar social dependem da justiça bem aplicada.

Eu queria comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, conforme declarei, passo, neste momento, a responder as questões de ordem apresentadas na sessão de ontem: primeiro, pela Senadora Gleisi Hoffmann, em relação ao Requerimento nº 302, de 2014, que tem como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito; e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, em relação ao Requerimento nº 303, de 2014, que tem como primeiro signatário o Senador Humberto Costa, também de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Preliminarmente, é importante ressaltar que, ao determinar como requisito relevante para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que o fato a ser investigado seja determinado, a Constituição busca garantir direitos individuais em uma possibilidade de defesa e de contraditório no inquérito.

A Lei nº 1.579, de 1952, em seu art. 5º, §1º, em decisões já pacificadas no Supremo Tribunal Federal, dispõe que o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito pode abranger fatos determinados, ou seja, inquéritos parlamentares podem ter mais de um fato a ser investigado.

Nesse sentido, o Ex^{mo} Sr. Ministro Gilmar Mendes, ao julgar o Agravo Regimental de Suspensão de Segurança nº 3.591, do Estado de São Paulo, assim decidiu: “Segundo Nelson de Souza Sampaio, ‘fatos vagos ou imprecisos, que não se sabe onde nem quando se passaram, são meras conjecturas que não podem constituir objeto de investigação.’”

No mesmo sentido, o Ministro Celso de Mello, em obra doutrinária, asseverou o seguinte:

Mencione-se desde logo que somente fatos determinados, concretos e individuais, ainda que múltiplos, que sejam de relevante interesse para a vida política, econômica, jurídica e social do Estado, são passíveis de investigação parlamentar.

Daí depreende-se que, se uma Comissão Parlamentar de Inquérito começa com fatos determinados e concretos, ainda que múltiplos – repito –, seu objeto de investigação está delimitado. Esses fatos determinados balizam, portanto, os limites da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Supremo Tribunal Federal tem entendido – e esse entendimento já se encontra também pacificado – que novos fatos determinados podem ser incorporados ao rol inicial, mesmo no curso das investigações empreendidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito já instaladas. É o que se extrai do acórdão do julgamento do *Habeas Corpus* nº 71.039, ocorrido em 7 de abril de 1994, que teve com Relator o Ministro Paulo Brossard, publicado no *Diário da Justiça* de 6 de dezembro de 1996 – aspas:

O que não quer dizer que outros fatos inicialmente imprevistos não possam ser aditados aos objetivos da comissão de inquérito já em ação. Inclusive quanto ao requisito de prazo certo de funcionamento, pode ele ser reduzido ou ampliado a partir de avaliações posteriores à apresentação do requerimento.

Não nos esqueçamos que os requerimentos de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, manejados em sua imensa maioria pela oposição, são apresentados de forma quase que instantânea à divulgação de um dado fato, em especial quando se constata sua repercussão nos meios de comunicação.

É comum – e a história das Comissões Parlamentares de Inquérito tem demonstrado – que o arcabouço fático indicado no momento inicial seja mal dimensionado a ponto de serem admitidos fatos novos. É importante acrescentar que qualquer alteração nos requisitos relacionados aos fatos determinados, como também ao tempo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito, devem ser cancelados por subscritores que representem pelo menos o número mínimo constitucional.

Isto posto, respondo negativamente à questão de ordem formulada pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Quanto à questão de ordem apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente à parte do objeto do Requerimento nº 303, de 2014, que segundo S. Ex^a violaria o art. 146 do Regimento Interno por buscar investigar matéria pertinente aos Estados, esclareço que, na medida em que os projetos dessa natureza são financiados por operações de créditos aprovadas pelo Senado Federal no exercício de sua competência constitucional, tais matérias podem, sim, ser investigadas pelo Senado Federal. Nesse mesmo sentido, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

No acórdão proferido nos autos do *Habeas Corpus* 71.039/5, do Rio de Janeiro, de relatoria do eminente Ministro Paulo Brossard, assentou-se que tudo quanto o Congresso Nacional pode regular cabe-lhe investigar.

O poder investigatório do Congresso se estende a toda gama dos interesses nacionais a respeito dos quais ele pode legislar.

Assim, também respondo negativamente à questão de ordem do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

E, nos termos dos arts. 405 e 408 do Regimento Interno do Senado Federal, recorro, de ofício, de minha decisão e solicito audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Humberto Costa, ao Senador José Agripino, à Senadora Gleisi Hoffmann, ao Senador Aécio Neves...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... ao Senador Mário Couto, ao Senador Suplicy...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Senador Pedro Taques e a outros Srs. Senadores que quiserem se inscrever.

Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Jorge Viana.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª e ao Senado que o meu espírito está em parte satisfeito e em parte insatisfeito. Estou satisfeito na medida em que V. Exª indeferiu a questão de ordem levantada pela ilustre Senadora Gleisi Hoffmann. E insatisfeito porque V. Exª indeferiu a minha própria questão de ordem. O que diz bem da ponderação e da cautela com que V. Exª decidiu essa matéria.

Há um fato novo, efetivamente. É que a Câmara dos Deputados já conseguiram assinaturas para instalação da CPMI. Os Deputados Federais e os Senadores, em número largamente superior ao quórum mínimo exigido pela Constituição, já apresentaram requerimento de instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar os mesmos fatos, a nosso ver, escabrosos, que ocorreram na Petrobras, na atual gestão.

Nessa medida, Sr. Presidente, a pretensão da oposição do Senado, respaldada por ilustres Parlamentares que integram a Base do Governo e que querem ver também essas questões elucidadas, a nossa pretensão se satisfará no âmbito do Congresso Nacional. E se satisfará até com mais peso político, uma vez que nós estaremos engajando nesse trabalho o talento, a combatividade e o número dos Deputados Federais.

Quanto à minha parte, à parte do meu espírito que está insatisfeita pelo fato do indeferimento da minha questão de ordem, quero dizer a V. Exª, também com toda a lealdade: me apoiei em um artigo do Regimento Interno para apresentar a minha objeção, mas, na verdade, a minha objeção é de natureza política. E fiz questão de dizer isso quando defendi o meu ponto de vista na sessão de ontem, porque considero que este requerimento patrocinado pelo Governo não é um requerimento para investigar, não tem como objetivo investigar coisa alguma. Tem como objetivo não investigar a Petrobras e tentar amedrontar a oposição. Trata-se de um desvio de finalidade, em minha opinião, do instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é para investigar coisa alguma, querem apenas obstaculizar a investigação da Petrobras.

Acresceram à investigação da Petrobras fatos referentes ao metrô de São Paulo e ao metrô de Brasília. Quero dizer aos meus colegas do Governo que não tenho o menor receio de investigação de coisa alguma relativa ao metrô de São Paulo. Nada. Isso não me intimida de modo algum, pelo contrário. O Governo de São Paulo, as instituições de São Paulo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Corregedoria do Estado têm atuado muito eficazmente para punir, inclusive, os responsáveis por aquilo que ocorreu no âmbito da administração estadual. Portanto, não tenho nenhum receio. Quanto mais investigação, melhor.

Eu preferiria – e disse isso ontem – que se agregasse a essa investigação sobre o metrô de São Paulo e Brasília investigação de outros empreendimentos em que há recursos a fundo perdido do Governo Federal e empresa do Governo Federal, uma vez que, em São Paulo, como todos sabem, nós não recebemos recursos federais. O metrô de São Paulo está sendo feito com recursos da Prefeitura e, sobretudo, do Estado.

Mas não quero entrar nessa discussão. Queria que agregassem outros empreendimentos ferroviários. Mas tenho certeza também, Sr. Presidente, de que, na medida em que se investiguem esses fatos, o Governo não conseguirá circunscrevê-los ao metrô de São Paulo. Por quê? Porque as grandes empresas que, porventura, tenham agido ali no sentido de formar cartéis, de fraudar interesse público, são as mesmas empresas que atuaram – e o próprio Cade já demonstrou isso – no metrô de Belo Horizonte, de Fortaleza, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre. De modo que tentaram empurrar esses fatos pela porta afora, mas nós os colocaremos dentro, pela janela, na medida em que forem eles convocados.

De modo, Sr. Presidente, que vamos defender os nossos pontos de vista na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando que, na próxima sessão do Congresso Nacional, em data já marcada por V. Ex^a, V. Ex^a proceda, como aliás, é o seu dever constitucional e regimental, à leitura dos requerimentos.

No mais, Sr. Presidente, quero reiterar aquilo que já lhe disse em conversa privada, pessoal: o meu respeito por V. Ex^a e pela maneira correta com que, nesse episódio, V. Ex^a se relacionou conosco, com os Partidos de oposição, ouvindo o nosso ponto de vista, as nossas ponderações, com toda lealdade. Nem sempre concordando, é verdade, mas o fato é que V. Ex^a agiu com ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de igual modo, a Liderança do Governo quer reconhecer a forma equilibrada com que V. Ex^a conduziu esta importantíssima matéria que o Governo já vem investigando por todos os mecanismos de fiscalização e controle do nosso País.

É importante, neste momento em que V. Ex^a se posiciona em nome da Presidência do Senado, repetir, mais uma vez, no plenário do Senado, que esta é uma matéria que já está sob a investigação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União, e até de uma comissão de sindicância da própria Petrobras.

Mesmo assim, insistiu o conjunto de Senadores da oposição, com o apoio de outros Senadores, num total de 29, em apresentar um pedido de CPI que, dito pela própria oposição, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito política.

Ora, de igual modo, nós entendemos que precisamos, portanto, ampliar o escopo desta discussão, porque o caso do metrô de São Paulo, o caso do porto de Suape, o caso das redes digitais precisam, também, ser debatidos.

Portanto, queremos louvar a iniciativa de V. Ex^a, porque estabeleceu o amplo debate e a ampla discussão dos diversos objetos específicos estabelecidos pelos requerimentos. Portanto, a decisão de V. Ex^a, recorrendo à Comissão de Constituição e Justiça, de ofício, para que delibere, pelo seu Plenário e, portanto, pela representação da proporcionalidade do Senado, a questão decidida por V. Ex^a.

E aguardaremos a reunião do Congresso, do dia 15, marcada por V. Ex^a, para tratarmos da proposta ou das propostas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Mas, Sr. Presidente, reafirmo a firme e clara disposição do Governo de tratar a matéria com transparência, buscando sempre a verdade, mas negando e negando-se a participar de oportunismos eleitorais à véspera de eleição, que tratam de matérias importantíssimas de empresa como a Petrobras, maior empresa brasileira de investimento público e que tem papel fundamental na exploração de petróleo, não apenas no Brasil, mas no mundo.

E fazemos isso com absoluta tranquilidade, tendo em vista que não fomos nós que precipitamos a discussão política desse tema.

Mais uma vez, reconheço e elogio o equilíbrio da decisão de V. Ex^a para que nós possamos dar curso aos trabalhos do Senado, enquanto o Congresso não se reúne sobre a questão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma forma que o Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu me sinto, de um lado, satisfeito, e do outro lado, insatisfeito.

Começo pela insatisfação. Nós aqui temos sido absolutamente claros no sentido de defendermos que se faça todo tipo de investigação sobre a Petrobras, sobre todos os casos de corrupção ou de suposta corrupção que possam existir no nosso País. E temos defendido claramente a própria seriedade das investigações que estão sendo feitas por órgãos da maior credibilidade no nosso País; elas, por si sós, são suficientes para o esclarecimento da sociedade, para os devidos processos e a punição dos eventuais responsáveis.

Nesse sentido, a nossa posição era a de que nós não tivéssemos a realização de uma CPI. E eu não tenho nenhum receio de defender essa posição – nenhum! –, porque tenho argumentos absolutamente sólidos. Primeiro, para dizer que as investigações estão sendo bem feitas.

Ontem, o Procurador-Geral da República denunciou dois integrantes do secretariado de São Paulo ao Supremo Tribunal Federal pela existência de indícios de participação em atos inadequados em relação ao metrô daquele Estado. Identificou-se, também, a existência de uma conta que o Ministério Público – da Suíça – já encaminhou, mostrando que recursos foram transferidos para intermediários que usavam empresas fantasmas para fazer pagamentos a quem não se sabe – pelo menos até agora.

Então, veja, eu acho que o Ministério Público, que os órgãos de investigação estão trabalhando muito bem, em todos esses casos. E, quando V. Ex^a não acata a questão de ordem da Senadora Gleisi, isso nos deixa

insatisfeitos, porque sabemos que vamos ter que enfrentar aqui uma espécie de videoteipe – antigamente havia essa expressão – da CPI do Cachoeira: muita discussão, muito debate, muita briga, muito sigilo quebrado, muito depoimento e, afinal, pouca coisa além do que esses órgãos efetivamente já estão investigando. Então, esse é o motivo da minha insatisfação.

Porém, o motivo da minha satisfação é que V. Exª entendeu claramente, na resposta à questão de ordem, que existem vários fatos determinados para que se possa fazer essa investigação. E, quando assume esse entendimento, permite que não se faça aqui o que alguns queriam.

Alguns queriam aqui fazer unicamente uma investigação sobre a Petrobras, com um viés político, uma verdadeira devassa sobre a empresa, que está resistindo bravamente a todo esse processo de desgaste que se pretende impor a ela, não se sabe com que objetivos. Algumas pedras começaram a ser cantadas. Alguns dizem que é para facilitar, caso alguns candidatos ganhem, a mudança do modelo de exploração do pré-sal, que deixaria de ser feito na forma de partilha para ser de concessão. Então, é preciso também clarificar o que é que há por trás dessas coisas todas.

Mas eu entendo, Sr. Presidente, que a decisão de V. Exª permite – e eu tenho certeza de que a CCJ vai ratificá-la – que se faça, de fato, uma investigação sobre vários e vários pontos que a população brasileira gostaria de conhecer mais a fundo. Se o entendimento do Senado é de que quem já investiga a Petrobras não é suficiente para dar essas respostas, nós somos obrigados a entender que quem investiga esses outros casos merece uma complementação para que dê essas respostas.

Assim, nesse sentido, eu quero, em última instância, parabenizar V. Exª pela decisão tomada, e vamos continuar aqui debatendo com a expectativa de que, instalada essa comissão, nós não tenhamos, como eu disse, a reprise da CPI do Cachoeira, em que nem o inspirador da CPI chegou a ser indiciado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devo dizer a V. Exª que eu estava temeroso de que, na tarde de hoje, nós tivéssemos muita tensão neste plenário. Porque a decisão de V. Exª, se fosse em sentido contrário ao que V. Exª decidiu com muita racionalidade e maturidade, iria trazer grandes contrariedades não aos partidos, mas à própria sociedade.

E V. Exª decidiu com sabedoria pelo não acolhimento de ambos os recursos, tanto a questão de ordem da Senadora Gleisi quanto a do Senador Aloysio Nunes, e abre a perspectiva para que as duas CPIs possam se instalar. V. Exª recorre da sua decisão à CCJ, para que a CCJ decida sobre a correção da sua decisão, é o que estou entendendo.

Há uma dúvida que eu gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não seriam duas CPIs, é uma CPI com fatos determinados acrescidos. Esse é o fundamento da decisão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Bom, se essa é a decisão, vamos examinar na CCJ, porque há um fato novo hoje. As Bancadas na Câmara e no Senado protocolaram uma CPMI com número suficiente, com o mesmo enunciado do que nós pretendemos, os quatro pontos, que deverá ser lido no dia 15.

V. Exª submete sua decisão – que agora estou entendendo, não duas, mas uma CPI acrescentada – a que essa se instale... Ao mesmo tempo, haverá uma proposta de instalação de uma CPMI, conforme protocolado hoje, envolvendo Deputados e Senadores, mediante leitura, dia 15, no Congresso Nacional. A pergunta que faço – daqui até o dia 15, a CCJ se debruçará sobre a apreciação da decisão de V. Exª –: os Partidos poderão já indicar os membros para o funcionamento dessa CPI, se for o caso, ou terão que aguardar a decisão da CCJ? Porque, desde já, declaro a V. Exª que a preferência do meu Partido será pelo funcionamento da CPMI, com Deputados e Senadores, porque há o desejo de Deputados do Democratas de participarem do processo de investigação, que a sociedade exige.

É importante, portanto, para a minha decisão partidária, ter a resposta de V. Exª sobre se é possível, enquanto a CCJ aprecia os fatos, haver a indicação, mesmo não concordando com a tese, mas, se o meu Partido desejar fazer indicação de Senadores para essa CPI, a CPI acrescentada, se poderia fazê-la.

Outra pergunta: o que acontecerá com a proposta da nossa CPI, a CPI dos quatro pontos, a original? Porque V. Exª tanto rejeitou a questão de ordem da Senadora Gleisi, como a do Senador Aloysio Nunes. Então, teoricamente, pelo que eu entendi, V. Exª remete à CCJ a decisão de ambos os recursos, ambas as questões de ordem. No meu entendimento, ambas estariam adequadas ou estariam habilitadas a receber indicações para, se fosse possível, começarem a funcionar, a menos que a apreciação da CCJ sustasse o funcionamento das CPIs.

Agora, desde já, digo a V. Exª que quero essa resposta porque preciso reunir o meu Partido para fazer, em função da obtenção de assinaturas e do protocolo que foi feito hoje, da CPMI, a decisão sobre a preferência que daremos no encaminhamento das investigações, que será, no meu Partido, por uma CPMI.

E, para finalizar, um dado esclarecedor ao Senador Humberto Costa. Ele referiu-se à decisão da Procuradoria-Geral da República de denunciar dois Secretários do Governador Alckmin, um do PSDB e um democrata. Não é verdade, não houve denúncia; houve, sim, determinação para que as investigações prosseguissem, envolvendo os dois Secretários, o que não significa, por hipótese alguma, ter havido ou ocorrido a denúncia estabelecida.

É, portanto, com essas palavras que solicito de V. Exª esse esclarecimento, que é importante e que se impõe para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria aproveitar a oportunidade e esclarecer os fatos que foram colocados pelo Senador José Agripino.

Em primeiro lugar, o art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal diz que, em havendo recurso sobre decisão da Presidência em questão de ordem, “é lícito a esta solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional” – que é o caso. Solicitada essa audiência, fica sobrestada a decisão. E o parágrafo seguinte diz que “o parecer da Comissão deverá ser proferido no prazo de dois dias úteis, após o que, com ou sem parecer, será o recurso incluído em Ordem do Dia” do Senado Federal, do Plenário do Senado Federal, para deliberação.

Portanto, o Regimento estabelece o prazo de dois dias para que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Não sendo ouvida a Comissão de Constituição e Justiça nesses dois dias, a matéria voltará para deliberação do Senado Federal.

E, quanto à decisão que nós proferimos, só enfatizando os dois aspectos da própria decisão: em primeiro lugar, nós negamos as duas questões de ordem que foram colocadas; em segundo lugar, nós decidimos que pode, sim, crescer fatos determinados. E os fatos que foram determinados no primeiro requerimento estão, portanto, acrescidos dos fatos determinados do segundo requerimento. E não são duas CPIs, é apenas uma comissão parlamentar de inquérito, acrescida de novos fatos determinados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Na medida em que V. Exª declarou que não há nenhum óbice regimental, nem constitucional para que seja instalada a CPI, da qual o Sr. Senador Alvaro Dias foi o primeiro subscritor, temos direito líquido e certo à instalação dessa comissão.

Permita-me dizer a V. Exª: não cabe a V. Exª dizer “prefiro esta àquela”. Mesmo porque a CPI proposta pelo Governo é uma CPI de araque. É uma CPI para abafar a CPI da oposição e daqueles que querem investigar a Petrobras.

Então, nós temos direito líquido e certo de ter o nosso requerimento – que não é mais um requerimento, já é uma proposição absolutamente consolidada – de vê-la instalada.

Quero dizer a V. Exª que eu estou, neste momento, examinando a possibilidade de ir ao Supremo Tribunal Federal, para que o nosso direito seja preservado!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O nosso direito seja preservado.

Eu havia entendido que V. Exª havia dado legitimidade às duas. Não cabe a V. Exª escolher “prefiro esta àquela”. Não cabe!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – A Presidência...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não compete a V. Exª ...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... dizer o seguinte: “esta comissão pode prosperar, e a outra, não”.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, nós vamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... simplesmente nós vamos judicializar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A decisão se fundamenta no sentido de que podem, sim, crescer novos fatos determinados a um pedido de comissão parlamentar de inquérito. Podem, sim, crescer novos fatos determinados. Crescem-se à comissão existente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não vou concordar...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu tenho aqui uma relação de inscritos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu quero falar como Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Aloysio Nunes Ferreira já havia falado e fez...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... as inscrições, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Líder pode usar a hora que quiser, Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Vamos respeitar as inscrições, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu vou inscrever todos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vou inscrever todos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Regimentalmente, o Líder pode usar a hora que quiser. Eu quero usar como Líder.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – PA) – ... tendo em vista que o Senador Aloysio Nunes Ferreira ...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu quero usar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu peço que falem um de cada vez, porque, senão, vai ...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu quero usar a palavra ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... embaçar aqui a coordenação da reunião.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu já inscrevi V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para contraditar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, dizemos o seguinte: V. Exª não apenas estabeleceu a sua decisão em fundamentos regimentais do Senado Federal, como também citou decisões do Supremo Tribunal Federal. E mais do que isso: V. Exª recorreu, de ofício, à CCJ.

Portanto, quero aqui dizer ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que, em que pese a CPI ser um elemento da minoria, isso não significa ignorar e excluir a maioria e os demais Senadores desta Casa, que temos tanta legitimidade quanto os Senadores de oposição.

Portanto, queremos aqui dizer o seguinte: o Governo não tem nenhuma dificuldade de se fazer qualquer tipo de investigação. Mas o Governo e a nossa Base aliada se veem com o direito também de poder ampliar o objeto, de acordo com o que estabelece o Regimento desta Casa e o que estabelecem decisões fundamentadas do Supremo Tribunal Federal, e que, pela decisão de V. Exª, está recorrido, de ofício, para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu aproveito e peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, distribua, o mais rapidamente possível – porque, pelo que eu vi, as pessoas não entenderam exatamente na mesma direção da decisão –, para que todos conheçam, em detalhes, a decisão que nós acabamos de proferir.

Eu concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Exª já está inscrito, Senador Jarbas Vasconcelos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria, em primeiro lugar, dizer que respeito a decisão exarada por V. Exª, muito embora, como meu nobre colega Aloysio Nunes, também não me senti totalmente satisfeita. Gostaria muito que a questão de ordem tivesse sido recebida pelos motivos que alegava. Mas respeito a decisão de V. Exª e penso que ela dá oportu-

nidade para que nós possamos fazer, de fato, uma averiguação de todos os processos e de todas as situações que, hoje, são notícias em jornais e que afetam, sobremaneira, o nosso País.

Queria dizer, Sr. Presidente, que essa possibilidade é importante e também que as discussões que foram colocadas aqui são discussões que remeteremos à Comissão de Constituição e Justiça, inclusive a constitucionalidade da sua decisão.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, para lembrar uma decisão do então Presidente do Senado Garibaldi Alves, que, quando da tramitação de duas comissões parlamentares de inquérito – uma no âmbito do Senado e outra de Comissão Mista –, adotou também o princípio da economicidade, ou seja, comissões tratando de assuntos semelhantes não têm por que se sobrepor, e também o entendimento de que não pode haver dois inquéritos para apurar os mesmos fatos.

Penso que o entendimento de V. Ex^a de que os fatos determinados elencados no início de uma CPI não precisam ser correlatos – portanto, desde que iniciados, podem ser tantos fatos quanto os autores dos requerimentos desejarem, e isso depois não pode ser aditado – proporciona-nos a ter foco, sim, na CPI e a discutir, então, as questões que são inerentes ao requerimento apresentado pelo Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, contraditando o meu nobre colega Aloysio Nunes, por quem tenho grande respeito – mas que, nessas discussões, tem praticamente esquecido o passado que se deu no Congresso Nacional em relação a comissões parlamentares de inquérito –, ressalto que nós achamos que, quanto mais investigações, melhor, é verdade, e queremos que se investiguem todos os fatos que elencamos e que foram elencados no requerimento a que o Senador Humberto Costa deu entrada.

Esquece o Senador Aloysio que era uma prática do Governo do PSDB, do Governo do seu Partido, não deixar que as CPIs prosperassem, como foi o caso da CPI da Reelection, como foi o caso da primeira CPI do Proer.

Queria relembrar ao Senador Agripino – que ontem disse que não existiu impugnação de CPIs, fazendo uma contra-argumentação à minha questão de ordem – que a primeira CPI proposta pelo Proer foi impugnada porque ela não previa o montante das despesas que iriam financiá-las.

Portanto, o que a oposição está fazendo aqui, acusando o Governo, é o que essa oposição, como situação, fez muito neste Congresso Nacional, não deixando comissões parlamentares de inquérito prosperarem.

Queria aqui dizer, Senador Renan, Presidente, Senadores que nos ouvem, que os casos elencados na CPI assinada pelo Senador Humberto Costa, além de reproduzirem os quatro itens colocados no requerimento inicial, são acrescidos de mais alguns. E um é deveras importante porque é motivo já de investigação de várias áreas. E como, na questão da Petrobras, várias ações da Petrobras também estão sendo investigadas pelo Ministério Público, também estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União, também estão sendo investigadas pela própria empresa, é importante que esses fatos envolvendo a situação dos trens e metrô de São Paulo, que também estão sendo investigados pelo Ministério Público, pela Polícia Civil, pela Polícia Federal, pelo Cade e pelo próprio Governo do Estado, também mereçam uma investigação política.

A acusação é grave, Sr. Presidente. Um ex-executivo de uma empresa alemã, a Siemens, entregou ao Cade um relatório em que afirma ter documentos que provam a existência de um forte esquema de corrupção no Estado de São Paulo durante os Governos Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra e que tinham, como objetivo principal, o abastecimento do caixa dois do PSDB e do Democratas. As acusações do ex-diretor foram enviadas pelo Cade à Polícia Federal.

Temos um fato concreto: acusações de um diretor de uma empresa que tinha negócios e relações comerciais com o Governo do Estado de São Paulo. O caso se refere a uma investigação realizada pelo Cade que detectou que várias companhias, entre elas, Siemens e Alstom, acordaram, desde 2001, dividir contratos de manutenção de trens em São Paulo. Pela suposta fraude, conhecida desde agosto de 2013, também são investigadas, no Brasil, a canadense Bombardier, a japonesa Mitsui e as espanholas CAF e Temoinsa.

A Siemens assinou um Acordo de Leniência com o Cade para denunciar o cartel. Em novembro, a Associação de Banqueiros Suíços confirmou o bloqueio das contas utilizadas pela Alstom e pela alemã Siemens para o pagamento das supostas propinas, após pedido do Governo do Brasil. Os jornais publicaram que o ex-diretor comercial da Alstom André Botto admitiu, perante a Justiça francesa, em 2008, que a empresa pagou uma propina equivalente a 15% de um contrato de US\$45,7 milhões, em 1998.

Se esses fatos não são graves, se não são relevantes, se não merecem fazer parte dessa investigação que o Congresso Nacional vai fazer, pergunto, então: qual é a gravidade de outros fatos? Se vamos investigar os contratos da Petrobras e se estamos de acordo porque assinamos a CPI que foi protocolada ontem pelo Senador Humberto Costa – e já que não há necessidade, segundo decisão de V. Ex^a, de correlação dos fatos determinados na inicial do requerimento que pede a instalação de uma CPI –, é importante que esses fatos, pela gravidade que trazem, sejam também objeto de investigação por esta Casa e pelo Congresso Nacional.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho, sabe V. Ex^a, Senador Renan, enorme respeito pela forma com que tem conduzido vários temas controversos nesta Casa como seu Presidente.

Tinha, como tínhamos, praticamente todos nós, Senadores de oposição, uma interpretação diversa dessa que V. Ex^a externa agora, no correr da sessão, sobre a decisão que havia tomado. Senador Aloysio, em nosso nome, fala que, se for essa a interpretação, isto é, de desprezar a CPI apresentada pelas oposições, não nos restará senão, certamente, judicializar essa questão e recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que há, hoje, uma expectativa da sociedade brasileira em relação ao que estamos fazendo no Senado da República. E vamos aos fatos; vamos aos fatos de forma absolutamente clara: as oposições, com o apoio de Senadores da base governista e, agora, com o apoio de 232 Deputados – e, veja bem, a oposição, na Câmara dos Deputados, não alcança mais que 120 parlamentares –, colocaram as suas assinaturas no requerimento de instalação de uma CPMI.

E por que fizemos isso? Por que alcançamos mais de 30 assinaturas no Senado Federal? Porque as denúncias, hoje discutidas e debatidas na sociedade brasileira, são de extrema gravidade; aviltam a dignidade dos cidadãos brasileiros; envergonham a todos nós, Sr. Presidente.

E o fato claro, que tem que ser aqui colocado: a base do governo não quer que se apure absolutamente coisa alguma.

Vamos deixar de hipocrisia! A manobra da Senadora Gleisi ou por ela comandada serve, única e exclusivamente, aos interesses do Palácio do Planalto. Ela submete esta Casa a uma sessão vergonhosa. Impedir, pela maioria governista, a oposição de exercer a sua prerrogativa de fiscalizar as ações do governo? Nunca se viu nesta Casa, Sr. Presidente! E V. Ex^a, Presidente eleito pela maioria do Senado Federal – não teve meu voto, V. Ex^a sabe, mas teve o meu respeito –, não pode servir a essas manobras.

Sr. Presidente, o que está em jogo é algo extremamente grave. A base do governo tem maioria de sobra para investigar o que quiser investigar: cartéis, setor elétrico, BNDES, portos do Brasil, portos cubanos. Investiguem o que quiserem! Apresentem uma, duas, dez CPIs, e elas serão obviamente compostas também por nós; contudo, não impeçam, com essa manobra baixa, que as investigações sobre a Petrobras sejam varridas mais uma vez para debaixo do tapete.

E veja, Sr. Presidente, o constrangimento das Lideranças da base. Muitas delas sequer têm vindo ao microfone. Veja o constrangimento do Líder Humberto Costa, meu amigo, por quem tenho enorme respeito. Quando, há duas semanas, estive naquela tribuna para denunciar todos esses malfeitos, para usar uma palavra muito afeita à Senhora Presidente da República, ele, em primeiro lugar, tinha uma grande dúvida sobre se essa compra de Pasadena era vantajosa ou não. Ele dizia que esperássemos para ver se, quem sabe, não foi um grande negócio que fez a Petrobras. Infelizmente esse argumento, Senador Humberto Costa, não temos ouvido.

Ele próprio e outros Líderes, na Câmara e aqui mesmo, foram levados pelo governo ao constrangimento, Sr. Presidente, de ler aqui relatórios que argumentavam: “Não; essa decisão foi tomada com base em relatórios de auditorias de empresas reconhecidas internacionalmente pela sua capacidade técnica. (...) Talvez por não terem conseguido traduzir o documento”. Nada disso! A cada dia fica mais claro que essa foi uma decisão temerária da direção da Petrobras.

Uma comissão parlamentar de inquérito, Presidente Renan, não tem o poder de pré-julgar, de pré-condenar quem quer que seja. Existe um fato determinado da maior gravidade e que precisa ser apurado. E nós estamos aqui exatamente cumprindo o nosso dever. Vamos apurar essas questões, Sr. Presidente! Até para que não cometamos injustiças. Quem sabe alguns dos dirigentes ou dos membros do Conselho possam aqui apresentar uma justificativa que convença, não à oposição – isso é desnecessário –, mas a sociedade brasileira.

Alguns disseram que foi um bom negócio em função do mercado naquele tempo, como dizia o ex-presidente Gabrielli. A Presidente contradiz o ex-presidente ao dizer que estava mal informada.

O Sr. Cerveró está aí querendo depor, querendo apresentar as suas explicações. Por que não ouvi-lo, Sr. Presidente?

Nós vivemos numa democracia, e numa democracia é absolutamente fundamental que se respeite o espaço e a atuação das minorias. E tenho visto que não há limite para alguns membros do Governo, Sr. Presidente.

Lia, ontem à noite, num desses sites, no Portal Terra, se não me engano, uma declaração do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Ele dizia literalmente: esse pedido de CPI, capitaneado – e é uma injustiça com tantos Senadores que o capitanearam –, segundo ele, por este Senador que usa a tribuna e pelo ainda Governador Eduardo Campos, é um crime que eles estão cometendo para destruir a Petrobras. Ora bolas, Sr. Presidente! Estão cometendo um crime, destruindo a Petrobras, aqueles que fizeram com que,

em apenas quatro anos, ela tivesse metade do seu valor ido para o espaço, aqueles que fizeram com que ela se transformasse na empresa não financeira mais endividada do mundo, hoje motivo de chacota no mundo pela perda da sua credibilidade.

Pois bem, Sr. Presidente, aos fatos: a oposição quer investigações sérias sobre a Petrobras e sobre os desvios apontados sucessivamente pela imprensa, e que a base do governo monte as suas CPIs e investigue o que quiser investigar. Não temos absolutamente nada a temer, mas não coloque sobre o Congresso Nacional e o Senado da República essa pecha de que a minoria aqui não pode atuar porque a base do governo, porque a maioria circunstancial do governo não aceita conviver na democracia, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT-PR. *Intervenção fora do microfone.*) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do art. 14, vou conceder a palavra à Senadora Gleisi. Em seguida, estão inscritos os Senadores Mário Couto, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Eunício Oliveira, Jorge Viana, Jarbas Vasconcelos, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Wellington Dias, o Senador Magno Malta e Senador Alvaro Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. *Intervenção fora do microfone.*) – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V. Exª também falará pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB-PR. *Intervenção fora do microfone.*) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT-PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – É rápido, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer uma referência ao que disse aqui o Senador Aécio Neves, ou seja, que estamos fazendo uma manobra. Essa palavra é muito forte. Estamos fazendo um debate político, com base no Regimento, com base nas disposições constitucionais e com base na legislação deste País.

Tudo o que apresentamos a este Plenário, tudo o que discutimos neste plenário, nesta Casa, tem base regimental e base legal. Portanto, não é manobra; é do Estado de direito, é legítimo dos Senadores, é legítimo da oposição, da situação, de qualquer Senador, fazer o debate, contraditar, defender as suas ideias e utilizar-se do Regimento Interno, da Constituição Federal e da legislação deste País para encaminhar as suas propostas e defendê-las.

Portanto, quero aqui dizer que não aceito ter a palavra manobra colocada como ação ou como atitude do que fizemos e do que discutimos. Nós estamos num ambiente democrático.

Talvez constrangido esteja o Senador, porque vai ter que se deparar com fatos duros, difíceis, para os quais não está preparado, porque não gostaria de vê-los discutidos no âmbito do Congresso Nacional. Porque nem mesmo no âmbito do seu Estado, da sua Assembleia Legislativa, permitiram – seu partido e seus Líderes – fosse instalada uma comissão de inquérito para averiguar politicamente essas denúncias tão graves que li agora.

Então, é uma oportunidade, Senador, para que a gente possa passar a limpo o que se passa em Estado de São Paulo... E me parece que falaram agora também de Minas Gerais. Até foi o Senador Aloysio Nunes quem falou. Então, será uma oportunidade para que V. Exª também passe a limpo essa situação que está acontecendo em São Paulo, bem como as outras questões que elencamos aqui, permitindo que a CPI faça essas averiguações.

O respeito às minorias não quer dizer ditadura de minoria. Há respeito à minoria. As minorias apresentam, mas não é porque são minorias que têm que se colocar e têm que prevalecer. Nós temos uma maioria aqui, eleita pelo povo brasileiro, que também merece e tem o direito de fazer os seus encaminhamentos e as defesas de sua proposta.

Eu queria deixar isso claro, Presidente, para que nós retomássemos o respeito do debate nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos também a intervenção da Senadora Gleisi.

Eu queria só lembrar aos Srs. Senadores o seguinte: a primeira questão de ordem, que foi apresentada pela Senadora Gleisi, pedia a impugnação da Comissão Parlamentar de Inquérito. A esta nós respondemos sobrejamente: não nos cabe impugnar a investigação, a apuração dos fatos. Não nos cabe.

A segunda questão de ordem, também negada, apresentada pelo Senador Aloysio, pedia para que não se investigasse o que ele entendia ser questão estadual numa investigação do Congresso Nacional ou desta Casa do Congresso Nacional. Também nós negamos, com os argumentos que colocamos.

E uma terceira decisão que anunciei para a Casa é que se pode, sim, acrescentar novos fatos determinados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Com isso, matou a CPI da oposição...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não matou; acresceu fatos. Não matou; acresceu novos fatos determinados.

Esse é um assunto pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

Senador Humberto Costa e, em seguida, Senador Alvaro Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu serei...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Mário Couto, o Senador Alvaro Dias está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB-PR. *Intervenção fora do microfone.*) – Para uma questão de ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Perdão; para uma questão de ordem, que tem precedência regimental. E o Senador Humberto pede a palavra pelo art. 14, que também tem precedência.

Por isso, apesar de V. Ex^a estar inscrito e ter sempre a precedência desta Presidência, eu tenho que ouvir aos dois em primeiro lugar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Para uma explicação pessoal.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu, inclusive, não gosto de fazer uso do art. 14 para defender as minhas ideias, as minhas propostas; e acho mesmo que esse artigo precisa ser reformado, a fim de que ele só seja usado quando existam afirmações desairosas, agressivas em relação a quem é citado. Mas é importante dizer que, na fala do Senador que nos antecedeu aqui, fica absolutamente claro que há argumentos falaciosos para defender uma determinada posição.

Nós não temos receio de que se investigue a Petrobras. Hoje, nós já temos a Controladoria-Geral da União, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a própria Petrobras investigando todas essas denúncias que foram formuladas, e eu não tenho dúvida de que podem investigar melhor do que nós aqui.

Eu, aqui, quando citava a CPI do Cachoeira, era para lembrar que o instrumento da CPI foi de tal forma desgastado que, hoje, não consegue, a não ser que haja uma investigação sem disputa política, agregar qualquer coisa além do que os órgãos de investigação já estão fazendo.

Sr. Presidente, apenas os agentes públicos responderam as indagações na CPI do Cachoeira. Todos os demais foram ao Supremo Tribunal Federal em busca de uma liminar que lhes reservasse o direito de não se manifestar ou de não responder nenhuma questão, inclusive o Cachoeira – inclusive o Cachoeira!

É isso que vai acontecer mais uma vez! E, assim, teremos tão somente a continuidade que nós estamos travando aqui. Aqui é o palco certo de se travar o debate político, e, no debate político, nós estamos colocando, claramente, que não temos receio de que se faça essa investigação.

Tanta coisa que tem sido dita, e a Presidenta da Petrobras estaria aqui, no dia 8, para responder a tantas indagações, mitos que estão sendo ditos, tal como o de que a Petrobras perdeu metade do seu valor...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – ... o que corresponde a fatos de outras empresas também, que são questões relativas ao mercado.

O endividamento da Petrobras não é para financiar buraco que exista na empresa, mas para financiar os investimentos que ela tem que fazer. É lógico que nós só podemos travar esse debate em um nível bastante elevado. E isso poderia ser feito aqui, trazendo quem de direito para responder essas questões.

Então, Sr. Presidente, eu fiz uso deste direito, mais uma vez, para reafirmar que nós, que somos do PT, que somos parte da bancada de sustentação do governo, não aceitamos ser qualificados como quem queira impedir qualquer tipo de investigação. Ao contrário; a nossa CPI propõe Petrobras, metrô e outros fatos que dizem respeito a recursos públicos federais mal aplicados em Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB-PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente – e, agora, aliás, uma dificuldade para ligar o microfone pela primeira vez –, eu pedi esta questão de ordem, com base no art. 403 do Regimento Interno, para que V. Ex^a decida sobre a impugnação do Requerimento nº 303, reconhecendo vício formal.

A criação de Comissões Parlamentares de Inquérito é tratada no Capítulo XIV do Regimento Interno, mais especificamente pelos arts. 145 a 153.

Dispõe especificamente o §4º do art. 145:

Art. 145. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal. [...]

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78.

O Requerimento nº 303, protocolado ontem, dia 1º de abril, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, requer "(...) a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 (treze) Senadores e igual número de suplentes (...)".

Como se vê, o referido requerimento apresenta erro formal ao não indicar o número correto de membros suplentes que deveriam compor a referida CPI, um simples, mas importante requisito regimental.

A questão não é desprezível, Sr. Presidente, sequer sanável. Trata-se da conformação do poder investigatório parlamentar por intermédio da instituição – pela vontade parlamentar legitimada (um terço de Senadores) – de órgão específico (comissão de inquérito), temporário (prazo certo) e com fundamento específico (fato determinado).

Não obstante, a despeito de serem esses elementos requisitos constitucionalmente determinados (art. 58, §3º) outros requisitos devem também ser observados, a teor do que dispõe o *caput* do art. 58 (delegação normativa geral) e o § 3º do mesmo dispositivo (delegação normativa específica).

Demais disso, o requerimento é proposição legislativa formal (art. 211) e, como tal, deve obedecer ao disposto nas normas jurídicas reguladoras (art. 37, *caput*, da Constituição Federal).

Na situação presente, em caso de eventual leitura, deverá o Presidente da Casa determinar a criação de Comissão observando as regras regimentais. Sucede que, ao observar as regras regimentais, estará V. Exª contrariando o interesse manifesto no pedido consagrado no requerimento.

Assim, a toda evidência, o descumprimento do disposto no §4º do art. 145 macula o requerimento de criação da CPI, tornando-o irremediavelmente viciado, o que assegura ao Presidente do Senado Federal o exercício da prerrogativa de impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou ao Regimento Interno do Senado Federal e a consequente inadmissibilidade da proposição, conforme dispõe o inciso XI do art. 48 do Regimento Interno.

Da mesma forma que, na sessão de ontem, 1º de abril, o formalismo regimental foi exigido pela nobre representante do Governo nesta Casa, o que se pede aqui é o estrito cumprimento das normas regimentais de igual forma e com mesmo empenho.

Sendo assim, Sr. Presidente, submeto a presente Questão de Ordem para que, diante da existência do referido vício formal, V. Exª determine o arquivamento do Requerimento nº 303, de 2014, tendo em vista o descumprimento do disposto no art. 145.

Justifico, Sr. Presidente. O que se vê é a tentativa de um golpe para amordaçar a oposição, impedindo que possa investigar. O que se deseja é acobertar fatos que, lamentavelmente, depõem contra a gestão recente da Petrobras que proporcionou um prejuízo enorme ao País.

E isso certamente exige respostas, especialmente em razão do que a população brasileira percebe claramente: há desvalorização da empresa, há dilapidamento do seu patrimônio, há o empobrecimento dela, jogando-a de 12º lugar entre as empresas do mundo para 120º lugar. Um endividamento brutal, que a coloca como a empresa mais endividada do mundo.

Isso exige investigação. E, de forma alguma, a oposição não deseja investigar outros fatos.

V. Exª faz referência a um acórdão do Supremo Tribunal Federal, e ontem fez referência a vários deles, na direção contrária, impondo que apenas fatos conexos podem ser incluídos como determinados para a instalação de uma CPI. E o que se viu na apresentação do Requerimento 303 foi exatamente a inclusão de fatos desconexos, que, a nosso ver, arromba a porta da Constituição, ferindo-a, inapelavelmente.

Por essa razão, esta questão de ordem dá a V. Exª a oportunidade, em razão do vício formal de origem, de determinar o seu arquivamento. E o Governo pode propor uma nova CPI. A CPI dos metrô, do cartel dos metrô, envolvendo São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Brasília e quantos desejarem incluir, havendo fato determinado para investigação.

Nós queremos investigar exclusivamente a Petrobras, em uma CPI exclusiva, pela importância da empresa, pela necessidade de salvá-la, retirando-a do poder daqueles que a dilapidam irreversivelmente.

Nós queremos, portanto, Sr. Presidente, contribuir para passar a limpo, sim, a Petrobras e, se desejarem, passar a limpo também outros atos obscuros praticados...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – ... com recursos da União, já que o Congresso Nacional, o Senado Federal está impedido de investigar fatos referentes a outras unidades da Federação, sejam Estados ou Municípios. Portanto, eu apelo a V. Exª que considere esta questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos responder detalhadamente a questão de ordem que foi colocada pelo Senador Alvaro Dias, mas, desde logo, eu queria lembrar que qualquer eventual vício regimental é sanável. Ele é sanável porque o Regimento é um conjunto de normas que se aprova para coordenar melhor o funcionamento da Casa, inclusive o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito.

O que não é sanável é o vício constitucional; esse, sim, não é sanável. Mas, em todo caso, é o que eu falei: vamos obedecer o Regimento do Senado Federal, que, no seu art. 145, quando trata da criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, diz exatamente no §4º que: “A Comissão terá suplentes em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78”.

Portanto, na composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, vamos observar, como sempre, esse dispositivo regimental.

Senador Mário Couto, com a palavra V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoría/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria dizer a V. Exª que esta é uma tarde infeliz para o Senado Federal.

Eu há pouco falava, quando V. Exª já havia se sentado e me olhava, dizia à Nação que nós iríamos assistir hoje à tarde o que é hoje o Senado Federal. Sr. Presidente, a realidade, os fatos, o que o povo vê, o que nós enxergamos hoje.

Sr. Presidente, primeiro, eu queria reclamar: sempre, nos últimos tempos, se o senhor prestar atenção em mim, tenho dito a V. Exª que, neste mandato, V. Exª tem sido um Presidente exemplar. Mas não posso dizer isso hoje. Não posso, Presidente! Primeiro, porque V. Exª tem dado toda a liberdade aos Líderes do Governo para falarem na hora que quiserem. E ao Líder da oposição, V. Exª que tinha por mim a consideração por começar a moralizar, de começar a dar condições para as minorias, e eu por várias vezes enalteci essa atitude de V. Exª... Hoje volta tudo à estaca zero!

Quando o Líder do Governo pediu para falar – e já tinha falado anteriormente –, V. Exª imediatamente permitiu. Eu lhe fazia sinal e dizia “quero falar pela Liderança”, e V. Exª não me concedeu a palavra. Isso se chama “discriminação”. Aliás, Sr. Presidente, são tantas neste Senado que eu já me sinto, sinceramente, como um humilde Senador da República – e há pouco falei para um Senador aqui atrás –, horrorizado de ainda frequentar este Senado Federal.

Sr. Presidente, eu disse da tribuna que assistisse o povo brasileiro esta sessão. Estava na cara, Presidente! Estava decidido que alguma coisa ia acontecer a favor do Governo. Sabe por que, Nação brasileira? Porque hoje nós queremos uma CPI que investigue a Dilma.

É diferente de todas as outras CPIs que pedimos aqui. Nós não vamos investigar o Cachoeira, não. Nós não vamos investigar... Talvez se investigue, eu estou pensando nisso, em pedir a abertura de uma CPI para ver o caso do uso do avião do doleiro pelo Deputado Vargas.

Mas não é o caso hoje aqui. O caso hoje aqui é investigar a Dilma! E, por tudo o que já se disse, por tudo o que se sabe, Presidente, não adianta V. Exª mandar a CPI para a CCJ, porque V. Exª sabe que, na CCJ, será feita a CPI que o Governo quer! Sabem por que, brasileiros e brasileiras? Porque, na CCJ, eles têm a maioria, e lá eles vão fazer o que quiserem fazer. Eles vão tomar a decisão que quiserem tomar, Sr. Presidente! Essa é a grande questão.

Sr. Presidente, é uma vergonha nacional o que se assiste hoje aqui neste plenário, Sr. Presidente!

Eu não sei como a Democracia – que se dizem democracia – ainda não abriu uma cassação ao Senador Mário Couto! Se abrirem, vão cassar, porque aqui a Presidenta manda! Se abrirem um inquérito para cassar o Senador Mário Couto sem nenhum motivo, vão cassar, porque este Senado está fragilizado! Aqui quem manda é a Presidenta da República.

Sabe, Presidente? De um lado, há aqueles que defendem a Presidenta; de outro lado, há aqueles que defendem o povo brasileiro. Essa é uma diferença brutal aqui neste Congresso Nacional. Aqui, neste Senado Federal, Presidente, há uma diferença brutal.

Há aqueles que estão aí para obedecer à Presidenta da República, e há aqueles que têm que lutar, lutar e lutar pelo povo brasileiro, pelos direitos do cidadão brasileiro, pelo dinheiro do imposto que paga o cidadão brasileiro, Sr. Presidente.

Isso que estão fazendo com a Petrobras, essa roubalheira na Petrobras é dinheiro do povo brasileiro.

Para encerrar, Presidente, como é que a própria Presidenta da República – e aí que está a questão, e não tem volta, Presidente – diz à imprensa brasileira que ela assinou, como Presidenta do Conselho? Ela assinou e teve a infelicidade de dizer ao povo brasileiro que não leu e que as informações estavam incompletas.

Este é o Brasil, mas se fosse em um país sério, ela pegaria um *impeachment*, porque isso é crime, Presidente.

Como? Como uma Presidenta pode dizer à Nação que assinou um documento sem ler? Como? Como uma Presidenta pode dizer à Nação que leu um documento sem ler? Ou ela é burra, ou ela é incapaz, ou ela está dentro da maracutaia, Presidente. Essa é a grande realidade.

Esconder os fatos, Presidente, vai arranhar a boa gestão que V. Exª está fazendo. Nós não temos que contestar as ações de V. Exª. Proteger, neste momento, mandar para a Comissão de Constituição e Justiça, mesmo dizendo que o Regimento, mesmo dizendo que a Constituição ampara, com outras não foi feito isso. Em outras, não se fez isso.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Outras foram abertas sem mandar para a CCJ. A decisão era sua.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – V. Exª não precisava. Não há regimento, nem lei que digam que precisa mandar para CCJ. A decisão era imperiosa, a decisão era sua. V. Exª tinha que decidir, Presidente. Decidiu mandando para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu decidi...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – V. Exª não precisava mandar para a CCJ.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – V. Exª tinha que decidir aí.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – V. Exª tinha que decidir.

Ao meu querido Aécio Neves, isso é só o início, Aécio. V. Exª, que quer moralizar esta Pátria, V. Exª, que foi um dos maiores governadores desta Nação, verifique, quando V. Exª fala, como é que o Governo fica: igual àqueles cachorros de guarda, com a orelha tesa para cima. Quando V. Exª falou, logo dois se levantaram.

E que mancada! A palavra é “mancada”. É o dialeto do meu Marajó que eu estou usando aqui. A palavra é “mancada”. Que mancada deu aquela Senadora! Ela brigou tanto, ela brigou tanto, Presidente, dizendo que não podia ser mais do que um fato determinado, mas depois ela mesma assinou a outra CPI com vários fatos determinados.

Viu, Presidente? Viu como V. Exª não deve ir por esse caminho? Mantenha a sua postura, Presidente. Mantenha a postura que vinha mantendo sempre.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Uma postura que não tem avesso, que não tem lado, que não tem governo; a de um Presidente em que todos nós confiamos.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – E que V. Exª vinha exercendo com alta credibilidade. Mas, nesta tarde, dá um tropeço brutal e mostra a toda a sociedade brasileira.

Presidente Renan, eu queria poder aqui, nesta tarde, fazer um protesto. Pensei, pensei, pensei, mas eu, Presidente, vou esperar um pouco mais para fazer esse protesto, porque a Nação brasileira deve estar pensando hoje: o Executivo está fragilizado, o Legislativo está fragilizado, e a Dilma deu formicida Tatu para o Supremo Tribunal Federal; fragilizou o Supremo Tribunal Federal. E o que é que quer dizer isso, Presidente? Nós estamos em uma ditadura branca neste País. Os três Poderes estão fragilizados!

A resposta, Presidente, para tudo isso, para o que se está vendo hoje aqui, está por vir, mas ela está bem na beira da porta.

Escreva o que estou lhe dizendo:

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – O povo já não aguenta mais – já vou encerrar –, o povo não suporta mais, o povo não quer ver o que está vendo hoje à tarde aqui. O povo vai para a rua, o povo quer um País diferente, o povo quer um Presidente diferente.

Presidente, daqui a dois ou três meses, a Nação brasileira estará nas ruas, dizendo a todos nós que estão pedindo a nossa saída.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Prorrogo a sessão, de ofício, para que possamos concluir o que ensejou a sua convocação, os objetivos colimados.

Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, Presidente, dizer que respeito a decisão de V. Ex^a, mas discordo, e discordo profundamente da decisão tomada por V. Ex^a.

Discordo porque entendo que essa decisão acaba com o instituto da CPI. Ao tomar essa decisão, V. Ex^a, como Presidente desta instituição, está enfraquecendo a instituição.

Hoje nós temos uma correlação de forças entre Governo e oposição. A Comissão Parlamentar de Inquérito existe para preservar o direito de a minoria investigar um fato determinado, ao colher um terço de assinaturas para sua instalação. Ora, é uma questão óbvia: se a cada CPI que um terço da Câmara ou um terço do Senado resolver investigar, e a maioria colocar todos os demais fatos que queiram colocar, isso é com o objetivo de acabar com o instituto da CPI. É o que na prática está acontecendo. Se essa decisão prevalecer, acabou-se o instrumento da CPI. Isso é fato concreto!

Eu disse isso ontem e repito: o Governo tem votos para investigar o que quiser, pode fazer as CPIs do que quiser: do sistema portuário, do sistema elétrico, da transferência de recursos da União, do que quiser, mas cada CPI tem que ter um fato determinado. Se não, toda vez que a minoria apresentar uma proposta de CPI, a maioria vai acrescentar inúmeros fatos para que não haja fato efetivo, fato determinado a ser investigado.

Referi-me ontem à posição do jurista Ives Gandra Martins no próprio *site* da Casa Civil da Presidência da República, quando ele se refere ao fato determinado, dizendo que alguns fatos, numa mesma instituição – no caso, a Petrobras –, podem ser, sim, motivos de investigação. Agora, não se pode fazer uma investigação sobre corrupção em geral, por exemplo.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Então, respeitando a decisão de V. Ex^a, mas me dando o direito de discordar, espero que a Comissão de Constituição e Justiça reforme esse entendimento, reforme essa decisão, porque, efetivamente, o que vai acontecer, se prevalecer essa decisão, é que estaremos acabando com o instituto da CPI.

Agora, vejam bem: é importante registrar que uma investigação sobre a Petrobras deve ser feita como todas: de forma serena, de forma responsável e de forma profunda. Esse é o maior bem que se pode prestar a essa empresa, e a cada dia revelam-se novas contradições que precisam ser examinadas.

Está agora em todos os blogs o advogado do Sr. Nestor Cerveró, que era diretor da Petrobras à época, dizendo que encaminhou para todos os membros do Conselho um contrato com 15 dias de antecedência, ou seja, todos os membros do Conselho – e imagino que também a Presidente do Conselho, à época – tiveram acesso ao contrato. Pode não ter lido, mas teve acesso ao contrato. Essa questão está colocada, e nós temos informações contraditórias a respeito.

No ano passado, veio o ex-Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, e defendeu, na Comissão, a compra da refinaria como um grande negócio. Alguns aqui se sucederam, Parlamentares do PT, da Base de Apoio, defendendo o negócio, outros condenando o negócio, e a Presidenta disse que só tomou aquela decisão porque não teve acesso aos documentos.

Ora, está claro, está muito claro que, se efetivamente for instalada uma CPI com todos esses fatos, que não guardam relação alguma, que não estão abrigados sob o mesmo órgão, como lembrou, alertou o jurista Ives Gandra Martins, o objetivo qual é? O objetivo é não investigar nada e procurar pressionar com determinados fatos determinados segmentos políticos, mas o fato é que, para a instituição, isso é muito ruim.

Repito: o Governo tem condições de fazer a CPI que quiser. Tem votos de sobra. Pode fazer, pode aprovar com tranquilidade e fazer a investigação com seriedade, com profundidade, punindo efetivamente os responsáveis, se aparecerem.

Agora, querer fazer uma CPI com todos esses fatos que não guardam conexão alguma, fatos absolutamente diferentes e com aquiescência da Presidência do Senado Federal, é abrir de fato um precedente gravíssimo que vai acabar com o instituto da CPI. Repito: hoje, a correlação de forças é uma. Amanhã, será outra – e certamente será outra –, mas o que estamos fazendo aqui é enfraquecendo uma instituição. Nós estamos enfraquecendo o Senado Federal. E todos aqueles que, na Comissão de Constituição e Justiça, concordarem com esse entendimento têm que ter claro que estão abrindo mão de prerrogativas do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

Senador Eunício, estão inscritos o Senador Rollemberg, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe, o Senador Eunício, o Senador Jorge Viana, o Senador Jarbas Vasconcelos, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Wellington Dias, o Senador Magno Malta, o Senador Alvaro Dias, que falou para levantar uma questão de ordem, e já falou, e o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de expressar respeito à decisão de V. Ex^a, mas, desde logo, gostaria de dizer que ela quase que revoga a Constituição da República, com todo respeito à sua decisão.

E por que isso? O Regimento Interno do Senado da República, por mais que seja um Regimento respeitável, Sr. Presidente, é uma norma de quinto escalão em relação à Constituição da República.

A Constituição da República oferta três requisitos necessários para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esses três requisitos estão presentes. Se esses três requisitos estão presentes, não cabe ao Regimento Interno de uma Casa Legislativa dizer que a CPI não pode ser instalada, e V. Ex^a determinar a remessa, de ofício, à Comissão de Constituição e Justiça.

Nós estamos aqui inviabilizando a vontade da Constituição, que, aliás, é a vontade do povo brasileiro, através de uma norma de quinto escalão, que é o Regimento Interno desta Casa, com todo respeito ao Regimento Interno do Senado da República. Nós não podemos criar outros requisitos através do Regimento.

Eu quero me associar às palavras do Senador Rodrigo Rollemberg, que falou agora há pouco. Nós estamos aqui, Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado.

Nós estamos aqui ferindo de morte o instituto da CPI. Por que isso? Se o instituto da CPI é um instrumento das minorias parlamentares, toda CPI que for requerida pela minoria parlamentar, a maioria vai agregar fatos. Fatos serão agregados. E aí a Presidência vai discutir uma questão de ordem, remete para a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Constituição e Justiça vai decidir que são possíveis esses fatos determinados; nós estaríamos inviabilizando da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem pretender interrompê-lo, mas isso é a própria Constituição. O que nós não podemos esquecer é que Comissão Parlamentar de Inquérito é direito constitucional da minoria, mas tudo no processo legislativo geralmente é conduzido pela maioria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, o que nós estamos discutindo aqui é se pode ou não acrescer novos fatos determinados.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E o Supremo Tribunal Federal já pacificou essa matéria. Não há discussão com relação a isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O senhor está coberto de razão. Eu conheço todas as decisões do Supremo, desde a do Paulo Brossard, de 1994. E conheço decisões recentes do Supremo, também, que dizem a mesma coisa que V. Ex^a está dizendo. No entanto – sempre existe uma adversativa: no entanto, todavia, contudo –, os fatos determinados precisam ter ligação, liame, nexos, conexão com aqueles fatos anteriores. Não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Durante a investigação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem interrompê-lo, Senador Pedro Taques, me perdoe...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Durante a investigação tem que haver conexão com o fato determinado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com o fato no singular. Quando nós estamos tratando de fatos determinados e há um requerimento igualmente propondo que sejam acrescidos determinados fatos, a Constituição diz que isso é verdadeiramente constitucional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. Então, eu vou levantar uma questão de ordem, art. 403. Qual é o dispositivo da Constituição que diz isso? A Constituição só fala em Comissão Parlamentar de Inquérito no art. 58, §3º. Qual é o dispositivo da Constituição que traz essa interpretação de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Isso já foi respondido na própria questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, na questão de ordem V. Exª não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu vou distribuir a resposta da questão. Aliás, já está distribuída.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Aqui. Eu estou com ela aqui.

Permita-me continuar, Sr. Presidente, e termino. A Constituição, em nenhum momento, diz isso, porque a Constituição não precisa dizer o que as pessoas devem entender. Agora, quem não quer entender o que a Constituição diz, aí é outra coisa. O art. 58, §3º, da Constituição diz “fato determinado” e, por óbvio, por lógico, nós não podemos misturar avestruz com lobisomem, porque os fatos aqui são diferentes. Fato determinado precisa ter uma conexão e, essa conexão não existe entre Petrobras e metrô. Nós precisamos investigar, sim, a questão do metrô de São Paulo, a questão do metrô do Distrito Federal, seja o metrô que for. Precisamos investigar porque existem recursos federais.

Agora, nesta CPI, misturar Petrobras com metrô?! Com todo o respeito e, mais uma vez, expressando respeito à vossa decisão, o Regimento Interno desta Casa está inviabilizando a Constituição da República. A Lei Fundamental da República que foi votada pelo povo brasileiro não pode ser inviabilizada por um Regimento Interno desta Casa. É um absurdo agora mandar para a Comissão de Constituição e Justiça! Quando se vai decidir isso? Dois dias, está escrito lá. Dois dias úteis, está escrito. É possível remeter para a Comissão de Constituição e Justiça, mas nós não podemos parar não o metrô, nós não podemos parar a CPI, nós precisamos ler, nós precisamos constituir a CPI.

Por ocasião da CPI dos Bingos, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em mandado de segurança impetrado por Parlamentares que assinaram o requerimento de sua constituição, que não cabe à Presidência da Casa legislativa discutir, a não ser os requisitos previstos no art. 58, §3º, da Constituição.

Portanto, mais uma vez expressando...

Já li aqui a decisão de V. Exª. Li e reli. Se houvesse condições de nós embargarmos... Embargos de declaração, porque aqui existem dúvidas, existe o argumento. A fundamentação não condiz com a parte dispositiva da decisão, com todo o respeito à decisão, mas o Regimento Interno desta Casa não prevê embargos de declaração. Mas a Constituição está sendo violada. Expresso a V. Exª meu respeito, mas respeito mais ainda a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos muito a intervenção de V. Exª porque é esclarecedora e, sem dúvida nenhuma, ajuda na fundamentação deste debate. Na decisão que nós proferimos aqui diz exatamente que o fato determinado pode ser individual, mas pode ser múltiplo. Múltiplo. E o Supremo Tribunal Federal exige que haja conexão, que haja nexos na apuração, para que não haja falta de planejamento, para que não haja risco de que ali não se faça defesa, que a minoria tem de fazer a apuração, a investigação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Em amor ao debate, Sr. Presidente, alegado o art. 14, V. Exª em nenhum momento (*Fora do microfone.*) menosprezou a minha fala, não posso negar. Mas, em amor ao debate, V. Exª pode ler essa decisão do Supremo, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu já li. Eu...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, essa. Conheço a decisão do Ministro Gilmar Mendes, que está no seu livro de Direito Constitucional, da Editora Saraiva. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A minha decisão foi citada. São várias decisões, inclusive citei duas ou três.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Cito Celso de Mello também, na sua obra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Citei duas ou três na decisão que proferimos, democraticamente, demonstrando sobejamente que minha decisão não objetiva substituir o Senado. É importante que atentem para isto: minha decisão não substitui o Senado. Para tanto, eu próprio, de ofício,

recorri à Comissão de Constituição e Justiça e li o dispositivo regimental que diz que qualquer decisão da Comissão de Constituição e Justiça terá de ser homologada, referendada e, ao final e ao cabo, decidida aqui pelo Plenário do Senado Federal. Então, essas coisas são a luz do debate, da discussão e é importante que esse debate aconteça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, para os embargos de declaração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, para o embargo de declaração.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Veja, tenho aqui em mãos a decisão que V. Ex^a proferiu nas questões de ordem formuladas pela Senadora Gleisi e por mim. Li a decisão. Aliás, V. Ex^a já havia, de alguma forma, antecipado qual seria sua decisão numa reunião de Líderes que convocou em seu gabinete. Essa sua decisão diz que não há óbice regimental, seja para a instalação da CPI requerida pela oposição, seja pela CPI requerida pelo Governo. Até aí, tudo bem, é o que está escrito aqui. O problema ocorreu – e a nossa inconformidade surge – no momento em que o senhor, respondendo a uma indagação do Senador Agripino, disse que dará seguimento apenas à iniciativa do Governo, a título... Foi isso o que entendi. Veja...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se V. Ex^a me permitir, só para que não haja dúvida com relação a essa colocação, o que nós dissemos na resposta à questão de ordem?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sim, que poderão ser agregados fatos. Até aí, tudo bem, não estou questionando isso, Presidente. Não é isso. Veja bem, meu inconformismo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É o seguinte, Senador Aloysio, o que li na decisão foi o seguinte: que o Supremo Tribunal Federal – e há pouco lembrava isso ao Senador Pedro Taves – tem entendido, e este entendimento já se encontra pacificado, eu, como Presidente do Senado, das outras vezes, tive oportunidade de, juntamente com o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, o Senado e o Supremo Tribunal Federal, pacificarmos a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. É isso que tem orientado as decisões da Mesa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O que é que diz o Supremo? E já encerro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O que é que diz o Supremo? Que novos fatos determinados podem ser incorporados ao rol inicial, mesmo no curso da investigação. Imagine, se, mesmo no curso, pode incorporar novos fatos, imagine no requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Quer dizer, não há, com relação a esse entendimento, nenhuma dúvida. Não se trata, portanto, de fazer uma escolha entre a CPI do Governo nem a CPI da oposição. Não sou defensor do Governo nem tampouco Líder da oposição, eu sou o Presidente do Senado. E me cabe, como Presidente do Senado, demonstrar, em todas as decisões, a isenção que esta Presidência deve ter.

Então, não é o Regimento, é o Supremo Tribunal Federal que já pacificou essa decisão. Se você pode agregar fatos ao longo da investigação, muito mais durante a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite, para continuar?

Sr. Presidente, eu mesmo, ontem, citei essa decisão do Supremo para contradizer, contraditar a questão de ordem da Senadora Gleisi Hoffmann. O problema surgiu quando V. Ex^a, diante de dois requerimentos de CPI, ambos habilitados a prosperar, disse: este vai, e este não vai. Veja bem, os requerimentos, V. Ex^a sabe, cada um de nós aqui sabe, a imprensa sabe, os eleitores sabem, os contínuos, a taquigrafia, todos sabem, todos sabem que essas duas CPIs obedecem a lógicas políticas diferentes. Não vamos, agora, ficar com grandes argúcias constitucionais, embora a Constituição vá nos respaldar se tivermos que ir ao Supremo Tribunal Federal. O fato é que são duas iniciativas totalmente diferentes. A iniciativa da oposição tem como objetivo a investigação da Petrobras. Diante da iniciativa da oposição, o Governo contra-atacou. Todos sabem disso, Sr. Presidente. V. Ex^a não ignora isso, não pode. O Governo contra-atacou com o objetivo de melar, na expressão do editorial de *O Estado de S. Paulo*, melar a iniciativa da oposição, acrescentando outros temas, não importa quais sejam eles: metrô, aleitamento materno, o que fosse. Colocar outros temas para, com a força da sua maioria numérica, sufocar a intenção inicial da oposição. E, aí sim, se mata uma CPI, se mata uma iniciativa legítima da oposição, uma iniciativa cuja legitimidade o senhor mesmo reconheceu.

Então, talvez, Sr. Presidente, por que não levar todas essas questões à Comissão de Justiça, para que se debata lá? Mas o fato, o que eu quero dizer, o que eu não me conformo, Sr. Presidente, permita-me dizer, eu não me conformo que diante de duas CPIs, que embora tenham graficamente coincidência em alguns pontos, obedeçam a lógicas políticas – e esta é uma Casa eminentemente política – inteiramente diferentes. Uma é

iniciativa da oposição e outra é um contra-ataque do Governo para melar a iniciativa da oposição. E o senhor, nessa decisão de dar andamento a uma em detrimento da outra – o senhor me permita, lamento dizer –, está dando guarida a uma iniciativa do Governo para melar uma iniciativa da oposição, usando “melar”, reitero, referindo-me ao editorial de *O Estado de S. Paulo*.

Não fica bem, Sr. Presidente, o senhor que tem se conduzido com isenção, dar preferência a um e abandonar o outro. Porque, ao dizer isso agora, quem está falando é o Sr. Senador Renan Calheiros, que preside o Congresso. E essa decisão que o senhor está tomando agora, de fazer andar uma e matar a outra, é a decisão que o senhor tomará também amanhã, quando as duas CPMLs mistas forem protocoladas: a CPML mista da oposição e a CPML mista em que o Governo pretende melar a iniciativa da oposição.

Então, nós estamos condenados simplesmente, se não tivermos guarida no Supremo Tribunal Federal, a ficar aqui numa guerra entre nós, que não tem cabimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria, sinceramente, mais uma vez, agradecer a intervenção do Senador Aloysio Nunes Ferreira, mais uma vez muito bem posta.

É evidente que não é essa a discussão. Eu, na oportunidade em que falei para os Senadores, lembrei: ambos os lados apontaram fatos determinados que, na perspectiva dos oradores, estão a merecer investigação política – política –, ainda que estejam sendo apurados pelas instâncias competentes. Isso ficou absolutamente claro, ficou absolutamente claro.

Nós não estamos fazendo opção por duas CPIs. Não são duas CPIs, elas são idênticas. Apenas, um dos requerimentos acrescentava fatos determinados com relação ao requerimento anterior. V. Exª poderá dizer: “Isso é um fato inédito na história do Parlamento.” Talvez até seja inédito, porque se está respeitando o direito da minoria.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Abusando até da sua complacência.

Nós estamos diante de uma situação realmente inédita porque as decisões que foram tomadas pelo Supremo e que embasaram a decisão de V. Exª contemplavam a hipótese do surgimento de fatos novos no curso de uma investigação; agora nós temos fatos novos, e totalmente diferentes, no início dessa investigação. Por isso é que eu pediria a V. Exª a cautela na tomada dessa decisão porque, na prática, o senhor está inviabilizando a iniciativa da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. Senador Aloysio, eu decidi e recorri de ofício à Comissão de Constituição e Justiça. Eu não quero substituir, com a minha decisão, o Senado, tampouco o instituto de comissão parlamentar de inquérito. Muito longe de mim isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Mas, na medida em que o senhor disse que uma vai andar e a outra não vai andar, na prática inviabiliza do direito da minoria, que é prerrogativa constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu não estou dizendo isso; eu estou dizendo que uma agrega a outra. Eu não sei qual vai andar primeiro. Eu sei que ambas andarão conjuntamente, como manda o Supremo Tribunal Federal; é essa a questão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aécio Neves, pela ordem. Com a palavra, V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou com dificuldade com o som.

Sr. Presidente, fazendo aqui apenas um adendo ao alerta do Senador Aloysio Nunes.

É de extrema gravidade a decisão que aqui hoje está sendo tomada. V. Exª se baseia na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para criar aqui uma inovação que, na prática, Senador Renan – e não posso crer, até porque eu o conheço, que essa tenha sido a vontade ou esse seja o objetivo de V. Exª –, inviabiliza, daqui por diante, a implementação ou a instalação de qualquer comissão parlamentar de inquérito pela minoria.

Recorrendo mais uma vez a essa jurisprudência, é dito aqui:

Atendidas tais exigências [aquelas, no caso, do art. 58 da Constituição Federal], cumpre, ao presidente da Casa legislativa [a V. Exª, portanto], adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação da CPI [era o que julgávamos nós V. Exª deveria fazer], não lhe cabendo [ao Presidente da Casa Legislativa], qualquer apreciação de mérito sobre o objeto da investigação parlamentar ...

Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Por isso não impugnei e neguei a questão de ordem da Senadora Gleisi. Por isso neguei a questão de ordem, porque não me cabia impugnar CPIs.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – A questão de ordem – sabe V. Ex^a, e esta é uma Casa política, Senador Renan – teve o objetivo claro: a questão de ordem apresentada impedia que se investigasse ou pedia que V. Ex^a indeferisse um pedido de investigação sobre quatro fatos por não serem correlatos, e nós sabemos que eram porque todos diziam respeito à Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas nós não indeferimos, nós ampliamos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – No momento seguinte, a própria autora apresenta outro requerimento, contraditando a sua questão de ordem.

Portanto, o que quero dizer a V. Ex^a, fazendo coro ao Senador Pedro Taques, nosso grande especialista em constituições, em regimento, é que o voto do Ministro Celso de Mello, Senador Renan, aprovado por unanimidade no plenário do Supremo Tribunal Federal, deveria, sim, nortear a decisão de V. Ex^a – eu chamo a atenção de V. Ex^a, Presidente Renan, não vou me alongar.

O voto do Ministro Celso de Mello diz o seguinte, Senador Pedro Taques, aprovado pela unanimidade do Supremo Tribunal Federal:

A maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º da Constituição, que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, sobre fato determinado.

A decisão de V. Ex^a, ao final, impede que seja cumprida essa determinação do Supremo Tribunal Federal. Daqui por diante, Senador Renan, qualquer iniciativa de investigação sobre fato determinado terá, já que V. Ex^a aqui aponta o caminho das pedras, ou ensina o caminho das pedras, sempre a objeção do Governo. Como? Apresentando requerimento para que se investiguem dez, quinze, vinte outras questões. Portanto, o precedente que pode estar sendo criado aqui é extremamente perigoso.

Por isso, como disse o Senador Aloysio, a decisão de equilíbrio de V. Ex^a, que é um homem equilibrado, a decisão que me parece sensata é pelo menos permitir que a Comissão de Constituição e Justiça avalie, faça essa discussão com maior profundidade. Podemos manter aquela CPI originária? Pode-se instalar outra em seguida, que funcione paralelamente? V. Ex^a não pode, a meu ver, substituir a Comissão de Constituição e Justiça, permita-me dizer, e submeter uma decisão que deveria ser do Colegiado à compreensão técnica que V. Ex^a aqui demonstra.

Portanto, permita-me chamar-lhe a atenção para a gravidade do precedente que aqui se cria porque, se confirmado, simplesmente V. Ex^a, em outras palavras, estará dizendo: “não existe mais possibilidade de investigação de qualquer coisa, mesmo com gravidade, mesmo havendo um fato determinado que a justifique”, porque V. Ex^a ensina um novo caminho, se aproveita da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, permita-me, para que se crie aqui uma chicana, uma forma de impedir que sejam discutidas e investigadas questões extremamente graves, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu agradeço muito a intervenção do Senador Aécio e me socorro, mais uma vez, do Ministro Celso de Mello. A maioria legislativa não pode frustrar a investigação, mas ela pode acrescentar fatos determinados, e foi isso exatamente o que aconteceu.

Senador Eunício Oliveira. Em seguida, darei a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu esperei aqui, pacientemente, durante quase duas horas, para dizer a V. Ex^a, primeiro, da minha admiração pela decisão que V. Ex^a tomou na tarde de hoje. Eu, sinceramente, em determinado momento, cheguei a ficar preocupado com qual tipo de solução que V. Ex^a daria, amparado e ancorado no Regimento Interno desta Casa. Então, a primeira palavra é de parabéns a V. Ex^a pela forma como se conduziu aqui em relação a essa questão, no que se refere ao Regimento Interno.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro, Senador Eduardo Braga, que V. Ex^a, junto comigo, mais o Senador Pimentel e tantos outros assinamos a CPI da Petrobras. E com todo o respeito e admiração que tenho pelo Senador Aécio Neves, quero dizer que eu jamais participaria de algo que fosse uma chicana, como ele chama. Jamais eu faria esse papel.

Eu quero dizer e deixar bem claro para a população brasileira que está neste momento nos acompanhando pela internet, que está neste momento nos acompanhando pela Rádio Senado, que está nos acompanhando pela TV Senado e pela imprensa do Brasil inteiro, que nós assinamos uma CPI. Eu assinei a CPI da Petrobras, porque entendo que todas as denúncias devem ser apuradas.

É bom que fique bem claro: quando V. Ex^a encaminha à Comissão de Constituição e Justiça, da qual tive o privilégio de ser o Presidente, V. Ex^a está efetivamente correto, regimentalmente correto.

A Comissão de Constituição e Justiça terá prazo de apenas dois dias, Sr. Presidente. Como Líder do PMDB, eu poderia atrasar aqui dez dias, quinze dias, vinte dias, trinta dias, sem indicar os membros que me cabe indicar a essa CPI, e atrasaria essa CPI.

V. Exª está correto ao encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça. Mas é bom que a Nação brasileira saiba que ninguém está aqui matando a CPI da oposição. Primeiro, porque está aqui o requerimento da oposição, que incluía quatro itens. E desse requerimento, que eu assinei, não foi retirada sequer uma vírgula, Sr. Presidente, uma única vírgula. Os primeiros quatro itens estão repetidos aqui.

Agora, é direito de quem tem 27 assinaturas, regimentalmente, nesta Casa, “adendar”, complementar todas as investigações, não apenas porque o Supremo Tribunal Federal já definiu, mas porque o Regimento Interno desta Casa permite que a gente possa fazer adendo a esta CPI ou a qualquer outra CPI.

Então, eu quero deixar bem claro que, além dos três itens primeiros, o primeiro requerimento assinado por 32 Senadores é o mesmo requerimento complementar que foi feito por mais de 32 Senadores, que complementaram, porque de direito, porque é correto, porque nós queremos uma investigação mais ampla, Sr. Presidente.

Agora, chicana, jamais, o Líder do PMDB, o Senador Eunício Oliveira, assinaria ou participaria. Mas, sim, de uma investigação decente, mesmo com a preocupação de este ano ser um ano eleitoral e alguém poder imaginar que se quer fazer palanque, para lá ou para cá; o que eu quero é a investigação profunda daquilo que foi denunciado. Por isso, eu assinei a CPI, Sr. Presidente.

E quero, mais uma vez, parabenizar V. Exª pela decisão tomada nesta tarde. Decisão, talvez, difícil – difícil –, mas V. Exª tomou a decisão regimentalmente correta. E V. Exª tomou a outra decisão, mais correta ainda, de não ser apenas o detentor da única voz nesta Casa: encaminhou à Comissão adequada, que é a Comissão de Constituição e Justiça, para que lá tomemos a decisão.

Agora, não existem dois requerimentos para duas CPIs. É uma única CPI com o mesmo teor, assinado pela oposição, eu repito, e complementada por mais 32 outros Senadores. É do Regimento, é permitido pelo Regimento, e até aqueles que recorreram – coisa que eu nunca fiz, nem pretendo – à decisão do Supremo Tribunal Federal, e não à decisão soberana do Regimento desta Casa, aqueles que recorreram ao Supremo, vão encontrar jurisprudência que vai ao encontro de tudo aquilo que V. Exª decidiu na tarde de hoje.

Portanto, essa é a posição do PMDB, foi assinado dessa forma e essa é a condição que nós estamos apoiando, a posição de V. Exª, porque é a posição regimentalmente correta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Jorge Viana.

Em seguida, o Senador José Agripino pede-nos a palavra.

O Senador Humberto também.

E o Senador Jarbas está inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui honrado pelos colegas e eleito Vice-Presidente da Casa, 1º Vice-Presidente, e, na condição de 1º Vice-Presidente, eu não sou obrigado a concordar com as posições do Presidente. Isso o Regimento me garante, e a boa política também.

Mas eu ocupo a tribuna para dizer que concordo plenamente com o caminho constitucional e regimental que V. Exª adotou no trato de questões complexas. Nós tínhamos dois questionamentos – um, da Base do Governo e, outro, da oposição –, e V. Exª negou os dois e deu o esclarecimento devido, com base em decisões do Supremo Tribunal Federal, na condução da instalação de uma CPI, seja no Senado, seja no Congresso, quando mista.

Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, tendo a oportunidade de falar para todo o Brasil... E aqui o processo está tão democrático que quem está falando menos aqui é a maioria. Eu esperei mais de duas horas e meia para chegar ao microfone. Isso mostra o ambiente democrático que estamos vivendo.

Eu ouvi de V. Exª e do meu querido colega, Senador Aloysio Nunes – e penso que até do Senador Aécio –, que, então, estamos diante de um fato inédito. De fato, estamos diante de um fato inédito. É a primeira vez, na história deste País, que um governo concorda com a oposição no uso de um instrumento de oposição, que é a CPI. O Governo diz: “Não. Nós assinamos a CPI. Nós assinamos.” O Governo, a nossa Bancada da Base de Apoio ao Governo, nós propusemos que a CPI se instale.

Agora, o Brasil pode perguntar: então, onde está a divergência? Primeiro, todos nós mantivemos os quatro pontos, como disse o Senador Eunício, apresentados pela oposição, os quatro pontos ligados a investigar a Petrobras, e apenas acrescentamos mais dois, dos quais um também está ligado à Petrobras. Então, no fundo, só estamos querendo mais um.

A oposição, que é minoria, apresenta quatro pontos; e nós, maioria, só queremos apresentar dois. E a oposição não aceita que nós participemos dessa proposição.

O nosso ponto nº 1 diz respeito a investigar as atividades da Petrobras, da empresa pública do Estado de Pernambuco, Suape, no complexo industrial portuário, para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima. Então, espero que esse ponto não venha a ser questionado.

O outro ponto, Sr. Presidente, que é o sexto, sinceramente... Hoje o Brasil fala muito da Petrobras, das suspeitas que pairam sobre alguns negócios que a Petrobras fez. Disso não podemos fugir. Agora, o que dizer, como o Brasil está vendo a história do metrô de São Paulo? Dos 20 anos do governo do PSDB implantando o metrô de São Paulo?

Quase todos os dias, eu assisto ao Jornal Nacional. Ligo o noticiário e, todos os dias, faz mais de 30 dias, é pauta do noticiário a denúncia sobre o metrô de São Paulo. Parece-me que os túneis do metrô de São Paulo são maiores do que aqueles que servem os paulistanos. Há uns túneis que escondem dinheiro. E não sou eu que estou dizendo, é o Dr. Janot, Procurador-Geral da República; é o Ministério Público, é a Polícia Federal, é o Cade. O que eles estão dizendo? Que empresários, executivos de empresas multinacionais estão denunciando que pagaram propina para políticos em São Paulo. Isso é muito grave, Sr. Presidente!

O Jornal Nacional, o *Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*, o *Globo*, o *Correio Braziliense*, toda a imprensa, diariamente... Eu não ouço, aqui no Senado, um único discurso pedindo a apuração, pedindo uma CPI para investigar o metrô de São Paulo. Um único discurso! Só que lá não tem história de fato determinado; há fatos concretos, há crime cometido, só falta saber o tamanho e quem são os culpados. É isso o que o Ministério Público Federal tem dito.

Agora, na Petrobras, há suspeita. Agora, Sr. Presidente, então, para investigar o governo do PSDB de São Paulo, o Ministério Público é sério, a Justiça Federal é séria, a Polícia Federal serve e é séria, o Cade é sério. Mas a Petrobras, não. Se for a Petrobras, se for ligado ao Governo Federal, se for ligado à Dilma, aí, não. Aí nós temos que trazer para cá uma exclusiva.

Eu não posso acreditar, eu não quero acreditar que a oposição quer uma CPIzinha, pequena. A CPI tem que ser CPI. Não pode ter diminutivo. Não precisa de superlativo, mas pode ser só CPI.

E, sinceramente, Sr. Presidente, o que nós estamos propondo é inédito mesmo: é a primeira vez que se reúne assinatura do Governo para endossar uma proposição da oposição. E nós estamos pedindo só um! A oposição indica, então, cinco pontos da CPI, e nós só queremos pôr um ponto, o sexto.

Agora, sabe como era no passado? Sabe como era no passado, Sr. Presidente? Não era só desrespeito à Constituição, não. Era desrespeito à Constituição, ao Regimento do Senado, ao Regimento Comum e ao Regimento da Câmara.

Sabe como foi em 1999, Senador Pimentel, para decidir se o Senado, se o Congresso fazia uma CPI da corrupção em 1999? Sabe como foi feito, na pressão? Cem mil pessoas nas ruas. Mas não eram cem mil pessoas nas ruas: eram cem mil pessoas na frente do Senado, pedindo uma CPI, mesmo que fosse pequena. E não houve CPI.

Então, eu acho que é mais do que justo: um debate como esse, no nível elevado que nós estamos fazendo, eu acho que vale.

Agora, eu tenho muito orgulho de dizer que a presidenta da Petrobras e que a ex-presidenta do Conselho de Administração da Petrobras são pessoas honradas. A Sr^a Graça Foster e a Presidenta Dilma são pessoas honradas. A Presidenta Dilma não escamoteou. Ela botou o dedo na ferida: "Querem apurar? Vamos apurar". Agora, por que nós não confiamos no Ministério Público Federal? Por que nós não confiamos na Justiça? Por que nós não confiamos nos instrumentos que estão sendo utilizados pelo nosso País? Aí, nós trouxemos para cá um debate.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente, só falando uma coisa. Tomara que essa proposta de CPI não seja a tentativa das oposições de buscar combustível para suas campanhas – que não estão ganhando vento, nem ganhando força. Tomara que não seja, porque o Senado nem é posto de gasolina, nem é subsidiário da Petrobras. O Senado Federal é uma Casa em que cabe o debate. Tomara que essa campanha, que tem grandes candidatos... E eu já estou feliz por isso, meu querido Senador Aécio, porque o Brasil amadureceu. Estamos lembrando 50 anos do Golpe Militar. E nós temos uma eleição agora. Sabe quem são os candidatos? Senador Randolfe; Senador Aécio Neves; o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Grandes figuras, grandes homens. E a nossa Presidenta Dilma. Então, o Brasil não vai ter sobressaltos. Cada um vai escolher, e há outros colegas e outros candidatos.

Então, nós estamos vivendo o esplendor da nossa democracia. Agora, o embate é este: a minoria não pode usar um instrumento constitucional para excluir a maioria. Isso é inaceitável.

Então, eu me somo aos colegas. Quero concluir, dizendo sinceramente que a Petrobras é uma empresa que tem passado e já anunciou o seu futuro, que é o pré-sal. A Petrobras é sinônimo de um futuro para as crianças deste País, para a educação deste País, e penso que a Petrobras não deve ser moeda de troca, não deve ser o centro do debate da campanha, nos termos em que está sendo posta.

Se há uma condução que pode ser melhorada, que as oposições apresentem o caminho que a Petrobras tem que seguir. Agora, nem falar que Pasadena dá lucro! Isso não sai em canto algum. Nem isso se fala. Pode ter sido, sim, um negócio com falhas e até malfeito. Malfeito é diferente de corrupção. Vamos apurar, vamos pedir apuração...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agora, a compra aconteceu, e veio a maior crise que este mundo já enfrentou do ponto de vista econômico, exatamente no País que sedia essa refinaria.

Então, penso que bom senso, um debate político de nível aqui no Senado – o que sempre houve – pode nos ajudar a esclarecer para a opinião pública o que houve. Mas nós não podemos fazer disso uma batalha que nos leve a tirar as eleições antecipadamente das ruas e trazê-la para cá. Eu penso que isso não seria bom.

Eu quero poder, ao longo desse período, ter orgulho de ver o Senador Aécio apresentar a sua plataforma para melhorar e mudar o Brasil; de ver o Governador Eduardo Campos fazer o mesmo; e de ver a Presidenta Dilma convencendo o Brasil de que precisa de mais 4 anos para terminar o seu trabalho e deixar um bom legado para todos nós.

Mas isso pode ser feito sem pôr em risco a mais importante empresa deste País, a Petrobras, que é motivo de orgulho pelo passado que tem e motivo de muita esperança pelo futuro que, se Deus quiser, com trabalho, nós vamos garantir para a Petrobras e para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria agradecer ao Senador Jorge Viana e queria só lembrar, antes de conceder a palavra aos demais Senadores, que a lei que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, as CPIs do Congresso Nacional, diz, em seu art. 5º, exatamente – permitam-me repetir:

Art. 5º As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório [no singular] de seus trabalhos à respectiva Câmara [...]

§1º Se forem diversos os fatos objeto de inquérito [se forem múltiplos, diversos], a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

Ou seja, se forem diversos os fatos, a Comissão pode até fazer um relatório preliminar sobre os fatos determinados.

Então, não há sobre isso nenhuma dúvida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Essa lei é a Lei nº 1.579, da década de 50; é isso? – 1579.

Muito bem. Nós não estamos discutindo fatos. V. Exª está coberto de razão: é possível fatos. Agora, os fatos precisam ser conexos. É só essa a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é que está havendo uma repetição de oradores. Então, quem já falou deve dar oportunidade para os demais que ainda não se manifestaram sobre o tema.

É o que peço a V. Exª, depois que o Senador Agripino se manifestar, evidentemente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – É que o Presidente anunciou a minha palavra e concedeu a palavra – claro, com toda a prioridade – ao Senador Jarbas Vasconcelos. Eu gostaria só de saber em que ordem estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) Eu queria só, se fosse o caso – e peço até ao Senador Jarbas –, se nós poderíamos conceder a palavra rapidamente ao Senador José Agripino. Em seguida... Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Senador Renan, eu preferiria inverter. Acho que o Senador Jarbas tem toda a prioridade, V. Exª lhe daria a palavra, e eu falaria em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE. Com revisão do orador.) – Presidente, eu peço vênua a V. Exª para discordar da sua decisão.

Tenho discordado de V. Exª em algumas ocasiões, ao longo do tempo que aqui cheguei, mas, nos últimos meses – V. Exª deve ser testemunha disso –, tenho procurado um convívio mais civilizado. Mas não posso

aceitar, Sr. Presidente, que o Partido dos Trabalhadores, a mim pessoalmente, passe a querer dar aulas, ensinar como se deve fazer política, como se devem fazer as coisas corretamente, e, sobretudo, no campo ético.

Eu não posso aceitar isso, de um Partido que está com a sua ex-cúpula toda presa como José Dirceu – o ex-capitão do time de Lula quando era Presidente da República – recolhido na Papuda. O ex-tesoureiro do Partido, Delúbio Soares, que meteu a mão em dinheiro público, está na Papuda. José Genoíno, que foi líder do Partido, está na Papuda. A Papuda é um presídio aqui de Brasília. João Cunha – ex-presidente da Câmara dos deputados –, na Papuda.

O ex-diretor da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto da Costa, foi quem fez o contrato da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco – eu era Governador do Estado –, e a Petrobras ficou de entrar com 60%, e a PDVSA com 40%. Eu recepcionei, naquela época, o folclórico Coronel Hugo Chávez e recepcionei o Presidente Lula lá no Palácio das Princesas.

Foi como se fosse feita uma coisa entre dois Municípios pequenos do Brasil. Um diz “vamos abrir uma bodega, você entra com 60%”, o outro bodegueiro entra com 40%. Depois, o que entrou com 40% diz que não vai pagar mais a bodega. E o outro bodegueiro aceita.

Foi esse o contrato inicial formalizado no Palácio. Esse documento tem minha assinatura como Governador do Estado de Pernambuco.

A CPI era inclusive para apurar isso, para saber por que foi que a PDVSA não pagou. E qual a explicação para isso.

A PDVSA não tinha experiência em águas profundas, embora fosse uma empresa maior do que a Petrobras na época – e não sei se é ainda hoje. Então, resolveu entrar no Brasil através do Porto de Suape e através da Refinaria Abreu e Lima. Nós ajudamos em tudo. Até o nome de Abreu e Lima fomos nós que sugerimos colocar, para sensibilizar ainda mais o Coronel Hugo Chávez. Assim tudo foi feito. E por que a PDVSA não honrou o compromisso? E fica por isso mesmo.

Esse cidadão, ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, está sendo acusado de receber dinheiro, uma Land Rover do Sr. Alberto Youssef, um doleiro... Esse mesmo doleiro, Presidente Renan Calheiros, agora – segundo a imprensa – ofereceu um voo especial para o Deputado André Vargas, do Estado do Paraná, que é nada mais nada menos do que 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Então, como é que um Partido que tem a ex-cúpula dirigente do seu Partido – o capitão do time de Lula – na Papuda quer dar lições de moral para a gente aqui?

Um Senador da República diz que todos os órgãos podem apurar a Petrobras, menos o Senado Federal. Quer dizer, nós estamos reduzidos a um papel ridículo. Era muito melhor deixar de ser Senador da República, procurar outra coisa para fazer.

O Ministério Público pode. É uma farsa dizer que o Ministério Público Federal está apurando isso. Não está apurando, ainda.

Uma comissão de parlamentares foi ao Ministério Público – eu fiz parte dessa comissão com sete Senadores – formalizou pedido junto ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que nos recebeu com elegância e cortesia, e estava no seu papel, para que fosse investigada a participação da presidente na compra da refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobras, quando a presidente diz que não tinha conhecimento das negociações. Agora é um diretor que diz que tinham conhecimento, que encaminhou a proposta 15 dias antes para o Conselho Fiscal e que todos os integrantes receberam. Inclusive foi distribuído também à assessoria jurídica. E a gente não poder apurar isso, Sr. Presidente?

Eu me arrependo da hora em que assinei esta CPI. Eu não deveria ter assinado. Mas, em política, tudo o que a gente tem que explicar, Presidente, tudo o que a gente tem que explicar – e não é V. Ex^a só não, eu, qualquer um aqui – é complicado. Se eu não tivesse assinado essa CPI, eu estava com a minha consciência tranquila, mas tinha que dar satisfação àqueles que confiaram em mim e aos meus amigos.

Essa CPI não vai dar em nada, Presidente! Essa CPI vai ser uma farsa! Em um ano de Copa do Mundo, de eleição, a gente vai compactuar com uma coisa que não vai funcionar. É muito melhor a gente aguardar o Ministério Público para que se junte ao Tribunal de Contas, que se junte à Polícia Federal – essa Polícia Federal que está cerceada, que o PT e o governo querem, os dois, que seja uma polícia de partido, uma polícia de governo, e não uma polícia de Estado. A Polícia Federal está completamente esvaziada, sucateada; as pessoas estão deixando a Polícia Federal para ir para outras instituições porque o PT quer que ela seja partidária; quer que, quando for fazer uma investigação para pegar pela gola um corrupto, primeiro avise para que as pessoas de interesse da base partidária também sejam avisadas.

Esse é o quadro, Sr. Presidente! Permita-me dizer-lhe a V. Ex^a. E eu não posso aceitar que um partido que pedia CPI contra tudo e contra todos, um partido que votou contra Plano Real, que votou contra a Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal, venha, hoje, querer ensinar a gente aqui a não fazer CPI, fazendo a gente de bobo, de idiota. Isso, permita-me, é mais do que uma manobra.

Pediram a palavra aqui para contestar o Senador Aécio Neves porque S. Ex^a falou em manobra. Mas ninguém protestou aqui contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, que ontem disse que depois de a oposição conseguir as assinaturas necessárias, o Planalto partiu para “melar o jogo”. E foi Dilma que fez isso, porque ela está desesperada, está desarticulada, porque recebeu uma pesquisa ruim para ela... E a gente sabe o que faz um Presidente da República quando está com a cabeça ruim: um deu um tiro no coração, o outro renunciou e o, outro, manda fazer picuinha aqui dentro do Senado. Sim; manda fazer picuinha aqui dentro do Senado e pessoas do PT passam por um papel triste desses!

Houve Senador da República que disse, há quinze minutos, que a Petrobras caiu de preço, Senador Cristovam, por questões de mercado. Foi o mercado que deixou o combustível congelado? Foi o mercado que disse que Dilma não pode aumentar o combustível – o que está quebrando a Petrobras – porque é um ano eleitoral? Só pode aumentar o combustível depois da eleição? Aécio ou Eduardo, ganhando a eleição, vão ter dois problemas depois do 7 de outubro. E quais são esses problemas? Dois reajustes que vão mexer no bolso do povo: o combustível e a energia elétrica.

O setor elétrico está completamente quebrado. Hoje sai, inclusive, uma injeção de R\$8 a R\$9 bilhões, para atender o setor que a Presidente Dilma quebrou, para baixar as tarifas de luz e tirar proveito eleitoral disso.

Então, Sr. Presidente, pedi vênha a V. Ex^a, porque há uma reunião daqui a pouco, com o nosso grande Líder Aloysio Nunes, e eu vou também dar a minha opinião, mas estou profundamente frustrado. É uma pena que a gente não possa fazer aqui alguma coisa para apurar isso. Se os outros podem apurar, por que o Senado não pode? Se o Tribunal de Contas vai apurar, se a Polícia Federal está apurando, se o Ministério Público pode entrar a qualquer instante, por que o Senado não pode? O Senado só podia fazer isso na época do PT, quando o PT era oposição, quando não tinha chegado ainda, como chegou, em 2002, com Lula, à Presidência da República! Não pode! Isso é uma contradição, Sr. Presidente! Uma farsa!

O que foi feito aqui ontem foi melar o jogo. Foram colhidas as assinaturas necessárias para a instalação da CPI, assinatura de membros da oposição e da base; a gente pensava que estava tudo resolvido, que V. Ex^a ia receber isso – e recebeu –, mas, infelizmente, tumultuaram a sessão.

V. Ex^a, permita-me expressar minha opinião, tinha tudo para se sair bem hoje. Recebia a nossa CPI; se mandassem para lá pessoas para atrapalhar, para embaralhar, V. Ex^a não tinha nada a ver com isso, pois não é líder de partido, é Presidente da Casa. Mas o pressionaram e V. Ex^a teve que aceitar uma segunda CPI. Chegou aqui a ex-Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e quer resolver as coisas na voz macia, melando o jogo.

Essa senhora, quando saiu daqui, todos a aplaudiram. Foram aqui vários apartes para ela, porque ela ia para a Casa Civil. Eu não cometi esse pecado. Quando voltou, a mesma coisa: enchem a bola dela, dizendo ser uma democrata, de formação muito boa. Eu também não cometi, pela segunda vez, o pecado; estou livre desse pecado. Fazer o que estão fazendo aqui e nós ficarmos submetidos a isso? O PT, com a sua cúpula toda recolhida à prisão, querer ensinar-nos como devemos nos comportar aqui no Senado? A mim, a Aloysio, a Aécio, a José Agripino, a Pedro Taques, a Randolfe, a Cristovam? É demais!

Eu já estou falando assim por causa da idade também; a idade é uma coisa muito séria. Mas quero dizer a V. Ex^a que melar o jogo, como referi aqui – apenas para encerrar, agradecendo a paciência de V. Ex^a –, quem disse foi *O Estado de S. Paulo*, quando reportou que, depois de conseguimos 29 assinaturas, o Planalto partiu para melar o jogo. Então, jamais o Senador Aécio, que é uma pessoa civilizada e educada... Às vezes, as pessoas querem que ele seja agressivo, mas ele jamais vai ser uma pessoa agressiva, porque ele é daqueles que dizem as coisas sem ofender, dizem as coisas sem alterar a voz – e S. Ex^a, falando aqui com elegância, disse que era uma manobra e foi contestado por algumas figuras do governo. E *O Estado de S. Paulo*, ontem, disse que foi uma melada, muito pior do que o que disse aqui o Senador Aécio Neves.

Por isso, Sr. Presidente, a minha frustração, a minha indignação com relação a tudo isso. Eu não vou retirar a minha assinatura, porque vou ser mal-entendido, mas maldita a hora em que assinei essa CPI, porque eu sabia, eu tinha visão – não quero ser melhor do que ninguém – de que nós iríamos nos estrangular.

Está o Brasil inteiro, os jornais – e não me consta que *O Globo* ou a *Globo* sejam oposição ou que *O Estado de S. Paulo* seja oposição –, enfim, todo mundo clamando para que isso seja apurado. Mas o Senado não pode apurar, porque é eleição, porque Dilma não quer, Dilma está muito machucada, uma hora grita e, agora, “botou para chorar”. Então, fica realmente uma complicação isso, e nós subordinados a tudo isso.

Dessa forma, deixo aqui lavrado o meu protesto, e o meu protesto é este, Sr. Presidente: eu vou fazer força junto aos meus companheiros, a todos eles, no sentido que tenhamos cuidado para não sermos massa de

manobra do PT. O PT não pode nos ensinar ética, não pode nos ensinar como agir. Não tem condições morais de adotar tal comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que é a próxima...

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, V. Exª se esqueceu da minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Novamente faço um apelo à Senadora Vanessa para que possamos ouvir o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Eu prometo ser rápido, Sr. Presidente; prometo ser rápido.

Inicialmente, cumprimento a palavra do Senador Jarbas Vasconcelos. Na minha terra, Senador Jarbas, tem um camarada que diz, quando a gente fala, que não caiu uma pedra, que não caiu uma palavra no chão. Eu diria que do seu discurso não caiu uma palavra no chão.

Agora, eu acho que o importante é persistir. Eu não joguei a toalha. Sou daqueles que são persistentes, ferrinho de dentista. E eu não tenho mais nenhuma dúvida, nenhuma esperança de que as coisas se encaminhem de forma diferente, como decidiu o Presidente Renan.

Senador Aloysio, V. Exª teve 11 milhões de votos em São Paulo, mas V. Exª perdeu, e eu perdi junto com V. Exª, porque veja só: a decisão do Presidente foi negar as duas questões de ordem. Não; não é verdade! A questão da ordem da Senadora Gleisi pedia a suspensão da CPI que nós propusemos com base no argumento de que não havia correlação entre os fatos. A questão de ordem que V. Exª impetrou se deveu ao fato de que, junto com a nossa CPI, o governo entrou com uma CPI, que eu diria cavilosa, incorporando dois assuntos de natureza estadual junto com as matérias que nós propusemos. E V. Exª entrou com uma questão de ordem pedindo a suspensão da instalação dessa CPI, tendo em vista que ela estava enodada pela participação de fatos que teriam conotação estadual.

O Presidente disse que acolhia ou negava as duas questões de ordem. Não. Ele negou a questão de ordem de V. Exª. A questão de ordem da Senadora Gleisi ele acatou, e acatou por uma razão muito simples... Ele acatou a da Senadora Gleisi e denegou a de V. Exª. V. Exª foi derrotado; nós fomos derrotados. Está claro isso – claríssimo –, porque o que está sendo remetido, Senador Cristovam, para a CCJ, para coonestar à decisão do Senador Renan Calheiros, é a análise da instalação só da CPI ampliada: a dos quatro pontos e mais os dois pontos, que entendemos como estaduais. A outra está fora de jogo.

Ou seja, aquilo que nós propusemos e para o que foi dito que iriam negar as duas questões de ordem, não! Foi negada a questão de ordem de V. Exª. A da Senadora Gleisi foi acatada. Na prática, na prática, ela foi acatada. Que fique claro para o Brasil.

Agora, por que nós, que somos minoria, que entendemos que CPI é direito de minoria, insistimos nos quatro pontos? E deveríamos ter ficado, Senador Cristovam, só em Pasadena. Nós cometemos um erro: deveríamos ter ficado só em Pasadena, só nela. E por quê? Porque a gente sabe que as maiorias operam no exercício da CPI. Se ela vier a se instalar – a CPI dos seis pontos –, vai-se eleger um presidente e o presidente vai escolher o relator; e vai se começar a trabalhar. É evidente que os requerimentos de audiência das pessoas-chave para o esclarecimento da questão Pasadena vão ficar em oitavo plano. Em primeiro, segundo, terceiro e quarto planos, vão ficar metrô e Suape, porque a maioria é quem vai votar. Então, vai ser um requerimento em cima do outro derrotado. É o que vai acontecer! E essa é a razão pela qual nós estamos nos batendo, com persistência – não desanime, Senador Jarbas –, porque nós estamos cumprindo uma coisa que o Brasil exige de nós: o governo governa, a oposição fiscaliza.

Agora, que fique claro: o que está sendo remetido para a CCJ é a negação do recurso impetrado pelo Senador Aloysio Nunes e o acolhimento do requerimento apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Mas, de qualquer maneira, nós vamos continuar persistindo. Vem aí uma CPMI e nós vamos continuar persistindo, porque esse assunto não pode morrer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos ao Senador José Agripino.

Nós queríamos só lembrar que a questão de ordem apresentada pela Senadora Gleisi pedia a impugnação da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ela entendia que a Comissão seria uma investigação generalizada. E, portanto, pedia ao Presidente... Diz assim, na parte final: "(...) e, na forma do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, que assegura ao Presidente do Senado o exercício da prerrogativa de impugnar...", ou seja, pedia a impugnação da CPI. Contudo, eu entendo que não cabe ao Presidente impugnar a investigação de nada, absolutamente.

E o Senador Aloysio Nunes Ferreira entendia – e pediu por isso a questão de ordem – que não poderia haver investigação de fatos que tivessem conexão com os Estados, e nós respondemos também a essa questão. E respondemos mais: dissemos que pode, sim, ampliar os fatos determinados. Essa foi a singela decisão da Presidência do Senado.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero ser breve na minha intervenção, mas inicio por aquilo que eu havia planejado para ser o fim. Quero dizer que lamento, lamento que a discussão em torno da decisão que V. Exª anunciou hoje à Casa tenha descambado para onde descambou.

Eu não tenho em mão o jornal *O Estado de S. Paulo*. Não tenho. Mas tenho em mão o jornal *Valor Econômico*. O jornal *Valor Econômico* de hoje, Sr. Presidente, como o de ontem, como o de anteontem, como o de um mês atrás... O jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornal *O Globo*, todos os jornais, repetidos pelos jornais regionais, divulgam outra matéria, que diz o seguinte: “Procurador-Geral da República vê envolvimento de Deputados tucanos no cartel do metrô” e indícios, segundo a matéria, fortes – aliás, fortíssimos.

Mas não vou me dar o direito, Sr. Presidente, em relação a alguém que está sendo investigado, como está o Sr. Paulo Roberto da Costa, ex-Diretor da Petrobras, de vir a este microfone e chamá-los todos de ladrão. Não vou dizer que o Deputado José Aníbal, do PSDB de São Paulo, é ladrão, porque está sendo investigado. Nem posso. Não sou julgadora, Sr. Presidente. Sou apenas uma Parlamentar. Nunca fui Governadora.

Mas vejam o que estamos ouvindo hoje: que esta CPI é para sufocar a iniciativa da oposição, esta segunda CPI, mais ampla, porque a primeira também é ampla.

Nós ouvimos agora uma revelação no mínimo muito interessante do Senador que me antecedeu: “Erramos! Erramos ao colocar quatro fatos. Poderíamos ter colocado um só: Pasadena.” Acabamos de ouvir, Senador, uma declaração que considero fundamental e muito importante: “Erramos ao colocar quatro fatos.” Aliás, é com base nesses quatro fatos que a Senadora Gleisi Hoffmann fez a questão de ordem, a que V. Exª respondeu hoje.

Veja, Sr. Presidente, disseram que é uma CPI de araque. Disseram que todos os órgãos podem investigar a Petrobras, menos o Senado Federal. Isso acabou de ser dito aqui. Colocaram essa frase na boca de outros Senadores que não o disseram. Aliás, quem disse isso tudo parece que já se foi. Cansou de debater e já foi embora. Não está mais aqui no plenário para ouvir seus colegas. Foram embora.

Não ouvi ninguém dizer que não quer a investigação. Pelo contrário, a diferença é que se quer investigar, sim, a Petrobras, mas junto com a investigação da Petrobras se quer investigar o problema dos recursos próprios que foram aplicados no Metrô de São Paulo, problemas que acontecem lá em Abreu em Lima, tão falados aqui, lá no Porto de Suape, também tão falado aqui. Qual é o problema? Será que o desespero é por conta disso?

Dizer que tem que ser ampla, que tem que ser pequena. A primeira CPI em que se deu entrada é ampla, e foi o próprio Senador que me antecedeu que disse que lamentava, que deveriam ter colocado apenas um assunto.

A diferença para quem é oposição aqui, mas é Governo em São Paulo, é a seguinte: aqui o Governo quer investigar inclusive a Petrobras, mas quer investigar além da Petrobras. As matérias publicadas nos meios de comunicação do País, todos os dias, mostram, apontam essa necessidade. A diferença, para quem aqui é oposição e em São Paulo e em outros Estados é situação, é que, em São Paulo, não querem investigar nada. Absolutamente nada, Sr. Presidente. Nada de nada, nada de nada! O desespero está aí.

Então, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente desta Casa, que tomou uma decisão, mas, imediatamente, encaminhou-a para a Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, o debate segue.

Esse é o bom debate. Vamos mantê-lo num bom nível, Sr. Presidente. Vamos, principalmente, fazer um grande esforço para que o discurso se reflita na prática também. Não se pode defender algo aqui e, logo acolá, ser contra, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(Soa a campanha.)

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço licença ao Senador Cristovam, que é o próximo orador inscrito. Tenho que resolver uma questão da Mesa, que é fazer a Ordem do Dia. Vou transferir, inclusive, as matérias. Peço-lhe licença. Em seguida, V. Exª seguirá falando, bem como outros oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ordem do Dia...

Por entendimento e tendo em vista o tema que debatemos aqui, vamos transferir para amanhã os temas que estavam na pauta para hoje.

Faço apenas a exceção de um requerimento que não tem impedimento, mas por conta do prazo, que é a apreciação de um requerimento apresentado pelo Senador Aníbal Diniz, que apresentou **Requerimento nº 325, 2014**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 5 a 12 de abril de 2014 para participar da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CNPd), por designação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País nesse período.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 325, de 2014.

É o seguinte o Despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao **Requerimento nº 325, de 2014**, do Senador Aníbal Diniz, que *Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, designado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, entre os dias 05 e 12 de abril de 2014, em Nova York, quando participará da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CNPd). Comunica, nos termos do artigo 39, inciso I, Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 05 a 12 de abril de 2014.*

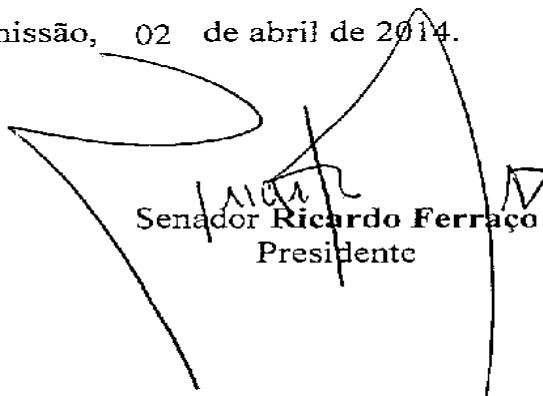
A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 02 de abril de 2014, às 18h, o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador **Aníbal Diniz**.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, devido a proximidade da missão e o tempo necessário para os trâmites administrativos para a viagem, não seria possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão. Esta Presidência, portanto, avoca a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado.

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do **Requerimento nº 325, de 2014**, do Senador **Aníbal Diniz**.

Sala da Comissão, 02 de abril de 2014.



Senador **Ricardo Ferraço**
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se não há objeção do Plenário, as Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Encerrada a Ordem do Dia.

Volto a reafirmar que a pauta de hoje fica transferida para amanhã, tendo em vista o importante debate travado aqui.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2014

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2014 (apresentado como conclusão do Parecer nº 238, de 2014, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Waldemir Moka), *que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2013.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, *que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.*

Parecer nº 1.470, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009– Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), *que estende a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

4**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, *que obriga as concessionárias de energia elétrica a instalam, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*

Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, *que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob nºs 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

6**REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

7**REQUERIMENTO Nº 1275, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

8**REQUERIMENTO Nº 1276, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

9**REQUERIMENTO Nº 1277, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja*

ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).

10**REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

11**REQUERIMENTO Nº 1332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

12**REQUERIMENTO Nº 1337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

13**REQUERIMENTO Nº 1338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

14**REQUERIMENTO Nº 1344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

15**REQUERIMENTO Nº 1378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Álvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

16**REQUERIMENTO Nº 1394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

17**REQUERIMENTO Nº 1413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

18**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

19**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, *que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

20**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

21**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

22**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

23**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

24**REQUERIMENTO Nº 170, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 170, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 231 e 233, de 2013, por regularem matéria correlata (gratuidade em cursos técnicos oferecidos pelos serviços sociais autônomos).*

25**REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

26**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 – Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

27**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013, de sua autoria.*

28**REQUERIMENTO Nº 192, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2014 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de incentivos fiscais).*

29**REQUERIMENTO Nº 206, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2013; e 31, de 2014, por regularem matéria correlata (valor do Salário Mínimo).*

30**REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ).*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voltamos à lista de oradores inscritos. Convido para fazer uso da palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento que não esteja mais aqui o Senador Renan, que foi quem tomou a decisão. V. Ex^a concluiu agora, Senador Viana, falando desse tema importante.

Acho que a gente deve ser sincero e analisar aqui, Senador Cássio: esse tema que estamos discutindo é importante pela circunstância, mas é um tema que nem deveríamos estar aqui discutindo, diante do risco para a Nação brasileira do desajuste, do descalabro, da desorganização, dos equívocos da nossa política energética. Estamos aqui duplamente fora de sintonia com a Nação brasileira. Por um lado, estamos sem sintonia com as ruas. É óbvio que o povo brasileiro quer saber o que aconteceu na Petrobras, que tem um diretor preso, Presidente, preso! Um diretor preso! A gente tem obrigação de saber o que está acontecendo.

O próprio Senador Humberto Costa falou que a Petrobras está sendo analisada pelo Ministério Público. Esqueceu-se da Receita Federal e colocou mais diversos órgãos. Ele usou isso para dizer que o Senado não precisa entrar. É o contrário! Uma empresa que está sob suspeição, a ponto de um número tão grande de entidades, como o TCU, o Ministério Público, estarem analisando, essa empresa precisa que o Senado tome uma posição, analise, e só a CPI é capaz de fazer isso.

Nós não estamos em sintonia com o que a população nas ruas quer: saber o que é que acontece com a empresa dele, o povo, com a empresa da gente, com a empresa da Nação brasileira. Tudo o que a gente lê nesses últimos dias e até semanas está sendo jogado fora. É um patrimônio público, nacional, construído com sacrifício, e nós estamos fechando os olhos. E o Senador Humberto Costa disse: "Deixa que os outros analisam."

Mas estamos também sem sintonia com as exigências do futuro do Brasil, que precisa de um modelo energético sustentável. Nós não estamos discutindo aqui como fazer energia para este País. E a energia, daqui a alguns anos, não vai ser mais petróleo. Todo mundo sabe. O petróleo acaba, não adianta. Há um limite. Nós devíamos estar discutindo qual é o modelo energético usando energia solar. O Brasil é o País que tem mais energia solar do que qualquer outro do mundo, por causa da nossa dimensão nos trópicos. Devíamos estar discutindo como é que se aproveita, como o Rio Grande do Sul está aproveitando, a energia eólica. Devíamos estar discutindo aqui se devemos ou não fazer energia nuclear. Enquanto isso, a gente está discutindo petróleo. E discutindo como fazer e conseguir a sobrevivência da empresa que cuida de petróleo, porque ela tem esse defeito. Ela nunca se reorientou plenamente. Só faz uns gestos pequeninhos para outras fontes energéticas, as fontes alternativas.

Enquanto isso, nós estamos fazendo uma assembleia de estudantes, porque isto aqui é uma assembleia estudantil, em que cada um fica querendo mostrar que é mais hábil para enganar os outros e naquela jogada aplicar o que o seu grupo, o que o seu partido quer. É isso o que está parecendo ao povo brasileiro, assistindo ao nosso debate

Nós estamos sem sintonia com a Nação brasileira, nem com o povo na rua, nem com as necessidades energéticas do futuro. E ainda mais: a instituição nossa, que vive em crise diante da opinião pública, uma decisão como essa do Presidente Renan vai nos deixar desmoralizados diante da opinião pública, porque está na cara o que é que está sendo feito. Está na cara que essa é uma maneira de não se fazer uma CPI, que é necessária para que a nossa empresa, a nossa empresa, do Brasil, tenha um futuro, pela transparência.

Outra coisa: esta reunião de estudantes aqui está sob os olhares do sistema de investimentos do mundo inteiro, porque depende, para o investimento, da credibilidade da entidade que vai receber o financiamento. E, hoje, enquanto não fizerem a CPI, enquanto não resolverem isso, enquanto não passarem a limpo as suspeitas que existem, os investidores vão ficar como o pé atrás.

Cada semana adiada é um problema a mais para o futuro da Petrobras. O postergamento, o adiamento que o Presidente Renan está fazendo é uma inconsequência com o Brasil. E mais do que isso: é a tentativa de colocar na CCJ a discussão com tudo o que indica, porque ninguém aqui é tolo. Nós podemos até estar equivocados, dispersos, sem ver os interesses maiores do Brasil, o longo prazo, perdendo no curto prazo, mas ninguém é tolo. Ao chegar à CCJ, vai-se fazer esse arremedo de uma CPI, que é uma não CPI. Isso é contra a Petrobras, isso é contra o Brasil, isso é contra um projeto de nação, isso é contra o Senado Federal. Além do mais, macula a própria Constituição, como o Senador Pedro Taques falou com tanta clareza. Desmoraliza a Constituição, desmoraliza tudo.

Eu queria que o Presidente Renan estivesse aqui para ouvir de mim essa cobrança.

Ontem falei aqui para ele, Senadora Ana Amélia, que votei contra ele, como a senhora também, como o Senador Cássio, mas que reconhecia que ele tinha tomado algumas decisões, que ele havia feito alguns gestos de respeito a todos nós aqui e que o Brasil inteiro estava de olho no que ele ia decidir. E o povo todo hoje deve estar muito frustrado com o que ele decidiu. Primeiro porque parece lavar as mãos, mas, segundo, parece lavar as mãos com uma água que não está limpa, com uma água que está programada. Não lavou a mão numa água pura. Lavou a mão numa manipulação clara para impedir que se faça aqui um passar a limpo a Petrobras. A nossa empresa, para ser salva, precisa disso, porque o que estão fazendo com ela é brincar, baixando os preços dos seus produtos, e aí vem o prejuízo.

É tempo, Sr. Presidente, de fazermos um esforço para reduzir o consumo de energia. É hora de reduzir, o mundo inteiro está reduzindo. Aqui o Governo está incentivando mais consumo, às custas do sacrifício da Eletrobras. Nós privatizamos a política. Dar um benefício para cada consumidor de energia elétrica graças ao sacrifício da Eletrobras.

E todo mundo, na hora de pagar a conta, fica satisfeito, mas os filhos da gente vão pagar a conta, não só porque vai aumentar a tarifa, que em algum momento tem que aumentar, mas porque vão ficar sem energia porque não houve investimento necessário. Faz o mesmo com a Petrobras. É um Governo que não está com projeto de nação, e nós aqui, impotentes, estamos entrando nesse jogo, nessa assembleia estudantil, lutando por uma coisa fundamental, que é uma CPI, para esclarecer o que acontece hoje na Petrobras.

Eu quero dizer que, cinco anos atrás, eu não dei o apoio à CPI que se pediu porque foi dito que o presidente da Petrobras vindo aqui seria suficiente. Foi um erro que eu cometi. Se tivéssemos feito aquela CPI, esses erros não teriam acontecido. A Petrobras teria tomado consciência dos problemas, não estaria com um presidente preso e com outro que teve que ser demitido durante as férias e que está querendo vir depor aqui.

Chamando tanta gente para vir depor aqui, com o risco de apagão do setor elétrico, com uma empresa que produz o combustível em dificuldades, a gente tinha que estar discutindo aqui era como ter uma política energética compatível com o futuro do Brasil, mas até lá, para fazer isso, tem que ter a CPI. E se o Senado não fizer a CPI, está negando o seu papel fundamental. Dois, aliás: o papel de fiscal das coisas públicas e o papel de construtor de uma política pública para o futuro.

Eu fico triste, mas espero que ainda haja tempo para se ter juízo nesta Casa, fazer a CPI e trabalhar um programa alternativo de energia.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Sérgio Petecão; depois, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ana Amélia e Cássio Cunha Lima.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Anibal, apenas para uma informação.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nós votamos projeto que trata da situação do nosso soldado da borracha, e é preciso aqui fazer alguns esclarecimentos.

Aqui, eu quero fazer justiça ao senhor, que apresentou uma proposta que não era a que os nossos soldados da borracha tanto queriam, com que eles tanto sonhavam, mas era uma proposta que foi aprovada em várias assembleias de que participamos, era uma proposta que ia ao encontro dos interesses da maioria dos soldados da borracha, mas, infelizmente, a proposta não foi aprovada. O Governo apresentou uma emenda, por intermédio da Senadora Gleisi Hoffmann, que o senhor acatou.

Várias vezes, conversei com o senhor, quando estávamos trabalhando numa proposta alternativa, no sentido de contemplar nosso soldado da borracha, e quero reconhecer esse seu empenho.

E, hoje, mais uma vez, sinceramente, fiquei muito triste, porque criamos a expectativa de que resolveríamos de uma vez por todas essa situação.

O que se pleiteava era um salário de R\$3.789,00 e o abono, que eles chamam de indenização, mas não é indenização, é um abono. Nós temos que chamar de abono porque indenização os soldados da borracha ainda estão pleiteando na Justiça, seus direitos, que são reais, são justos. Infelizmente, hoje, na Comissão, mais uma vez, fui derrotado. Eu votei com a sua proposta, que era a proposta de R\$3.789,00 e o abono de R\$25 mil. O que conseguimos foi uma proposta de dois salários mínimos, o abono de R\$25 mil e, ainda, vincular a proposta dos dois salários mínimos ao aumento do salário mínimo.

Então, esta minha fala aqui é no sentido de levar a verdadeira informação, porque parte da imprensa do meu Estado já faz uma política tentando denegrir a nossa imagem, dizendo que o Deputado Gladson e o Deputado Márcio votaram contra os soldados da borracha. Não é verdade. Eles sequer votaram. O debate aconteceu aqui no Senado. Infelizmente, sua proposta não pôde ser votada e, mais uma vez, nossos soldados da borracha foram prejudicados.

Era isso, Sr. Presidente, mais no sentido de esclarecer principalmente o povo da Região Amazônica, em especial do nosso Estado do Acre.

Obrigado, Presidente Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Petecão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Anibal, peço pela ordem para fazer um apelo.

Há 15 dias, os paraenses vivem a angústia da falta de notícias sobre o desaparecimento de um bimotor que prestava serviço à Secretaria Especial de Saúde Indígena.

No último dia 18 de março, a aeronave saiu de Itaituba para Jacareacanga, levando uma equipe de técnicas de enfermagem para prestar atendimento a uma aldeia indígena da região. O avião não chegou ao destino. Desde então, desde o dia 18, estão desaparecidos três técnicas de enfermagem, o motorista e o piloto.

Quando ainda estava em voo, uma das passageiras, Rayline Sabrina, chegou a enviar via telefone uma mensagem para o tio. A mensagem dizia o seguinte – aspas –: “O motor do avião está parando! Socorro!” – fecho aspas. E, depois, a mesma passageira escreveu outra mensagem ao tio – aspas –: “Tio, diz para mamãe que a amo muito”.

Essas foram as últimas mensagens mandadas por Rayline. Ou seja, o que se entende é que o bimotor estava na área de acesso à telefonia móvel, porque ela fez essas duas comunicações.

Hoje, recebi uma mensagem no celular, encaminhada pela comunidade de Itaituba, mas assinada pelo Sr. Davi Menezes, Presidente da CDL. Diz o seguinte:

Entidades de Classes de Itaituba, Jacareacanga, com suas respectivas populações, além do Fórum de Entidades Representativas da Sociedade Civil Organizada do Oeste do Pará, perguntam: Onde está a Defesa Nacional? O Ministério da Defesa disponibiliza Força Nacional para o Haiti e ONU, e então indagamos: E nós da Amazônia, como ficamos??? IMPLORAMOS por REFORÇO NAS BUSCAS. Pois a FAB não está tendo êxito nas buscas dos 5 desaparecidos do acidente com o avião bimotor modelo Baron que saiu de Itaituba à Jacareacanga/Pará, no dia 18/03/2014 às 11h45 com piloto e funcionários do DSEI TAPAJÓS (Distrito Sanitário Especial Indígena). Apelamos [diz a nota] ao Ministério da Defesa, através da Aeronáutica, da Marinha e do Exército Brasileiro, bem como às autoridades civis e organizadas, DEPUTADOS ESTADUAIS, FEDERAIS E SENADORES, e a quem mais possa vir a auxiliar na busca pelos passageiros desaparecidos, afinal a AMAZÔNIA INTERESSA A TODO O MUNDO. Precisamos com urgência da DEFESA NACIONAL DO PAÍS, NAS BUSCAS POR AR, TERRA E ÁGUA. POR FAVOR, NOS AJUDEM!!! [diz a nota enviada de Itaituba].

Busquei informação sobre a operação de busca. A FAB me informou que duas aeronaves estão envolvidas nas buscas: um avião e um helicóptero, especializados em busca e salvamento. A operação é feita diariamente, durante quatro a cinco horas pela manhã, e mais quatro a cinco horas à tarde.

As informações que recebi são de que as aeronaves já percorreram toda a área de probabilidade de queda e nada foi encontrado até agora, e, agora, a operação está sendo repetida.

Agora, faço um apelo ao Comando da Aeronáutica, em nome do Senado Federal e em nome das pessoas que estão sofrendo pela falta de notícias, para que mantenha o esforço de busca. Não podemos desistir.

Entendo que a busca em terra exige preparo especial, considerando as dificuldades extremas de locomoção e sobrevivência na Floresta Amazônica. Por isso, apelo ao Exército Brasileiro para que considere o aproveitamento do pessoal especializado do Centro de Instrução de Guerra na Selva, de Manaus, no esforço de busca em terra.

Senador e Presidente Anibal, nada mais do que um ato humanitário a fim de buscar o avião que, como está desaparecido desde o dia 18, deve ter sofrido um acidente fatal para todos os passageiros, mas é preciso que seja encontrado.

Temos o exemplo do avião da Malaysia Airlines que também está desaparecido, há 30 dias, e as buscas não cessaram, continuam sendo feitas por inúmeros países.

Então, peço aqui também por esse bimotor, que se perdeu numa área de selva fechada. Quem conhece a Amazônia, a área de Itaituba e de Jacareacanga, sabe que os aviões sobrevoam a selva totalmente virgem, fechada. Então, é difícil a sua localização. Mas faço o apelo em nome das famílias dos tripulantes desse avião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Fica a nossa solidariedade ao povo paraense e a torcida para que as buscas logrem êxito e possam encontrar esses tripulantes com vida.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Da mesma forma, minha solidariedade, Senador Flexa, às vítimas. Desejamos, como disse o Senador Anibal, que encontrem os passageiros ainda com vida, embora reconheçamos as grandes dificuldades. O apelo de V. Exª também tem o nosso apoio aqui no Senado.

Volto ao tema que passamos a tarde discutindo. Estive atenta a todas as palavras ditas aqui.

O Senador Cristovam, que foi o último a mencionar esse delicado e complexo tema, foi muito feliz ao falar muito desse patrimônio e do que esperamos da Petrobras, não só sua preservação, sua consolidação como empresa de capital aberto, a maior empresa estatal brasileira – de economia mista, mas uma empresa em que o acionista majoritário é a União –, que pode muito.

Senador Cristovam, o que me preocupa, neste momento, é que confiança e que certeza teremos com relação ao que decidimos aqui e que se mostrou uma espécie de panaceia para os problemas da saúde e da educação: os recursos do pré-sal. A Petrobras é a líder desse processo.

Ele vai funcionar? Nós teremos a segurança de que o pré-sal foi um projeto para valer ou também um projeto de *marketing* para exaltar a gestão do Governo?

O Governo tem todo o direito de fazer prevalecer a sua vontade, mas não tem o direito de sufocar a Casa. E nessa situação relacionada, em que os recursos seriam canalizados para a saúde e para a educação, e tanto lutamos para isso, neste momento, para mim há um grande ponto de interrogação.

É uma pena. É um risco adicional, porque quando estabelecemos a questão da credibilidade e da confiança no presente e no futuro, estabelecemos também uma insegurança sobre este mesmo futuro que diz respeito a uma questão crucial, que é a educação, tema de V. Ex^a.

Senador Randolfe Rodrigues, fico muito feliz de ter integrado aquele grupo de sete Senadores independentes, quando, digamos, com a sua competência e com a sua agilidade, no dia 25, depois de uma reunião no gabinete do Senador Pedro Simon, decidimos coletivamente – sete Senadores: V. Ex^a, o Senador Cristovam, o Senador Pedro Taques, o Senador Pedro Simon, o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Rodrigo Rollemberg e eu – escolher um caminho absolutamente neutro, mas um caminho que tem a legalidade, a seriedade e a competência constitucional e institucional, que é o Ministério Público, a Procuradoria Geral da República. E o Procurador Rodrigo Janot, que nos recebeu naquela manhã, foi absolutamente conciso e preciso quando disse que faria um trabalho sério, um trabalho cuidadoso, um trabalho responsável, sem estrépito – uma palavra que simplesmente significa sem holofotes –, sem muita exasperação ou escandalização do episódio. É o que pedimos. E é nesse trabalho que eu, como Senadora, estou confiando agora, pois é o que resta nesse processo todo de tantas dúvidas, de tantas incertezas e de tantos questionamentos.

O que aconteceu aqui, hoje à tarde, foi um embate, e um embate político. E hoje nós recebemos uma Deputada que foi cassada na Venezuela mostrando alguns aspectos de um país que está vivendo uma convulsão. Mas a forma como ela descreveu o relacionamento das minorias dentro do congresso venezuelano me assustou, pois temo que um dia possamos repetir isso, ou seja, a supremacia do Poder Executivo sobre a minoria. É isso que penso.

Há o direito todo. Até costume dizer – e já dizia como jornalista – que o chefe de um Poder, que tem a caneta e o *Diário Oficial* na mão, pode muito, pode quase tudo, só não pode calar e impedir que, nesta Casa, que é política, se trabalhe com responsabilidade.

Eu penso que os sete Senadores que foram ao Procurador têm um enorme senso de cidadania, de compromisso com aqueles eleitores que nos mandaram para esta Casa. E esse compromisso, para todos nós, é inarredável, é intransferível. E nós vamos cumpri-lo até o final.

Tenho também a convicção de que a CPMI, uma CPI mista entre Câmara e Senado, terá o mesmo desfecho do que aconteceu hoje à tarde aqui, Senador Cristovam, Senador Randolfe. Não tenho dúvida sobre isso. Daí a oportunidade da iniciativa de irmos ao Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, confiando muito – eu não diria cegamente –, mas confiando muito na responsabilidade da instituição, que vai corresponder àquilo que nós e a sociedade brasileira esperamos do Ministério Público: independente, capaz, não comprometida, neutro, para examinar as denúncias à luz da razão, à luz da lei, à luz da responsabilidade. Não podemos fugir disso. E, por isso, estou, pelo menos por ter cumprido essa missão, por termos tido a iniciativa de levar a representação que o Senador Randolfe, o Senador Cristovam, Pedro Taques – faço questão de repetir – Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Rodrigo Rollemberg ao Procurador...

Este embate aqui, que a televisão, os nossos eleitores e a sociedade acompanharam vai ser dado lá fora, na rua. O grande argumento de que não podia se fazer porque é um ano de eleições e que vai ter a contaminação eleitoral. Também dissemos isso para o Procurador. Também nós antevíamos isso, esse embate. Também nós antevíamos. E, por isso, esse caminho foi correto, foi adequado.

Agora, não se pode, na democracia, imaginar que não vá se usar, do ponto de vista político, assim como o Governo faz, um debate político de interesses divergentes e alguns poucos convergentes em temas que são tão cruciais para o nosso País.

E esse julgamento do povo está próximo de ser feito. O povo fará a seleção de maneira democrática pelo voto, seja em nossos Estados, seja no País. Então, nós estamos aqui usando a energia que temos, as convicções

que temos, defendendo uma estatal que é, mais do que qualquer coisa, um patrimônio cujo valor é intangível na sua essência e em seu significado para o nosso País.

Então, eu não quero que o dinheiro do pré-sal que nós destinamos à educação seja, de algum modo, comprometido por tudo isso que nós estamos vivendo aqui, meus caros Senadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoridade/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, na última segunda-feira, o Brasil, o povo brasileiro lembrou com tristeza os 50 anos do Golpe Militar. E o que estamos vendo com esse episódio da trajetória do País é, 50 anos depois, a repetição de um novo golpe contra a nossa democracia.

Alguns podem achar um tom exagerado em minha fala e na minha comparação. Mas a ausência da democracia, as ditaduras, elas se caracterizam de várias formas. Elas podem se manifestar através de governos ilegítimos, não constituídos pela soberania do voto, mas as ditaduras também se manifestam em governos que, mesmo tendo a legitimidade do voto, não sabem ouvir, não sabem dialogar, não respeitam as instituições e rasgam a Constituição!

E o que está acontecendo nesse grave episódio com a Petrobras e com o desrespeito às instituições e desconsideração com a nossa Constituição por parte do Governo e da maioria política que o Governo tem nesta Casa é algo de extrema gravidade. A comissão parlamentar de inquérito é um instrumento previsto na Constituição para defesa das minorias, sim, mas um instrumento eficaz de fiscalização, que é um dos principais papéis, uma das maiores atribuições que os parlamentos, pelo mundo inteiro, nos países democráticos, possuem. Além de produzir leis, o nosso papel fundamental, pelo que está escrito em nossa Constituição, é acompanhar e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O País, estarrecido, assiste aos escândalos se sucedendo. A oposição consegue, até mesmo com a colaboração de Parlamentares independentes da Base do Governo, o número de assinaturas necessárias para uma investigação com tema específico, como determina a Constituição.

E o telespectador da TV Senado, o povo brasileiro vai tomar conhecimento de que o que aconteceu hoje, neste Parlamento, neste plenário, foi um duro golpe contra a nossa democracia.

Eu estou assustado. A Deputada venezuelana foi hostilizada por representantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara.

O Governo tem, sim, dentro das regras democráticas, direito de fazer valer a sua maioria, mas não pode golpear a Constituição, nem atentar contra a democracia. E o que foi feito aqui hoje foi um golpe contra a Constituição brasileira.

Por quê? Abriu-se um precedente para que, daqui para a frente, não haja mais comissão parlamentar de inquérito. Tanto eu como o Senador Randolfe, que se encontra aqui no plenário, neste final de sessão – o telespectador às vezes não entende bem como acontece essa dinâmica do Parlamento –, já tendo sido encerrada a Ordem do Dia, estamos aqui para manter vivo – com certeza, esse também é o objetivo do Senador Randolfe – esse tema tão importante para o Brasil e para os brasileiros.

O que se vê é que, daqui para a frente, com o precedente aberto, qualquer Governo, qualquer maioria eventual que se forme acabará com qualquer comissão parlamentar de inquérito. Porque se você abre uma comissão parlamentar de inquérito para apurar tal episódio, a maioria eventual, como aconteceu hoje, vai sobrepondo outros temas, que devem ser investigados também – não estou aqui para defender que se investigue esse ou aquele assunto –, mas de forma separada, com diversas comissões parlamentares de inquérito. Tanto é que o próprio Regimento estabelece o número de CPIs que podem coexistir por Sessão Legislativa.

E o que fez o Governo hoje, com a sua maioria? Um golpe contra a democracia brasileira. O Governo do PT aplicou um golpe contra a nossa democracia, ao usar sua maioria para pegar CPI da Petrobras e vários outros temas que não têm nenhuma relação direta com a CPI original.

E o que vai acontecer na prática? Como bem disse, há algum tempo, o Senador José Agripino na sua fala – nós assistimos a isso, Senador Randolfe na malfadada CPI do Cachoeira –, o Governo usa sua maioria, apresenta os requerimentos e vai votando, paciente e disciplinadamente, requerimento a requerimento, requerimento a requerimento, impedindo a investigação de fato.

Não é possível que a sociedade esteja indiferente a tudo isso, porque não está.

Eu concluo, reforçando aquilo que foi dito pela Senadora Ana Amélia: os que pensam que essa discussão, esse atentado e – repito – esse golpe contra a democracia brasileira praticado hoje ficarão nas paredes do Congresso Nacional se enganam. Temos uma sociedade madura, que possui discernimento e consciência política, porque foi essa sociedade que fez com que o Brasil avançasse. Foi essa mesma sociedade que permitiu, com o seu voto livre e soberano, que, através da vitória do Presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores chegasse ao

poder. Mas essa mesma sociedade não esperava que, 12 anos depois da assunção ao poder no Brasil, o Partido dos Trabalhadores se transformasse no que se transformou, num Partido que, infelizmente, se distanciou de suas lutas históricas; num Partido que se distanciou dos seus compromissos ideológicos e que abraçou, com todos os métodos, sem limites, um projeto de poder do qual não quer largar, mesmo que o preço para manutenção desse projeto de poder seja golpes contra a democracia.

O Congresso não pode abdicar do seu poder de fiscalização. O Governo não pode manobrar ao ponto de sepultar esse instrumento – que tantas transformações já promoveu no Brasil – que são as comissões parlamentares de inquérito. Muitas não deram em nada; outras tantas produziram efeitos reais de transformação na nossa sociedade.

E quem nos escuta, quem nos vê neste instante tem que tomar conhecimento de que o que o Governo fez hoje foi abrir um precedente para que comissão parlamentar de inquérito não exista mais.

Vamos investigar tudo, mas cada um com o seu próprio ambiente, cada um com sua própria comissão e não com essa manobra que foi feita com o Governo, de colocar vários temas díspares, diferentes, não correlatos numa só comissão parlamentar de inquérito para, usando a sua maioria, com sucessivos requerimentos que serão votados... E cobrem, acompanhem; vocês vão ver que é o que vai acontecer. Não sou adivinho, não tenho bola de cristal, mas é rigorosamente o que vai acontecer.

E, na política, não há problema em você ganhar ou perder – e eu concluo para que possamos ouvir o Senador Randolfe –; na política não há problema nenhum em ganhar ou perder. Na democracia, ganha a maioria, perde a minoria, desde que haja respeito.

O que me preocupa, Sr. Presidente, são os métodos que estão sendo utilizados. E se esses métodos prosperarem, nós caminharemos de forma definitiva para um trajeto que não é o desejo da maioria do povo brasileiro, eu tenho absoluta certeza disso.

Ganhar ou perder faz parte do jogo democrático, o que não podemos é nos calar, omitir-nos, ser conivente com este golpe. E a palavra é esta: golpe. Foi praticado um golpe contra a democracia brasileira, um golpe contra a nossa Constituição, uma postura própria de ditadores, que não respeitam a minoria, que desrespeitam as instituições, que não sabem dialogar, que não sabem ouvir, e o futuro do Brasil passa a sofrer uma ameaça muito grande com todo este cenário que estamos vendo neste instante.

Agradeço a tolerância e, sobretudo, a postura democrática de V. Ex^a, que, presidindo a Mesa, não pode fazer, talvez, o embate daquilo que foi dito. E quero deixar claro que não há nenhuma atitude de desrespeito na minha atitude neste instante, apenas a coincidência da sua presença na Presidência.

Agradeço a atenção e o tempo que me foram concedidos. Que o Brasil fique muito atento ao que aconteceu hoje no plenário do Senado Federal e às consequências para o futuro da nossa democracia, que está ameaçada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria utilizar este breve espaço que está sendo, na prática, transformado em comunicações inadiáveis pelos colegas Senadores, para fazer duas rápidas comunicações em relação ao meu Estado. Mas, como não foi possível fazê-lo ainda há pouco em relação à questão de ordem, pela ordem, sobre a comunicação da decisão do Senador Renan Calheiros do destino das comissões parlamentares de inquérito protocolizadas, permita-me, rapidamente, comentar sobre isso.

Eu também, Sr. Presidente, estou preocupado com o destino que estamos dando, no Parlamento, ao instituto da comissão parlamentar de inquérito. E, Senador Cássio, eu quero ser o primeiro a assinar comissões parlamentares de inquérito, como tenho assinado todas aqui. Aliás, quanto à segunda CPI que foi protocolizada aqui pelos representantes do Governo, lamento não ter sido procurado para assiná-la, porque eu assinaria. Talvez eu não tenha sido procurado para assiná-la porque me parece que não é uma CPI, não tem a intenção de objetivar ser CPI. Veja, é uma CPI que procura, primeiro, investigar a Petrobras; depois, investigar o metrô, a Siemens; e, por fim, investigar o Porto de Suape. Ora, parece-me que não se destina a ser, de fato, uma CPI.

Eu gostaria de ter uma CPI de fato. E o ideal, eu gostaria que o Presidente Renan deferisse as duas CPIs, encaminhasse para a Comissão de Constituição e Justiça, para que ela decidisse as duas CPIs. Mas duas CPIs mesmo. Uma CPI para investigar a Petrobras, que o povo brasileiro quer. O que está acontecendo na Petrobras é o preço pago pelo Governo do PT por um governo de coalizão, que o PT paga por ter distribuído e loteado cargos na Petrobras. Não é nem pelo próprio PT, é por ter distribuído e loteado cargos na Petrobras. É o preço da coalizão o que está acontecendo na Petrobras. A outra CPI, o Governo que propusesse, existindo recursos federais. E há recursos federais para o metrô no Brasil, não só em São Paulo; existem recursos federais para o metrô em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em todo local.

Acho de bom-tom investigar. Acho de bom-tom investigar o que existe nos portos, no setor elétrico, em tudo. Fazamos isso em outra CPI. Há Senadores o bastante! Que bom que possamos ter o instituto do art. 58, §3º, que reza a Constituição.

Aliás, o Parlamento existe para isso. São funções precípuas do Parlamento a representação e a fiscalização, e não há melhor definição para a função de fiscalização do Parlamento do que o instituto das comissões parlamentares de inquérito. Mas, se querem fazê-lo, façamos a sério, façamos a investigação específica, pelo que querem investigar. Levar tudo para uma mesma CPI é inviabilizar qualquer investigação; é esculhambar – quero reiterar o que eu já disse aqui, com o perdão da expressão – o instituto da comissão parlamentar de inquérito. E encaminhar para a CCJ não seria, de fato, procurar um parecer, mas, sim, empurrar com a barriga, para postergar a ideia da instalação das comissões parlamentares de inquérito.

Nós teremos um segundo momento para isso. Dia 15 haverá sessão do Congresso Nacional. Parece-me que, até lá, teremos os requerimentos para a instalação de duas comissões parlamentares de inquérito – aí, comissões parlamentares mistas de inquérito.

Pois bem, Sr. Presidente, a sugestão que faço é que não façamos de chicana o instituto da CPI; façamos, se há razões para investigar, investigação a sério; que deixemos instalar, que se possibilite a instalação da comissão parlamentar de inquérito sobre a Petrobras, como direito de minoria; e, se querem, se há acusação, existindo acusação para investigar metrô, porto ou seja o que for, que façamos uma CPI específica para isso. Mas façamos CPI como instituto de investigação, e não façamos troca-troca de investigação. Isso não é algo que contribui com o Parlamento.

O Brasil, quem está nos assistindo, não vai achar de bom-tom essa briga, esse troca-troca de acusações sobre qual é a CPI mais séria. Não é bom para o Brasil, não é bom para este Parlamento o troca-troca de acusações sobre qual é a CPI que se acha mais séria.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria só trazer aqui um assunto que diz respeito ao meu Estado.

Hoje, no sul do Amapá, o Rio Jari, que fica na região sul do meu Estado, atingiu nível crítico, subiu um metro, e a informação que obtive pela manhã é de que 70 casas já estão atingidas pela elevação do nível do rio, e pelo menos 70 famílias, até hoje pela manhã, já estavam desabrigadas.

Da mesma forma, há informações por parte do Coronel Mont'Alverne, Chefe da Defesa Civil do Município de Macapá, de vários pontos de alagamento na capital do meu Estado, a cidade de Macapá. Neste inverno, na cidade de Macapá, capital do meu Estado, somente neste mês de março, o volume de chuvas foi de 700 milímetros.

V. Exª é de um Estado onde os rios da Amazônia começam. Eu sou do um Estado onde os rios da Amazônia deságuam. Só para se ter ideia, o nível de chuva que houve no mês de março na região de Macapá foi o nível de chuva de toda a temporada de chuva aqui de Brasília, só no mês de março, em Macapá. Para se ter ideia, nunca houve a coincidência de elevação do nível do Rio Amazonas e o transbordamento do volume de águas que se teve agora.

Trago essa informação aqui sobre a elevação do nível das águas do Rio Jari, no sul do Amapá, em um metro; o alerta da Defesa Civil no sul do Amapá da continuidade da elevação do nível do Rio Jari; e a informação de que, em Macapá, temos também vários pontos de alagamento.

Ao mesmo tempo, peço apoio do Ministério da Integração Nacional, porque, pelas informações que temos, nas próximas horas, teremos em Macapá e no sul do Estado do Amapá, na região do Jari, e em especial em Macapá, vários outros momentos de coincidência de maré alta no Rio Amazonas e chuvas.

Então, fatalmente, nós precisaremos do apoio do Ministério da Integração Nacional em virtude do alerta dado pela Defesa Civil, tanto em Macapá, quanto no sul do Amapá, região do Jari.

Portanto, deixo o alerta da Defesa Civil do meu Estado. E oxalá, espero... Eu sei o drama. Coincidentemente, estamos agora, na Mesa do Senado, com dois Senadores, um do Estado de Rondônia, outro do Estado do Acre. Eu sei o drama que os meus companheiros do Estado de Rondônia e do Acre, em especial o Acre, têm vivido nesta primeira parte do ano. Espero que a mesma situação não seja vivida no Estado do Amapá.

É em decorrência disso que, neste momento, quero pedir o apoio aqui, através deste microfone do Senado, quero pedir o apoio do Ministério da Integração Nacional para esse alerta dado pela Defesa Civil do meu Estado, referente à região sul do Amapá e à capital do Estado do Amapá, a cidade de Macapá, sobre a situação que tem ocorrido nas últimas horas.

É urgente e fundamental o apoio e o socorro necessários para essa situação e para os pontos de alagamento que tem havido na cidade de Macapá, como também para o início de enchente que tem ocorrido nas cidades de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no sul do Amapá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe.

A preocupação que V. Exª traz realmente é muito pertinente, porque vivemos um drama no Estado do Acre, em função da enchente do Rio Madeira, que deixou o Acre completamente isolado. E tem sido uma operação de guerra fazer o sistema de abastecimento do Estado do Acre. Isso depois da própria alagação em Rio Branco, que aconteceu também antes de se verificar essa alagação extrema do Rio Madeira, que teve o maior nível das águas na sua história. Então, isso é algo extremamente preocupante. E V. Exª tem toda a razão no sentido de já alertar as autoridades para esse problema.

E gostaria também de informar, Senador Randolfe, aproveitando a sua presença, a presença do Senador Paim e do Senador Cassol aqui em plenário, que hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, nós conseguimos finalmente aprovar a PEC 61, que estabelece um benefício a mais para os soldados da borracha, um prêmio de R\$25 mil, fruto de um acordo realizado na Câmara dos Deputados, que teve como primeiro signatário o nosso companheiro Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo naquela Casa.

Essa PEC veio para o Senado, mas havia um ponto de discordância, porque, ao mesmo tempo em que ela apresentava uma indenização de R\$25 mil para os soldados da borracha, tirava o vínculo com o salário mínimo, previsto no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição.

Então, a gente fez todo um embate na Comissão de Constituição e Justiça. Eu estava como Relator dessa matéria e conseguimos, finalmente, um acordo no sentido de que fosse suprimido o artigo que alterava o art. 54 do Ato das Disposições Transitórias, de tal maneira que os soldados da borracha continuarão recebendo exatamente da mesma forma como recebiam, os dois salários mínimos, e mantendo o reajuste automático, de acordo com o reajuste do salário mínimo.

Dessa maneira, nós vamos conseguir votar agora em plenário. E vamos pedir duas coisas: o calendário especial, para que a gente possa votá-la rapidamente, aqui em plenário do Senado Federal; e também, por se tratar de uma matéria que já tem a concordância da Câmara e do Senado – o abono de R\$25 mil para os soldados da borracha –, que a matéria não volte mais para a Câmara; que a gente possa votá-la aqui no plenário do Senado e ter a promulgação pelo Congresso o mais depressa possível, para que a gente faça justiça a esses heróis nacionais que deram uma grande contribuição para o Brasil, durante a 2ª Guerra Mundial. Enquanto os pracinhas foram para as frentes de combate, eles foram para a Amazônia cortar seringa e produzir borracha para garantir a vitória das Forças Aliadas.

Então, esses heróis nacionais, que já são reconhecidos, que já fazem parte do Panteão dos Heróis Nacionais, agora também terão um benefício extra, que é esse abono concedido a partir desse acordo na Câmara dos Deputados, com a equipe do Governo, com a concordância da nossa Presidenta Dilma. E agora nós tivemos um melhoramento dessa matéria aqui no Senado, na medida em que a gente não vai permitir a desvinculação do salário mínimo. Vai ser mantido o que estabelece o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que é exatamente o benefício vitalício, a pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos, seja o salário mínimo com a melhor política de valorização que tiver, e que nós esperamos que seja sempre mantida, já que foi iniciada pelo Presidente Lula e se mantém agora com a nossa Presidenta Dilma.

Então, fica essa informação, que é de muita importância para todos os soldados da borracha que estão lá em Rondônia, estão no Acre, estão no Amazonas e em outros Estados amazônicos, no sentido de que a gente teve essa aprovação hoje, na Comissão de Constituição e Justiça.

E agora, seguindo a lista de oradores, com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Senador Magno Malta. Dei sorte, porque tenho o prazer e o privilégio de contar com a presença do nosso pré-candidato à Presidência do Brasil, que está assumindo o compromisso com o povo brasileiro de trazer segurança para a população.

Senador Magno Malta, desejo-lhe sucesso nessa empreitada, nessa caminhada, depois de tantos tiros que houve aqui, nesta Casa, para tudo quanto é lado. Hoje nós estamos vendo CPI para um lado, CPI para outro. É até bom, ótimo.

Assim, Sr. Presidente, já se faz uma faxina, um limpa. O que está estragado, doente, corta-se. Ao mesmo tempo, demos condições para aquilo que está dando certo continuar, e aquilo que não está certo simplesmente recuperar.

Então, é com imensa alegria...

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES) – Concede-me um aparte? Eu agradeço a V. Exª e à sua filha pela referência que fez a mim – sua filha, muito gentil, é Presidente do nosso Partido no seu Estado. Lá eu estive. Fiquei muito impressionado porque, num domingo, a Assembleia Legislativa estava cheia para me ouvir falar de redução da maioridade penal. Fui lá num dia não muito feliz, porque havia muita água caindo. Vi o desespero das pessoas e a angústia de quem deveria ser indenizado pelas usinas e nunca foi. Vi a angús-

tia dessas pessoas buscando indenizações, o sofrimento das ruas. Fui a alguns abrigos. Ouvi os partidários de V. Ex^a, as lideranças comandadas, que morrem de saudades de V. Ex^a e que sonham com a sua volta. Aqueles que não gostam podem falar o que quiserem, mas há quem tenha reconhecimento pelo que V. Ex^a fez e pelo que V. Ex^a significou como governador. Qualquer cidadão que andar pelas ruas de Rondônia vai entender as razões desse reconhecimento que V. Ex^a tem. O meu partido, sob o comando da sua filha, entende esse clamor da população. Estavam lá para me ouvirem falar sobre a redução da maioridade penal, uma proposta inclusiva, cristã, verdadeira, que não permite que eles morram em tenra idade, que não os leva à penitenciária. Muito ao contrário; devolve um atleta à sociedade nesse processo que tenho apresentado. Por isso, quero fazer uma referência ao seu Estado, aos seus partidários e à população mais simples. Visitei alguns abrigos, e, quando disse que era Senador, aquela população simples, pobre, desabrigada, fazia a citação do nome de V. Ex^a. Os desabrigados precisam receber as suas indenizações, e não as receberam, pagando um preço alto pelas usinas que lá foram feitas. Não estou dizendo que não há necessidade de termos usinas, pois um país feito o nosso não se desenvolve sem energia. Mas que tivessem cumprido o seu papel com eles. As pessoas estão ali angustiadas. E sei que foi um clamor dos Senadores contra essa debilidade – não digo nem deficiência – que praticaram contra a sociedade de Rondônia. Por isso, fico muito feliz de fazer essa referência neste momento. V. Ex^a, quando chegou à Casa, veio fazendo coro com um discurso, fazendo propostas e projetos de lei que estão engavetados aí e que tratavam da questão da pedofilia no Brasil. Só lembrando. Espero que V. Ex^a tenha visto, também, no domingo o *Fantástico*, que mostrou a rede de pedofilia do Amazonas. Que coisa feia para aquele Deputado; que vergonha. Eu já conhecia essa pilantragem porque investiguei aquilo lá: o Cônsul da Holanda, uma rede de abuso, de violência. Os indivíduos são chamados de autoridades. Exemplo todo mundo tem de dar, mas quero parabenizar a Rede Globo por aquela reportagem. E tem mais chumbo grosso para vir sobre aquela região lá. Senador Ivo, faço referência a isso porque os primeiros discursos que ouvi de V. Ex^a nesta Casa foram sobre esse assunto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP-RO) – Com certeza. Obrigado pelo aparte.

A minha filha, Karine, a minha caçula, hoje comanda o PR, o seu partido, nosso aliado no Estado de Rondônia. Ela está à frente do partido lá e dá total apoio, tanto ela como o Deputado Luiz Cláudio, justamente na busca de construir dias melhores, especialmente, nestes momentos tão difíceis.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para ressaltar que tivemos, hoje, uma reunião com o nosso Secretário-Executivo, Dr. Ricardo, se não me engano com o nome, do Ministério da Indústria e Comércio, quando discutimos também a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim. Eu dizia, especificamente, que aquela era uma reivindicação que me fez o Gerson, Presidente da Facer, a Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia, juntamente com o Marcelo, Presidente da Associação Comercial de Nova Mamoré, que solicitam e reivindicam, com o apoio da nossa Bancada Federal, comandada por Nilton Capixaba – e estavam lá presentes o Deputado Carlos Magno, que marcou a audiência, bem como o Senador Raupp e os demais membros da bancada –, a aplicação, como se fez no Estado do Acre, para o Município de Nova Mamoré dos incentivos da Zona Franca – ainda que um meio termo, mas que seja contemplado.

Além disso, tratamos do fato de que a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim está vencendo, já em 2016, e do trabalho que estamos fazendo para poder ampliar a fim de que também ali se possa ter esse benefício, tal como outras regiões de outras cidades que contam com esse benefício. E, embora ali, infelizmente, também esteja vencendo o prazo, até hoje só têm se preocupado com a nossa Capital do Amazonas, Manaus, isto é, com a Zona Franca de Manaus.

Quero deixar bem claro, aqui, que apoio mais 50 anos para a Zona Franca de Manaus, desde que a Zona Franca de Guajará-Mirim, do nosso Estado de Rondônia, também seja contemplada; caso contrário, voto contra a PEC, mesmo sendo da base do Governo Federal, uma vez que espero tratamento igualitário para que possamos desenvolver um trabalho diferenciado, que, hoje, infelizmente, não podemos.

Quero cumprimentar todos os Presidentes de associações comerciais do Estado de Rondônia, que estiveram presentes nessa audiência pública hoje à tarde, reivindicando esses benefícios para Guajará-Mirim. E reitero que não é justo, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Nós temos, em Pimenta Bueno, uma fábrica de bicicletas; temos, no Piauí, o Presidente do nosso partido lá, o Ciro Nogueira, que também parece ter, lá na região, uma fábrica de bicicletas. Há, no Ceará, outra fábrica de bicicletas. E, aí, como se cobra o IPI, como se cobra o imposto, se essas indústrias não tiverem, pelo menos, uma equiparação na composição de custo, vão perder mercado para essa outra região, igual à Zona Franca.

Portanto, como disse, não sou nada contra, desde que a nossa região do Estado de Rondônia também seja contemplada.

Estive também, na semana passada, juntamente com o Deputado Federal Carlos Magno, o Deputado Estadual Luís Cláudio, do PR, partido do nosso Senador Magno Malta – Deputado que, aliás, recebeu S. Ex^a

lá no Estado de Rondônia, em Porto Velho –, quando fui recebido tanto pelo Noronha, que faz parte da Federação da Indústria e do Comércio de Rondônia, que também esteve presente, bem como o Presidente da Câmara Municipal, Lindomar Carlos, lá de Nova Mamoré, o Prefeito Dúlcio, de Guajará-Mirim, para acompanhar, *in loco*, as necessidades e o clamor da população afetada por essas enchentes que estão acontecendo.

A situação está crítica. O trabalho inicial é obrigação da prefeitura, é obrigação do Estado, é obrigação do governo, ou seja, dar apoio, não só de água potável, mas também de alimentação e alojamento para que eles possam ficar melhor instalados, provisoriamente, até que as águas baixem.

Mas o prejuízo maior ainda virá. O prejuízo já está causado. Quando as águas baixarem, terão de ser refeitas várias construções. O prejuízo é muito grande, e nós precisamos, aí sim, que o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, da Secretaria de Defesa, atue imediatamente na liberação de recursos.

Estive também com o Prefeito Laerte, de Nova Mamoré, no seu gabinete, juntamente com os seus secretários. Eu fui lá, naquele momento, não para tirar proveito político, porque muitos, às vezes, aproveitam a desgraça alheia, num momento de sofrimento, de dificuldade, e vão lá só para tirar fotos. Eu fiz o contrário. Eu fui lá, levei a legislação, levei o que era preciso para cada prefeito e seus secretários comecem a trabalhar, tão logo as águas baixem, na reivindicação de que tudo aquilo que foi destruído seja reconstruído.

Deixei bem claro para o Prefeito, tanto de Cacoal, onde estive na última segunda-feira, como para o Padre Franco, Prefeito de Pimenta Bueno, Município que também está sendo atingido, orientando, tanto a prefeitura de Cacoal, com a Dr^a Ivone, que é a Chefe de Gabinete, a secretária, como também o Prefeito Dúlcio, o Prefeito Laerte e todo o secretariado, para que aproveitem essa oportunidade e façam o levantamento, apurando o que aconteceu em Surpresa, distrito de Guajará-Mirim, onde uma escola municipal foi totalmente tomada pela água. Trata-se de uma obra de muitos anos e que foi praticamente roda deteriorada; tem de fazer uma escola nova.

Reafirmo que, para isso, há recursos; são recursos que já estão alocados e à disposição para atender a esses casos de Rondônia, como nos casos dos demais Estados. Porém, para isso, ressalto que os prefeitos precisam trabalhar em cima de projetos, em cima da reivindicação daquilo que tem de ser reconstruído. São pontes que caíram, são bueiros que rodaram etc. Tudo isso pode ser alocado junto.

Em Guajará-Mirim, é exemplo a estrada que dá acesso ao aeroporto, porque por estrada não se tem acesso pela BR-425, uma rodovia federal que está alagada; e, mesmo indo para o aeroporto, há que se passar por um desvio, porque também estava alagado. Então, tem de fazer outra ponte.

Portanto, há recursos para isso. É dinheiro disponível que está aqui não por emenda de parlamentares, mas recursos disponíveis para atender a essa demanda nos casos de calamidade pública, nos casos de tragédia, enfim, em casos como o da enchente do Rio Madeira, que atinge os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e até Amapá, como vi agora há pouco.

Portanto, esse trabalho nós fizemos junto com o Paulo Varejão, que me acompanhou, meu secretário regional. O tempo que o secretário regional trabalhava, fazia, correspondia, naquela região... Foi junto também o ex-deputado estadual, ex-secretário de saúde do meu governo e amigo particular, Miguel Sena, que também esteve presente nesses municípios, onde, *in loco*, nos acompanhamos a situação. Andamos pelas avenidas principais, mas não de carro, de barco a motor, porque estava tudo alagado. Até o Museu da Estrada de Ferro estava alagado. São situações que ainda vão complicar muito.

Queria também aqui repercutir uma reivindicação, um pedido dos Presidentes das associações comerciais, tanto de Nova Mamoré como de Guajará-Mirim, o Sr. Marcelo e o Sr. Deoni Cavalcante, que solicitam que o Basa, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica liberem recursos para capital de giro, de modo a atender essas demandas reprimidas, uma vez que a maioria dos comerciantes, hoje, se encontra com enormes prejuízos e precisam se recuperar para continuar produzindo e trabalhando. Portanto, que se crie uma linha de crédito emergencial, com juros subsidiados e com prazo de pagamento no longo prazo. Com isso, nós vamos conseguir atender a essa demanda, pois, hoje, infelizmente, essa situação de calamidade tem causado um prejuízo muito grande para a população de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e demais Municípios do Estado de Rondônia, como Cacoal. Mas a situação de Guajará-Mirim é pior ainda.

Mas, ao mesmo tempo, tenho aqui em minhas mãos o Ofício nº 45, de 2 de abril, encaminhado hoje pelo nosso amigo, ex-Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia – nós fizemos um projeto e um trabalho extraordinário em prol da agricultura do nosso Estado, o que hoje não acontece mais –, Deputado Estadual Luiz Cláudio, do PR, um pré-candidato nosso a Deputado Federal, quando fez uma reivindicação para que o Banco da Amazônia crie, facilite e, ao mesmo tempo, conceda uma anistia para os produtores ribeirinhos do Baixo-Madeira e do Rio Madeira para cima também.

Por que isso? Essas são regiões, Sr. Presidente, onde, quando a água baixa, mesmo no período da chuva, é plantado feijão de corda, bem como todas as culturas usuais na nossa agricultura – mandioca, batata doce, milho, feijão, arroz. Contudo, infelizmente, hoje, além de esses produtores deverem aos bancos, a sua produ-

ção foi para a cucuia. A produção dos nossos agricultores a água levou; e o que não levou, infelizmente, está afogado, causando um prejuízo inimaginável.

Portanto, com essa liberação de recursos, com o acompanhamento da Emater, nós vamos conseguir, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, atender e liberar mais recursos, a fim de que essas pessoas sejam atendidas, como é o caso, hoje, de São Carlos, que está debaixo d'água, como em parte de Calama, em Santa Catarina e em tantos outros lugares e distritos que passam por essa situação e que precisam ser contemplados com essa reivindicação.

Portanto, nós precisamos urgentemente que o Basa, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica liberem esses recursos, por intermédio do Governo Federal. Precisamos trabalhar aqui uma anistia para esses pequenos produtores, os comerciantes e os empresários, liberando recursos com juros subsidiados, com um tempo de amortização mais alongado, para que eles possam pagar e também atender a essa demanda reprimida que têm, uma vez que o prejuízo causado pelas enchentes do Rio Madeira e seus afluentes foi muito grande, como se pode ver em Pimenta Bueno e Cacoal. Eu estive em Cacoal esta semana e constatei que a situação também ali é crítica.

Eu estive ontem com o nosso Ministro e já o coloquei a par da situação em relação à cidade de Cacoal, de Guajará-Mirim, de Nova Mamoré, para liberar mais casas, casas populares para a baixa renda, para atender a essas pessoas que estão em local de risco, para que possam ser construídas essas casas e, com isso, fazer, nesses locais de alagamento um parque, um parque ecológico, criar uma estrutura nova, para que, assim, no futuro, não tenhamos o incômodo das dores de cabeça, como tem acontecido.

Além disso tudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre tive muita preocupação, e continuo tendo, com a liberação dos recursos em nosso Estado. Tenho trabalhado, diuturnamente, junto com os demais colegas, para liberar recursos. A exemplo disso, quero, aqui, colocar a cidade de Rolim de Moura.

A cidade de Rolim de Moura me acolheu, em 1996; a partir de 1997, como Prefeito da cidade. A população de Rolim de Moura, além de ter me colocado como Prefeito no primeiro mandato, me reelegeu para um segundo mandato. Depois, em 2002, quando renunciei ao mandato de prefeito para concorrer a uma cadeira de Governador do Estado de Rondônia, concorri ao Governo do Estado de Rondônia e, mais uma vez, fui abençoado não só pela população de Rolim de Moura, mas pela população do Estado de Rondônia.

Então, é minha obrigação, Sr. Presidente, é minha obrigação, Sr^{as} e Srs. Senadores, colocar recursos, especialmente para todos os Municípios, mas também eu não posso deixar de lado a minha casa, e a Prefeitura de Rolim de Moura teve vários convênios. Teve um convênio, a construção de um centro odontológico, no valor de R\$255 mil – o valor que nós liberamos aqui foi R\$250 mil – pavimentação asfáltica e construção de ponte, mais R\$880 mil para atender à cidade de Rolim de Moura.

Mas por que estou falando isso? É porque, de repente, no meio do caminho, nós temos pessoas maldosas, que acabam, às vezes, dizendo: "O Senador Ivo Cassol não levou recursos para a sua cidade, onde foi Prefeito por dois mandatos."

Portanto, levei para lá pavimentação asfáltica, mais R\$880 mil; aquisição de máquina. É a patrula nova que está trabalhando no Município; é a retroescavadeira nova que está trabalhando no Município; é a roçadeira hidráulica que está dentro do Município; é um caminhão que está dentro do Município; é o carro de passeio, o carro utilitário que está dentro do Município.

Esses são os recursos que eu liberei para que a Prefeitura pudesse adquirir esses equipamentos, mais R\$1,1 milhão, como também liberei recursos, R\$2 milhões, para a cidade de Cerejeira comprar maquinário, equipamentos, patrulas, carregadeiras, PCs e tantas outras máquinas; como também liberei recursos para comprar uma patrula lá no Vale do Paraíso; como também liberei recursos para comprar caminhões em outros Municípios.

Não foi diferente também com a reforma hidráulica e elétrica da Unidade Mista do nosso Município.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Liberamos R\$1,85 milhão, no final do ano, para que possa ser executada a melhoria, a recuperação do nosso hospital de base, nosso hospital municipal de Rolim de Moura.

Além disso tudo, também liberamos, no começo do ano passado, mais R\$2,471 milhões para a infraestrutura urbana: pavimentação asfáltica, galerias e tantas outras obras.

Além disso, também colocamos, no final do ano passado, um recurso extra de R\$3.954.600. Na verdade, eram R\$4 milhões, mas, muitas vezes, na Prefeitura, há algum engenheiro ou alguns assessores que não analisam direito e perderam quase R\$50 mil.

Houve emenda de bancada? Houve emenda de bancada, sim, mas todo mundo sabe que eu nunca falei que emenda de bancada era dinheiro para o Município. Eu sempre dizia que o Governo Federal nunca teve interesse em liberar emenda de bancada em lugar nenhum. Eles enrolam os Parlamentares e acabam não liberando.

Conseguimos recursos para a reconstrução de pontes e bueiros, no valor de R\$3,4 milhões, dos quais já foram liberados R\$1,3 milhão. Foram conseguidos em parceria com o Senador Raupp, com a Deputada Marinha, com o Deputado Carlos Magno para o nosso Município de Rolim de Moura. Deveriam ser R\$8 milhões, que viraram R\$3,4 milhões, porque as obras de reconstrução, na verdade, só seriam essas.

Quando fui Governador do Estado de Rondônia, fiz projeto de saneamento básico para a cidade de Porto Velho, quando foram liberados mais de R\$500 milhões. A obra está parada hoje. Não concluíram nem o projeto executivo. Água tratada já está autorizada, já foi aprovada – o Tribunal de Contas sancionou –, e nem assim o Governo do Estado consegue concluir. São mais de R\$100 milhões, e eu tinha deixado mais de 50% pronto.

Ao mesmo tempo, recursos também foram para a cidade de Vilhena, para saneamento básico e para obras de drenagem profunda. Também foram para a cidade de Ji-Paraná e para a cidade de Ariquemes. Também foi liberado recurso para a cidade de Jaru – se não me engano, o valor foi R\$55 milhões. E não foi diferente o meu trabalho como Governador com a cidade de Rolim de Moura, de R\$36,1 milhões. Foram R\$36,1 milhões.

Quando Governador, fizemos o projeto e, agora, como Senador, nós, da Bancada da Zona da Mata, trabalhamos diuturnamente para liberar esses recursos. Essas obras já foram contratadas e estão sendo executadas com os recursos que nós trabalhamos em conjunto aqui em Brasília.

Esses recursos, tanto da parte do saneamento, R\$36 milhões, e os R\$3,4 milhões, conseguimos em parceria com o Senador Raupp e com a Deputada Marinha, juntamente com o Deputado Carlos Magno. Faço tudo em parceria com ele. Ao mesmo tempo, mais R\$10,505 milhões foram liberados por este Parlamentar, Senador Ivo Cassol, para Rolim de Moura, para fazer as obras essenciais, as obras necessárias.

Nós, Senadores e Deputados Federais, não temos a caneta na mão nem poder para fazer as obras, nem para contratá-las, nem para executá-las e nem para licitá-las. Só temos condições, sim, com a caneta na mão, Sr. Presidente, de fazer a emenda individual ou a emenda de bancada para colocar à disposição dos Municípios. E, aí, sim, o trabalho é uma obrigação dos prefeitos.

Ainda há prefeitos que muitas vezes, Sr. Presidente, acabam perdendo os recursos. Nós temos que ligar para os Municípios e falar com os prefeitos para eles tirarem o pé do chão e colocarem a coisa para andar. Se não, acabam perdendo os recursos, e é ruim para todo mundo. Fiz várias ligações e, graças a Deus, os recursos, a maioria deles, foram liberados, as obras estão acontecendo, e quem ganha com isso é a população.

Não foi diferente com o Município de Santa Luzia, onde coloquei recursos para pavimentação asfáltica da avenida do Riacho Doce, que vai lá para o balneário, recurso, na época, não me recordo se foi de R\$1,300 milhão;

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – recurso também para a pavimentação asfáltica da rua ao lado da delegacia; mais recursos para fazer galerias na zona rural; mais recursos para fazer galerias na cidade.

Na cidade de Alta Floresta não foi diferente. Coloquei recursos lá também, Sr. Presidente, para que se pudesse fazer a pavimentação em bloquete nas avenidas da cidade. Mais R\$1,3 milhão, se não estou enganado, para cascalhamento nas estradas vicinais. Assim também foi no Município de Alto Alegre, mais R\$600 mil. Município de Ministro Andreazza, Município de Vilhena também assim. No Município de Colorado também não foi diferente, Sr. Presidente. Colocamos lá mais de R\$2,5 milhões de recursos à disposição para atender especialmente às obras que estão sendo feitas dentro da cidade de Colorado, que são galerias de concreto armado. O custo maior para fazer o asfalto não é a parte alta da cidade. É aquela parte baixa, que tem alagamento, que tem banhado e que tem um córrego. Além de você botar a galeria, fazer a drenagem, você ainda precisa fazer o aterro, tirar o solo mole e colocar aterro bom para poder fazer a pavimentação.

Estou fazendo essa parceria com o nosso companheiro Enedino; Airton, de Cerejeiras; José Rover, de Vilhena, enfim, com todos os prefeitos dos 52 Municípios do Estado de Rondônia.

“Ivo, você poderia ter feito mais.” Eu também queria ter feito mais. Trabalhei para isso. Mas, graças a Deus!

Parabéns para a Presidente Dilma, Senador Paim, que botou para andar a Ministra de Relações Institucionais, responsável pela Casa Civil, acompanhada do assessor, Claudinei. Esse é um picareta, Ministro adjunto!

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Estou aqui falando para ele. Enrolou a gente, enganou a gente. Vem com conversa fiada, e a gente faz compromisso com os prefeitos, depois eles não priorizam, Sr. Presidente.

Então, que seja macho, que seja homem! Eu falava isso já para o novo Ministro que assumiu a Casa Civil, o Mercadante. Esse tratamento com a Bancada Federal é fundamental. Nós não estamos indo lá encher o saco, perturbar, como tem alguns que fazem. Ao contrário, nós ajudamos o Governo Federal. Nós somos da Base, mas nós não podemos ser tratados como se não fôssemos ninguém. Nós não podemos ser tratados, Sr.

Presidente, como se simplesmente nós, aqui, estivéssemos atrapalhando a administração, a gestão – mais dois minutinhos para terminar aqui, Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir.

Estou aqui desabafando neste momento porque há prefeitos que, muitas vezes, saem daqui e voltam lá para o Município dizendo: “O Senador botou aqui um caminhão, e agora não saiu.” Não saiu porque esse pica-reta do Claudinei – estou dando o nome – e os outros que estão com ele trabalhando...

Eu fui lá esses dias, Sr. Presidente, para poder falar com ele, para ele me dar explicação, mas nem sequer deu bola, nem sequer conversou. Mas também não tenho que estar perdendo tempo com uma pessoa que simplesmente já tinha que ter voltado para o Estado de origem.

Isso deixa a gente, infelizmente, triste, porque na verdade essas pessoas deveriam estar ajudando a Presidente Dilma, deveriam estar colaborando com a Presidente Dilma, porque ela tem trabalhado diuturnamente para compensar os estragos que esses incompetentes fazem.

Mas já foi um alívio quando trocou a Ministra que não deu no couro, que não deu conta. Mas também vai levar o marido lá para não sei onde, nos Estados Unidos, que entende de música, para olhar avião, caramba!

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Aí não tem jeito. Isso é subestimar, é brincar conosco aqui no Senado Federal!

Pega o marido, que é tocador de flauta no Exército... Não tenho nada contra o pessoal do Exército. Defendo o pessoal do Exército. Mas que levasse alguém que entendesse de aviões de caça, e não alguém que entende de tambor, para tocar no dia 7 de setembro!

Portanto, desculpem-me o desabafo, mas é verdade.

Sr. Presidente, eu me coloco à disposição.

Vou mais uma vez afirmar a minha luta. Sou um Senador do Brasil, mas da minha luta eu não abro mão, para continuar defendendo o povo da minha terra, o povo do meu Estado.

Obrigado, de coração.

Que as pessoas continuem orando para que Deus continue me abençoando, me iluminando e dando saúde e paz. Do resto nós corremos atrás.

Que Deus abençoe todo mundo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Ivo Cassol, eu o convido para presidir os trabalhos, para que eu possa fazer um rápido registro.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Agora, com a palavra o nosso Senador daquele Estado rico e forte, o Rio Grande do Sul.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Cassol, recebi uma notícia há pouco e não poderia deixar de registrá-la, porque os companheiros do Aerus estão numa expectativa muito grande.

Fomos visitados, no Salão Verde, onde ainda estarei hoje acompanhando a comitiva que lidera esse movimento do Aerus, a Graziella Baggio e outros, pelo Deputado Rubens Bueno, que teve uma reunião com o Presidente da Câmara, Deputado Henrique Alves. Ontem tive uma reunião com o Advogado-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Adams, e ele me disse que o acordo era possível, mas dependia de uma decisão política.

Pois bem, o Deputado Rubens Bueno, que é um lutador por essa causa, e também o Presidente da Câmara, o Deputado Henrique Alves – o Presidente do Senado, Renan Calheiros, também tem ajudado – nos informaram, há pouco tempo, que tiveram contato com o Ministro Aloysio Mercadante e que já foi dado sinal verde ao Advogado-Geral da União, Luís Adams, para que apresente uma proposta para o Aerus, buscando esse acordo. Isso poderá acontecer já amanhã.

Uma notícia boa para os companheiros e companheiras do Aerus de todo o Brasil. Eu sei que 953 já faleceram, mas outros mais de 10 mil estão nessa expectativa.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um registro rápido, de que amanhã, em Porto Alegre, farei uma palestra, em uma sessão de homenagem aos 100 anos de Abdias, sobre a questão do racismo institucional. Eu

abro a palestra e, depois, o evento vai contar com a participação do Ministério da Educação, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Rio Grande, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia e outras entidades do movimento sindical e social. Estarei lá, amanhã, abrindo esse ciclo de debates, como simbologia aos 100 anos de Abdias à luz do Estatuto da Igualdade Racial, projeto de nossa autoria.

Sr. Presidente, eu não vou fazer o outro pronunciamento, quero só registrar a alegria que tive hoje, de receber, aqui no Senado, o prefeito da cidade de Xangri-Lá, no litoral gaúcho, Cilon Rodrigues da Silveira, que estava acompanhado de vereadores. Ele veio nos entregar uma placa dizendo que a Câmara de Vereadores homenageou, naquela cidade, a mim e ao Senador Pedro Simon.

Ele trouxe cópia da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1.604, de 1º de julho de 2013. Essa lei teve origem no Projeto nº 20, de autoria dos Vereadores Sérgio Tadeu dos Santos, Lonir Alves e Luís Antônio, e determina que a atual alameda, localizada entre as Avenidas Esmeralda, Coral e Diamante, no Balneário de Rainha do Mar, onde eu tenho uma residência na praia, passará a ser chamada de Passarela dos Senadores.

Fizeram questão, ao nos entregar a placa, de dar o nome de Passarela dos Senadores, em uma homenagem a este Senador que vos fala, Senador Paulo Paim e ao Senador Pedro Simon.

Muito obrigado a todos. Agradeço aqui, também em nome do Senador Pedro Simon. O Balneário de Rainha do Mar, em Xangri-Lá, é um belíssimo espaço de lazer, onde grande parte da população, não só do litoral, mas de Porto Alegre, desfruta daquele espaço na praia.

Por fim, Sr. Presidente – já foi falado aqui –, quero também demonstrar toda minha solidariedade e apoio total à PEC hoje aprovada, aqui na Casa, dos soldados da borracha. A situação dos soldados da borracha não é fácil, todos sabem disso.

Há poucos dias, Sr. Presidente, recebi uma carta elaborada pelo Sindicato dos Soldados, que inicia dizendo que estão revoltados. É essa a expressão que pode ser usada para demonstrar toda a indignação pela não votação da PEC. Felizmente – a carta não vou ler toda; está aqui a carta –, agora já podemos festejar. O Senador Wellington Dias colaborou, os Senadores do Acre estiveram todos trabalhando nesse sentido também, o Senador Jorge Viana e o Senador Anibal, para essa realidade dos soldados da borracha.

Eu só faço este registro porque eles estiveram me visitando, e um senhor de 95 anos foi quem me entregou a carta. É uma belíssima carta, que não vou ler.

Hoje podemos festejar. Foi uma vitória. O Senador Anibal fez uma bela exposição aqui, há pouco tempo, sobre o que significou a ida deles para a floresta, para retirar o correspondente ao que seria, no futuro, a borracha para o enfrentamento, na linha de combate, dos nossos pracinhas.

Então, deixo aqui este registro da carta que recebi do Sr. Belizário Costa, natural do Maranhão, nascido em 1919. Ele diz:

Em 1940, cheguei em Belém do Pará, vindo do estado do Maranhão. Comecei a trabalhar [...], ganhando 3 mil [...] [reais] por dia [na época, naturalmente].

De repente, aparece um camarada contratando pessoas pra levar pra mata e me disse: “rapaz, [lá você vai] [...] enricar?”

Eu tenho um decreto do Presidente Getúlio Vargas, chamando homens para cortar seringa, vão ganhar 7 mil [...] [reais na época].

Você pega o navio Loba Dalmada que sai de Belém, chegando lá você terá comida e remédio [e salário]. Quando chegamos na mata a conversa foi outra. Pediu que o mateiro fosse nos mostrar a colocação, e nada do prometido [...] [só tinha lá um barraco velho].

Depois fui no barracão pegar comida: 2kg de farinha, 2 latas de banha, 4kg de sal, 2 panelas, 2 pratos, 1 facão, 1 balde, 1 poronga, uma lamparina, uma bacia para colher leite, 1 caneco, uma faca pra cortar seringa, 1 rifle com 50 balas.

Quando terminou ele disse: olha arigó, se você não pagar esse rancho [...] você vai comer, [mas] você nunca mais sai daqui.

Assim como eu, 55 mil homens passaram por isso...

E pede a todos que apoiem, então, essa proposta, que, felizmente, hoje nós aprovamos.

E termina dizendo, a última frase: “Pensem, coloquem a mão na consciência, e investidos do poder que cada um de vocês tem, atendam ao pedido dessa classe que tanto produziu para a Nação”.

Enfim, aqui eu cumprimento todos os membros da CCJ pela aprovação da proposta dos soldados da borracha. Essa é uma etapa vencida e eles merecem.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Permita-me um aparte, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington, o meu pronunciamento está concluído. Agora, é com alegria que eu recebo o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Serei bem breve. Eu acho que foi importante a leitura que V. Ex^a fez do depoimento desse maranhense soldado da borracha. Aliás, Ivo Cassol é um soldado da borracha também, que se deslocou para aquela região há bastante tempo. Recentemente, estive no Acre. Certa vez, um pouco antes, o Senador Anibal me pediu – eu era Líder do PT, Líder do Bloco – que recebesse um grupo de líderes desse movimento. As pessoas choravam, e era algo que mexia muito conosco. Eu vejo, nesse depoimento... V. Ex^a falou quantos anos, 95?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Noventa e cinco anos.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, eram pessoas com 85, 90 anos, e perguntavam: “Será que nós temos que morrer para, depois que morrermos, vocês tomarem essa decisão?”. Era uma situação constrangedora. Essa aprovação hoje foi importante. Destaco o trabalho de todos os líderes da causa e lembro a luta do Senador Anibal, que é da nossa Bancada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi o relator da PEC.

O Sr. Wellington Dias (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Foi o relator. E o Senador Jorge Viana também abraçou a causa. Estive no Acre agora, nesse momento difícil da enchente, mas também vi ali um conjunto de ações importantes do Governo Tião Viana, com todo esforço, de um lado, para enfrentar o momento da enchente e, de outro, com projetos espetaculares, algo que para todos nós do Brasil pode parecer estranha: o Acre vai encerrar este ano, em todas as cidades, com todas as ruas calçadas. Olha que coisa fantástica. Ou asfalto em avenida ou calçamento. Isso é um sonho. Meu Estado tem 224 Municípios. Esse é o sonho de quem é prefeito, de quem é vereador, de quem é uma liderança local. E a preocupação com o econômico. Está aqui a Sâmia, que viajou comigo, e pudemos ver um modelo. Recentemente, eles estiveram em meu Estado, e eu falei de um modelo de central de cooperativa casado com uma base de industrialização. Veja o exemplo da castanha produzida em Rondônia, no Amazonas. É conhecida no Brasil como castanha-do-pará, porque só o Pará beneficiava a castanha. Hoje, o Acre tem esse modelo de cooperativa, uma bela indústria na área de beneficiamento da castanha; do frango, foi criada a Acreaves; do suíno, inclusive utilizam ração comprada de milho e soja vindos de Rondônia e de outros Estados, a Dom Porquito é uma base industrial moderníssima da região; e também do peixe, a Peixes da Amazônia S.A., e destaco aqui o trabalho do James. Enfim, quero destacar que existe também uma preocupação com a economia, dando grande resultado, com esse casamento de alguém que entende do mundo disputado da indústria, do comércio interno e externo com os pequenos. Isso é fundamental. Eu acho que por isso mesmo o Brasil olhou, nesse momento, de forma destacada, o trabalho desses homens que ali foram assegurar essa fronteira para o Brasil. Por isso defendemos o crescimento da Polícia Rodoviária Federal – que, aliás, agora, neste concurso, está beneficiando Rondônia com uma quantidade grande de homens –, a Polícia Federal, o Exército, a necessidade de haver uma política adequada para beneficiar essas regiões. O meu Estado tem também suas carências, mas reconhecemos a situação da região. Parabênizos V. Ex^a pela forma como hoje, aqui, conclui esse debate sobre o soldado da borracha. Por isso votamos pela aprovação do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington.

V. Ex^a não estava aqui – com isso eu termino –, mas quero dar outra boa notícia, que também vem do nosso Governo. O Deputado Rubens Bueno e o Presidente da Câmara, Henrique Alves, nos informaram, minutos atrás, que o Senador Aloizio Mercadante deu sinal verde para que o Ministro Luís Inácio Adams, com quem estive ontem e que me disse: “Eu construo o acordo, mas preciso de sinal verde do Palácio”... Há poucos minutos, os Deputados Rubens Bueno e Henrique Alves estiveram no acampamento do Aerus – eu estava lá –, e veio o sinal verde. Enfim, caminhamos para um acordo para resolver a situação desses milhares de companheiros do Aerus, que estão com 75, 80, 90 anos e esperam este momento. É uma alegria poder dividir com V. Ex^a essa notícia.

Está aqui o Deputado Federal Afonso Hamm. Volnei Minotto está aqui – pode falar aqui, Afonso –, Renê Isopo, todos de Bagé, no Rio Grande do Sul. Eles me abanaram, e eu fazia força para lembra os nomes. Claro que o Deputado Afonso nós conhecemos do dia a dia, somos parceiros. Vocês dois, eu estava tentando fazer força. Fui assessorado pelo Deputado, o grande Deputado. Obrigado, Deputado, por eu poder fazer esse registro. São companheiros lá de longa jornada dos movimentos do campo, da cidade, do setor empresarial, enfim, de todos os setores. Eles têm colaborado na caminhada. Sejam bem-vindos.

Obrigado, Presidente, considere na íntegra os meus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro relacionado ao ciclo de palestras sobre “Racismo Institucional”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar, que amanhã, (03), estarei no Rio Grande Sul para fazer a abertura de um ciclo de palestras sobre “Racismo Institucional”.

O Encontro acontecerá no auditório da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Porto Alegre.

O debate contará com a participação do Ministério da Educação, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público Estadual,...

Procuradoria Geral do RS, Comissão de Direitos Humanos da AL e entidades do movimento social e sindical.

Este evento faz, também, uma homenagem aos 100 Anos de Abdias do Nascimento, à luz do Estatuto da Igualdade Racial, lei 12.288/2010, de nossa autoria.

Todos sabem do carinho e do respeito que cultivo pelo senador Abdias. Considero-o um grande líder que conseguiu tocar as raias da intolerância racial. Ele deixou marcas profundas nesta terra.

Abdias é um espelho para todos aqueles que lutam por igualdade de direitos e oportunidades.

Será muito bom compartilhar ideias, proposições, vivências sobre o tema da questão racial, sempre tão urgente e atual.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre visita do Prefeito de Xangri-Lá.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Prefeito da cidade de Xangri-Lá, no litoral gaúcho, Cilon Rodrigues da Silveira, foi recebido hoje, em visita, por este Senador e pelo Senador Pedro Simon, e trazia aos senadores gaúchos cópia da Lei Orgânica do Município, nº 1604 de 1º de julho de 2013.

Esta Lei, que teve origem no projeto 020/2013, de autoria dos vereadores Sergio Tadeu dos Santos, Lonir Alves e Luis Antonio, determina que a atual ALAMEDA, localizada entre as Avenidas Esmeralda, Coral e Diamante, no Balneário de Rainha do Mar, passará a ser denominada de Passarela dos Senadores.

A justificativa do projeto diz que se trata de uma homenagem aos senadores que ali veraneiam no Distrito de Rainha do Mar, que por si só contribuem com o município quando dizem que lá veraneiam.

Sr. Presidente, eu me senti muito honrado com esta homenagem. Considero um gesto muito bonito e significativo.

Devo dizer, que o Balneário Rainha do Mar, de fato, sempre me acolheu de forma muito carinhosa e, veraneiar lá é muito bom. É um lugar calmo, bonito, alegre e com uma energia muito boa.

Eu e meu querido amigo e colega de Parlamento, Senador Pedro Simon, já nos cruzamos por lá várias vezes e sempre endossamos como é bom aquele descanso.

Agradeço aos Vereadores que propuseram a Lei, ao Prefeito de Xangri-Lá que nos trouxe uma bela placa de homenagem pela Alameda dos Senadores e a todos que lá veraneiam e curtem a praia.

Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre soldados da borracha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação dos soldados da borracha não é fácil. Creio que todos já sabem disto.

Há poucos dias eu havia recebido uma carta elaborada pelo Sindicato dos soldados da borracha que inicia dizendo o seguinte:

Revolta! Essa é a expressão que pode ser usada para demonstrar toda a indignação e sentimento de injustiça hoje experimentados pelos Soldados da Borracha ainda vivos espalhados pelos rincões da Amazônia e Brasil afora.

Como um fruto maduro que apodrece no cacho, o direito à equiparação salarial dos últimos sobreviventes da velha guarda de seringueiros da lendária Batalha da Borracha, está virando fantasia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, felizmente, os soldados da borracha tiveram hoje a boa notícia de que a PEC 61/ 2014 foi aprovada na (CCJ) Câmara de Constituição e Justiça.

Isso é muito bom, porque o Sindicato pontuou na carta, que até hoje nenhuma reivindicação dos Soldados da Borracha foi atendida e que a questão vem sendo empurrada desde 2011.

Sr. Presidente, considero a aprovação deste projeto uma questão de justiça.

Quero lembrar a importância de reconhecermos o grande sacrifício humano empregado pelos soldados da borracha à nação Brasileira.

Precisam ser reconhecidas, também, as graves violações dos Direitos Humanos cometidos a trabalhadores que viveram em regime de cárcere privado para atender o Esforço de Guerra da Batalha da Borracha na Amazônia.

O que a categoria espera desse prolongado impasse que torna a situação a cada dia mais deprimente é que a verdadeira justiça seja realizada e que os soldados da borracha recebam justamente pelo trabalho que fizeram ao país e pelos danos sofridos nos idos tempos dos grandes seringais.

A verdade é que, desde 2002 mais de 6.000 mil soldados da borracha já bastante idosos, morreram esperando receber seus direitos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero finalizar esta minha fala, registrando uma carta que recebi recentemente, do Sr. Belizário Costa, natural do Maranhão, nascido em 28 de setembro de 1919.

Em certo trecho de sua carta ele diz:

"Em 1940, cheguei em Belém do Pará, vindo do estado do Maranhão. Comecei a trabalhar de braçal, ganhando 3 mil reis por dia.

De repente, aparece um camarada contratando pessoas pra levar pra mata e me disse: rapaz, quer enricar?

Eu tenho um decreto do Presidente Getulio Vargas, chamando homens para cortar seringa, vão ganhar 7 mil reis.

Você pega o navio Loba Dalmada que sai de Belém, chegando lá você terá comida e remédio.

Quando chegamos na mata a conversa foi outra. Pediu que o mateiro fosse nos mostrar a colocação, e nada do prometido aconteceu... levantei o barraco.

Depois fui no barracão pegar comida: 2 kg de farinha, 2 latas de banha, 4kg de sal, 2 panelas, 2 pratos, 1 facão, 1 balde,...

1 poronga, uma lamparina, uma bacia para colher leite, 1 caneco, uma faca pra cortar seringa, 1 rifle com 50 balas.

Quando terminou ele disse: olha arigó, se você não pagar esse rancho que você vai comer, você nunca mais sai daqui.

Assim como eu, 55 mil homens passaram por isso...

Eu quero pedir aos Ministros, Senadores da República, Deputados e a Presidente da República que olhe pelos seringueiros e soldados da borracha que sobraram. Hoje tenho 93 anos, não tenho casa pra morar, vivo doente, sem plano de saúde...

Nos prometeram uma indenização pelo nosso trabalho, nunca recebemos... nos prometeram corrigir nossos salários e até agora nada aconteceu!

Pensem, coloquem a mão na consciência, e investidos do poder que cada um de vocês tem, atendam o pedido dessa classe que tanto produziu pela nação..."

Quero parabenizar a CCJ pela aprovação da proposta e aos soldados da borracha por essa etapa vencida. Vocês merecem!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Paim.

Eu quero aproveitar a oportunidade, antes de passar a palavra, por cinco minutos, para o nosso Senador, ex-Governador e futuro Governador de novo do Piauí. Quero deixar ao Senador Paim um abraço, sabe de quem? De um gaúcho arrojado que mora em Rondônia. Ele me mandou uma mensagem agora há pouquinho, falei com ele por telefone: Natal Ghilardi. Ele falou: "Mas bah, tchê! O Paim, o Senador, esse homem é arrojado". Então, eu quero aqui, em nome dos seus colegas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Ele é Presidente da Asprova, da associação do vale do Rio Ávila. Para o senhor ter uma ideia, em 1978, 1979, 1980, nós puxamos tora de Colorado para Vilhena, de Cerejeiras para Vilhena, quando não havia estrada, mas uma picada. Ele era um carreador. Então, eu quero deixar o meu abraço ao Natal Ghilardi, que está nos assistindo. Daqui a pouquinho vou citar o nome do pessoal, antes de passar para o nosso Senador.

Com relação à PEC da borracha, do seringueiro, é justiça social que se faz, porque os governos federais, no passado, levaram brasileiros para a Amazônia e jogaram no mato. Muitos morreram de malária, outros foram comidos por bichos, infelizmente, uma situação difícil, alguns sobreviveram. O Senador Wellington Dias disse: "Olha, está aqui um soldado da borracha, o Cassol". Estou quase chegando lá. Gostei da lembrança, por ser de Rondônia, mas somos novos ainda, Senador Wellington. Eles têm noventa e poucos anos e estavam aqui esses

dias. O Governo Federal, o Senado Federal vai fazer justiça com os nossos seringueiros, os soldados da borracha, dando essa indenização e, ao mesmo tempo, pagando dois salários mínimos, que é o mínimo que pode ser feito para essas pessoas que produziram o látex lá atrás, a fim de que o Brasil não fosse dependente, como é até hoje. Portanto, sou solidário, sou parceiro dos soldados da borracha também.

O Senador Wellington Dias falou da Polícia Rodoviária Federal. Eu tenho um genro que é policial rodoviário federal, o Bruno, que está no norte de Rondônia.

E nós aprovamos aqui, nesta Casa – fui o Relator –, uma gratificação para essas áreas de faixa de fronteira, Senador Wellington. E essa gratificação sofreu veto. O que o pessoal está reivindicando hoje? Se as pessoas são tiradas daqui e para irem para Costa Marques, em Rondônia; para Uruguaiana ou não sei aonde, no Sul; para a fronteira com a Bolívia ou não sei aonde na faixa de fronteira – e faixa de fronteira, na Amazônia, é tráfico de droga, é tráfico de arma –, então, para elas ficarem lá tem que haver um atrativo, tem que haver uma compensação. E a gente espera que a Presidente possa, em breve, liberar e que comece a pagar.

Na verdade, não foi veto; só é necessário liberar para que eles possam ser contemplados, possam ser atendidos e, assim, estimular mais brasileiros a irem para Guajará-Mirim, Nova Mamoré, para o Acre, do Anibal, do Jorge Viana. Então, só para fortalecer isso aí.

Obrigado, Senador Paim.

E no Grenal de domingo, infelizmente – eu sou gremista –, no Estádio Novo – e está aqui o Sandro, que é Colorado –, nós pensávamos que íamos dar uma taca no Colorado, mas acabamos levando uma taca do Inter. Perdemos de 2 x 1. Mas futebol é isso. O importante é que nós continuamos de pé.

E aqui tem um caxiense, o Paim. Mas o Caxias chega lá.

Com a palavra, o nosso ex-Governador, que foi meu colega na época em que fui Governador – nós participamos de muitas reuniões aqui no Palácio –, o atual Senador Wellington Dias, pelo Estado que está virando, na verdade, um celeiro agrícola, que é o Piauí.

Com a palavra, o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a V. Ex^a. E digo aqui também da minha alegria de ter podido compartilhar desse desafio de governar um Estado no mesmo momento em que V. Ex^a também desempenhava essa função, com toda a força, com toda essa energia que tem, no Estado de Rondônia.

Estive lá na região de Uruçuí, Bertolândia, Bom Jesus, onde houve a posse de Dom Marcos Tavone, o novo Bispo de Bom Jesus. Estive em Bertolândia com as várias lideranças, com o Prefeito Luciano; na cidade de Uruçuí, recebi o título de cidadania, junto com Zezão, que é um desses desbravadores que foi lá para o Piauí, na época em que tudo era mais difícil. Estavam ali as lideranças daquela região. Da mesma forma, estivemos em Eliseu Martins, num encontro com os prefeitos, com esse grupo de prefeitos dessa região ali do Cerrado. E toda a preocupação era no sentido de termos condição de desenvolvimento. Agora estamos passando para a fase de agregação de valores, produz-se milho, produz-se soja, faz-se ração, trabalha-se o beneficiamento para que se possa vender carne, vender produto acabado. Enfim, isso vai ser fundamental.

Mas ainda sobre o que V. Ex^a lembra, tivemos uma agenda com a direção da Polícia Rodoviária Federal. E, lá no meu Estado, estamos trabalhando para implantar uma delegacia e um posto lá em Bom Jesus do Gurgueia, uma cobrança das lideranças dali; e ainda um posto em Corrente, São Raimundo Nonato, Bertolândia, além, é claro, de Bom Jesus. Estamos pedindo ainda para onde há novas rodovias, como na região de Gilbués e Santa Filomena, Municípios daquela região, Alto Longá, onde vamos ter a 226, para a região de Paulistana e para essa região de Uruçuí. Ali também há necessidade, tanto para a Polícia Rodoviária como para a Polícia Federal, com a área do meio ambiente, de um helicóptero para, de forma moderna, melhor fiscalizar aquela importante área. Estamos acompanhando também, da mesma forma, investimentos na área da Polícia Rodoviária, além, é claro, da área da segurança do próprio Estado.

Mas, Sr. Presidente, eu pedi aqui a palavra, como orador inscrito, porque hoje é o Dia Mundial da Consientização do Autismo.

Eu tive o privilégio de Deus – eu sempre digo isso –, junto com a minha esposa Rejane, junto com meus filhos, de conviver com uma criança autista. E hoje tivemos aqui, por uma iniciativa minha e do Senador Paulo Paim, uma audiência na Comissão de Direito Humanos, onde ouvimos lideranças das entidades profissionais, escritores, membros que atuam na área governamental e aqui no Parlamento.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Neste momento, eu queria aqui dizer do compromisso que assumimos, um compromisso importante, da regulamentação de uma lei em que tive o prazer de ajudar, junto com a Senadora Ana Rita, o Senador Suplicy e outros membros daquela Comissão. Ela

foi aprovada hoje. É a lei que regulamenta o autismo. Primeiro, ela define o que é o autismo. A legislação brasileira não tratava deste tema e passou a tratar da sua regulamentação, definindo, facilitando as condições, por parte dos profissionais médicos e dos profissionais da área de Psicologia, de Assistência Social, enfim de todas as áreas, a forma do reconhecimento e do tratamento do autista.

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quero, ainda, dizer da importância de agora termos a regulamentação e, nela, a cobrança de que haja, em cada Estado, uma rede e um centro de especialidade voltado para o atendimento do autista. Então, vamos dialogar com o Ministro da Saúde, Arthur Chioro; o Ministro da Casa Civil e nosso ex-colega, Aloizio Mercadante, para que tenhamos as condições dessa regulamentação voltadas para um arcabouço legal adequado que possa colocar o Brasil de forma moderna em relação ao autismo.

Destaco ainda que, na reunião, tivemos uma bela oração – eu estava tentando localizar aqui –, feita por um autista, que praticamente resume tudo – aliás, é a oração do autista –, em que ele faz um agradecimento às pessoas que, mesmo muitas vezes ele não podendo falar, o compreendem.

Então, eu queria, nesta data, dizer o quanto este País ainda precisa avançar, mas também ressaltar a minha alegria de ver que estamos dando passos. Agora há necessidade de que os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo possamos contribuir para avançar ainda mais. Há direitos – tratamento diferenciado na aposentadoria, condições de diagnóstico precoce e preparação da família, apoio na área da saúde, estruturação da própria educação e toda rede social – para que tenhamos um país moderno e preparado para lidar com essas pessoas.

Há poucos dias, tivemos aqui uma sessão especial em relação ao autismo. Nós vamos tratar com o Presidente Renan Calheiros para realizarmos uma sessão temática tratando deste tema. É um tema sobre o qual o Brasil precisa se aprofundar e, pela nossa experiência, é algo realmente importantíssimo.

No Dia do Autismo, eu queria saudar as pessoas que, no Brasil inteiro, como pais, familiares, lidam com a pessoa autista, que sabem do amor que recebem, a retribuição, assim como a Daniele, minha filha, que tem hoje 16 anos.

Ainda hoje – conversei com minha esposa – e soube que ela está fazendo um tratamento. Ela, na primeira fase, tinha muitas convulsões, mas passou um período longo, dos 5 anos até agora aos 16 anos, sem apresentar esse quadro. Mas ela voltou a ter convulsões. E por que cito isso? Porque há necessidade de uma estrutura adequada, inclusive para preparar a família para momentos como esses. Alguém que lida com quem tem epilepsia, como é mais conhecida, ou uma convulsão, tem de saber dar atendimento naqueles 30 segundos em que ocorre, no máximo um minuto, porque de lá podem vir sequelas muito graves. Então, são temas como esse que a gente quer tratar com todo o gosto.

Faço esta homenagem lembrando a Dona Helena, que é da Associação de Amigos dos Autistas do Piauí (AMA). Ela se dedica e tem dois filhos autistas. Queria aqui, em nome de todos do Brasil, homenagear a Dona Helena e seu esposo.

E encerro, Sr. Presidente, com uma oração – a Sâmia, muito competente, a trouxe para mim –, que foi lida hoje na Comissão. É a Oração das Crianças Especiais, aqui, no caso, das crianças autistas. Diz a oração:

Bem-aventurados os que compreendem o meu estranho passo a caminhar.

Bem-aventurados os que compreendem que ainda que meus olhos brilhem, minha mente é lenta.

Bem-aventurados os que olham e não veem a comida que eu deixo cair fora do prato.

Bem-aventurados os que, com um sorriso nos lábios, me estimulam a tentar mais uma vez

Bem-aventurados os que nunca me lembram que hoje fiz a mesma pergunta várias vezes.

Bem-aventurados os que compreendem que me é difícil converter em palavras os meus pensamentos.

Bem-aventurados os que me escutam, pois eu também tenho algo a dizer.

Bem-aventurados os que sabem o que sente o meu coração, embora não o possa expressar.

Bem-aventurados os que me amam como sou, tão somente como sou, e não como eles gostariam que eu fosse.

Essa oração é de um autor desconhecido e foi lida hoje pelo estudante Vítor, um estudante de 10 anos, autista. Aliás, autistas, que hoje estão indo para a universidade, para o mundo do trabalho.

Então, em homenagem a essas vitórias e a tantas outras que podemos ter no Brasil, quero aqui agradecer a V. Ex^a por nos permitir este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, nobre colega, Senador e ex-Governador Wellington Dias.

Quero, aqui, Senador Wellington, deixar o meu abraço a sua família, especialmente a essa filha especial que vocês têm, que é a Daniele, de 16 anos, autista. Em nome dela, leve o meu abraço a toda a sua família, a todo o povo piauiense.

Eu já sabia que V. Ex^a sempre foi e continua sendo um verdadeiro pai, que tem uma grande família. Felizes dos homens, das pessoas que têm família.

A exemplo disso, quero aproveitar, esta oportunidade para mandar um abraço para o meu pai, Reditário Cassol, que esteve aqui no Senado, que é meu suplente, e que está aniversariando hoje – não sei se está fazendo 78 ou 79 anos de idade. Então, ao meu pai, Reditário Cassol, o meu abraço.

A Denise, minha irmã, também está fazendo aniversário. Também passo uma mensagem, um abraço a ela, a seus familiares e todo mundo.

Quero dizer que sempre fui família, continuo sendo família, tenho a minha esposa, meus filhos, minhas irmãs, que sempre me dão apoio em tudo que faço nesta caminhada.

Quero mandar um abraço também para a Darcila, ex-Prefeita de Alta Floresta, a Nega, como é conhecida, que fez um grande trabalho no Município. Hoje, não quer mais saber de política, está na sua propriedade, na linha 45; ao Banana, ao Bananinha, filho dela, meu sobrinho; para todo mundo, para minha mãe, a Helga, enfim, fica um abraço de gratidão por eu estar aqui e podendo dizer que a família é o nosso alicerce, o chão para caminhar, prosperar e continuar levando o bem.

Por isso, com a família em primeiro lugar e Deus sempre no coração, é que encerro, neste momento...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, apenas para, com certeza, em nome de todos os Senadores e Senadoras também, render nossas homenagens e parabenizar o seu pai, sua irmã por este aniversário. Comemoramos com o povo que sabe do trabalho deles para Rondônia, para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Com certeza, é uma alegria, uma satisfação, porque meus pais me deram exemplo para tudo o que eu fiz, o que eu faço e por onde eu caminho.

Então, fica a ele o meu abraço; a minha gratidão também a minhas irmãs, e especialmente aos que estão aniversariando hoje – não só meu pai ou minha irmã, mas a todos os aniversariantes do dia neste Brasil afora.

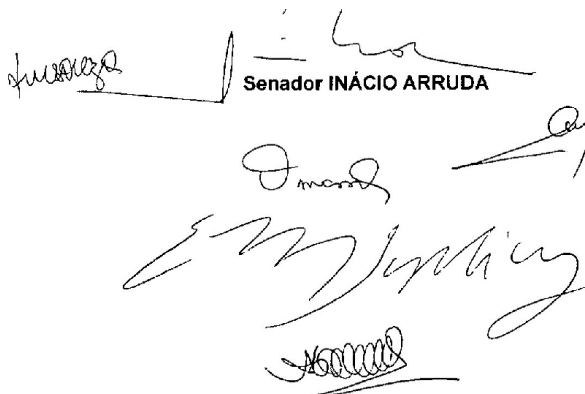
Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2014

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 105, de 2014, que tem por objetivo comemorar o centenário de nascimento de Ignácio Rangel e Rômulo Almeida, o adiamento da Sessão do dia 7 de abril para o dia 2 de junho de 2014.

Sala das Sessões, março de 2014.



Senador INÁCIO ARRUDA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – O requerimento que acaba de ser ido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Desembargador Aristóteles Lima Thury, que é o novo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM, bem como seja encaminhado o referido voto ao novo Vice-Presidente do TJAM. Avenida André Araújo s/n CEP: 69.060-000 Manaus/AM.

Justificação

O Desembargador Aristóteles Lima Thury foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, em votação secreta realizada hoje, dia 1º de Abril. Aristóteles Lima Thury obteve nove votos dentre os dezoito Desembargadores que compõem a corte máxima do estado do Amazonas.

O Desembargador Aristóteles Lima Thury, é formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas e pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal.

O Desembargador iniciou a sua carreira na magistratura em 1980, sendo promovido ao cargo máximo da magistratura estadual em 2008. Em 2009, foi eleito pela primeira vez ao cargo de presidente da Associação dos Magistrados do Amazonas – AMAZON. Thury também faz parte do corpo consultivo da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e atua ainda como professor universitário das disciplinas de Direito Penal e Direito Processual Penal.

Parabéns pela eleição para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, ciente de que tal resultado para exercer tão digna função é resultado de toda a luta, coragem, responsabilidade e probidade, marcas essas de toda a sua história no exercício da magistratura. Desejo toda sorte em sua nova dignificante missão.

Sala das Sessões, de abril de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, que é o novo Corregedor do Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM, bem como seja encaminhado o referido voto ao novo Corregedor do TJAM. Avenida André Araújo s/n CEP: 69.060-000 Manaus/AM.

Justificação

O Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes foi eleito Corregedor do Tribunal de Justiça do Amazonas, em votação secreta realizada hoje, dia 1º de Abril. Flávio Pascarelli obteve dez votos contra nove votos recebidos pelo Desembargador Paulo César Caminha e Lima. Nesta mesma oportunidade foram eleitos ainda a Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo que assumirá a função de Presidente do TJ/AM e o Desembargador Aristóteles Lima Thury assumirá a função na Vice-Presidência.

O Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, é formado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1980) e mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2005).

Militou na advocacia de 1980 a 1984, ano em que ingressou na magistratura estadual e em 2008, assumiu o cargo de desembargador do TJAM. Desde então, foi vice-presidente do TJAM (de setembro de 2009 a abril de 2010); vice-presidente e corregedor do TRE-AM. Atualmente, é diretor da Esmam e foi presidente do TRE-AM.

Parabéns pela eleição para a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Amazonas, essa eleição para tão digno e respeitável cargo do judiciário Amazonense reflete a competência, probidade e sentimento de justiça, características essas tão presentes em toda a sua história na magistratura. Desejo toda sorte em sua nova dignificante missão.

Sala das Sessões, de abril de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Professor Francisco Ludovico de Almeida Neto, fundador do curso de Medicina da Universidade Federal de Goiás.

Justificação

O Professor Francisco Ludovico de Almeida Neto, filho do ex-governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, formou-se em medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos 50. Quando voltou para Goiânia, já começou a estruturar o curso de Medicina para a capital, fundado em 1959.

Além do curso de medicina da Universidade Federal de Goiás, o Professor Ludovico foi o responsável pela fundação do Hospital Santa Genoveva e também ajudou a fundar a Academia Goiana de Medicina.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia**.

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Marabá, Pará, que completará no dia 05/04/2014, 101 anos de existência.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

- Prefeito Sr. João Salame Neto;
- Vice Prefeito Sr. Luiz Carlos Pies;
- Senadora Suplente e Primeira Dama de Marabá, jornalista Bia Cardoso;
- Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Marabá;
- Presidente da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Marabá, Sr. Gilberto Leite.

Justificação

Predestinada à mineração e beneficiada pelo dinamismo de seu porto, Marabá se tornou um importantíssimo centro de comércio e serviços da região Norte, sendo hoje uma cidade polo de desenvolvimento econômico do sul e sudeste paraense.

O Município de Marabá está assentado na maior província mineral do mundo, com destaque para o manganês, ferro, cassiterita, ouro e cobre. O Município tem ainda reservas de minerais não metálicos, como seixo, areia, argila e quartzo, além de pedras semipreciosas.

Banhada pelos rios Tocantins e Itacaiúnas, entrecortada por acidentes geográficos, Marabá divide-se em três núcleos, ligados por pequenas rodovias: Marabá Pioneira, onde nasceu a cidade e hoje se concentra parte do comércio; Cidade Nova, às margens da rodovia, outro foco comercial; e Nova Marabá, a zona residencial e parte mais moderna da cidade. Três bases de um município que se desenvolve de forma sustentável, atraindo investimentos e dando exemplos ao País de empreendedorismo.

Peço o apoio de meus pares na aprovação deste voto de aplausos a nossa querida Marabá e seus habitantes, como uma forma simbólica de reconhecer sua vocação como polo indutor de desenvolvimento econômico e social da região.

Sala das Sessões, de abril de 2014. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2014

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Tavares Silva, diretor da Companhia Metropolitana de Transportes Públicos (CMTP).

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Tavares Silva, diretor da Companhia Metropolitana de Transportes Públicos (CMTP).

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da sua esposa, Sra. Mary de Castro Tavare e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O voto de pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade ao Sr. Marcos Tavares Silva.

Filho do Ex-Governador do Piauí, o engenheiro Alberto Silva, Marcos Tavares Silva também seguiu os caminhos da política. Exerceu os cargos de vereador e de vice-prefeito de Teresina. Atualmente conduzia os trabalhos da Companhia Metropolitana de Transportes Públicos (CMTP).

Sua vida sempre foi pautada pelo seu comprometimento, retidão e honestidade. Era muito queria na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Por estas razões, o Sr. Marcos Tavares Silva Cavalcanti é merecedor da homenagem póstuma desta Casa. Sala das Sessões, 1º de abril de 2014. – Senador **João Vicente Claudino**, PTB/PI.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2014

REITERAÇÃO

Senhor Presidente do Senado Federal, o § 2º do Artigo 50 da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL estabelece: “As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”, combinado com o artigo 216 do REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL: “os requerimentos de informações estão sujeitos as seguintes normas: §1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, §2º, da Constituição”.

Ocorre, Senhor Presidente, que o requerimento de minha autoria datado de 24 de abril de 2013, de número 362/13, aprovado pela MESA DO SENADO FEDERAL, em 22 de maio do mesmo ano, através do Parecer nº 457, da lavra do SENADOR CIRO NOGUEIRA, publicado no DIÁRIO DO SENADO FEDERAL em 01 de junho de 2013, foi endereçado ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República anexado ao ofício nº 1.332/13-SF em 04 de junho de 2013, não havendo merecido até a presente data resposta as informações requeridas com base na Constituição Federal, razão da REITERAÇÃO do presente REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

REQUEIRO, em forma de Reiteração que seja encaminhado ao Exº. Ministro-Chefe da Casa Civil Senhor ALOIZIO MERCADANTE OLIVA, as seguintes informações, referentes a valores e execução do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, pelos órgãos federais do Grupo Executivo Ministerial – GEI, criado pelo Decreto Presidencial de 26 de julho de 2006.

Reporto-me ao Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, cuja elaboração ficou a cargo do Grupo Executivo Interministerial – GEI, criado por Decreto Presidencial, em 26 de julho de 2006, e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, do qual faziam parte os seguintes órgãos federais:

- Casa Civil da Presidência da República, coordenação;
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- Ministério das Cidades;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério da Integração Nacional;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério da Justiça;
- Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

Suas atribuições eram sistematizar as informações relativas a ações e iniciativas em curso no Arquipélago de Marajó, por parte dos Governos federal, estadual e municipais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais voltados ao desenvolvimento sócio-ambiental de suas comunidades e promover a elaboração de plano de desenvolvimento territorial do Arquipélago de Marajó, lançado com a presença do então Presidente Lula, na sede do município de Breves, no Arquipélago do Marajó.

Em setembro de 2007 foi concluída sua elaboração e inclusão no PPA 2008-2012 do Governo Federal.

Oportuno registrar que o Arquipélago do Marajó, integralmente situado no Estado do Pará, constitui-se numa das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos, e é formado por um conjunto de ilhas, que, em seu todo, constitui a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com 49.606 Km².

Decorridos quase 5 anos da inclusão daquele Plano no PPA 2008-2012 do Governo Federal, o Ministério da Integração Nacional-MI, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-

Sudam promoveram no dia 16 de abril pp. em Belém, reunião para a “reativação” do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, “com o objetivo de dialogar institucionalmente

com os atuais prefeitos dos municípios do Marajó e com a sociedade civil organizada, para atualizar o plano e estabelecer diretrizes operacionais para sua execução”.

Na ocasião foi informado que seriam disponibilizados recursos da ordem de R\$ 23,3 milhões de reais, distribuídos da seguinte forma :

- Programa Água para Todos – R\$ 12 milhões que atenderão 4.500 famílias nos 16 municípios do Arquipélago e,
- Inclusão produtiva – R\$ 11,3 milhões de reais, para beneficiar 5.840 aos produtores nas cadeias produtivas da mandioca, açaí e leite de búfala.

Senhor Ministro, o Arquipélago do Marajó precisa de ações mais estratégicas, que mudem seu destino extrativista, e sem energia, pouco valor agregado terão quaisquer atividades.

Energia, hidrovias, aeroportos, infraestrutura para o turismo sustentável foram as principais reivindicações da sociedade civil organizada constantes do Plano de 2008.

A constatação da disparidade entre a dimensão programática e financeira prevista no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó iniciado em 2006 pelo Presidente Lula – destacadamente após 5 anos de sua conclusão – em comparação com os valores e programas que foram apresentados na reunião de Belém, pelo Ministério de Integração Regional, leva-me, como Senador eleito pelo povo do Pará, a requerer a V. Ex^a. – titular da Casa Civil da Presidência da República, órgão coordenador do Grupo Executivo Interministerial – GEI, criado pelo Decreto de 2006, as seguintes informações:

1. Quais as ações já desenvolvidas em cada órgão federal, e seus respectivos valores, no período de 2008 a 2013, referentes ao Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó?
2. Qual a programação para dar sequência ao Plano a partir de 2014?
3. Requeiro, ainda, que todas as informações sejam detalhadas órgão a órgão do Governo Federal envolvidos na execução do Plano.

Por último, Senhor Presidente, considero oportuno alertar a autoridade a quem o expediente é dirigido do longo tempo decorrido entre o ofício remetido pelo SENADO FEDERAL (04/06/13), sem que tenha merecido as informações requeridas, bem assim, as consequências estabelecidas na Constituição Federal da manutenção de tal atitude.

Plenário do Senado Federal, 2 de abril de 2014. – Senador **Jader Barbalho**, PMDB/Pará.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 333, DE 2014

Solicita informações ao senhor Ministro da Saúde sobre a seleção de médicos brasileiros recém-formados na Venezuela para atuarem no Programa “Mais Médicos”.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Saúde para que este providencie as seguintes informações e documentos, todos relacionados à seleção de médicos brasileiros recém-formados na Venezuela para atuarem no Programa “Mais Médicos”:

- 1) Quais são as exigências previstas pelo Programa “Mais Médicos” em relação aos brasileiros formados fora do País?
- 2) Os 41 médicos comunitários brasileiros graduados na Venezuela pela Escola Latino-Americana de Medicina – ELAM e recém-selecionados para o Programa “Mais Médicos” cumprem as exigências acima citadas?
- 3) Em que mês e ano esses 41 médicos concluíram seus cursos de graduação?
- 4) Após a conclusão da graduação o médico formado na Venezuela está apto para o exercício integral da medicina? Em qualquer local? SF/14455.25087-02
- 5) Esses 41 médicos apresentaram, dentre a documentação exigida, seus diplomas assinados? Quem assina esses diplomas? Esses diplomas já foram reconhecidos no Brasil? Quem, no Brasil, reconheceu esses diplomas? Anexar cópia de cada um dos 41 diplomas.

- 6) Os médicos que atuam na Venezuela e que foram admitidos no Programa “Mais Médicos” até o momento cumpriram as exigências da “Ley del Ejercicio de la Medicina” na Venezuela, especialmente às elencadas no seu artigo 8º?
- 7) Os 41 médicos recém-formados e recentemente selecionados para trabalhar no Programa “Mais Médicos” cumpriram as exigências da “Ley del Ejercicio de la Medicina” na Venezuela, especialmente às elencadas no seu artigo 8º?
- 8) Caso esses médicos não cumpram os requisitos da “Ley del Ejercicio de La Medicina” na Venezuela, como foram admitidos no Programa? Qual a justificativa para a admissão no Programa sem o cumprimento da referida Lei? Qual a justificativa para essa diferenciação de tratamento?
- 9) Quem é o responsável pela admissão desses médicos no Programa?
- 10) Anexar relação nominal de todos os médicos que se formaram na Venezuela e que foram admitidos no Programa Mais Médicos e os respectivos documentos que comprovam o cumprimento da “Ley del Ejercicio de La Medicina” na Venezuela, bem como o cumprimento do edital de contratação do Programa.
- 11) Como se explica o fato da Escola Latino-Americana de Medicina – ELAM – não estar inscrita no Ministério de Educação Universitária da Venezuela?
- 12) Por que os médicos formados na ELAM apresentam diploma da Universidade Nacional Experimental Rômulo Gallegos (Unerg)? O que justifica essa situação?
- 13) Do total de médicos selecionados para trabalhar no Programa “Mais Médicos”, quantos foram graduados pela ELAM? Quantos são cubanos? Quantos são venezuelanos?
- 14) Como se dá o ingresso dos estudantes na ELAM? Qual o custo por estudante? Quem é o responsável pelos custos desta formação?

Justificação

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou, em sua edição de 23 de março do corrente, que o Ministério da Saúde selecionou 41 médicos comunitários brasileiros recém-formados na Venezuela para trabalhar no Programa “Mais Médicos”.

Tais médicos se graduaram em novembro do ano passado pela ELAM (Escola Latino-Americana de Medicina) Dr. Salvador Allende, criada em 2007 pelo então presidente Hugo Chávez. A maioria é ligada a organizações de esquerda como o PT e o MST. O grupo voltou ao Brasil sem atender todas as exigências da profissão previstas até mesmo nos padrões e legislação venezuelana.

Lá, depois que recebem o título, os formados teriam que fazer um ano como médico rural ou dois anos de internato. Do contrário, o ministro não assina o diploma, e eles não podem fazer pós-graduação, medicina privada nem nada. Seriam “médicos incompletos, nas palavras do presidente do Colégio de Médicos de Caracas.

O descumprimento dessa exigência contraria o edital de contratação do programa Mais Médicos publicado em 16 de janeiro, segundo o qual “Poderão participar do Projeto (...) médicos brasileiros formados em instituição de educação superior estrangeira, com habilitação para exercício da medicina no exterior”.

Portanto, o Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois as mesmas garantirão que se impeça que o governo haja de acordo com os seus próprios interesses e prioridades políticas.

Sala das Sessões, de abril de 2014.



Senador ALVARO DIAS

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 334, DE 2014

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro pedido de informações à Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, acerca da metodologia de cálculo da renda domiciliar per capita de cada Unidade da Federação, observadas as seguintes questões:

- 1) Se tem ciência de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão vinculado ao Ministério de Estado do Planejamento, está substituindo a pesquisa que tradicionalmente apurava a renda domiciliar per capita de cada Unidade da Federação;
- 2) Qual é a metodologia que está sendo utilizada para o cálculo da renda domiciliar per capita de cada Unidade da Federação que será utilizada como um dos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados, conforme definido pela Lei Complementar nº 143, sancionada em 17 de julho de 2013;
- 3) Qual é o intervalo de confiança desta variável por Unidade da Federação e quais as consequências deste intervalo sobre o critério de rateio;
- 4) Solicita-se, por fim, que a metodologia que está sendo proposta para apurar esta variável seja apresentada e discutida com os senadores e governos estaduais, inclusive com os próximos governos eleitos.

Justificação

Em julho de 2013 foi sancionada a Lei Complementar nº 143 que define um novo critério para o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2016.

De acordo com o inciso III do art 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, alterada pela lei complementar referida acima, uma das variáveis envolvidas no critério de rateio será a renda domiciliar per capita por Unidade da Federação.

Na ocasião da participação da Srª Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, houve um questionamento quanto à metodologia para o cálculo desta variável. Segundo a resposta da Srª Wasmália:

“A nova lei complementar tem vigência a partir 1º de janeiro de 2016 e a variável de distribuição do Fundo de Participação, que antes a legislação anterior não dizia... Dizia renda, mas não dizia que renda era essa, e nós fazíamos através do PIB *per capita* estadual. Dessa vez, a legislação específica que é o inverso da renda domiciliar *per capita*. Desse ponto de vista, não só é a renda do trabalho, mas são todas as rendas.

E, nessas rendas, para justamente fazer isso, **o IBGE alterou recentemente um dos processos**. Quer dizer, **implementou um novo sistema de pesquisas domiciliares que vai substituir o atual**, que significa amostras maiores, com maior espalhamento, que vai dar garantias de maior precisão para os resultados e maior acuidade nas estimativas, inclusive nas estimativas estaduais. **Isso vai significar que essa variável vai ter intervalos de confiança**. Desculpem-me falar muito tecnicamente.

Agora essa medida sai de uma pesquisa por amostragem, que tem embutida nela um erro amostral. Só que esta pesquisa que nós batizamos de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, mas que inclui outros levantamentos, está fazendo uso de uma nova metodologia, que permite uma maior acuidade, que esses erros amostrais também sejam menores e que seja muito mais representativa do território.

Só para exemplificar, hoje a PNAD tradicional anual vai a mil Municípios. A nova PNAD contínua irá em 3,5 mil Municípios. É uma amostra muito espalhada no território e, portanto, muito mais representativa do que ocorre no território brasileiro.

Uma última questão é que esse desenho de pesquisa pretende ser robusto e eu tenho certeza de que poderá dar conta da questão da estimativa da renda domiciliar”.

Segundo a **Nota metodológica da PNAD Contínua disponibilizada no site do IBGE:**

“Na PNAD Contínua, **as informações sobre o tema trabalho são captadas em dois questionários**: um reduzido, restrito às informações sobre o trabalho que gera rendimentos para o domicílio, ou seja, cuja produção é voltada para o mercado; e um ampliado, de nível mais abrangente, aplicado na primeira entrevista de cada domicílio, que inclui além das variáveis contidas no reduzido, informações sobre outras formas de trabalho, cuja produção não é voltada para o mercado”.

“Os temas suplementares, de periodicidade variável, também poderão ser investigados em um trimestre ou acumulados ao longo de um ano. Os **temas trabalho**, rendimento e as características básicas dos moradores **foram os primeiros a serem implantados na pesquisa. Os demais temas serão implantados gradativamente”.**

De acordo com os trechos acima temos indicação de que a pesquisa que está em campo há três anos não está coletando dados completos. A PNAD tradicional será interrompida sem que esta pesquisa nova cubra todas as suas variáveis, em especial a renda per capita domiciliar.

Acreditamos que frente à sanção da Lei Complementar nº 143, de 2013, é necessário que esta metodologia seja definida o mais rápido possível, e que o Senado Federal tenha conhecimento deste processo.

No Senado há compromisso direto com os estados e uma variável chave como esta não pode ser pausada apenas por decisões do órgão de estatística e se ajustar a uma pesquisa que não foi pensada especificamente para esta variável.

Para que esta variável possa alcançar o seu objetivo da melhor forma possível, é importante que a metodologia seja apresentada e discutida com os estados. Considerando que este é um ano eleitoral, este processo, que deverá se iniciar o mais rápido possível, deverá ser apresentado aos próximos governadores, quando eleitos, uma vez que serão os primeiros a serem afetados por esse novo critério de rateio.

Temos uma preocupação que os dados que estão sendo coletados e que estão sendo divulgados possam gerar uma avaliação equivocada por parte dos estados, uma vez que estes não estão completos.

Necessitamos que seja avaliada se a atual estrutura da pesquisa irá garantir uma margem de erro que possa ser considerada aceitável e não gere contestações por parte dos entes envolvidos nas definições futuras do rateio do Fundo de Participação. É preciso avaliar se a pesquisa atual não precisa ser reestruturada para atender de forma transparente as determinações constitucionais que pesarão sobre seus resultados.

Por essas razões, e dada à importância do FPE para os estados da Federação, encaminhamos o presente requerimento de informação.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014. – Senadora **Gleisi Hoffmann**.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 335, DE 2014

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas à Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, as seguintes informações sobre as políticas públicas voltadas para a prevenção e o combate, no Estado de Roraima, da exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens mulheres e indígenas, bem como do tráfico de mulheres, além daquelas voltadas ao acompanhamento dos casos e das vítimas desses crimes:

1. Quais são as políticas públicas que estão em execução especificamente voltadas para o combate e a repressão dos crimes acima descritos? Quais serão implementadas no Estado de Roraima, no ano de 2014?
2. Tendo em vista as peculiaridades do Estado de Roraima e as várias denúncias de exploração sexual e tráfico de mulheres, indígenas, jovens e crianças, principalmente no interior, qual é o planejamento para a aplicação de políticas públicas específicas na região voltadas ao enfrentamento desses crimes?
3. A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República oferece – de modo direto ou em parceria com outros órgãos federais, estaduais ou municipais – algum acompanhamento médico e psicológico às vítimas de exploração sexual ou tráfico de mulheres? Em caso positivo, como se dá esse acompanhamento e em quais municípios roraimenses ele funciona?
4. Qual foi o repasse de verbas federais para o Estado de Roraima, no período de 2009 a 2013, voltadas para o combate, fiscalização e acompanhamento de casos de exploração sexual e tráfico de mulheres, de indígenas, de jovens e de crianças no Estado?
5. Em caso positivo, qual foi o montante repassado por ano?

Justificação

Nos últimos anos houve um crescimento muito grande no surgimento de casos de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres indígenas, principalmente, no interior de Roraima, chegando-se a denúncias, inclusive, de uma grande rede de pessoas que supostamente agem aliciando jovens mulheres e indígenas para a exploração sexual das mesmas, traficando-as para outros municípios, estados e até mesmo outros países.

Nesse contexto, inclusive, programas televisivos têm transmitido reportagens com denúncias sobre casos de supostas redes que operam nesse sentido. Há casos como o do município de Coari, no Amazonas, que tomaram dimensões de âmbito nacional. Em consequência, abriu –se uma séria discussão acerca do

combate e fiscalização a esse tipo de conduta delituosa. Sabemos que há casos também em municípios de Roraima, onde há relatos e denúncias de que práticas como essas são comuns em algumas cidades e regiões do estado.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014. – Senadora **Ângela Portela**, PT/RR.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2014

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as seguintes informações sobre as políticas públicas voltadas para a prevenção e o combate, no Estado de Roraima, da exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens mulheres e indígenas, bem como do tráfico de mulheres, além daquelas voltadas ao acompanhamento dos casos e das vítimas desses crimes:

1. Quais são as políticas públicas que estão em execução especificamente voltadas para o combate e a repressão dos crimes acima descritos? Quais serão implementadas no Estado de Roraima, no ano de 2014?
2. Tendo em vista as peculiaridades do Estado de Roraima e as várias denúncias de exploração sexual e tráfico de mulheres, indígenas, jovens e crianças, principalmente no interior, qual é o planejamento para a aplicação de políticas públicas específicas na região voltadas ao enfrentamento desses crimes?
3. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República oferece – de modo direto ou em parceria com outros órgãos federais, estaduais ou municipais – algum acompanhamento médico e psicológico às vítimas de exploração sexual ou tráfico de mulheres? Em caso positivo, como se dá esse acompanhamento e em quais municípios roraimenses ele funciona?
4. Qual foi o repasse de verbas federais para o Estado de Roraima, no período de 2009 a 2013, voltadas para o combate, fiscalização e acompanhamento de casos de exploração sexual e tráfico de mulheres, de indígenas, de jovens e de crianças no Estado?
5. Em caso positivo, qual foi o montante repassado por ano?

Justificação

Nos últimos anos houve um crescimento muito grande no surgimento de casos de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres indígenas, principalmente, no interior de Roraima, chegando-se a denúncias, inclusive, de uma grande rede de pessoas que supostamente agem aliciando jovens mulheres e indígenas para a exploração sexual das mesmas, traficando-as para outros municípios, estados e até mesmo outros países.

Nesse contexto, inclusive, programas televisivos têm transmitido reportagens com denúncias sobre casos de supostas redes que operam nesse sentido. Há casos como o do município de Coari, no Amazonas, que tomaram dimensões de âmbito nacional. Em consequência, abriu –se uma séria discussão acerca do combate e fiscalização a esse tipo de conduta delituosa. Sabemos que há casos também em municípios de Roraima, onde há relatos e denúncias de que práticas como essas são comuns em algumas cidades e regiões do estado.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014. – Senadora **Ângela Portela**, PT/RR.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2014

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Justiça, as seguintes informações sobre as políticas públicas voltadas para a prevenção e o combate, no Estado de Roraima, da exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens mulheres e indígenas, bem como do tráfico de mulheres, além daquelas voltadas ao acompanhamento dos casos e das vítimas desses crimes:

1. Quais são as políticas públicas que estão em execução especificamente voltadas para o combate e a repressão dos crimes acima descritos? Quais serão implementadas no Estado de Roraima, no ano de 2014?

2. Tendo em vista as peculiaridades do Estado de Roraima e as várias denúncias de exploração sexual e tráfico de mulheres, indígenas, jovens e crianças, principalmente no interior, qual é o planejamento para a aplicação de políticas públicas específicas na região voltadas ao enfrentamento desses crimes?
3. O Ministério da Justiça oferece – de modo direto ou em parceria com outros órgãos federais, estaduais ou municipais – algum acompanhamento médico e psicológico às vítimas de exploração sexual ou tráfico de mulheres? Em caso positivo, como se dá esse acompanhamento e em quais municípios roraimenses ele funciona?
4. Qual foi o repasse de verbas federais para o Estado de Roraima, no período de 2009 a 2013, voltadas para o combate, fiscalização e acompanhamento de casos de exploração sexual e tráfico de mulheres, de indígenas, de jovens e de crianças no Estado?
5. Em caso positivo, qual foi o montante repassado por ano?

Justificação

Nos últimos anos houve um crescimento muito grande no surgimento de casos de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres indígenas, principalmente, no interior de Roraima, chegando-se a denúncias, inclusive, de uma grande rede de pessoas que supostamente agem aliciando jovens mulheres e indígenas para a exploração sexual das mesmas, traficando-as para outros municípios, estados e até mesmo outros países.

Nesse contexto, inclusive, programas televisivos têm transmitido reportagens com denúncias sobre casos de supostas redes que operam nesse sentido. Há casos como o do município de Coari, no Amazonas, que tomaram dimensões de âmbito nacional. Em consequência, abriu-se uma séria discussão acerca do combate e fiscalização a esse tipo de conduta delituosa. Sabemos que há casos também em municípios de Roraima, onde há relatos e denúncias de que práticas como essas são comuns em algumas cidades e regiões do estado.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014. – Senadora **Ângela Portela**, PT/RR.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 338, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do **Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2005**, com o **Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2003**, por versarem sobre a mesma matéria.

Os projetos de lei visam disciplinar a questão da redução da jornada de trabalho. Cabe destacar que esses projetos já tramitavam em conjunto anteriormente. Entretanto, em janeiro de 2011, foram arquivados ao final da legislatura que se encerrou em 2010 (com base no art. 332 do RISF) e, em sequência, desarquivados por requerimento do Sen. Paulo Paim, que é autor das duas proposições. A partir desse desarquivamento, entretanto, os projetos passaram a tramitar de forma autônoma.

Nesse momento, o PLS 64/2003 foi distribuído apenas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual ainda se encontra aguardando parecer do relator. Por sua vez, o PLS 254/2005 foi distribuído às Comissões Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e encontra-se atualmente ainda na primeira comissão.

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro**.

REQUERIMENTO Nº 339, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do item 12 da alínea c do inciso II do art. 255, combinado com o inciso I do artigo 104, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja encaminhado o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2004, que “acrescenta dispositivos ao artigo 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Veda a subcontratação para execução de obras e serviços de engenharia custeados pela União, nas regiões onde operem Batalhões de Engenharia e Construção e Batalhões Ferroviários do Ministério do Exército capacitados a executá-los)”, para apreciação também pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Justificação

O projeto determina que, sempre que possível, as obras e serviços de engenharia custeados pela União serão executados diretamente pelos Batalhões de Engenharia e Construção ou Batalhões Ferroviários do antigo Ministério do Exército, vedada a subcontratação. Nos termos do projeto, a realização de qualquer obra ou serviço dessa natureza será precedida de consulta formal ao Ministério do Exército, para que este se manifeste acerca da viabilidade de execução direta por seus batalhões especializados. Apenas no caso de resposta negativa será iniciado o processo licitatório para contratação da execução indireta.

Nota-se, assim, que a questão tem relação direta com o tema “obras públicas em geral”, assunto este que compõe o rol de competências da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, conforme previsto no inciso I do art. 104 do RISF.

Sala das Sessões,



SENADOR ARMANDO MONTEIRO

REQUERIMENTO Nº 340, DE 2014

Requeiro nos termos regimentais, a tramitação em separado da PEC 52, de 2012, que “altera o art. 144 da Constituição Federal para identificar a Polícia Hidroviária Federal como órgão do sistema de segurança pública”, de minha autoria, desempensando-a das demais proposições a ela apensadas: PEC 51/2013, que “altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição, acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial”; PEC 73/2013, que “altera a redação do § 1º, do art. 144, da Constituição Federal, para determinar que a Polícia Federal é órgão estruturado em carreira única”; PEC 40/2012, que “modifica os arts. 30 e 144 da Constituição Federal para dar ao município competência para a criação de áreas estratégicas de pacificação social e ordenamento urbano, e para as guardas municipais o exercício de atividades de polícia ostensiva, nos limites definidos em convênio com os Estados”; PEC 102/2011, que “altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências”; PEC 49/2009 que “acrescenta o inciso V, ao § 1º, do art. 144, da Constituição Federal, para incluir dentre as atribuições da Polícia Federal a de proporcionar segurança ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, bem como aos Chefes de Estado estrangeiros, quando no Brasil”; e PEC 25/2007, que “dá nova redação ao § 8º do art. 144 da Constituição Federal, para ampliar as funções das guardas municipais”.

Justificação

A simples leitura da ementa da PEC 52/2012 mostra que as demais propostas de emenda à constituição não versam sobre a mesma matéria.

A criação de uma força policial federal com atribuição de exercício do poder de polícia ostensiva em todos os meios hídricos, como rios, lagos, costa marítima e portos, nenhuma semelhança ou identidade guarda com as atribuições das guardas municipais, não havendo justo motivo, nem motivação lógica, para tramitação conjunta com a PEC 27/2007 e a PEC 40/2012.

Tampouco tem a PEC 52/2012 qualquer vínculo com a PEC 51/2013, que propõe a desmilitarização das polícias estaduais e da Força Nacional, eis que a Polícia Hidroviária Federal, assim como a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal, será uma força policial civil, de atribuições bem específicas.

Não há ponto de identidade entre a estruturação da Polícia Federal em carreira única nem a atribuição a essa força do múnus de proteção pessoal do Presidente da República e dos chefes de estados estrangeiros em visita ao país, com a proposição em comento.

Por fim, a PEC 102/2011, que tem por escopo a criação de uma força policial única da União, dos Estados e do Distrito Federal, não se refere às atribuições da Polícia Hidroviária Federal, mas à criação de uma institui-

ção nos moldes da Força Nacional, que pode ter algo a ver com a Polícia Federal, mas nenhum ponto de intersecção tem com a Polícia Hidroviária Federal.

Destarte, o apensamento de proposições tão diversas, cujo único ponto em comum seria tratar de matérias concernentes ao exercício do poder de polícia, não podem, nem devem, ter tramitação conjunta, o que só trará prejuízo à nação, que tanto carece de melhor estruturação de sua atuação policial.

A demais, faz-se necessário lembrar que o exercício do poder de polícia, especialmente nos portos, rios e lagos fronteiriços, da forma deficiente como está se dando, tem permitido a expansão do tráfico de entorpecentes, biopirataria e armas, além do contrabando e descaminho, com forte repercussão no combate aos crimes em todos os demais setores, fazendo imprescindível a pronta criação da Polícia Hidroviária Federal – PHF.

Sala das Sessões, – Senador **Vicentinho Alves**, SD/TO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

A Presidência tomará as providências necessárias para o prosseguimento da tramitação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência designa o Deputado Henrique Oliveira, como membro titular, e o Deputado Benjamin Maranhão, como membro suplente, em vagas existentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício nº 90, de 2014**, da Liderança do SDD na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. 90 Solidariedade/2014 – LID

Brasília, 2 de abril de 2014.

Assunto: Indicação para Comissão Mista de Orçamento

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao ofício Pres. nº 47/2014/CMO, indico a Vossa Excelência o Deputado **Henrique Oliveira** como Membro Titular e do Deputado **Benjamin Maranhão** como Membro Suplente da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Na certeza de sua compreensão, expresso meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente, – Dep. **Fernando Francischini**, Líder Solidariedade

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência designa o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício nº 307, de 2014**, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 307/GAB-LidPT

Brasília, 1º de abril de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado Cláudio Puty – PT/PA em substituição ao deputado Marco Maia – PT/RS, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Atenciosamente,

Dep. VICENTINHO - PT/SP
Líder da Bancada na Câmara

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência designa o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício nº 38, de 2014**, da Liderança do PROS na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 38/14/PROS

Em 27 de março de 2014

Assunto: Indicação de Deputado para Comissão Mista de Orçamento.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **Givaldo Carimbão (PROS/AL)**, na condição de **titular**, e o Deputado **Dr. Jorge Silva (PROS/ES)**, na condição de **suplente**, no lugar do Deputado **Miro Teixeira (PROS/RJ)**, para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização – CMO.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Givaldo Carimbão**, Líder do PROS

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência designa, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO:

– o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, conforme o **Ofício nº 182 de 2014**, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados;

– o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, e o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, em vagas existentes, conforme os **Ofícios nºs 279 e 278, de 2014**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 182/Lid. Bloco PP/PROS

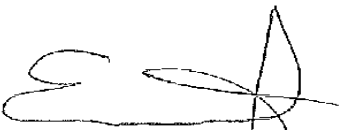
Brasília, 2 de abril de 2014

Assunto: Indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado João Leão (PP/BA), como Titular na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano (PP/MG).

Respeitosamente,


Deputado **EDUARDO DA FONTE**
Líder do Bloco PP/PROS


OF/GAB/I/Nº 279

Brasília, 2 de abril de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Lucio Vieira Lima passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.


Deputado **EDUARDO CUNHA**
Líder do **PMDB**

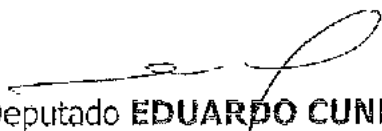
OF/GAB/I/Nº 278

Brasília, 2 de abril de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Hermes Parcianello passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.



Deputado **EDUARDO CUNHA**
Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Eduardo Sciarra, em substituição ao Deputado Eleuses Paiva, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 641, de 2014**, conforme o **Ofício nº 214, de 2014**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 214/14/PSD

Brasília, 27 de março de 2014

Assunto: Indicação de Parlamentar do PSD para compor Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado Eleuses Paiva (PSD/SP) pelo Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR) para compor a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 641, de 2014, na condição de titular.



Atenciosamente,
Moreira Mendes
Líder do PSD

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Carlos Magno, em substituição ao Deputado Eduardo da Fonte, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 628, de 2013**, conforme o **Ofício nº 149, de 2014**, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 149/Lid. Bloco PP/PROS

Brasília, 26 de março de 2014

Assunto: Indicação de Parlamentar na Comissão Mista da MPV nº 628/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Carlos Magno (PP/RO) como Titular na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MPV nº 628, de 2013, em substituição ao Deputado Eduardo da Fonte (PP/PE).

Respeitosamente,



Deputado **EDUARDO DA FONTE**
Líder do Bloco PP/PROS

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 69, de 2014**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 69/2014-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 2 de abril de 2014.

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Substitutivo, de autoria do Senador Roberto Requião, ao Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Com referência ao **Ofício nº 69, de 2014**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje é o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Eu quero aproveitar esse momento para destacar as iniciativas, em todo o país, de pais e mães de crianças inseridas no chamado Espectro Autista de conscientizar a população para a necessidade da adoção de iniciativas que proporcionem a convivência das crianças, adolescentes e adultos autistas no mundo atual.

Na década de 90, a ONU estimava que, no mundo, nascia uma criança autista para cada grupo de 2.500. Hoje já existem estudos que apontam para o nascimento de uma criança com características autistas para cada 55!

Alguém pode dizer que esse preocupante aumento se deve ao diagnóstico que, hoje, é feito com mais precisão que antigamente. Afinal, as crianças que antes demoravam a falar, ou se isolavam na escola, ou tinham dificuldade de interação, corriam demais ou demonstravam qualquer outra das tantas características que a classificam como autista, não eram diagnosticadas.

Essa mudança se deve, principalmente, pela evolução na identificação de crianças que apresentam algumas das características que as classifiquem como autistas, mas também há estudos que apontam mais que isso, que existiriam outros fatores que também contribuem para esse aumento.

Há inclusive, especialistas que divergem sobre esta curva tão ascendente. Uns acham que ela se deve, exclusivamente, à precisão maior no diagnóstico. Outros são categóricos em afirmar que só este fato não justifica e que existe, sim, um outro fator gerador desse estratosférico aumento.

A boa notícia é que o mundo se preocupa cada vez mais com o comportamento e o desenvolvimento de suas crianças. E, mais que isso, está agindo para melhorar a qualidade de vida delas e a sua integração na sociedade. Uma dessas iniciativas é a instituição das AMAs – Associações de Amigos do Autista, entidades sem fins lucrativos que trabalham com crianças que tem as dificuldades características dos autistas, visando inseri-las na vida cotidiana.

Na Paraíba existe apenas uma AMA, em João Pessoa, que tem capacidade máxima de atendimento para 36 crianças – 18 por turno (manhã e tarde). Não que a AMA da capital seja limitada, mas é que o atendimento personalizado faz com que a instituição, mesmo com estrutura considerável, fique impossibilitada de atender mais crianças.

Em Campina Grande um grupo de pais e outros voluntários vem articulando, desde o ano passado, a implantação da segunda AMA da Paraíba, para atender, inicialmente, 10 crianças, mas com capacidade para até 26. A AMA Campina Grande será inaugurada ainda neste primeiro semestre de 2014.

O fato preocupante é que, considerando o tipo do tratamento – individualizado, com um terapeuta para cada criança – e o aumento no diagnóstico, as AMAs acabam ficando limitadas para atender à grande demanda.

A verdade é que no mundo atual existe a necessidade de uma maior participação do poder público nas políticas de saúde direcionadas ao tratamento dessas crianças. Como também, no incentivo a iniciativas a entidades e associações que trabalham com essas crianças.

Para finalizar, quero destacar aqui a iniciativa da presidente Dilma de sancionar a Lei que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei nº 12.764/2012, que também estabelece diretrizes para a sua execução.

Com essa Lei, as crianças passam a ter seus direitos assegurados. É mais uma iniciativa para ajudar na inclusão delas no mundo atual, proporcionando aos autistas de todo o país os mesmos direitos de outras pessoas que tem algum tipo de deficiência. Uma iniciativa louvável, que deve servir de exemplo para a sociedade e para os cidadãos como um todo.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, registramos, hoje, nesta tribuna, a primeira audiência pública realizada pela Comissão Especial do Financiamento da Educação, destinada a discutir e propor soluções para financiar este importante setor. A primeira de outras duas audiências que estão previstas para acontecer nos próximos dias, contou com a presença do consultor do Senado, o professor João Monlevade, e o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Medeiros Coelho de Souza

Os especialistas discutiram o tema, a partir de três questões, que consideramos fundamentais para chegarmos a um caminho viável. São elas: “qual o volume de recursos necessários para elevar a qualidade da educação brasileira ao nível dos melhores sistemas existentes no mundo”, “quais as possíveis fontes de recursos para seu financiamento” e “qual a melhor maneira de aplicar os recursos”.

A propósito, neste sentido, já apresentei a esta Casa Política e Legislativa, uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC Nº 101/2011, destinando 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação brasileira. Quando o fiz, pensava nos milhões de crianças e adolescentes, que estão no início de suas vidas, e nos nossos professores, que enfrentam a cada dia, um obstáculo para cumprir sua missão de bem educar.

Com esta PEC, ora em tramitação aqui no Senado, alimento a expectativa de que encontraremos os caminhos para aumentarmos o volume de recursos que a educação brasileira precisa para garantir, assim, um ensino de melhor qualidade em todas as esferas.

Esta proposta está incluída no projeto de Plano Nacional de Educação (PNE), que, a propósito, tem como uma de suas metas a equiparação dos salários dos magistérios aos de outras profissões com o mesmo nível de escolaridade.

Penso que a família brasileira prioriza a educação de qualidade como o principal caminho para um futuro melhor. E foi com essa compreensão que aceitei a responsabilidade de presidir esta comissão especial des-

tinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, que hoje realiza sua primeira audiência pública.

Criada pelo presidente desta Casa, o senador Renan Calheiros, esta comissão tem a finalidade de indicar caminhos que viabilizem a alocação de mais recursos para o sistema educacional do nosso país. Consequentemente, neste debate estarão presentes outros problemas ligados à educação brasileira, enfrentados todos os dias pelos nossos profissionais.

Tendo como relator o colega senador Cristovam Buarque, nossa comissão contará ainda com a contribuição de dos colegas senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Vital do Rêgo, Eduardo Amorim, Paulo Paim, Acir Gurgacz e Aloysio Nunes Ferreira.

Todos nós, juntos, assumimos a missão inadiável de encontrarmos soluções para os graves problemas que ainda existem na educação brasileira, a começar pela questão dos recursos destinados a esta área básica.

Ao examinar o financiamento da educação brasileira é impossível não nos debruçarmos sobre o desafio de definir qual a escola que queremos. Certamente, desejamos escolas capazes de desenvolver o raciocínio, de estimular a criatividade, de interpretar as informações, de planejar sua ação.

Não estamos aqui meramente para um exercício de contabilidade, para examinar números a respeito de ingressos e de despesas. Precisamos definir qual a educação de que precisamos, qual o ensino que queremos e, aí sim, projetar os seus custos. Esse é o grande desafio que temos pela frente.

Era o que tinha a dizer neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Encerrando esta sessão, nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, a partir das 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2014

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2014 (apresentado como conclusão do Parecer nº 238, de 2014, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Waldemir Moka), que *aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2013*.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias*.

Parecer nº 1.470, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais*.

Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, *que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis sob nºs 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

6**REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras)*.

7**REQUERIMENTO Nº 1275, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante)*.

8**REQUERIMENTO Nº 1276, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte)*.

9**REQUERIMENTO Nº 1277, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte)*.

10**REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias)*.

11**REQUERIMENTO Nº 1332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte)*.

12**REQUERIMENTO Nº 1337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição)*.

13**REQUERIMENTO Nº 1338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

14**REQUERIMENTO Nº 1344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

15**REQUERIMENTO Nº 1378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

16**REQUERIMENTO Nº 1394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

17**REQUERIMENTO Nº 1413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

18**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

19**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, *que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

20**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

21**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao*

Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).

22**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

23**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

24**REQUERIMENTO Nº 170, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 170, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 231 e 233, de 2013, por regularem matéria correlata (gratuidade em cursos técnicos oferecidos pelos serviços sociais autônomos).*

25**REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

26**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 – Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

27**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013, de sua autoria.*

28**REQUERIMENTO Nº 192, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2014 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de incentivos fiscais).*

29**REQUERIMENTO Nº 206, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2013; e 31, de 2014, por regularem matéria correlata (valor do Salário Mínimo).*

30**REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ)*

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Portanto, que Deus continue nos iluminando, nos abençoando, e que as pessoas, especialmente as senhoras, os senhores que vão à igreja, ou mesmo em casa, orem pelas autoridades, para que eles possam ter saúde, para que possam ter paz, para que eles possam continuar trabalhando para o bem da nossa população.

Que Deus abençoe a todos. Até a próxima oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 46 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

02/04/2014

Quarta-feira

16h	Ordem do Dia Plenário
20h	Reunião da Mesa Diretora Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Ivo Cassol.	PP/RO
Ivonete Dantas.	PMDB/RN
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Marcelo Crivella.	PRB/RJ
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (115,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (91,93,117)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (115,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,102) Amíbal Diniz (25,103) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,93,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Wilder Moraes - Bloco (96,112,119)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (96,112,119)</p> <p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataides Oliveira - PROS (95,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.

45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Domelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.

81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
119. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

4) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Jorge Viana (PT) ^(7,16)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,9)	3. Senador Pedro Taques (PDT) ^(16,12)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(2,13,14,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida temporariamente ao Bloco União e Força (Of. 54/2014-BLUFOR e 29/2014-GLDBAG).
15. Em 25.03.2014, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 59/2014-GLPMDB).
16. Em 25.03.2014, os Senadores Jorge Viana e Pedro Taques são designados membros suplentes na Comissão, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLDBAG nº 30/2014 e Of. GLPMDB nº 60/2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Designação:** 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁵⁾
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).

2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).

3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).

4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).

5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarájá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas
(Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

**6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

***. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

****. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

*****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

**7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013.

***. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

****. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

*****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n^o 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n^o 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Morais (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Cidinho Santos (PR) ^(67,53,91,92,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minororia na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minororia na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
 9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR) (2,3)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,58,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) ^(32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Ana Rita (PT) ^(116,92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,109,76,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Cidinho Santos (PR) ^(66,67,81,112,113,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013 - BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).

114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).

116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. VAGO ^(44,41,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,34,35)
VAGO ^(66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoría na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi ^(58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57,85)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Mário Couto (PSDB) ^(45,23,74,84)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,82,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. Cidinho Santos (PR) ^(39,65,71,70,83,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (Of. nº 046/2011 - GLPTB / Of. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. nº 36/2011 - GLDBAG).

4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 196/2011 - GLPMDB).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 210/2011 - GLPMDB).

7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 143/11-GLPSDB).

8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 255/2011 - GLPMDB).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 059/2011-GLDEM).

16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB)

18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).

24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDEM).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 331/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR).
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(14,5)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(4,2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ^(5,2)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Aníbal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(67,75,58)	1. VAGO ^(6,8,32,25,81,75,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(30,16,74,58,62,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(53,45,65,79)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63,80,79)
Marcelo Crivella (PRB) ^(73,82,65,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Aníbal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(18,17,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,56,59,55,58,45)
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyrol Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (4,2,15,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (6,5,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) ^(4,3,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (12,11,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(7,4)	4. VAGO ^(9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(20,19,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Cidinho Santos (PR) ^(45,35,60,79,57,78)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(60,81,66)
VAGO ^(34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Of. nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,62,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(11,10)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(83,61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) ^(79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Cidinho Santos (PR) ^(41,42,56,55,81,82,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Marcelo Crivella (PRB) ^(20,19,44,45,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(30,46,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(8,3)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Cidinho Santos (PR) ^(10,4,9)	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 11/02/2011

5ª Designação: 11/03/2013

6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

João Durval (BA) ⁽³⁾

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoB

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

VAGO ⁽⁴⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT n° 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁴⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDTAcir Gurgacz (RO) ⁽²⁾**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽³⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 26/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT n° 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 26.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDTCristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾**PSB**

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBMarcelo Crivella (RJ) ⁽⁵⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. nº 30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS**PMDB**

Casildo Maldaner (SC)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽³⁾

PSB

João Capiberibe (AP) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

Cidinho Santos (MT)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

VAGO ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

VAGO ⁽⁴⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

SDD

Vicentinho Alves (TO)

PROS**Atualização:** 01/04/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT n° 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPB n° 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PRCidinho Santos (MT) ⁽⁵⁾**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽⁴⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 17/03/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**VAGO ^(13,2)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾**Atualização:** 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾**PSDB****PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾**DEM****PR**Cidinho Santos (MT) ⁽¹²⁾**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾**PRB**VAGO ^(13,5)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾**SDD**

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 19/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVLV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015:

Relator do PLOA / 2015:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
SDD ¹	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Marco Maia (PT/RS)
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁶	3.
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1.
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2.
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dornier (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
Dimas Fabiano (PP/MG)	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1.
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SDD	
	1.
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
	1. Miro Teixeira (PROS/RJ)
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014:

Relator do PLOA / 2014:

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{18, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 28, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 8}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 18 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 18}	1. ^{2 18}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL ²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:**1-** Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).**2-** Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.**3-** Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.**4-** O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.**5-** Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.**6-** Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.**7-** Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.**8-** Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.**9-** Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.**10-** Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{5, 13}
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁴

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Wilder Moraes (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílíana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílíana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO****Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílíana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Coordenador:** Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílíana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**Resolução nº 1/2011-CN****COMPOSIÇÃO ¹****37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁹	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 270 páginas
(O.S. 11393/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

